Diário OFICIAL Executivo

Ano CXI

Edição Digital nº 11644 | 130 páginas
Curitiba, Segunda-feira, 22 de Abril de 2024

## Sumário

### Poder Executivo

Poder Executivo ..... 03
Casa Civil ..... 22
Procuradoria Geral do Estado ..... 24
Controladoria Geral do Estado ..... 32

### Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência ..... 33
Secretaria da Agricultura e Abastecimento ..... 44
Secretaria das Cidades ..... 46
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ..... 48
Secretaria da Cultura ..... 54
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família ..... 59
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável ..... 60
Secretaria da Educação ..... 66
Secretaria da Fazenda ..... 82
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços ..... 84
Secretaria da Justiça e Cidadania ..... 85
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa ..... 85
Secretaria da Saúde ..... 85
Secretaria da Segurança Pública ..... 89
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda ..... 102
Receita Estadual do Paraná ..... 103

### Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Em tempo ..... 107

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

# Poder Executivo Estadual

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

## Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Luciana Carla da Silva Azevedo — Controladora-Geral
Ivo Ferreira Neto — Diretor-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Tenente Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

## Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Elisandro Pires Frigo — Secretário
Luiza Cabel Corteletti — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Richardson de Souza — Diretor-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Eduardo Pimentel Slavieiro — Secretário
Valdomiro Hrysay — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Valdemar Bernardo Jorge — Secretário
Louise Da Costa e Silva Garnica — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Renê de Oliveira Garcia Junior — Secretário
Marcia Cristina Rebonato do Valle — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Ricardo José Magalhães Barros — Secretário
Christiano Souto Puppi — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital
Marcelo Rangel Cruz de Oliveira — Secretário
Jessica Thais Ieger — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Hilton Santin Roveda — Secretário
Rubia Marcieli de Lima Rossi — Diretora-Geral

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amador Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Mauro Rafael Moraes e Silva — Secretário
Kevin Luan Bossa — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

**Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)**

**Chefe do Departamento de Imprensa Oficial do Estado**
Leonardo Weldt Franceschi
Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

# Poder Executivo

**Lei nº 21.928**

22 de abril de 2024.

Institui no Estado do Paraná o Prêmio de Direitos Humanos Engenheira Enedina Alves Marques.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Institui o Prêmio de Direitos Humanos Engenheira Enedina Alves Marques, a ser conferido anualmente pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nas comemorações do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro.

**Parágrafo único.** Os agraciados com o prêmio receberão diploma contendo:

**I -** o brasão da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

**II -** o símbolo do Conselho Estadual de Direitos Humanos;

**III -** o nome do homenageado; e

**IV -** a distinção "prêmio concedido a lideranças com atuação na luta contra o preconceito, por um mundo mais justo".

**Art. 2º** O Conselho Estadual de Direitos Humanos e a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania da Assembleia Legislativa encaminharão ao Presidente do Poder Legislativo Estadual, a indicação de dez nomes de lideranças que se destacam na comunidade afrodescendente.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 22 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Maria Victoria
Deputada Estadual

Ademar Luiz Traiano
Deputado Estadual

Luiz Claudio Romanelli
Deputado Estadual

Gilson de Souza
Deputado Estadual

Prot. 21.998.432-4

**40817/2024**

**Lei nº 21.929**

22 de abril de 2024.

Altera a Lei nº 12.857, de 1º de fevereiro de 2000, que proíbe a prática do trote em alunos das instituições da Rede Pública de Ensino de 1º e 2º Graus e de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** A ementa da Lei nº 12.857, de 1º de fevereiro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Proíbe a prática do trote em alunos das instituições de Ensino Fundamental, Médio e Superior das redes pública e privada.

**Art. 2º** O *caput* do art. 1º da Lei nº 12.857, de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Proíbe a prática do trote em alunos das instituições de Ensino Fundamental, Médio e Superior das redes pública e privada.

**Art. 3º** O art. 2º da Lei nº 12.857, de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Define-se como trote, para os fins desta Lei, toda a forma de manifestação estudantil realizada com alunos aprovados em cursos regulares, concursos seletivos ou exames vestibulares, que utilize modos ou meios de comunicação que configurem:

I - violência ou agressão;

II - injúria;

III - risco ou constrangimento à integridade moral ou física, à dignidade ou à imagem do aluno ou de seus familiares.

Parágrafo único. Os alunos que infringirem a presente Lei estarão sujeitos às sanções administrativas e medidas disciplinares constantes no regulamento da instituição de ensino.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 22 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Tercilio Turini
Deputado Estadual

Michele Caputo
Deputado Estadual

Prot. 21.998.442-1

**40822/2024**

**Lei nº 21.930**

22 de abril de 2024.

Acresce dispositivos à Lei nº 19.421, de 6 de março de 2018, que institui a Rota Turística do Rio Iguaçu no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** A ementa da Lei nº 19.421, de 6 de março de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Institui a Rota Turística e o Corredor Cicloturístico, ambos do Rio Iguaçu, no Estado do Paraná.

**Art. 2º** Acresce os arts. 2ºA e 2ºB à Lei nº 19.421, de 2018, com a seguinte redação:

Art. 2ºA Institui o Corredor Cicloturístico do Rio Iguaçu, tendo como objetivos:

I - o incentivo ao uso da bicicleta e ao turismo ecológico;

II - a valorização da cultura, natureza e dos atrativos turísticos da região;

III - a melhoria da saúde e do bem-estar dos cidadãos por meio da promoção do lazer e da atividade física;

IV - o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e a movimentação da economia regional;

V - a promoção da mobilidade ativa e da acessibilidade;

VI - o monitoramento contínuo dos fluxos de ciclistas como forma de gerar dados e subsidiar políticas públicas para a gestão e o desenvolvimento socioeconômico do Corredor Cicloturístico do Rio Iguaçu.

§ 1º O Corredor Cicloturístico do Rio Iguaçu ficará localizado inteiramente dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, tendo esse rio como eixo estruturante.

§ 2º Os municípios integrantes do Corredor Cicloturístico do Rio Iguaçu podem:

I - definir, dentro dos limites do respectivo município, o traçado da rota que fará parte do Corredor Cicloturístico do Rio Iguaçu, de forma integrada com as rotas dos municípios vizinhos;

II - implantar sinalização visível e padronizada, com os demais trechos do Corredor, devendo ser utilizada a denominação oficial "Corredor Cicloturístico do Rio Iguaçu" e seguidas as diretrizes estabelecidas dentro da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade - RedeTrilhas;

III - mapear e divulgar os atrativos e produtos turísticos existentes na região das rotas, tais como:

a) patrimônio histórico e cultural;

b) atrativos naturais;

c) hospedagens;

d) locais para alimentação e hidratação;

e) bicicletarias, paraciclos e bicicletários;

f) unidades de saúde;

g) comércio local;

IV - disponibilizar informações e oferecer materiais das rotas, atrativos e produtos turísticos em meios de comunicação físicos e virtuais, como mapas, cartilhas, certificados, passaportes, sites e aplicativos;

V - formar consórcios para a implantação, gestão, monitoramento e manutenção dos circuitos.

§ 3º O Poder Executivo pode:

I - definir:

a) o padrão da sinalização do Corredor Cicloturístico do Rio Iguaçu;

b) o traçado geral e atrativos turísticos de referência, a fim de integrar os municípios e suas rotas:

II - divulgar o Corredor Cicloturístico do Rio Iguaçu, junto à Assembleia

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Legislativa do Estado do Paraná e os demais entes públicos estaduais.

§ 4º O Poder Executivo poderá regulamentar o Corredor Cicloturístico dentro da Rota Turística do Rio Iguaçu indicando os aspectos necessários à sua aplicação.

Art. 2ºB A fim de incentivar a atividade de ecoturismo, integrar as comunidades locais e valorizar os atributos naturais do Corredor Cicloturístico, será fomentado o envolvimento direto das comunidades nas atividades realizadas, com a contratação preferencial de mão de obra, bens e serviços locais.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 22 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Goura
Deputado Estadual

Hussein Bakri
Deputado Estadual

Prot. 21.998.459-6

**40824/2024**

**Lei nº 21.931**

22 de abril de 2024.

Institui a meia-entrada para eleitores nomeados como mesários ou para prestar apoio logístico nas eleições gerais ou municipais, plebiscitos e referendos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Institui o benefício da meia-entrada para o ingresso em estabelecimentos e/ou casas de diversões, praças esportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer, entretenimento e difusão cultural, aos eleitores nomeados para atuar como mesários ou para prestar apoio logístico nas eleições gerais ou municipais, plebiscitos e referendos, que tenham efetivamente trabalhado em primeiro e em segundo turno, se houver.

**§ 1º** Para efeitos desta Lei, consideram-se:

**I -** casas de diversões: os estabelecimentos que realizarem espetáculos musicais, artísticos, circenses, teatrais, cinematográficos, atividades sociais recreativas, de artes plásticas e quaisquer outros que proporcionem lazer e entretenimento;

**II -** eleitor nomeado: aquele que presta serviços à Justiça Eleitoral no período de eleições, plebiscitos e referendos, na condição de presidente da mesa, primeiro ou segundo mesário, secretários, suplente, secretário ou administrador de prédio, auxiliar de juízo e para apoio logístico, nomeados pelo juiz eleitoral.

**§ 2º** A meia-entrada corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso cobrado, sem restrição de data e horário.

**§ 3º** O benefício previsto no *caput* deste artigo não será cumulativo com quaisquer outras promoções e convênios e, também, não se aplica ao valor dos serviços adicionais eventualmente oferecidos em camarotes, áreas e cadeiras especiais.

**Art. 2º** Para ter direito à meia-entrada o eleitor nomeado terá que comprovar, mediante certidão expedida pela Justiça Eleitoral, que prestou serviços à Justiça Eleitoral do Paraná em todos os atos para os quais foi nomeado, em primeiro e em segundo turno, se houver.

**Parágrafo único.** Será igualmente assegurado o direito previsto no *caput* deste artigo ao eleitor nomeado que prestou os serviços em eleição imediatamente anterior à publicação desta Lei, desde que nos mesmos termos exigidos e mediante certidão expedida pela Justiça Eleitoral.

**Art. 3º** O benefício da meia-entrada terá validade de dois anos, a contar do implemento dos requisitos para sua obtenção.

**Art. 4º** Não terá direito à meia-entrada o eleitor nomeado que deixar de comparecer no dia da eleição, em primeiro e/ou em segundo turno, se houver, para prestar serviço no dia, hora e local designados pela Justiça Eleitoral, ou, tendo comparecido, deixar o local antes do término da votação.

**Parágrafo único.** Não gera o direito ao benefício a participação em treinamento ou capacitação.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 22 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Alexandre Curi
Deputado Estadual

Prot. 21.998.464-2

**40827/2024**

**Lei nº 21.932**

22 de abril de 2024.

Altera a Lei nº 19.575, de 2 de julho de 2018, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Ajude Focinhos em Curitiba, com sede no Município de Curitiba.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** A ementa e o art. 1º da Lei nº 19.575, de 2 de julho de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Ajude Focinhos, com sede no Município de Pinhais.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Ajude Focinhos, com sede no Município de Pinhais.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 22 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Alexandre Amaro
Deputado Estadual

Prot. 21.998.475-8

**40828/2024**

**Lei nº 21.933**

22 de abril de 2024.

Denomina Mitsuro Tomokuni o Contorno Norte do Município de Astorga.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Denomina Mitsuro Tomokuni, o Contorno Norte do Município de Astorga, trecho de 3 km que vai da entrada da cidade pela PR-454 (Rodovia José Carlos de Carli) ao trevo da PR-218 (Rodovia Antônio Mendes Vasconcelos).

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 22 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Tercilio Turini
Deputado Estadual

Prot. 22.001.837-7

**40833/2024**

**Lei nº 21.934**

22 de abril de 2024.

Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Ano do Centenário da Imigração, Colonização e Desenvolvimento Britânico no Norte Paranaense, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Ano do Centenário da Imigração, Colonização e Desenvolvimento Britânico no Norte Paranaense, a ser celebrado em 2024, permitindo a realização de programação que realce a passagem deste centenário.

**Art. 2º** Concede ao Município de Londrina o Título de Cidade Berço da Imigração, Colonização e Desenvolvimento Britânico no Estado do Paraná.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 22 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Luiz Claudio Romanelli
Deputado Estadual

Tiago Amaral
Deputado Estadual

Tercilio Turini
Deputado Estadual

Maria Victoria
Deputada Estadual

Prot. 22.002.008-8

**40835/2024**

**Lei nº 21.935**

22 de abril de 2024.

Denomina Ademir Mulon a Rodovia PR-464 do km 0, marco inicial no trevo de Cruzeiro do Sul, até o km 50,340m onde termina a Rodovia PR-340, trevo para o Município de Itaguajé.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Denomina Ademir Mulon a Rodovia PR-464, do km 0, marco inicial no trevo de Cruzeiro do Sul, até o km 50,340m, onde termina a Rodovia PR-340, trevo para o Município de Itaguajé.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 22 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Tiago Amaral
Deputado Estadual

Prot. 22.001.991-8

**40837/2024**

**Lei nº 21.936**

22 de abril de 2024.

Denomina Rodovia Benelí Terezinha Bueno Kasmiroski a PR-804, que liga a BR-277 à PR-408 (entroncamento na localidade Passa Sete), no Município de Morretes.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Denomina Rodovia Benelí Terezinha Bueno Kasmiroski a PR-804, que liga a BR-277 à PR-408 (entroncamento na localidade Passa Sete), no Município de Morretes.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 22 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Flávia Francischini
Deputada Estadual

Prot. 22.001.975-6

**40838/2024**

**Lei nº 21.937**

22 de abril de 2024.

Denomina José Carlos Schiavinato o trevo da PR-317 com a PR-218, no Município de Iguaraçu.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Denomina José Carlos Schiavinato o trevo da PR-317 com a PR-218, no Município de Iguaraçu.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 22 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Tiago Amaral
Deputado Estadual

Prot. 22.001.966-7

**40844/2024**

**Lei nº 21.938**

22 de abril de 2024.

Altera a Lei nº 16.544, de 14 de julho de 2010, que dispõe sobre o processo disciplinar, na Polícia Militar do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** A ementa da Lei nº 16.544, de 14 de julho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Dispõe que o processo disciplinar na Polícia Militar do Estado do Paraná e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná será regulado na forma que especifica.

**Art. 2º** O *caput* do art. 1º da Lei nº 16.544, de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O processo disciplinar na Polícia Militar do Estado do Paraná - PMPR e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná - CBMPR será regulado pela presente Lei.

**Art. 3º** O *caput* e o § 1º do art. 3º da Lei nº 16.544, de 2010, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 3º O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de militar estadual, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha repercussão ético-moral que afete a honra pessoal, o decoro da classe ou o pundonor militar, incompatibilizando-o a permanecer no estado efetivo da PMPR ou do CBMPR.

§ 1º Caberá aos Comandantes-Gerais, mediante portaria, a nomeação dos militares estaduais, das suas respectivas corporações, que irão desenvolver os trabalhos afetos ao processo disciplinar, bem como sua solução.

**Art. 4º** O incisos I, II e III do art. 4º da Lei nº 16.544, de 2010, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - Apuração Disciplinar de Licenciamento, destinada a julgar a capacidade de praça ativa ou inativa, com menos de dez anos de serviço prestados à Corporação, na data do fato, para permanecer, nas fileiras da PMPR ou do CBMPR, na condição em que se encontra;

II - Conselho de Disciplina, destinado a julgar a capacidade de praça especial ou de praça, ativa ou inativa, com mais de dez anos de serviço prestados à Corporação para permanecer, nas fileiras da PMPR ou do CBMPR, na condição em que se encontra;

III - Conselho de Justificação, destinado a julgar a capacidade de oficial, ativo ou inativo, para permanecer, nas fileiras da PMPR ou do CBMPR, na condição em que se encontra.

**Art. 5º** O *caput* do art. 23 da Lei nº 16.544, de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 23. O presidente da Apuração Disciplinar de Licenciamento será um oficial da ativa da Corporação a que pertencer o militar estadual acusado.

**Art. 6º** O *caput* do art. 27 da Lei nº 16.544, de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27. O Conselho de Disciplina será composto por três membros da Corporação a que pertencer o militar estadual acusado.

**Art. 7º** O *caput* do art. 31 da Lei nº 16.544, de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 31. O Conselho de Justificação será composto por três oficiais da Corporação a que pertencer o militar estadual acusado, todos seus superiores hierárquicos, ou, se do mesmo posto, mais antigos.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 22 de abril de 2024.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 20.960.787-5

**40845/2024**



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

**Decreto nº 4791**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 4º, da Lei Estadual nº 21.862, de 18 de dezembro de 2023, e no inciso VIII, § 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 21.587, de 14 de julho de 2023, e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.614.519-4,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 288.219.477,00 (duzentos e oitenta e oito milhões e duzentos e dezenove mil e quatrocentos e setenta e sete reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de Superávit Financeiro.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 6 de Fevereiro de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

**Carlos Massa Ratinho Junior**
Governador do Estado

**Renê de Oliveira Garcia Júnior**
Secretário de Estado da Fazenda

(REPRODUZIDO POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÃO)

Anexo ao Decreto n° 4791 Formalização 2024FC000275/Bloco1

**ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA**

| Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho | Grupo da Fonte | Fonte | Natureza | Cód. Meta Física | Descrição Meta Física | Região Intermediária | Município | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística | | | | | | | | 288.219.477,00 |
| 773000 - Departamento de Estradas de Rodagem | | | | | | | | 288.219.477,00 |
| 7730 - Departamento de Estradas de Rodagem | | | | | | | | 288.219.477,00 |
| F.77.30.26.782.17.7066 - Gestão de Projetos Rodoviários Estruturantes Programa Avança Paraná | | | | | | | | 80.000.000,00 |
| | 75 | 754 | 4.4.20.51 | 136 | Viaduto na interseção BR-376 c/ Rua Joinville, município de São José dos Pinhais - OBRA 11 - 2,4KM | 4101 | 4125506 | 10.000.000,00 |
| | 75 | 754 | 4.4.90.51 | 139 | ELABORAÇÃO PROJETO BÁSICO EXECUTIVO/EXECUÇÃO OBRAS DUPLICAÇÃO,RESTAURAÇÃO/IMPLANTAÇÃO MARGINAIS PR-317,ENTRE FINAL DA PISTA DUPLA- AV. COM.NORBERTO MARCONDES-CAMPO MOURÃO-3,7KM-OBRA16- | 4104 | 4104303 | 10.000.000,00 |
| | 75 | 754 | 4.4.90.51 | 140 | Execução obras Ampliação da Capacidade e Segurança da Rodovia PR-092, km 200+190 m ao km 327+300 m,trecho ac. IV Jaguariaíva, entronc. BR 153 (A), extensão 127,11km-OBRA 4 | 4106 | 4112009 | 10.000.000,00 |
| | 75 | 754 | 4.4.90.51 | 138 | ELABORAÇÃO PROJETO BÁSICO EXECUTIVO/EXECUÇÃO OBRAS INTERSEÇÃO EM DESNÍVEL BR-369-AV JOCKEI CLUBE-LONDRINA-INCLUINDO IMPLANTAÇÃO PISTA PRINCIPAL-ALÇAS ACESSO E PASSEIOS-1,0KM-OBRA 14 | 4105 | 4113700 | 10.000.000,00 |
| | 75 | 754 | 4.4.90.51 | 738 | IMPLANTAR ROD PR-467 - BR-163 CONTORNO OESTE MARECHAL CÂNDIDO RONDON | 4103 | 4114609 | 5.000.000,00 |
| | 75 | 754 | 4.4.90.51 | 137 | Duplicação da rodovia PR-445, trecho: Mauá da Serra (km 0+000) -Acesso a Lerroville (km 26+800m) (lote 01) - OBRA 15 - 26,800 km | 4105 | 4115754 | 25.000.000,00 |
| | 75 | 754 | 4.4.90.51 | 141 | Execução dos serviços para pavimentação asfáltica da rodovia PR-239, trecho Entr. PR/317 (Bragantina)- entr. PR 182, ext. 9,669 km-OBRA 9 | 4103 | 4102000 | 10.000.000,00 |
| F.77.30.26.782.17.7022 - PIR DER Programa Inova Paraná | | | | | | | | 156.000.000,00 |
| | 75 | 754 | 4.4.90.51 | 118 | Implantação de Viaduto entre BR-376(km 172+690m) e Rod. PR-317 (km 98+980m) - Catuaí com extensão de 1,5km. | 4104 | 4115200 | 20.000.000,00 |
| | 75 | 754 | 4.4.90.51 | 121 | Duplicação Curitiba - Colombo - Rua Theodoro Makiolka-Entr. Pr-418(Contorno Norte de Curitiba ) com extensão de 4,24km. | 4101 | 4105805 | 1.000.000,00 |
| | 75 | 754 | 4.4.90.51 | 119 | Restauração em Whitetopping Palmas - Clevelândia com extensão de 45km | 4103 | 4105706 | 100.000.000,00 |
| | 75 | 754 | 4.4.90.51 | 120 | Implantação, Restauração e Reconstrução e ampliação capacidade Entr. BR-163-Rua 1 ° - Toledo com extensão de 3,29km | 4103 | 4127700 | 20.000.000,00 |
| | 75 | 754 | 4.4.90.51 | 122 | 2 Viaduto (Av. Amtonio Volpato c/ Av. Ademar Bornia e Av. Rio de janeiro c/ Av. Brasil - Sarandi com extensão de 1km | 4104 | 4126256 | 15.000.000,00 |
| F.77.30.26.782.17.7031 - Obra BNDES | | | | | | | | 2.219.477,00 |
| | 75 | 754 | 4.4.90.51 | 123 | Duplicação da Rod.PR-317, trecho entre Maringá - Iguaraçu, extensão 21,820 km | 4104 | 4115200 | 2.219.477,00 |
| F.77.30.26.782.17.7007 - Programa Rotas do Desenvolvimento Banco do Brasil | | | | | | | | 50.000.000,00 |
| | 75 | 754 | 4.4.90.51 | 528 | PROJ. DE ENG. E OBRAS PARA A EXECUÇÃO SERVIÇOS PARA DUPLICAÇÃO, AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA PR-092 (RODOVIA DOS MINÉRIOS), TRECHO: CURITIBA - ALMIRANTE TAMANDARÉ | SUBTRECHO: (2.1B) PONTE RIO BARIGUI - ALMIRANTE TAMANDARÉ, EXTENSÃO 1,280 KM - (OBRA 1) | 4101 | 45.000.000,00 |
| | 75 | 754 | 4.4.90.51 | 527 | EXECUÇÃO SERVIÇOS PARA DUPLICAÇÃO, AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA PR-092 (RODOVIA DOS MINÉRIOS), TRECHO: CURITIBA - ALMIRANTE TAMANDARÉ | SUBTRECHO: (2.1A) PONTE RIO BARIGUI - ALMIRANTE TAMANDARÉ, EXTENSÃO 4,740 KM - (OBRA 2) | 4101 | 5.000.000,00 |
| | | | | | | Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social | | 288.219.477,00 |
| | | | | | | | Total Geral | 288.219.477,00 |

**40682/2024**

**Decreto nº 4980**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 4º, da Lei Estadual nº 21.862, de 18 de dezembro de 2023, e no inciso VII, § 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 21.587, de 14 de julho de 2023, e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.705.911-9,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 215.374.565,00 (duzentos e quinze milhões e trezentos e setenta e quatro mil e quinhentos e sessenta e cinco reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Em decorrência do contido no artigo anterior, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 27 de Fevereiro de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

**Carlos Massa Ratinho Júnior**
Governador do Estado

**Renê de Oliveira Garcia Júnior**
Secretário de Estado da Fazenda

(REPRODUZIDO POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÃO)

Anexo ao Decreto n° 4980 — Formalização 2024FC000112/Bloco1

**ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA**

| Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho | Grupo da Fonte | Fonte | Natureza | Cód. Meta Física | Descrição Meta Física | Região Intermediária | Município | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 47 - Secretaria de Estado da Saúde | | | | | | | | 215.374.565,00 |
| 476000 - Fundo Estadual de Saúde | | | | | | | | 215.374.565,00 |
| 4760 - Fundo Estadual de Saúde | | | | | | | | 215.374.565,00 |
| F.47.60.10.302.35.8485 - Gestão na Assistência Hospitalar e Ambulatorial | | | | | | | | 215.374.565,00 |
| | 60 | 605 | 3.3.90.41 | 0 | Não definida | 4100 | 9999999 | 1.895.193,00 |
| | 60 | 605 | 3.3.60.41 | 0 | Não definida | 4100 | 9999999 | 47.879.284,00 |
| | 60 | 605 | 3.3.70.41 | 0 | Não definida | 4100 | 9999999 | 659.761,00 |
| | 60 | 605 | 3.3.50.41 | 0 | Não definida | 4100 | 9999999 | 162.969.710,00 |
| | 60 | 605 | 3.3.41.41 | 0 | Não definida | 4100 | 9999999 | 1.970.617,00 |
| | | | | | | Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social | | 215.374.565,00 |
| | | | | | | | Total Geral | 215.374.565,00 |

Anexo ao Decreto nº 4980 — Formalização 2024FC000112/Bloco1

**ANEXO II - ACRÉSCIMO DA RECEITA**

| Órgão/UG/UO | Grupo da Fonte | Fonte | Natureza | Valor |
|---|---|---|---|---|
| 47 - Secretaria de Estado da Saúde | | | | 215.374.565,00 |
| 476000 - Fundo Estadual de Saúde | | | | 215.374.565,00 |
| 4760 - Fundo Estadual de Saúde | | | | 215.374.565,00 |
| 60 | | 605 | 1717990100 - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades | 215.374.565,00 |
| | | | Total da Receita Descentralizada do Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social | 215.374.565,00 |
| | | | Total Geral | 215.374.565,00 |

**40683/2024**

**DECRETO Nº 5.074**
**-republicado-**

Retifica o Decreto 4.443, de 15 de dezembro de 2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 17.192.858-3,

DECRETA:

**Art. 1º** Retifica o Decreto nº 4.443, de 15 de dezembro de 2023, nos seguintes termos:
I - onde se lê: "Art. 1º Torna definitiva a nomeação *sub judice* efetivada pelo Decreto nº 6.700, de 27 de janeiro de 2023, de ANDRÉ LUIZ DA SILVA";
II - Leia-se: "Art. 1º Torna definitiva a nomeação *sub judice* efetivada pelo Decreto nº 6.700, de 27 de janeiro de 2021, de ANDRÉ LUIZ DA SILVA..."
**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 7 de março de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
**(reproduzido por ter sido publicado com incorreção)**

**40693/2024**

**DECRETO Nº 5.538**

Homologa situação de emergência no Município de Umuarama em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Umuarama, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 22.049.860-3,

DECRETA:

**Art. 1º** Homologa o Decreto Municipal nº 122, de 18 de abril de 2024, exarado pelo Prefeito de Umuarama, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

**Art. 2º** Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

**Art. 3º** Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

**Art. 4º** Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do Decreto Municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de ocorrência do evento.

Curitiba, em 22 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

**40692/2024**

**DECRETO Nº 5.539**

Homologa situação de emergência no Município de Jacarezinho em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Jacarezinho, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 22.049.926-0,

DECRETA:

**Art. 1º** Homologa o Decreto Municipal nº 9.782, de 19 de abril de 2024, exarado pelo Prefeito de Jacarezinho, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

**Art. 2º** Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

**Art. 3º** Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

**Art. 4º** Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do Decreto Municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de ocorrência do evento.

Curitiba, em 22 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

**40694/2024**

**DECRETO Nº 5.540**

Homologa situação de emergência no Município de Marialva em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Marialva, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 22.052.176-1,

DECRETA:

**Art. 1º** Homologa o Decreto Municipal nº 8.621, de 18 de abril de 2024, exarado pelo Prefeito de Marialva, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Doenças infecciosas virais.

**Art. 2º** Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

**Art. 3º** Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

**Art. 4º** Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do Decreto Municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de ocorrência do evento.

Curitiba, em 22 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

**40695/2024**

**DECRETO Nº 5.541**

Nomeia MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, para o cargo de Defensor Público-Geral.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 13 da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011 e art. 99 da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, e considerando o contido no protocolado sob nº 22.043.913-5,

DECRETA:

**Art. 1º** Nomeia MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, RG nº 13.879.613-2, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, para o biênio 2024-2026, com mandato correspondente ao período entre 15 de maio de 2024 a 31 de janeiro de 2026.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 22 de abril de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

**40696/2024**

**DECRETO Nº 5.542**

Revoga o Decreto nº 1.482, de 29 de maio de 2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.953.157-5,

DECRETA:

**Art. 1°** Revoga o Decreto nº 1.482, de 29 de maio de 2019.

**Art. 2°** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 22 de abril de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

**40697/2024**

**DECRETO Nº 5.543**

Concede medalhas que especifica a militares e civis.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, com base art. 1º da Lei nº 5.798, de 24 de junho de 1968, em face da proposição do Comandante-Geral da PMPR, conforme consubstanciado no protocolo nº 21.980.791-0,

DECRETA:

**Art. 1º** Concede as medalhas que especifica, aos militares e civis, conforme deliberado na 491ª reunião da Comissão de Mérito da PMPR, na forma do Anexo deste Decreto.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 22 de abril de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

**40698/2024**

# ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 5543/2024

## CONCEDE AS MEDALHAS QUE ESPECIFICA A MILITARES E CIVIS

**I – Medalha Coronel Sarmento**, de acordo com o previsto no art. 1º, da Lei Estadual nº 5.798, de 24 de junho de 1968, aos seguintes militares e civis:

**a) Militares:**

| Nº | Posto/Graduação | Nome | CPF |
|---|---|---|---|
| 1 | Cel. QOPM | Darany Luiz Alves de Oliveira | 726.604.149-04 |
| 2 | Cel. QOPM | Gerson Mauricio Zocchi | 864.952.599-72 |
| 3 | Cel. QOPM | Jean Rafael Puchetti Ferreira | 873.078.209-00 |
| 4 | Cel. QOPM | Joas Marcos Carneiro Lins | 768.975.679-49 |
| 5 | Cel. QOPM | Marcelo Krainski De Lima | 841.681.709-00 |
| 6 | Cel. QOPM | Marcos Ginotti Pires | 114.074.548-46 |
| 7 | Cel. QOPM | Nelson Villa Junior | 723.929.679-20 |
| 8 | Cel. QOPM | Paulo Roberto Lima | 793.098.019-72 |
| 9 | Cel. QOPM | Roberto Francisco Cardoso | 732.003.449-20 |
| 10 | Cel. QOPM | Robson Alves | 841.682.429-00 |
| 11 | Cel. QOPM | Wellenton Joserli Selmer | 872.374.239-91 |
| 12 | Cel. PM SC | Aurélio José Pelozato da Rosa | 582.223.329-53 |
| 13 | Cel. PM SP | Cássio Araújo de Freitas | 124.560.608-57 |
| 14 | Cel. PM RS | Cláudio dos Santos Feoli | 701.571.380-20 |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

| | | | |
|---|---|---|---|
| 15 | Cel. PM ES | Douglas Caus | 946.689.497-87 |
| 16 | Cel. PM RJ | Luiz Henrique Marinho Pires | 016.439.477-02 |
| 17 | Cel. PM MS | Renato dos Anjos Garnes | 456.686.631-91 |
| 18 | Cel. PM MG | Rodrigo Piassi do Nascimento | 840.642.006-59 |
| 19 | Ten.-Cel. QOPM | Carlos Assad Mady | 002.522.587-11 |
| 20 | Ten.-Cel. QOPM | Jeferson Agenor Busnello | 921.359.199-34 |
| 21 | Ten.-Cel. QEOPM | Amabile Aparecida Augusto Pinto | 856.537.649-49 |
| 22 | Ten.-Cel. QEOPM | Ed Cleso Pereira De Souza | 647.163.259-20 |
| 23 | Maj. QOPM | João Roberto das Graças Galeto Alves | 022.999.289-79 |
| 24 | Maj. QOPM | Lucas Pereira Gabardo Guimarães | 040.997.409-94 |
| 25 | Maj. QOPM | Valter Ribeiro da Silva | 015.901.519-76 |
| 26 | Cap. QOPM | João Carlos Bonato Júnior | 040.986.109-06 |
| 27 | Subten. PM RR | Antônio Janiszewski | 708.118.229-15 |
| 28 | Subten. PM RR | Marcus Aurélio Ilário Eschipio | 740.576.349-91 |

**b) Civis:**

| Nº | Nome | CPF |
|---|---|---|
| 1 | Carlos Eduardo de Azevedo | 034.497.019-16 |
| 2 | Darlan Scalco | 005.856.939-19 |
| 3 | Elisandro Pires Frigo | 703.566.880-20 |
| 4 | Francisco Zanicotti | 760.231.769-68 |
| 5 | Gabrielle Beatriz Bakri Pigatto Cau | 063.429.959-07 |
| 6 | João Carlos Ortega | 413.482.659-49 |
| 7 | José Antonio Peruzzo | 524.502.799-20 |
| 8 | Luciana Saito de Azevedo Massa | 021.213.249-09 |
| 9 | Luiz Paulo Budal Pedroso de Almeida | 061.734.809-05 |
| 10 | Marcia Cristina Rebonato do Valle | 768.234.079-72 |
| 11 | Paulo Mateus Chiarelli | 099.449.969-80 |
| 12 | Renê de Oliveira Garcia Júnior | 666.171.707-68 |

**40699/2024**

**DECRETO Nº 5.544**

Institui o Prêmio Ganhando o Mundo Servidor, condecorado com o Certificado ao Mérito Funcional, a Medalha Gralha Azul e a Viagem de Missão Institucional, como valorização e reconhecimento do servidor pelas boas práticas no serviço público do Estado do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 87 da Constituição Estadual, e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.778.297-0,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DO PRÊMIO GANHANDO O MUNDO SERVIDOR E DOS OBJETIVOS

**Art. 1º** Institui o Prêmio Ganhando o Mundo Servidor, a ser condecorado com o Certificado ao Mérito Funcional, a Medalha Gralha Azul e a Viagem de Missão Institucional, como forma de valorizar, reconhecer e homenagear o agente público pelo mérito e pelos relevantes serviços prestados, a ser regulamentado na forma disposta neste Decreto.

**Art. 2º** O Prêmio Ganhando o Mundo Servidor compreende as seguintes categorias:

I - Servidor Público Destaque: concedido ao servidor público da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Paraná, integrante das categorias funcionais previstas neste Decreto, pelo mérito funcional no exercício do cargo ou função pública, no âmbito de seu órgão ou entidade;

II - Agente Público Destaque: concedido ao agente público estadual, de quaisquer poderes ou instituições públicas do Estado, independentemente do vínculo administrativo, pelos relevantes trabalhos desenvolvidos à sociedade paranaense, com reconhecimento pelo Chefe do Poder Executivo do Paraná.

**Art. 3º** São objetivos do Prêmio Ganhando o Mundo Servidor:

I - quanto à categoria Servidor Público Destaque:

a) a valorização e o reconhecimento ao mérito funcional do servidor que se destacar nos atributos de conhecimento, habilidades e atitudes no âmbito do órgão ou entidade em que atua;

b) o estímulo à busca pelo desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e gerenciais adotadas no âmbito da política de capacitação do órgão ou entidade;

c) o engajamento do servidor aos propósitos descritos no tripé missão, visão e valores do órgão ou entidade;

d) o estímulo às ideias inovadoras, que resulte na implementação de boas práticas do exercício funcional e no cumprimento dos objetivos e metas do órgão ou entidade de alocação do servidor;

e) o incentivo à promoção de um ambiente de trabalho colaborativo e inclusivo, que promova a troca de conhecimentos e experiências entre os servidores;

I - quanto à categoria Agente Público Destaque:

a) o incentivo à política de inovação voltada para a eficiência da Administração Pública e o fomento aos projetos e ações de melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade;

b) o estímulo a um ambiente propício para que ideias inovadoras surjam e para que melhorias e oportunidades sejam identificadas no âmbito das finalidades da instituição;

c) a promoção de oportunidades para criação e desenvolvimento de novas metodologias administrativas, visando à melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população usuária;

d) o estímulo à participação aguerrida na causa pública e nas políticas públicas voltadas ao bem-estar da coletividade;

e) o reconhecimento de servidores que demonstrem liderança e capacidade de mobilização para a implementação de projetos sociais ou comunitários que contribuam para

o desenvolvimento local e o bem-estar da população.

CAPÍTULO II
DAS PREMIAÇÕES

**Seção I**
**Das Modalidades de Premiação**

**Art. 4º** O Prêmio Ganhando o Mundo Servidor compreenderá as seguintes premiações, comuns a ambas as categorias:

I - Certificado ao Mérito Funcional: concedido aos servidores e agentes públicos mais bem avaliados ou indicados, segundo os critérios de avaliação e escolha previstos neste Decreto;

II - Medalha Gralha Azul: concedida aos servidores e agentes públicos mais bem avaliados ou indicados, dentre os premiados com o Certificado ao Mérito Funcional, segundo os critérios de avaliação e escolha previstos neste Decreto;

III - Viagem de Missão Institucional: a ser concedida exclusivamente ao servidor público efetivo de cada Secretaria de Estado, premiado com a Medalha Gralha Azul, na categoria Servidor Público Destaque.

**Seção II**
**Do Público-Alvo**

**Art. 5º** O Prêmio Ganhando o Mundo Servidor é voltado exclusivamente para as seguintes categorias de agentes públicos:

I - servidor público efetivo, investido ou não em cargo ou função comissionada;

II - servidor sem vínculo, investido exclusivamente em cargo comissionado;

III - agente público de quaisquer poderes ou instituições públicas do Estado do Paraná, independentemente do vínculo funcional com a Administração Pública.

**§1º** Excluem-se do público contemplado pelo Prêmio Ganhando o Mundo Servidor, da categoria Servidor Público Destaque, os professores e pedagogos do Quadro Próprio do Magistério - QPM inscritos no curso de Formação Continuada Formadores em Ação, habilitados para concorrer no programa de Formação Continuada no Exterior.

**§2º** Os servidores excluídos na forma do §1º deste artigo não estão impedidos de votar.

**Seção III**
**Dos Premiados**

**Art. 6º** Serão homenageados com o Certificado ao Mérito Funcional, na categoria Servidor Público Destaque, no máximo, três servidores, por órgão ou entidade, dentre aqueles mais bem avaliados, segundo os critérios previstos neste Decreto.

**Art. 7º** Será homenageado com a Medalha Gralha Azul e, por consequência, com a Viagem de Missão Institucional, o servidor público com a maior nota, dentre os três que receberam o Certificado ao Mérito Funcional, da categoria Servidor Público Destaque, por órgão ou entidade.

**Art. 8º** Serão homenageados com o Certificado ao Mérito Funcional e com a Medalha Gralha Azul, na categoria Agente Público Destaque, até três agentes públicos indicados pelo Governador e um agente público indicado por cada Secretário de Estado ou autoridade máxima de órgão com status de secretaria, pertencentes a quaisquer poderes ou instituições públicas do Estado, com base nos parâmetros previstos neste Decreto.

**Art. 9º** Não poderá concorrer ao Prêmio Ganhando o Mundo Servidor, na categoria Servidor Público Destaque, o servidor enquadrado nas seguintes condições:

I - que tenha sido alvo de condenação em processo administrativo disciplinar, da seguinte forma:

a) antes de cumprido um mês, contado a partir da data de imputação da pena de advertência;

b) antes de cumprido três meses, contados a partir da data de imputação da pena de repreensão, e

c) antes de cumprido doze meses, contados a partir da data de cumprimento da pena de suspensão;

I - que esteja em usufruto de afastamentos legais, salvo no caso de licença capacitação e licença com base na Lei nº 20.541, de 20 de abril de 2021 - Lei Estadual de Inovação.

**Art. 10.** Os servidores em disposição funcional poderão participar do Prêmio Ganhando o Mundo Servidor na categoria Servidor Público Destaque, concorrendo no âmbito do órgão de destino.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E ESCOLHA DOS PREMIADOS

**Seção I**
**Do Processo de Escolha da Categoria Servidor Público Destaque**

**Art. 11.** O processo de escolha na categoria Servidor Público Destaque se dará por meio de votação entre os pares pertencentes a cada órgão ou entidade, mediante avaliação de comportamentos, habilidades e atitudes, tendo como parâmetros os seguintes fatores:

I - zelo profissional: assiduidade, pontualidade e disciplina no cumprimento das suas funções;

II - proatividade: habilidade de antecipar-se a desafios e buscar soluções de forma proativa, identificando oportunidades de melhoria e agindo assertivamente para resolvê-las;

III - eficiência: desempenho das atribuições atinentes ao seu cargo com produtividade e superação de metas estabelecidas, trazendo melhorias para a organização;

IV - compromisso com o serviço público e alinhamento com a gestão estadual: manifestação do espírito de dedicação ao serviço público e entrega de ações e projetos alinhados com o Plano de Governo, Plano Plurianual, Planejamento Estratégico do órgão ou entidade e outros instrumentos de planejamento;

V - colaboração e trabalho em equipe: capacidade de trabalhar de forma colaborativa com colegas e outras áreas da organização, promovendo um ambiente de cooperação e contribuindo para o alcance dos objetivos comuns.

**§1º** A critério da Comissão Organizadora, poderá ser atribuído pesos diferenciados para cada um dos fatores de avaliação, descritos nos incisos do caput deste artigo, conforme previsão do regulamento da respectiva edição do prêmio.

**§2º** O processo de votação, da categoria Servidor Público Destaque, será feito exclusivamente por meio eletrônico, atrelado ao Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do servidor votante, para votação conforme os parâmetros descritos nos incisos do *caput* deste artigo.

**§3º** O *link* para votação será acompanhado com todas as instruções, em linguagem objetiva e compreensível, sobre os procedimentos para a avaliação.

**§4º** Cada servidor poderá avaliar somente um único candidato lotado ou alocado no seu respectivo órgão ou entidade, conforme regras a serem previstas no respectivo edital.

**§5º** O instrumento de avaliação consistirá de uma escala de zero a dez, para cada fator de avaliação, podendo ou não ser atribuído pesos distintos, conforme o regulamento da respectiva edição do prêmio.

**§6º** Será eleito o servidor que apresentar a maior somatória das notas de avaliação, conforme regulamento previsto no respectivo edital.

**§7º** O processo de avaliação transcorrerá durante o período de uma semana, a ser definida no regulamento.

**Seção II**
**Do Processo de Escolha na Categoria Agente Público Destaque**

**Art. 12.** A escolha dos vencedores do prêmio da categoria Agente Público Destaque será por meio de indicação do Chefe do Poder Executivo e dos Secretários de Estado, nos quantitativos previstos no art. 8º deste Decreto, dentre os agentes públicos que, no exercício da função pública, desempenham suas atribuições com notória relevância e reconhecimento no âmbito dos serviços públicos prestados à sociedade paranaense.

**§1º** A indicação ao prêmio da categoria Agente Público Destaque observará os seguintes parâmetros:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

I - histórico público ilibado;

II - notórios conhecimento e saber técnico da área em que atua;

III - notório reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense;

IV - autoria em ações inovadoras voltadas para a eficiência e qualidade dos serviços públicos prestados na respectiva área de atuação;

V - notória atuação nas causas sociais e na implementação de políticas públicas essenciais à sociedade paranaense.

**§2º** As indicações desta categoria serão deflagradas mediante provocação da Comissão Organizadora, em expediente endereçado ao Governador e aos Secretários conforme rito procedimental descrito neste Decreto.

CAPÍTULO IV
DOS PROCEDIMENTOS PARA O PRÊMIO GANHANDO O MUNDO SERVIDOR

**Seção I**
**Da Periodicidade e do Site Oficial do Prêmio**

**Art. 13.** As homenagens do Prêmio Ganhando o Mundo Servidor serão realizadas por meio de edições anuais, sendo que os prêmios serão entregues pelo Chefe do Poder Executivo, em conjunto com o titular do órgão ou entidade dos servidores premiados, em sessão solene no âmbito das comemorações do Dia do Servidor Público.

**Art. 14.** O Prêmio Ganhando o Mundo Servidor contará com uma plataforma digital, no sítio do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP/DRH, que deverá constar, minimamente:

I - os atos normativos reguladores do prêmio;

II - os membros da Comissão Organizadora;

III - as notícias ou matérias relacionadas ao programa;

IV - os editais correspondentes.

**§1º** Todos os procedimentos inerentes ao Prêmio Ganhando o Mundo Servidor serão realizados exclusivamente por meio eletrônico, através da sua página oficial na internet.

**§2º** A página oficial do prêmio será mantida e administrada pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

**Seção II**
**Dos Editais**

**Art. 15.** As edições do Prêmio Ganhando o Mundo Servidor serão abertas por meio de edital da SEAP.

**§1º** Cada edição anual do prêmio contará com um regulamento específico, o qual deverá constar do respectivo edital.

**§2º** O edital será publicado no Diário Oficial do Estado, e seu extrato, contendo as informações essenciais, levado à ampla divulgação pelos meios oficiais comumente utilizados para comunicação entre os órgãos e entidades, bem como em posição de destaque na página da SEAP.

**Art. 16.** Além do edital de abertura da edição do prêmio, com o respectivo regulamento, todas as demais etapas do processo de votação e escolha também deverão constar em respectivos editais.

**Seção III**
**Da Comissão Organizadora**

**Art. 17.** Será instituída, por ato de resolução do Secretário de Estado da Administração e da Previdência, uma Comissão Organizadora do Prêmio Ganhando o Mundo Servidor, à qual competirá a condução geral do processo relativo ao respectivo ano de edição.

**§1º** A Comissão Organizadora terá as seguintes atribuições:

I - definir e elaborar o calendário e o cronograma da edição do prêmio;

II - elaborar e publicar o edital com o regulamento do Prêmio Ganhando o Mundo Servidor do ano correspondente, bem como os editais das etapas subsequentes;

III - receber, avaliar e responder aos questionamentos e dúvidas sobre o regulamento, conforme os critérios e regras constantes deste Decreto e do respectivo edital de inscrição;

IV - organizar o processo de votação e de sistematização dos resultados;

V - divulgar o resultado final dos vencedores;

VI - organizar os procedimentos para a sessão solene de entrega dos prêmios, em conjunto com o Cerimonial;

VII - elaborar e divulgar o edital de encerramento da respectiva edição.

**§2º** A Comissão Organizadora será composta da seguinte forma:

I - três representantes da SEAP, sendo dois representantes do Departamento de Recursos Humanos e Previdência, e um representante da Escola de Gestão do Paraná, indicados pelos respectivos titulares;

II - dois representantes da Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL, indicados pelo titular da pasta;

III - dois representantes da Casa Civil, indicados pelo titular da pasta.

**§3º** Os membros da Comissão Organizadora não serão permanentes, tendo seus mandatos findados com o encerramento da edição do prêmio do respectivo ano.

**§4º** A composição da Comissão Organizadora das edições dos anos seguintes poderá ser composta pelos mesmos membros das edições anteriores.

**§5º** Os membros da Comissão Organizadora não poderão concorrer aos prêmios da respectiva edição, bem como estarão proibidos de votar.

**Seção IV**
**Do Processo de Votação e Indicação**

**Art. 18.** O processo de votação, para a escolha dos premiados na categoria Servidor Público Destaque, será deflagrado a partir do respectivo edital, publicado pela Comissão Organizadora no Diário Oficial do Estado.

**§1º** O processo de votação será feito exclusivamente por meio eletrônico, através do *link* disponibilizado pela Comissão Organizadora, e publicado na página oficial do prêmio.

**§2º** Chegada a data programada para a avaliação, a Comissão Organizadora disponibilizará o link de votação para todos os servidores aptos a votar, conforme regras previstas no edital.

**§3º** Na página da votação deverão constar todas as instruções do processo de avaliação, juntamente com o respectivo formulário contendo os fatores de avaliação.

**§4º** A votação consiste na atribuição de notas, numa escala de zero a dez, em cada fator de avaliação que estará descrito de forma clara e objetiva no formulário.

**§5º** Ao concluir a atribuição das notas, o servidor deverá clicar no botão de confirmação e conclusão, momento em que o sistema emitirá o respectivo comprovante de votação, que poderá ser impresso ou não, a critério do servidor.

**Art. 19.** Juntamente com o ato de publicação do edital, a Comissão Organizadora expedirá ofício à Casa Civil, às Secretarias de Estado e órgãos com esse status, comunicando quanto à abertura da edição do prêmio, e solicitando, respectivamente, a indicação pelo Governador e pelos Secretários, dos nomes a serem premiados na categoria Agente Público Destaque.

**Seção V**
**Da Apuração dos Resultados e Proclamação dos Vencedores**

**Art. 20.** Encerrada a votação relativa à escolha dos vencedores da categoria Servidor Público Destaque, os membros da Comissão Organizadora procederão com a apuração

dos votos, e a divulgação do resultado final, com a proclamação dos vencedores.

**Parágrafo único.** Havendo empate na apuração das notas da categoria Servidor Público Destaque, deverão ser utilizados os seguintes critérios de desempate, na seguinte ordem:

I - o servidor com maior idade;

II - o servidor com maior tempo de serviço público no Paraná;

III - servidor com maior nota no quesito a ser estabelecido no regulamento da respectiva edição do prêmio.

**Art. 21.** Findada a apuração dos votos da categoria Servidor Público Destaque, e recebido do Gabinete do Governador, dos Secretários de Estado e titulares de órgão com esse status, as indicações dos homenageados na categoria Agente Público Destaque, a Comissão Organizadora elaborará uma ata constando a descrição do processo de apuração e resultado da votação, bem como um relatório final contendo toda contextualização do processo referente às votações e indicações ao prêmio.

**§1º** O relatório final será entregue ao Secretário de Estado da Administração e da Previdência, para homologação e proclamação do resultado final, por meio de resolução, e publicação no Diário Oficial do Estado.

**§2º** A ata e o relatório final, com o resultado da votação e proclamação dos vencedores, serão publicados em edital, bem como na página oficial do prêmio.

**§3º** Definidos os vencedores, a comissão organizadora comunicará à Casa Civil, que oficiará o Cerimonial, visando aos preparativos para a solenidade de entrega dos prêmios aos vencedores.

**§4º** Não haverá recurso contra ato de proclamação dos vencedores.

**Seção VI**
**Da Entrega dos Prêmios**

**Art. 22.** Os prêmios serão entregues aos vencedores pelo Chefe do Poder Executivo, ou por quem este se fizer representar, acompanhado pelo titular da pasta de lotação ou alocação do servidor ou agente público premiado, em sessão solene a ser realizada por ocasião das comemorações do Dia do Servidor Público.

**§1º** A entrega da premiação seguirá a seguinte ordem:

I - entrega dos Certificados do Mérito Funcional;

II - entrega da Medalha Gralha Azul;

III - entrega dos *vouchers* relativos às viagens de Missão Institucional.

**§2º** Eventuais despesas com o deslocamento de servidor premiado, residente em município diverso da Capital do Estado, serão realizadas por meio de diárias emitidas pelo respectivo órgão ou entidade de lotação do servidor.

**Art. 23.** A organização da solenidade de entrega dos prêmios será de responsabilidade do órgão cerimonial do Estado.

**Seção VII**
**Dos Procedimentos para a Viagem de Missão Institucional**

**Art. 24.** As providências para operacionalizar a viagem relativa ao Prêmio Missão Institucional ficará a cargo de uma Comissão, a ser designada pela Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL.

**Art. 25.** As despesas com a Viagem de Missão Institucional correrão por conta da dotação orçamentária própria da pasta à qual o servidor premiado for vinculado.

**Art. 26.** As despesas com emissão de passaporte e demais documentação necessária à viagem de Missão Institucional correrão por conta do servidor premiado.

**Art. 27.** Se, por razões de caso fortuito ou força maior, o servidor premiado com a viagem de Missão Institucional não puder viajar, o título poderá ser transferido ao segundo servidor mais bem votado do respectivo órgão ou entidade, desde que seja feita com a antecedência necessária aos procedimentos da viagem.

**Art. 28.** A viagem de Missão Institucional terá programação de cunho eminentemente profissional e institucional, visando à capacitação técnica do servidor contemplado, devendo ser apresentado relatório técnico da viagem, em até dez dias úteis a partir do retorno do servidor.

**Parágrafo único.** A ausência do servidor, para fins de participação na viagem de Missão Institucional, será abonada desde dois dias antes, até dois dias após a data prevista para o retorno.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 29.** As despesas relativas à confecção das Medalhas Gralha Azul, correrão por conta da SEAP.

**Parágrafo único.** O *design*, o tipo de material e as inscrições a serem empregadas na Medalha Gralha Azul, bem como o *layout* do Certificado ao Mérito Funcional, serão confeccionados pela Secretaria de Estado da Comunicação – SECOM.

**Art. 30.** As premiações do Prêmio Ganhando o Mundo Servidor não se confundem e não geram quaisquer direitos relativos a institutos de desenvolvimento funcional, percepção de vantagem atribuída ao desempenho funcional, ou quaisquer outros benefícios remuneratórios inerentes à respectiva carreira do servidor premiado.

**Art. 31.** É de inteira responsabilidade do servidor premiado as despesas e providências necessárias à expedição do passaporte e demais documentos exigidos para fins da Viagem Missão Institucional, sob pena de, não cumpridas tais exigências, incorrer na perda desse prêmio, sem quaisquer direitos a compensações substitutivas.

**Art. 32.** Ato conjunto dos Secretários de Estado da Administração e da Previdência e do Secretário de Estado do Planejamento disporá sobre as regras para implementação do Prêmio Ganhando o Mundo Servidor, segundo as diretrizes previstas neste Decreto.

**Art. 33.** Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Organizadora da respectiva edição do prêmio, ouvido o Departamento de Recursos Humanos da SEAP.

**Art. 34.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 22 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

ELISANDRO PIRES FRIGO
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

GUTO SILVA
Secretário de Estado do Planejamento

**40700/2024**

**Decreto nº 5545**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 4º, da Lei Estadual nº 21.862, de 18 de dezembro de 2023, e no inciso VIII, § 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 21.587, de 14 de julho de 2023, e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.663.128-5,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

4.085.375,00 (quatro milhões e oitenta e cinco mil e trezentos e setenta e cinco reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de Superávit Financeiro.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 22 de Abril de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

**Carlos Massa Ratinho Junior**
Governador do Estado

**Renê de Oliveira Garcia Júnior**
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto nº 5545 Formalização 2024FC000249/Bloco1

**ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA**

| Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho | Grupo da Fonte | Fonte | Natureza | Cód. Meta Física | Descrição Meta Física | Região Intermediária | Município | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 13 - Casa Civil | | | | | | | | 4.085.375,00 |
| 130000 - Casa Civil do Estado do Paraná | | | | | | | | 4.085.375,00 |
| 1301 - Gabinete do Secretário | | | | | | | | 4.085.375,00 |
| F.13.01.04.122.05.7106 - Integralização de Capital na FOMENTO PARANÁ | | | | | | | | 4.085.375,00 |
| | 75 | 759 | 4.5.90.65 | 0 | Não definida | 4100 | 9999999 | 4.085.375,00 |
| | | | | | | Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social | | 4.085.375,00 |
| | | | | | | | Total Geral | 4.085.375,00 |

**40701/2024**

**Decreto nº 5546**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 4º, da Lei Estadual nº 21.862, de 18 de dezembro de 2023, e no inciso VIII, § 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 21.587, de 14 de julho de 2023, e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.733.462-4 e 21.733.543-4,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 56.655.000,00 (cinquenta e seis milhões e seiscentos e cinquenta e cinco mil reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de Superávit Financeiro.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 22 de Abril de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

**Carlos Massa Ratinho Junior**
Governador do Estado

**Renê de Oliveira Garcia Júnior**
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto nº 5546 Formalização 2024FC000270/Bloco1

**ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA**

| Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho | Grupo da Fonte | Fonte | Natureza | Cód. Meta Física | Descrição Meta Física | Região Intermediária | Município | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 13 - Casa Civil | | | | | | | | 56.655.000,00 |
| 133000 - Departamento de Trânsito do Paraná | | | | | | | | 56.655.000,00 |
| 1330 - Departamento de Trânsito do Paraná | | | | | | | | 56.655.000,00 |
| F.13.30.06.181.06.8039 - Ações do DETRAN | | | | | | | | 46.655.000,00 |
| | 50 | 501 | 3.1.91.13 | 0 | Não definida | 4100 | 9999999 | 7.000.000,00 |
| | 50 | 501 | 3.3.90.39 | 0 | Não definida | 4100 | 9999999 | 12.000.000,00 |
| | 70 | 703 | 3.3.90.40 | 0 | Não definida | 4100 | 9999999 | 19.655.000,00 |
| | 50 | 501 | 3.3.90.40 | 0 | Não definida | 4100 | 9999999 | 8.000.000,00 |
| F.13.30.28.846.99.9210 - Encargos Especiais DETRAN | | | | | | | | 10.000.000,00 |
| | 50 | 501 | 3.3.90.47 | 0 | Não definida | 4100 | 9999999 | 10.000.000,00 |
| | | | | | | Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social | | 56.655.000,00 |
| | | | | | | | Total Geral | 56.655.000,00 |

**40702/2024**

**Decreto nº 5547**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 4º, da Lei Estadual nº 21.862, de 18 de dezembro de 2023, e no § 5º do artigo 15, da Lei Estadual nº 21.587, de 14 de julho de 2023, e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.008.087-0,

DECRETA:

Art. 1º Fica efetuada uma Transferência no Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 22 de Abril de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

**Carlos Massa Ratinho Júnior**
Governador do Estado

**Renê de Oliveira Garcia Júnior**
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto nº 5547 Formalização 2024FC000272/Bloco1

**ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA**

| Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho | Grupo da Fonte | Fonte | Natureza | Cód. Meta Física | Descrição Meta Física | Região Intermediária | Município | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 67 - Secretaria de Estado das Cidades | | | | | | | | 160.000,00 |
| 670000 - Secretaria de Estado das Cidades | | | | | | | | 160.000,00 |
| 6702 - Diretoria Geral | | | | | | | | 160.000,00 |
| F.67.02.15.122.14.8272 - Gestão Administrativa SECID | | | | | | | | 160.000,00 |
| | 50 | 500 | 4.4.90.52 | 0 | Não definida | 4100 | 9999999 | 160.000,00 |
| | | | | | | Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social | | 160.000,00 |
| | | | | | | | Total Geral | 160.000,00 |

Anexo ao Decreto nº 5547 Formalização 2024FC000272/Bloco1

**ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA**

| Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho | Grupo da Fonte | Fonte | Natureza | Cód. Meta Física | Descrição Meta Física | Região Intermediária | Município | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 67 - Secretaria de Estado das Cidades | | | | | | | | 160.000,00 |
| 670000 - Secretaria de Estado das Cidades | | | | | | | | 160.000,00 |
| 6702 - Diretoria Geral | | | | | | | | 160.000,00 |
| F.67.02.15.122.14.8272 - Gestão Administrativa SECID | | | | | | | | 160.000,00 |
| | 50 | 500 | 3.3.90.40 | 0 | Não definida | 4100 | 9999999 | 160.000,00 |
| | | | | | | Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social | | 160.000,00 |
| | | | | | | | Total Geral | 160.000,00 |

**40703/2024**

**Decreto nº 5548**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 4º, da Lei Estadual nº 21.862, de 18 de dezembro de 2023, e no inciso VIII, § 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 21.587, de 14 de julho de 2023, e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.997.508-2,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de Superávit Financeiro.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 22 de Abril de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

**Carlos Massa Ratinho Junior**
Governador do Estado

**Renê de Oliveira Garcia Júnior**
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto nº 5548 Formalização 2024FC000280/Bloco1

**ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA**

| Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho | Grupo da Fonte | Fonte | Natureza | Cód. Meta Física | Descrição Meta Física | Região Intermediária | Município | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável | | | | | | | | 1.000.000,00 |
| 693100 - Instituto Água e Terra | | | | | | | | 1.000.000,00 |
| 6931 - Instituto Água e Terra | | | | | | | | 1.000.000,00 |
| F.69.31.18.122.23.8286 - Gestão Administrativa IAT | | | | | | | | 1.000.000,00 |
| | 50 | 501 | 4.4.40.42 | 0 | Não definida | 4104 | 4123303 | 157.665,00 |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 50 | 501 | 4.4.40.42 | 0 | Não definida | 4104 | 4105508 | 360.909,00 |
| | 50 | 501 | 4.4.40.42 | 0 | Não definida | 4104 | 4107900 | 242.376,00 |
| | 50 | 501 | 4.4.40.42 | 0 | Não definida | 4104 | 4117107 | 239.050,00 |
| | | | | | | Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social | | 1.000.000,00 |
| | | | | | | | Total Geral | 1.000.000,00 |

**40704/2024**

**Decreto nº 5549**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 4º, da Lei Estadual nº 21.862, de 18 de dezembro de 2023, e no inciso VIII, § 1º, do art. 15, da Lei Estadual nº 21.587, de 14 de julho de 2023, e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.681.379-0,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 2.946.942,00 (dois milhões e novecentos e quarenta e seis mil e novecentos e quarenta e dois reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de Superávit Financeiro.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 22 de Abril de 2024, 203º da Independência e 136º da República.

**Carlos Massa Ratinho Junior**
Governador do Estado

**Renê de Oliveira Garcia Júnior**
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto n° 5549 Formalização 2024FC000281/Bloco1

**ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA**

| Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho | Grupo da Fonte | Fonte | Natureza | Cód. Meta Física | Descrição Meta Física | Região Intermediária | Município | Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 41 - Secretaria de Estado da Educação | | | | | | | | 2.946.942,00 |
| 410000 - Secretaria de Estado da Educação | | | | | | | | 2.946.942,00 |
| 4101 - Gabinete do Secretário | | | | | | | | 2.946.942,00 |
| F.41.01.12.368.32.8470 - Gestão Administrativa das Unidades Escolares | | | | | | | | 2.946.942,00 |
| | 50 | 500 | 3.3.90.39 | 0 | Não definida | 4100 | 9999999 | 2.946.942,00 |
| | | | | | | Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social | | 2.946.942,00 |
| | | | | | | | Total Geral | 2.946.942,00 |

**40705/2024**

**DECRETO Nº 5.550**

Nomeação de MIGUEL PEREIRA DIAS NETO, para exercer cargo em comissão da Secretaria de Estado da Saúde.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

**Art. 1º** Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970, MIGUEL PEREIRA DIAS NETO, RG nº 3.511.510-2, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor – Símbolo CCE-11, da Secretaria de Estado da Saúde, ficando exonerado, a pedido, a partir de 3 de março de 2024, TOBIAS DE ALMEIDA GOSTICHE, RG nº 16.267.400-5.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 22 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
Secretário de Estado da Saúde

**40707/2024**

**DECRETO Nº 5.551**

Demissão do servidor WASHINGTON OLIVEIRA DE SOUZA, Professor pertencente ao Quadro Próprio do Magistério.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no protocolo nº 20.319.774-8, ainda,

Considerando que o servidor WASHINGTON OLIVEIRA DE SOUZA, RG nº 12.474.230-7, Professor pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 52, lotado no Município de Campo Largo, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul, infringiu o disposto na alínea "h", do inciso V do art. 293, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

Considerando que o servidor foi submetido a regular procedimento administrativo, no qual lhe foi assegurado o exercício da ampla defesa e do contraditório;

Considerando ainda o Relatório Final da Comissão Processante, bem como a Deliberação nº 34/2024 do Conselho do Magistério, que cotejando as provas acostadas nos autos e a defesa apresentada, entendeu configurada a conduta irregular do servidor, recomendando sua demissão, e ainda;

Considerando que a administração pública, quando se depara com situação em que a conduta do investigado se amolda às hipóteses de demissão ou de cassação de aposentadoria, não dispõe de discricionariedade para aplicar pena menos gravosa por se tratar de ato vinculado. (MS 21937/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/Acórdão Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2019, DJ e 23/10/2019);

DECIDE:

**Art. 1º** Demitir o servidor WASHINGTON OLIVEIRA DE SOUZA, RG nº 12.474.230-7, Professor pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 52, lotado no Município de Campo Largo, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul, por ter infringido o disposto na alínea "h" do inciso V do art. 293, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 22 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

RONI MIRANDA VIEIRA
Secretário de Estado da Educação

**40708/2024**

**DECRETO Nº 5.552**

Demissão do servidor MARCELO FERREIRA DA SILVA, Professor do Quadro Próprio do Magistério - QPM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no protocolo nº 20.891.714-5, e ainda,

Considerando que o servidor MARCELO FERREIRA DA SILVA, RG nº 6.000.277-0, Professor do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF-01 e LF-97, lotado no Núcleo Regional de Educação de Paranaguá, infringiu o inciso VI do art. 279 c/c inciso IV do art. 285 c/c alínea "c" do inciso V do art. 293, ambos da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970;

Considerando que o servidor foi submetido a regular procedimento administrativo, no qual lhe foi assegurado o exercício da ampla defesa e do contraditório;

Considerando ainda o Relatório Final da Comissão Processante, bem como a Deliberação nº 24/2024 do Conselho do Magistério, que cotejando as provas acostadas nos autos e a defesa apresentada, entendeu configurada a conduta irregular do servidor, recomendando sua demissão; e ainda,

Considerando que a administração pública, quando se depara com situação em que a conduta do investigado se amolda às hipóteses de demissão ou de cassação de aposentadoria, não dispõe de discricionariedade para aplicar pena menos gravosa por se tratar de ato vinculado. (MS 21937/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/Acórdão Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2019, DJ e 23/10/2019);

DECIDE:

**Art. 1º** Demitir o servidor MARCELO FERREIRA DA SILVA, RG nº 6.000.277-0, Professor do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF-01 e LF-97, lotado no Núcleo Regional de Educação de Paranaguá, por ter infringido o inciso VI do art. 279 c/c inciso IV do art. 285 c/c alínea "c" do inciso V do art. 293, ambos da Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 22 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

RONI MIRANDA VIEIRA
Secretário de Estado da Educação

**40709/2024**

**DECRETO Nº 5.553**

Demissão do servidor RUAN CHARLES FERRAZ DE SOUZA, Agente Universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.742.919-6, e ainda,

Considerando que o servidor RUAN CHARLES FERRAZ DE SOUZA, RG nº 10.107.317-3, Agente Universitário, lotado na Seção de jardinagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, cometeu conduta irregular, infringindo o disposto no inciso XV do art. 285 c/c §2 do inciso V do art. 293 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

Considerando que o servidor foi submetido a regular procedimento administrativo, no qual lhe foi assegurado o exercício da ampla defesa e do contraditório;

Considerando o Relatório Final da Comissão Processante, a Resolução UNIV nº 2023.21, do Conselho Universitário da UEPG, recomendando pela aplicação da penalidade de demissão ao servidor;

Considerando que a administração pública, quando se depara com situação em que a conduta do investigado se amolda às hipóteses de demissão ou de cassação de aposentadoria, não dispõe de discricionariedade para aplicar pena menos gravosa por se tratar de ato vinculado. (MS 21937/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/Acórdão Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2019, DJ e 23/10/2019).

DECIDE:

**Art. 1º** Demitir o servidor RUAN CHARLES FERRAZ DE SOUZA, RG nº 10.107.317-3, Agente Universitário, lotado na Seção de jardinagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, por ter infringido o disposto no inciso XV do art. 285 c/c §2 do inciso V do art. 293 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 22 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

RONI MIRANDA VIEIRA
Secretário de Estado da Educação

**40710/2024**

**DECRETO Nº 5.554**

Demissão dos servidores ANNA KARINA DO NASCIMENTO BONATO KRAMEK e CARLOS ADEMIR CHRUN GOMES DA SILVA, Agentes de Polícia Judiciária do Quadro Próprio da Polícia Civil – QPPC.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 22.004.720-2,

Considerando que os servidores ANNA KARINA DO NASCIMENTO BONATO KRAMEK, RG nº 6.356.655-1 e CARLOS ADEMIR CHRUN GOMES DA SILVA, RG nº 5.846.089-3, Agentes de Polícia Judiciária, praticaram transgressões disciplinares infringindo os seguintes dispositivos legais: no 1º FATO: (crime de peculato): incisos V e VI do art. 5º, inciso III do art. 6º, art. 7º, inciso LXI do art. 8º e inciso III do § 1º do art. 8º; no 2º FATO: (crime de tráfico de drogas): incisos V e VI do art. 5º, inciso III do art. 6º, art. 7º, inciso LXI do art. 8º e inciso V do § 1º do art. 8º, todos c/c inciso III do art. 18 e art. 21, todos da Lei nº 21.894, de 3 de abril de 2024;

Considerando que os servidores foram submetidos a regular procedimento administrativo, com observância dos princípios constitucionais, especialmente o da ampla defesa e do contraditório;

Considerando a Deliberação nº 185/2024 do Conselho da Polícia Civil, que concluiu estar comprovada a conduta imputada aos servidores, recomendando pela aplicação da pena de demissão; e

Considerando que a administração pública, quando se depara com situação em que a conduta dos investigados se amolda às hipóteses de demissão ou de cassação de aposentadoria, não dispõe de discricionariedade para aplicar pena menos gravosa por se tratar de ato vinculado. (MS 21937/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/Acórdão Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2019, DJ e 23/10/2019),

DECIDE:

**Art. 1º** Demitir, com fulcro no inciso I do art. 25 da Lei nº 21.894, de 3 de abril de 2024, a bem do serviço público, os servidores ANNA KARINA DO NASCIMENTO BONATO KRAMEK, RG nº 6.356.655-1 e CARLOS ADEMIR CHRUN GOMES DA SILVA, RG nº 5.846.089-3, Agentes de Polícia Judiciária, por infringirem os seguintes dispositivos legais: no 1º FATO: (crime de peculato): incisos V e VI do art. 5º, inciso III do art. 6º, art. 7º, inciso LXI do art. 8º e inciso III do § 1º do art. 8º; no 2º FATO: (crime de tráfico de drogas): incisos V e VI do art. 5º, inciso III do art. 6º, art. 7º, inciso LXI do art. 8º e inciso V do § 1º do art. 8º, todos c/c inciso III do art. 18 e art. 21, todos da Lei nº 21.894, de 3 de abril de 2024.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 22 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

**40711/2024**

**DECRETO Nº 5.555**

Promoção de Oficiais da Polícia Militar do Paraná/PMPR.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, tendo em vista o disposto no art. 44, da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 e o contido no protocolo nº 22.055.109-1,

DECRETA:

**Art. 1º** Promove os seguintes integrantes da Polícia Militar do Paraná por Merecimento:

I - Ao Posto de Coronel QOPM:

| NOME | RG |
|---|---|
| DALTON GEAN PEROVANO | 64428985 |
| ANDERSON PUGLIA | 58329479 |
| ANDRE CRISTIANO DORECKI | 53342566 |
| HERALDO CORREIA DE LIMA | 53531563 |
| GUSTAVO BATISTA HAUENSTEIN | 60389560 |
| JORGE APARECIDO FRITOLA | 48827047 |
| PAULO RENATO APARECIDO SILOTO | 50294668 |

II - Ao Posto de Tenente-Coronel QOPM:

| NOME | RG |
|---|---|
| DAMIAO ENEIAS DE MELO DOS SANTOS | 47351634 |
| ROBERTO DE FRANÇA | 60337853 |
| JULIO CEZAR RODRIGUES DE MORAES | 60055920 |
| VICENTE CARVALHO JUNIOR | 58273015 |
| SERGIO DO PRADO NABOZNY | 59065513 |
| JULIANO ZANUNCINI | 68814278 |
| MARCIO VALIM DE SOUZA | 58128619 |
| RICARDO FARDIM EGUEDIS | 52738610 |

III - Ao Posto de Major QOPM:

| NOME | RG |
|---|---|
| ADAIR APARECIDO ZEM | 57279885 |
| CESAR SEBASTIÃO DA SILVA | 71557987 |
| MURIEL XAVIER | 76250162 |
| EDERSON PINHEIRO CREVELIN | 65166992 |
| MARCOS CESAR PALUCH | 62518910 |
| DEJAIR BUDKEVITZ | 86481456 |
| EDSON DAL POZZO | 67328680 |
| RICARDO SCHWAMBACH | 54036922 |
| ELLEA ZYCH DE SOUZA | 42161365 |
| TIAGO SWAAB SCHERER | 85056107 |

| | |
|---|---|
| MARIA FERNANDA DE CARVALHO DE DEUS | 77046593 |

IV - Ao Posto de Major QOS-Médico:

| NOME | RG |
|---|---|
| SATURNINO RIBEIRO DO NASCIMENTO NETO | 68689341 |

V - Ao Posto de Capitão QOPM:

| NOME | RG |
|---|---|
| CARLOS MAZZA NETO | 84634808 |
| KEYLA WOSNIAK | 78315962 |
| EDUARDO SOBRINHO GALVÃO | 92949001 |
| CARLOS MIGUEL DOS SANTOS | 53773427 |
| GUILHERME HENRIQUE BUDAL ARINS | 90424947 |
| JOAO MARCOS DUTRA DA SILVA | 83707372 |
| JONATHAN LUIZ KEVETIKI | 93183533 |
| WILLIAN DA SILVA CORREA | 105815468 |
| JOAO VITOR BEZERRA LIMA | 125212760 |
| VAGNER LUIZ ANDREATTA BUENO | 61816437 |
| ALEXANDRE PEPE PARABOCZ | 63912956 |
| IVAN DEMETERKO RODRIGUES DA COSTA | 95521835 |
| ADRIANO CRISTIANO LAZAROTTO | 89032369 |
| JOAO VITOR ARNAS DE MIRANDA | 103930847 |
| FELIPE FURQUIM DE CAMARGO | 99751088 |

**Art. 2º** Promove os seguintes integrantes da Polícia Militar do Paraná por Antiguidade:

I - Ao Posto de Coronel QOPM:

| NOME | RG |
|---|---|
| EMIDIO ANGELOTTI | 58152005 |
| ROBSON LUIZ SELLETI | 41773383 |

II - Ao Posto de Tenente-Coronel QOPM:

| NOME | RG |
|---|---|
| LUCIANO JOSE RIBEIRO ROMAO | 50066568 |
| ELIO BOING | 59190458 |
| ROGELHO APARECIDO FERNANDES | 43618768 |

III - Ao Posto de Major QOPM:

| NOME | RG |
|---|---|
| MARCOS ROBERTO OLIVEIRA | 59822063 |
| RICARDO DINIZ BOLWERK LIMA | 69852130 |
| REINALDO ANDERSON ALVES MACHADO | 55602999 |

IV - Ao Posto de Capitão QOPM:

| NOME | RG |
|---|---|
| FELIPE ZANATO ALVES | 88126122 |
| FERNANDO HENRIQUE RODRIGUES YOSHIMINE | 100789639 |
| CRISTIANO FERNANDO MACHADO | 110886390 |
| ADRIANNY ZIMERMANN MOREIRA FORMANQUEVSKI | 93365275 |
| NICOLAS GOULART KRETSCHMER | 104535526 |

V - Ao Posto de 1º Tenente QOPM:

| NOME | RG |
|---|---|
| RAFAEL AUGUSTO ANDRADE | 105981155 |

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 22 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

**40712/2024**

**DECRETO Nº 5.556**

Promoção de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, tendo em vista o disposto no art. 44, da Lei Estadual nº 5.944, de 21 de maio de 1969 e o contido no protocolo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

nº 22.055.092-3,

DECRETA:

**Art. 1º** Promove os seguintes integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná por Merecimento:

I - Ao Posto de Tenente-Coronel QOBM:

| NOME | RG |
|---|---|
| EDUARDO GOMES PINHEIRO | 66350185 |
| ROMEU TADASHI YAGUI | 64717065 |

II - Ao Posto de Major QOBM:

| NOME | RG |
|---|---|
| RODRIGO DA COSTA TEIXEIRA | 107679960 |
| ANDRÉ LUIZ SALDANHA EKERMANN | 59696262 |
| MATEUS PIOVESAN MONTAGNER | 107659021 |
| RAFAEL AUGUSTO GALANTE | 93720326 |
| MURILLO DO NASCIMENTO ROTONDO | 109287962 |

III - Ao Posto de Capitão QOBM:

| NOME | RG |
|---|---|
| IVNA CAROLINE DIAS | 87391337 |
| MARIANA GOUVEIA ISIPON | 124594871 |
| MAIKON VENANCIO CORREA | 85183613 |
| BRUNO ZIRPOLI DE MATTOS | 102756169 |
| MELCHIOR FELIPE FERREIRA DOS SANTOS | 87919420 |
| DAVI DA SILVA | 79318949 |
| FELIPE ALVES DE CARVALHO | 98514732 |
| MAURÍCIO BATISTA DUBAS | 73216680 |
| MATHEUS JUSTINO CANDIDO | 129613173 |
| GUSTAVO EMMANUEL GONÇALVES FOGAÇA | 91814781 |
| DAVID CLÍSTENES FURONI DE LIMA | 77479147 |
| RICARDO DOUM FORNALSKI TAVARES | 97181470 |

IV - Ao Posto de 1º Tenente QOBM:

| NOME | RG |
|---|---|
| MATHEUS HENRIQUE BORGES OLIVEIRA | 87083578 |
| JAVAN GRÉGORY CARRARO | 110563051 |
| VINÍCIUS MONTAGUTI FARINHA | 95033970 |
| ELVI JOSÉ STOFELLA NETO | 93292847 |
| GABRIEL VINÍCIUS MEDEIROS OLIVEIRA | 146588174 |
| KÁSSIA PATRICIA DOS SANTOS FEITOSA | 92991601 |
| MOZART ROCHA | 831319805 |

**Art. 2º** Promove os seguintes integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná por Antiguidade:

I - Ao Posto de Coronel QOBM:

| NOME | RG |
|---|---|
| FABIO ROBERTO DE AZEVEDO THEREZA | 46441850 |

II - Ao Posto de Major QOBM:

| NOME | RG |
|---|---|
| THIAGO FERNANDO CERDEIRO | 88589696 |
| GIOVANNI RAPHAEL FERREIRA | 86384221 |

III - Ao Posto de Capitão QOBM:

| NOME | RG |
|---|---|
| CASSANDRA CONINCK COSTA | 81715696 |
| ANA PAULA BUENO HANSEN | 94416159 |
| RAFAEL ALVES BLASQUES DIAS | 91612305 |

IV - Ao Posto de 1º Tenente QOBM:

| NOME | RG |
|---|---|
| EDUARDO FELIPE SILVA | 125604277 |
| LUCAS RUIZ MERCHI | 95398502 |
| LETÍCIA VERÍSSIMO VASCONCELOS DE ALMEIDA | 132545278 |

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 22 de abril de 2024, 203° da Independência e 136° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

**40713/2024**

# *Despachos do Governador*

**DESPACHOS DO GOVERNADOR DO ESTADO**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**21.538.717-8/24** - 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no PROTOCOLADO nº 21.538.717-8, **AUTORIZO,** nos termos do art. 157 c/c art. 162, inciso I c/c art. 4º, inciso VI, alínea "a", todos da Lei Estadual nº 15.608/2007, a instauração de Processo Administrativo em face da empresa JMF COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 08.597.121/0001-74, por não realizar a entrega dos itens adquiridos por força das notas de empenho 23027539, 23027540, 23027542 e 23027543, referente ao Pregão Eletrônico n.º 1687/2022. 2. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 22/04/24. (Enc. proc. à SESA).

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

**21.912.344-2/24** – 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no PROTOCOLADO nº 21.912.344-2, **AUTORIZO**, nos termos do art. 157 c/c art. 162, inciso I c/c art. 4º, inciso VI, alínea "a", todos da Lei Estadual nº 15.608/2007, a instauração de Processo Administrativo em face da empresa ROSDELMULTI CONFECÇÃO E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 16.650.985/0001-30, visando apurar possíveis irregularidades na execução dos contratos nº. 1031/2023 - GMS nº. 5652/2023 e Contrato nº. 1071/2023 - GMS nº. 5952/2023. 2. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 22/04/24. (Enc. proc. à SESP).

**20.996.878-9/23** – 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no PROTOCOLADO nº 20.996.878-9, **AUTORIZO**, nos termos do art. 157 c/c art. 162, inciso I c/c art. 4º, inciso VI, alínea "a", todos da Lei Estadual nº 15.608/2007, a instauração de Processo Administrativo em face da empresa BOM DEGUSTY ASSESSORIA E ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 09.122.224/0002-21, visando apurar possíveis irregularidades na execução dos contratos nº. 1105/2018 - GMS nº. 302/2019 e Contrato nº. 1106/2018 - GMS nº. 304/2019. 2. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 22/04/24. (Enc. proc. à SESP).

**40718/2024**

**DESPACHOS DO GOVERNADOR DO ESTADO**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**21.865.527-0/24** - De acordo com os elementos de instrução constantes no PROTOCOLADO nº 21.865.527-0, **AUTORIZO**, nos termos do art. 157 c/c art. 162, inciso I c/c art. 4º, inciso VI, alínea "a", todos da Lei Estadual nº 15.608/2007, a instauração de Processo Administrativo em face da empresa JMF COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 08.597.121/0001-74, visando apurar possíveis irregularidades na inexecução das notas de empenho 23044844 e 23054002, referentes ao Pregão Eletrônico nº 2409/2022. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 22/04/24. (Enc. proc. à SESA).

**CASA CIVIL**

**19.605.442-1/22** 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 19.605.442-1**, **NÃO CONHEÇO,** nos termos do art. 82, IV, da Lei Estadual nº 20.656/2021, do pedido apresentado por **ERICK NELSON DE OLIVEIRA COSTA**, RG nº 7.619.362-2, considerando que já foram esgotados todos os recursos administrativos disciplinares cabíveis, ocorrendo o exaurimento da via administrativa. **2.** Cumpre salientar, por oportuno, que a ordem jurídica não confere guarida ao emprego do direito de petição/reconsideração como sucedâneo recursal ou revisional. Havendo instrumento processual específico para insurgir contra uma decisão, seja para corrigi-la ou modificação (recurso), seja para desconstitui-la (revisão/ação rescisória), não é admissível a utilização, indistinta, do direito de petição/reconsideração para o mesmo fim. Do contrário, colocar-se-ia em risco a integridade do sistema, dando azo a manobras que burlariam os pressupostos de admissibilidade recursal ou revisional; legitimaria o acesso abusivo da via administrativa; transformaria em regra, os mecanismos que são dotados de excepcionalidade, vez que objetivam desconstituir decisão administrativa transitada em julgado; dentre outros fundamentos que vão de encontro ao postulado da segurança jurídica e duração razoável do processo. **3.** Inobstante, em que pese a Constituição prever o direito de petição, esse instituto não pode ser utilizado de forma abusiva, como expediente para eternizar a via administrativa. O requerente já teve a oportunidade para se defender e apresentar defesa, tendo a autoridade competente decidido contrariamente ao seu interesse e, persistindo a irresignação, **assiste-lhe o direito de recorrer ao Poder Judiciário**. **4. PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** ao órgão de origem para ciência do interessado. Em 22/04/2024. (Enc. Proc.ao DETRAN).

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

**21.872.701-8/24** - 1. De acordo com os elementos constantes no PROTOCOLADO nº 21.872.701-8, e analisando amiúde o caderno administrativo é possível inferir que o Requerente já apresentou todos os recursos administrativos disciplinares cabíveis, nos termos do art. 35, I e II, da Lei estadual nº 16.544/2010, quer sejam, a Reconsideração de Ato ao Comandante-Geral e o subsequente Recurso Disciplinar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná. 2. Cumpre salientar, por oportuno, que a ordem jurídica não confere guarida ao emprego do direito de petição como sucedâneo recursal ou revisional. Havendo instrumento processual específico para insurgir contra uma decisão, seja para corrigi-la ou modificação (recurso), seja para desconstitui-la (revisão/ação rescisória), não é admissível a utilização, indistinta, do direito de petição para o mesmo fim. Do contrário, colocar-se-ia em risco a integridade do sistema, dando azo a manobras que burlariam os pressupostos de admissibilidade recursal ou revisional; legitimaria o acesso abusivo da via administrativa; transformaria em regra, os mecanismos que são dotados de excepcionalidade, vez que objetivam desconstituir decisão administrativa transitada em julgado; dentre outros fundamentos que vão de encontro ao postulado da segurança jurídica e duração razoável do processo. 3. Já foram esgotados todos os recursos previstos na esfera administrativa e, em que pese a Constituição prever o direito de petição, esse instituto não pode ser utilizado de forma abusiva, como expediente para eternizar a via administrativa. O requerente já teve a oportunidade para se defender e apresentar defesa, tendo a autoridade competente decidido contrariamente ao seu interesse e, persistindo a irresignação, assiste-lhe o direito de recorrer ao Poder Judiciário. 4. No mais, meras alegações de que existe fato novo não têm o condão de abrir a via da revisão do processo administrativo disciplinar, sendo indispensável a comprovação da existência de fatos novos, desconhecidos ao tempo do PAD. 5. Pelo exposto, e considerando a inexistência de qualquer irregularidade ou ilegalidade no procedimento de licenciamento a bem da disciplina, **NÃO CONHEÇO** do pedido apresentado por **LUIZ CARLOS CHIPANSKI FILHO,** RG nº 9.324.311-0, considerando o exaurimento da via administrativa, nos termos da fundamentação supra, mantendo incólume a decisão vergastada por seus próprios fundamentos. 6. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Órgão de origem para conhecimento e ciência do interessado. Em 22 /04/24. (Enc. proc. à PMPR).

**40905/2024**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

**DESPACHOS DO GOVERNADOR DO ESTADO**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

**17.588.181-6/21 - 1.** De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 17.588.181-6**, **AUTORIZO**, nos termos do art. 157 c/c art. 162, inciso I c/c art. 4º, inciso VI, alínea "a", todos da Lei Estadual nº 15.608/2007, a instauração de Processo Administrativo em face de **GABRIEL MATHEUS ZANONCI DE FREITAS MACUCO**, inscrita no CPF n.º **122.573.229-83**, visando apurar possível inadimplemento no pagamento após o arremate no leilão de veículos nº 002/2021 – SESP/PMPR. **2. PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 22/04/2024. (Enc. Proc. à SESP).

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**

**20.000.179-6/23 - 1.** De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 20.000.179-6**, **AUTORIZO**, nos termos do art. 157 c/c art. 162, inciso I c/c art. 4º, inciso VI, alínea "a", todos da Lei Estadual nº 15.608/2007, a instauração de Processo Administrativo em face da empresa **ROMÃO COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ n.º 10.577.266/0001-55, visando apurar suposta apresentação de declaração/documento falso com conteúdo que infringem os dispositivos do Edital e das Leis de Licitação. **2. PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 22/04/2024. (Enc. Proc. à SEAP).

**40717/2024**

**DESPACHOS DO GOVERNADOR DO ESTADO**

**SECRETARIA DE ESTADO DA INOVAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**

**21.880.855-7/24 1**. De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLO Nº 21.880.855-7**, **AUTORIZO**, nos termos do art. 3º do Decreto nº 2.428/2019, o afastamento dos servidores Iran Taques Sobrinho, RG nº 8.342.269-6 e Marcelo Rangel Cruz de Oliveira, RG nº 3.978.530-7, a fim de participarem do evento organizado pela Dot Incorporation, visando a promoção de projeto para fortalecer a infraestrutura tecnológica para deficientes visuais no Brasil, a ser realizada na cidade de Nova Iorque – EUA, no período de 23 a 27 de abril de 2024.2. A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão solicitante. 3. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as providências legais. Em 22/04/2024 (Enc. Proc. à SEI).

**SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**

**22.000.941-6/24 1.** De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLO Nº 22.000.941-6**, **AUTORIZO**, nos termos do art. 3º,do Decreto nº 2.428/2019, o afastamento do servidor Paulo Afonso Schmidt, RG nº 1.225.223-4, a fim de participar da "BMI The Global Scholarship Forum", que será realizada em Londres, na Inglaterra, no período de 4 a 7 de maio de 2024. 2.A autorização supra avalizou a questão do mérito administrativo (conveniência e oportunidade) com base nas peças informativas encartadas no protocolado. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão solicitante. 3. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as providências legais. Em 22/04/2024 (Enc. Proc. à SETI).

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

**18.369.157-0/21 1.**De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 18.369.157-0**, **RATIFICO**, nos termos do art. 5º, inc. IV, do Anexo, do Decreto Estadual nº 2.709/2019 a Deliberação nº 12/2024, do Conselho Superior da Procuradora-Geral do Estado. 2.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à Procuradoria Geral do Estado. Em 22/04/2024 (Enc. Proc. à PGE).

**40716/2024**

## *Despachos do Chefe da Casa Civil*

**DESPACHOS DO CHEFE DA CASA CIVIL**

**CASA CIVIL**

**21.818.674-2/24 OBJETO** aquisição de placas de identificação visual, conforme disposto no termo de referência. **JUSTIFICATIVA** Atendimento de demandas dos setores da Casa Civil. **AMPARO LEGAL** Dispensa de Licitação com fulcro no Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021. **VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO** R$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais). De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 21.818.674-2**, **AUTORIZO** a contratação direta, nos termos do art. 4º, XV, da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c art. 149, do Decreto nº. 10.086/2022. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se ao Núcleo Administrativo Setorial para as demais providências. EM 22/04/2024 (Enc. Proc. à CC/NAS).

**22.028.396-8/24 OBJETO** aquisição de café, conforme disposto no termo de referência. **JUSTIFICATIVA** Atendimento de demandas da Copa da Casa Civil. **AMPARO LEGAL** Dispensa de Licitação com fulcro no Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021. **VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO** R$ 7.750,00 (sete mil, setecentos e cinquenta reais). De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 22.028.396-8**, **AUTORIZO** a contratação direta, nos termos do art. 4º, XV, da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c art. 149, do Decreto nº. 10.086/2022. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se ao Núcleo Administrativo Setorial para as demais providências. EM 22/04/2024 (Enc. Proc. à CC/NAS).

**40809/2024**

## Casa Civil

**RESOLUÇÃO nº 662**

Designa JHENIFER LORRANY MARIA para desempenhar suas atividades junto à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU

O CHEFE DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

**Art. 1º** Designar, nos termos do Decreto nº 1.057, de 28 de março de 2023, a servidora JHENIFER LORRANY, RG nº 10.893.547-2, nomeada pelo Decreto nº 5.363, de 03 de abril de 2024, na Casa Civil, para exercer suas atividades junto à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU.

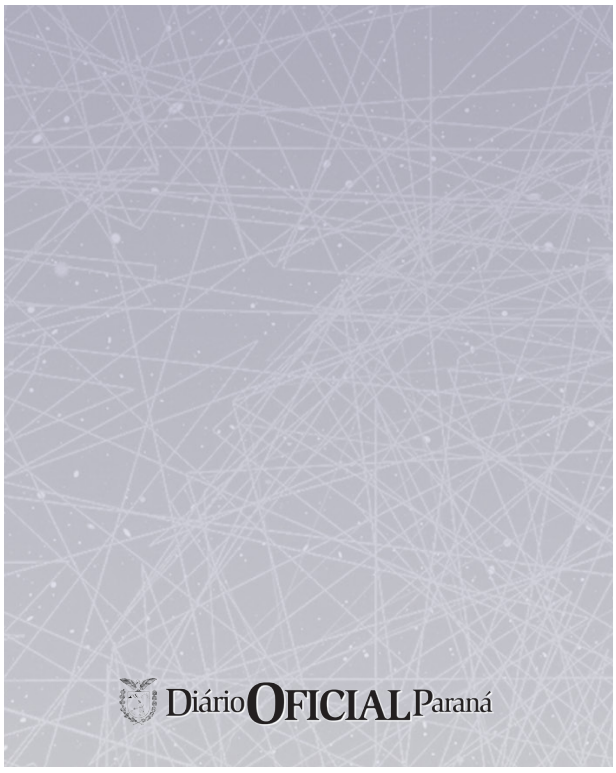
**Art. 2º** Eventuais despesas da servidora designada com diárias e passagens ficarão a cargo do órgão de destino.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 22 de abril de 2024

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

**40831/2024**



# DETRAN

**PORTARIA N.° 680/2024-DP**

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ - DETRAN/PR, utilizando de suas competências conforme estabelecido em lei, e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO que é atribuição do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/PR, exercer controle, estabelecer critérios, resguardar processos;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de n.º 21.124.807-6 e Informação n.º 014/2024-AT;
RESOLVE:
Art. 1º. APLICAR A PENALIDADE DE CASSAÇÃO DO CREDENCIAMENTO do CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES H KIQUIO FILHO E KIQUIO LTDA (CFC PARANÁ), inscrito no CNPJ sob o número 01.586.637/0001-74, em virtude da violação dos dispositivos contidos no artigo 69, incisos I, II, III e IV da Resolução n.º 789/2020-CONTRAN, conforme estabelecido no Artigo 74, inciso IV, da mencionada normativa;
Art. 2º. APLICAR A PENALIDADE DE SUSPENSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS à Diretora-Geral DEBORA VANESSA FRANCO MAQUEI DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 057.956.509-27, em virtude da violação do dispositivo contido no artigo 69, inciso I, da Resolução n.º 789/2020-CONTRAN, conforme estabelecido no Artigo 74, inciso II, da mencionada normativa;
Art. 3º. APLICAR A PENALIDADE DE SUSPENSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS à Diretora de Ensino SANDRA DOS SANTOS GOLLE, inscrita no CPF sob o número 483.443.540-72, em virtude da violação do dispositivo contido no artigo 70, inciso I, da Resolução n.º 789/2020-CONTRAN, conforme estabelecido no Artigo 74, inciso II, da mencionada normativa;
Art. 4º. APLICAR A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA POR ESCRITO ao Instrutor de Trânsito GILMAR ANTONIO MARQUES, inscrito no CPF sob o número 239.409.809-00, em virtude da violação dos dispositivos contido no artigo 72, incisos I, IV, e V, da Resolução n.º 789/2020-CONTRAN, conforme estabelecido no Artigo 74, inciso I, da mencionada normativa;
Art. 5º. Nos termos do Artigo 78, parágrafo único da Resolução n.º 789/2020, fica garantido o direito de recurso em relação à decisão do Diretor-Presidente do DETRAN/PR, sendo esse recurso passível de apresentação no período de 30 (trinta) dias após a notificação;
Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Gabinete do Diretor-Presidente, em 18 de abril de 2024.

*(Assinado eletronicamente)*
**Adriano Furtado,**
Diretor-Presidente do DETRAN

**39207/2024**

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 443/2024-DP**

Instituir a Comissão de Acompanhamento e Avaliação para subsidiar os trabalhos do Gestor do Contrato de Gestão nº 02/2024, celebrado entre o DETRAN/PR e a E-Paraná Comunicação-EPR com a interveniência da Secretaria de Estado da Comunicação-SECOM, objeto da colaboração para um plano de comunicação, focado no gerenciamento de mídias sociais. Designar Marcia Mai Takaki, CPF 060.231.099-77, RG 7.881.415-2, Priscila Sartori dos Santos, CPF 045.644.129-81, RG 8.355.909-8 e Luis Henrique Kavetski, CPF 054.269.309-70, RG 8.807.400-9, servidores do Departamento de Trânsito do Paraná, para comporem a Comissão como membros efetivos. Protocolo 21.084.954-8.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

**Adriano Furtado**
Diretor-Presidente do Detran-PR

**39496/2024**

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 444/2024-DP**

Designar Maria Balbina da Costa, CPF 754.245.339-49, RG 5.105.574-8, servidora do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR, para atuar como Fiscal do Contrato de Gestão nº 02/2024, celebrado entre o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR e a E-Paraná Comunicação - EPR, com a interveniência da Secretaria de Estado da Comunicação – SECOM, objeto da colaboração para um plano de comunicação, focado no gerenciamento de mídias sociais. Protocolo 21.084.954-8.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

**Adriano Furtado**
Diretor-Presidente do Detran-PR

**39498/2024**

**EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO**

**PARTES CONVENIADAS:** DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR E O MUNICÍPIO DO ESTADO DO PARANÁ LISTADO ABAIXO
**OBJETO –** O termo tem por objeto a cooperação técnica entre os partícipes, visando a estruturação e operacionalização de Posto de Atendimento de Trânsito no município listado abaixo, observando o disposto nos Manuais de Procedimentos do DETRAN/PR atinentes à matéria.
**AUTORIZAÇÃO –** Adriano Furtado – Diretor-Geral do DETRAN-PR.
**VIGÊNCIA –** 60 (sessenta) meses, iniciados na data da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná – DIOE:

| Nº CONVÊNIO | MUNICÍPIO | DATA DA AUTORIZAÇÃO | PROTOCOLO |
|---|---|---|---|
| 006/2024 | PORTO RICO | 11/04/2024 | 21.315.115-0 |

**DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR**
**EXTRATO DA PORTARIA Nº 236/2024 – DP**

Designar, Joice Emanuele do Nascimento, RG n.º 7.593.605-2, servidora deste Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR, para atuar como gestora e Leonado Augusto Rossi, RG nº 7.526.016-4, servidor(a) deste Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR, para atuar como fiscal, Termo de Cooperação n.º 006/2024, que visa a estruturação e operacionalização de Posto de Atendimento de Trânsito no Município de Porto Rico, até a vigência final do mesmo. Curitiba, 19 de Abril de 2024. Sr. Adriano Furtado – Diretor-Presidente do DETRAN/PR.

**39502/2024**

PORTARIA N.º 560/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.862.679-3, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. A empresa KAVISKI & KAVISKI DESPACHANTE DE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 37.759.920/0001-06, representada pelos seus Despachantes Documentalistas JOÃO ANTONIO GOUVEA KAVISKI, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 996.134.259-34, sob a matrícula nº 1801089-5, DEBORA GOUVEA KAVISKI, portadora do Cadastro de pessoa Física n° 922.308.309-53, sob a matrícula n° 101632-6 e JOÃO ANTONIO KAVISKI, portador do Cadastro de Pessoa física nº 006.370.769-15, sob a matrícula n° 101109-0, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

**39705/2024**

PORTARIA N.º 547/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.754.207-3, resolve:
HABILITAR

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º. A empresa A C GOMES DESPACHANTE DE TRANSITO LTDA, CNPJ nº 97.521.914/0001-30, representada por seu Despachante Documentalista ANTONIO CARLOS GOMES, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 580.653.779-04, sob a matrícula nº 1801038-0, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

**39709/2024**

PORTARIA N.º 561/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.912.328-0, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. A empresa AWR DESPACHANTE LTDA, CNPJ nº 48.345.640/0001-60, representada por seu Despachante Documentalista ANESIO FERMINO DE SOUZA, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 873.416.039-68, sob a matrícula nº 1801129-8, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

**39703/2024**

PORTARIA N.º 562/2024 – DP

O Diretor Presidente do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei n 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 21.912.735-9, resolve:
HABILITAR
Art. 1º. A empresa DESPACHANTE CLAUDINO LTDA, CNPJ nº 74.142.605/0001-53, representada por suas Despachantes Documentalistas ELIZABETE TEREZINHA GOMES CLAUDINO, portadora do Cadastro de Pessoa Física nº 424.716.309-44, sob a matrícula nº 101637-7 e JULIANA CLAUDINO, portadora do Cadastro de Pessoa Física nº 072.269.459-83, sob a matrícula nº 101925-2, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Cumpra-se obedecendo-se as formalidades legais.
PUBLIQUE-SE.
ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*
Adriano Furtado
Diretor Presidente do DETRAN-PR

**39701/2024**

# Procuradoria Geral do Estado

**DELIBERAÇÃO N.º 10/2024 – CDFEPGE**

**Protocolo:** 21.549.745-3 – Ordem 13/24-CDFEPGE.
**Interessado:** Procurador do Estado Elpídio Rodrigues Garcia Junior.
**Assunto:** Ressarcimento de despesa administrativa com a Regional de Guarapuava.

O **CONSELHO DIRETOR DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, em 528ª sessão ordinária virtual do dia 18 de abril de 2024, por unanimidade de votos,

**D E L I B E R O U**

pelo **deferimento do pedido,** considerando que: **a)** restou demonstrado que a despesa foi realizada em proveito do serviço público; **b)** que a despesa foi realizada em caráter de urgência, em momento anterior à abertura do orçamento do ano 2024, o que inviabilizou, naquela ocasião, o custeio pelo FEPGE, por adiantamento; **c)** que há previsão orçamentária e financeira para que o Procurador, que realizou a despesa, seja reembolsado.

Curitiba, em 18 de abril de 2024.

**Weslei Vendruscolo**
Presidente do Conselho Diretor, *em substituição*

**Pedro Rogério Pinheiro Zunta**
Conselheiro-Relator

**DELIBERAÇÃO N.º 11/2024 – CDFEPGE**

**Protocolo:** 21.747.407-8 – Ordem 10/24-CDFEPGE.
**Interessado:** Coordenadoria Judicial – CJUD / Procurador do Estado Roberto Altheim.
**Assunto:** Pedido de pagamento ou reembolso de valor pago com sistema de monitoramento de processos judiciais relevantes.

O **CONSELHO DIRETOR DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, em 528ª sessão ordinária virtual do dia 18 de abril de 2024, por unanimidade de votos,

**D E L I B E R O U**

pela **perda de objeto** do referido requerimento, realizado pelo Procurador do Estado Roberto Altheim.

Curitiba, em 18 de abril de 2024.

**Weslei Vendruscolo**
Presidente do Conselho Diretor, *em substituição*

**Heldo Gugelmin Cunha**
Conselheiro-Relator

**DELIBERAÇÃO N.º 12/2024 – CDFEPGE**

**Protocolo:** 21.954.160-0 – Ordem 14/24-CDFEPGE.
**Interessado:** Dismar Distribuidora Maringá de Eletrodomésticos Ltda. e outros.
**Assunto:** Requerimento em honorários de sucumbência.

O **CONSELHO DIRETOR DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, em 528ª sessão ordinária virtual do dia 18 de abril de 2024, por unanimidade de votos,

**D E L I B E R O U**

pelo **indeferimento do pedido** formulado pelas empresas Dismar Distribuidora Maringá de Eletrodomésticos Ltda – Em Recuperação Judicial, Markoeletro Comércio de Eletrodomésticos Ltda – Em Recuperação Judicial, San Marino Participações Sociais Ltda e Fernando Messias Busiquia com relação aos processos judiciais cujos honorários advocatícios constituem receita do FEPGE.

Curitiba, em 18 de abril de 2024.

**Weslei Vendruscolo**
Presidente do Conselho Diretor, *em substituição*

**Heldo Gugelmin Cunha**
Conselheiro-Relator

**DELIBERAÇÃO N.º 13/2024 – CDFEPGE**

**Protocolo:** 21.214.057-0 – Ordem 16/24-CDFEPGE.
**Interessado:** Maran, Gehlen e Advogados Associados.
**Assunto:** Proposta de acordo em honorários – autos 5027183-96.2016.4.04.7000.

O **CONSELHO DIRETOR DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, em 528ª sessão ordinária virtual do dia 18 de abril de 2024, por unanimidade de votos,

**D E L I B E R O U**

pelo **indeferimento dos pedidos** de rateio de honorários apresentados por JOÃO ALCI OLIVEIRA PADILHA, JULIO ASSIS GEHLEN e VALMIR SCHREINER MARAN, advogados e sócios da sociedade de advocacia MARAN, GEHLEN & ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Curitiba, em 18 de abril de 2024.

**Weslei Vendruscolo**
Presidente do Conselho Diretor, *em substituição*

**Bruno Rabelo dos Santos**
Conselheiro-Relator

**DELIBERAÇÃO N.º 12/2024 – CSPGE**

**Protocolo:** 18.369.157-0 – 10/24-CSPGE.
**Interessado:** Procuradoria Ambiental – PAM / Município de Santo Inácio / Rio Paranapanema Energia S.A.
**Assunto:** Proposta de acordo - autos 5016700-90.2019.4.04.7003.

O **CONSELHO SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, em 1192ª sessão ordinária virtual do dia 18 de abril de 2024, por unanimidade de votos,

**D E L I B E R O U**

pelo **deferimento do pedido**, de forma que o Estado do Paraná possa firmar a proposta de acordo apresentada pela Rio Paranapanema Energia S.A., nos autos da Ação Civil Pública n.º 5016700-90.2019.4.04.7003, demanda na qual o Estado do Paraná figura como assistente litisconsorcial do autor, o Município de Santo Inácio, em desfavor da Rio Paranapanema Energia S.A., **devendo este ser encaminhado para apreciação do Exmo. Sr. Governador do Estado, por versar sobre demanda que supera o limite de 2.000 (dois mil) salários-mínimos**.

Curitiba, em 18 de abril de 2024.

**Weslei Vendruscolo**
Presidente do Conselho Superior, *em substituição*

**Bruno Rabelo dos Santos**
Conselheiro-Relator

**DELIBERAÇÃO N.º 13/2024 – CSPGE**

**Protocolo:** 21.607.101-8 – 11/24-CSPGE.
**Interessado:** Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL.
**Assunto:** Plano de Contratações Anual do Estado – PCA-E – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

O **CONSELHO SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, em 1192ª sessão ordinária virtual do dia 18 de abril de 2024, por unanimidade de votos,

**D E L I B E R O U**

pela **aprovação do Plano de Contratação Anual** desta Procuradoria, conforme detalhado nas movs. 9/10 do referido protocolo.

Curitiba, em 18 de abril de 2024.

**Weslei Vendruscolo**
Presidente do Conselho Superior, *em substituição*

**Pedro Henrique Fávaro Borsatto**
Conselheiro-Relator

**39376/2024**

**Resolução nº 078/2024-PGE**

Delega atribuições à Procuradora do Estado, ocupante do cargo de Diretora-Geral da Procuradoria-Geral do Estado.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no artigo 5º da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, com a redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 08 de dezembro de 1987,

**RESOLVE**

**Art. 1º.** Delegar à Procuradora do Estado, LUCIA HELENA CACHOEIRA, RG n° 7.263.016-5, ocupante do cargo de Diretora-Geral da Procuradoria-Geral do Estado, dentre as atribuições previstas no art. 5º da Lei Complementar nº 26/1985, as seguintes:
I - receber citações, intimações e notificações em nome do Estado do Paraná;
II - conceder férias, licenças e salário-família aos Procuradores do Estado;
III - organizar escalas de substituições nos órgãos da PGE;
IV - autorizar despesas, autorizar e assinar empenhos, ordens de pagamento e respectivas notas de estorno e assinar boletins de crédito;
V - requisitar, mediante ofício, documentos e informações a outros órgãos, bem como da administração ordinária da PGE;
VI – homologar os procedimentos de dispensa de licitação, realizados sob a forma eletrônica, sob a regência da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022;
VII – aprovação do Plano de Contratações Anual (PCA);
VIII – aprovação de Estudo Técnico Preliminar (ETP);
IX – aprovação de Termo de Referência (TR);
X – aprovação de Termo de Dispensa;
XI – aprovação de Termo de Inexigibilidade.
**Art. 2º.** Eventuais atos descritos no art. 1º desta Resolução, praticados pela Procuradora do Estado, LUCIA HELENA CACHOEIRA, RG n° 7.263.016-5, ocupante do cargo de Diretora-Geral da Procuradoria-Geral do Estado desde a data de 05 de outubro de 2023 estão convalidados.
**Art. 3º.** Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.
**Art. 4º** As Resoluções nº 220, de 10 de outubro de 2023 e nº 013, de 29 de janeiro de 2024 ficam revogadas.

**PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE.**

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*
**Luciano Borges dos Santos**
Procurador-Geral do Estado.

**39546/2024**

Protocolo nº 21.648.354-5
Despacho nº 401/2024 – PGE - **PARECER Nº 03/2024-PGE**

I. Aprovo o Parecer de fls. 58/85a, da lavra da Procuradora do Estado **Leila Cuéllar**, ratificada por **Madjer Tarbine**, Procurador-Chefe da Procuradoria Consultiva de Recursos Humanos – PCRH, por meio do Despacho nº 60/2024-PGE/PCRH, às fls. 86/86a e ciência de **Igor Pires Gomes da Costa,** Procurador-Chefe da Coordenadoria do Consultivo – CCON, no Despacho nº 270/2024-PGE/CCON, às fls. 87/88a, Parecer este assim ementado:

**"SERVIDOR PÚBLICO. AFASTAMENTO CAUTELAR POR ORDEM JUDICIAL. REMUNERAÇÃO. ART. 106, III, DA LEI ESTADUAL Nº 20.656/2021. CÓDIGO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. APLICAÇÃO POR ANALOGIA. NECESSIDADE DE ANÁLISE DAS VERBAS PAGAS NO CASO CONCRETO."**
**(parecer na íntegra no seguinte link: http://www.pge.pr.gov.br/Pagina/Pareceres-Juridicos)**.

II. Publique-se o presente Despacho;

III. Após, remeta-se o protocolo à Coordenadoria de Estudos Jurídicos – CEJ, para catalogação e divulgação.

IV. Na sequência, restitua-se à Procuradoria Consultiva de Recursos Humanos – PCRH, para ciência e prosseguimento.

Curitiba, *data e assinatura digital*.

**Luciano Borges dos Santos**
Procurador-Geral do Estad

**39309/2024**

**Resolução nº 77/2024-PGE**

Aprova Parecer Referencial sobre a padronização de Minutas padronizadas e Termo de Convênio e respectiva Lista de Verificação entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística – SEIL e Municípios paranaenses, com a interveniência do Departamento de Estradas e Rodagem – DER, referente à trafegabilidade, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.086/2022.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares definidas no art. 5º da Lei Complementar nº 26/1985, nos artigos 2º, § 3º, 4º e 14, todos da Lei Estadual n° 21.352/2023, e nos artigos 2º e 8º do Decreto nº 3.203/2015, bem como nos termos dos arts. 4º, 5º e 8º, inciso I e § 1º, da Resolução nº 41/2016-PGE,

**RESOLVE**

**Art. 1º** Aprovar Parecer Referencial, acompanhado da Minuta Padronizada a qual se enquadra na categoria de editais e instrumentos "com objeto definido", e Lista de Verificação, previstos no artigo 8º, inciso I e § 1º da Resolução nº 41/2016-PGE, com redação alterada pela Resolução nº 29/2021-PGE, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.086/2022.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

**Art. 2º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE**.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

**Luciano Borges dos Santos**
Procurador-Geral do Estado

**PARECER REFERENCIAL nº 10/2024-PGE**

MINUTAS PADRONIZADAS. DECRETO ESTADUAL Nº 3.203/2015. TERMO DE CONVÊNIO. SEIL. MUNICÍPIOS. RESPECTIVA LISTA DE VERIFICAÇÃO. ARTIGOS 8º, INCISO I e § 1º E 4º, DA RESOLUÇÃO N.º 41/2016-PGE. FUNDAMENTO LEI FEDERAL N.º 14.133/2021 E DECRETO N.º 10.086/22. ENVIO PARA APROVAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO.

**1. DO RELATÓRIO**

Trata o presente de Parecer da "*Comissão Permanente para análise e encaminhamento de sugestão de aprovação, alteração, revisão, retificação e cancelamento das minutas padronizadas de editais de licitações, contratos e demais instrumentos congêneres pertinentes a obras e serviços de engenharia, com fundamento na Lei Federal n° 14.133/2021 e no Decreto n° 10.086/2022*", designada pela Resolução n.º 294/2024 – PGE.

O presente Parecer Referencial tem fundamento no Decreto n.º 3.203, de 22 de dezembro de 2015 que instituiu o "*sistema de minuta padronizada de editais de licitação, de contratos, de convênios, de termos aditivos, de termos de referência, de concursos públicos e processos seletivos simplificados, que serão de observância obrigatória pela Administração Pública Direta e Indireta*", o qual foi regulamentado pela Resolução nº 41/2016-PGE.

Com a publicação e entrada em vigor da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, que no inciso IV, do art. 19, estabelece que os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos; e no § 1º do art. 25 explicita que sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.

O Estado do Paraná, ao regulamentar a referida Lei por meio do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, estabeleceu que os modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos deverão ser realizados de acordo com o Decreto n.º 3.203, de 22 de dezembro de 2015, ou outro que o substituir.

Assim, a citada Comissão elaborou a minuta de termo de convênio, com objeto definido, para a conjugação de esforços entre o Estado do Paraná, por intermédio da SEIL, e Município, com a respectiva lista de verificação, que a seguir passam a ser analisadas.

É o relatório.

**1.1 DA NECESSIDADE/POSSIBILIDADE DO PARECER REFERENCIAL**

O presente Parecer Referencial se refere à análise da Minuta Padronizada de Edital e anexos, bem como a respectiva Lista de Verificação, a qual a integrarão na forma de anexos.

Compete ao Procurador-Geral do Estado a elaboração de minuta padrão com objeto definido descrito no art. 162[1] e no § 2º do art. 24 do Decreto n.º 10.086/2022, combinado com o Decreto n.º 3.203/2015, após aprovação do respectivo Parecer Referencial que, se integrado pelas Minutas Padronizadas de Contratos e Listas de Verificação deverão ser aprovados por essa autoridade.

Com esse Parecer Referencial se objetiva a atuação da Administração de forma mais efetiva e célere, e, por se tratar de minuta com objeto definido, fica dispensada a remessa dos autos à Procuradoria-Geral do Estado para fins de análise e manifestação. Para a adoção da Minuta padronizada exige-se o cumprimento da Listas de Verificação e a utilização das Minutas Padronizadas de Contratos anexas ao referido parecer, para a completa adequação a esse.

De forma a assegurar o cumprimento das normas, o Decreto previu que os agentes públicos, responsáveis pela elaboração dos documentos necessários para a instrução da licitação, devem certificar o cumprimento dos itens da Lista de Verificação e a utilização da Minuta Padronizada, nos respectivos autos. A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com toda a documentação necessária, bem como pela regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto, será dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos respectivos documentos.

---

[1] Art. 162. Os modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos deverão ser realizados de acordo com o Decreto nº 3.203, de 22 de dezembro de 2015, ou outro que o substituir.
§ 1º Após a publicação no Diário Oficial do Estado, as minutas de que trata o caput deste artigo serão de observância obrigatória pela Administração Pública estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná.
§ 2º Os modelos e minutas a que se referem o caput deste artigo serão disponibilizadas no catálogo eletrônico conforme o disposto nos arts. 49 e 50 deste Regulamento.

Inicialmente, cumpre ressaltar que neste Parecer nos cingimos à análise da Minuta de Termo de Convênio em anexo, visando torná-la padrão e de utilização obrigatória pela Administração Pública Estadual, de acordo com o previsto no Decreto Estadual nº 3.203/2015, regulamentado pela Resolução nº 41/2016-PGE. Denota-se a relevância da aprovação da Minuta com objeto definido, diante do elevado número de protocolados que seriam encaminhados para análise da Procuradoria-Geral do Estado, caso não seja realizada a padronização (art. 1º, § 1º, da Resolução nº 41/2016-PGE)[2].

Destaca-se, no caso, o art. 53, §4º, da Lei n.º 14.133/2021, que estabelece "[n]a forma deste artigo, **o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio** de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, **convênios**, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos".

O §5º do referido dispositivo traz expresso, ainda, que "[é] dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico".

Sendo assim, as minutas padronizadas encaminhadas para aprovação se revelam importantes e poderão ser implementadas como ferramentas de garantia dos princípios da legalidade, da celeridade, da padronização, da desburocratização e da supremacia do interesse público.

**3. DA ANÁLISE DA MINUTA**

De acordo com o art. 184 da Lei nº 14.133/2021: "[a]plicam-se as disposições desta Lei, no que couber e na ausência de norma específica, aos **convênios**, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal".

Acerca dos convênios, ensina o jurista Celso Antônio Bandeira de Melo3 que estes diferem-se da generalidade dos contratos administrativos porque, ao contrário destes, não há interesses contrapostos das partes, mas interesses coincidentes.

Ainda, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, são os convênios contratos realizados entre União, Estados e Distrito Federal e Municípios, sem que deles resulte criação de pessoas jurídicas – o que os difere dos consórcios.

No caso, o objeto do Convênio, de repasse de recursos para melhoria da trafegabilidade, se mostra de acordo com a definição do instrumento.

**4. DOS ANEXOS**

Anexo ao edital e examinado por este Parecer Referencial encontra-se:

| | |
|---|---|
| Anexo I | Lista de Verificação – Termo de Convênio entre SEIL e Municípios – Repasse de Recursos para Melhora da Trafegabilidade; |

**5. DA CONCLUSÃO.**

Por todo o exposto, a Comissão que subscreve o presente Parecer Referencial e encaminha sugestão de minuta padronizada, a qual se enquadra na categoria de *Convênios e Termos de Cooperação com objeto definido*, previstas no artigo 8º, inciso I e § 1º da Resolução nº 41/2016-PGE, bem como a respectiva lista de verificação.

Caso a proposta de minuta padronizada e a lista de verificação em anexo sejam aprovadas pelo Sr. Procurador-Geral do Estado, deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e disponibilizadas no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado para a utilização nos termos do art. 3º, § 7º, da Resolução nº 41/2016-PGE, e do art. 3º do Decreto Estadual nº 3.203/2015.

Ressalta-se que a disponibilização das minutas padronizadas e das listas de verificação no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado e a criação de link de acesso, com habilitação para *download*, compete à Coordenadoria de Estudos Jurídicos – CEJ/PGE, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 41/2016-PGE, combinado com o artigo 1º da Portaria PGE nº 33/2018.

É o Parecer.

Encaminhe-se ao Sr. Procurador-Geral do Estado, considerando o disposto no art. 22, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.709/2019 (Regulamento da PGE).

Curitiba, *datado eletronicamente*.

*(assinado eletronicamente)*
**IGOR PIRES GOMES DA COSTA**
Procurador do Estado do Paraná
Procurador-Chefe da CCON/PGE
**Presidente da Comissão**

*(assinado eletronicamente)*
**RAFAEL COSTA SANTOS**
Procurador do Estado do Paraná
Procurador-Chefe da PRO/PGE
**Membro da Comissão**

*(assinado eletronicamente)*
**LEONARDO MELO MATOS**
Procurador do Estado do Paraná
PCO/PGE
**Membro da Comissão**

**Comissão Permanente para Elaboração de Parecer Referencial**
Comissão Permanente para análise e encaminhamento de sugestão de aprovação, alteração, revisão, retificação e cancelamento das minutas padronizadas de editais de licitações, contratos e demais instrumentos congêneres pertinentes a obras e serviços de engenharia, com fundamento na Lei Federal n° 14.133/2021 e no Decreto n° 10.086/2022

[2] § 1° Serão objeto de padronização as minutas dos instrumentos de que trata o capuz que, por sua reiteração ou abrangência, necessitem tratamento uniforme pelos órgãos ou entidades da Administração Pública do Estado do Paraná abrangidas pela presente resolução
[3] MELO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 28ª ed. Malheiros: São Paulo, 2011. p. 670-673.

**CONVÊNIO Nº. XXX/202X – SEIL**

**P.I nº. XX.XXX.XXX-X**

Nota explicativa 6
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
Deverá ser verificado se a contrapartida se dará somente em pecúnia, ou se será satisfeita por meio de bens ou serviços economicamente mensuráveis. No caso de a contrapartida combinar recursos financeiros e bens/serviços, deverá constar na minuta a descrição dos valores em pecúnia a serem repassados, assim como dos valores relativos aos bens/serviços, discriminados de forma separada, adotando a redação a seguir para o item 5.1.2:
5.1.2 valor total da contrapartida do Município: R$ xxxxxxxxx,xx (VALOR POR EXTENSO), sendo R$ xxxxxxxx,xx (VALOR POR EXTENSO) em pecúnia, e R$ xxxxxxxxxxx,xx (VALOR POR EXTENSO) em bens/serviços (declaração de contrapartida fls. xxxxxxx – mov. xx):
Os recursos estão dispostos na rubrica orçamentária:
Dotação Orçamentária: xxxxxx – xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Natureza da Despesa: xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxxxxxxx
Fonte: xxxxxx – xxxxxxxxxxxxxx
Dispostos na Lei Orçamentária Anual n° xxxxxxx/xx, de xxx de xxxxxxxxxxx de 202x.

**CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**
6 Os recursos da SEIL e a contrapartida do Município, ambos destinados à execução do objeto deste Convênio, serão transferidos para a conta específica, de titularidade do Município e vinculada a este Convênio;
6.1 Os repasses dos recursos pela SEIL, bem como a contrapartida financeira a ser depositada pelo Município, no mínimo de forma proporcional, deverão ser feitos em parcelas variáveis, conforme a medição, em até 30 (trinta) dias corridos da data da respectiva medição.
6.2 A liberação da primeira parcela dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após a aprovação do Plano de Trabalho, a assinatura deste Convênio e a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.
6.3 Os recursos transferidos em decorrência deste Convênio, bem como os rendimentos de aplicações financeiras, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados pelo Município em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.
6.4 As receitas financeiras auferidas na forma do item anterior serão computadas a crédito do Convênio e aplicadas, exclusivamente, no seu objeto, mediante termo aditivo, com expressa autorização da SEIL e aprovação de plano de trabalho readequado, estando sujeitas às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

6.5. Toda a movimentação de recursos, no âmbito do Convênio, será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
6.6. O Município deverá realizar os pagamentos mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

7 O objeto deste convênio deverá ser executado fielmente pela SEIL e pelo Município, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um dos partícipes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1 É expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e de responsabilidade do agente, para:

7.1.1 pagamento de taxa de administração ou outras formas de remuneração ao Município;

7.1.2 transpasse, cessão ou transferência a terceiros da execução do objeto do convênio;

7.1.3. pagamento, a qualquer título, de servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

7.1.4 finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

7.1.5 pagamento de despesas realizadas em data anterior ou posterior à sua vigência;

7.1.6 pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

7.1.7 pagamento de despesas de publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, que esteja diretamente vinculada com o objeto do convênio e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

7.1.8 pagamento de contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas;

7.1.9 pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do convênio;

7.1.10 transferência de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

7.1.11 transferir recursos a quaisquer órgãos ou entidades que não figurem como partícipes deste instrumento ou a conta que não esteja vinculada ao convênio.

7.2 para a realização de cada pagamento, o Município deverá apresentar ao fiscal do convênio relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) cópia da medição do contrato administrativo, quando houver;

b) controles tecnológicos;

7.3 As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do Município, devidamente identificados com o número deste convênio.

7.4 Constatadas impropriedades e/ou irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, obriga-se a SEIL a notificar, de imediato, ao Município e a suspender a liberação de eventuais recursos pendentes, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período. Citem-se como exemplos de impropriedades e/ou irregularidades:

a) ausência ou comprovação inadequada da correta aplicação da parcela anterior;

b) desvio de finalidade na aplicação dos recursos;

c) descumprimento injustificável dos prazos de execução previstos no Plano de Trabalho;

d) inobservância dos princípios e normas das licitações e das contratações públicas;

e) não adoção das medidas saneadoras apontadas pela SEIL;

f) violação das cláusulas deste Convênio, em especial, o não atendimento do prazo para início da execução física da obra.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

8.1 O Município deverá observar, quando da contratação de terceiros vinculada à execução do objeto deste convênio, as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos.
8.2 O Município deverá apresentar relatório ao gestor do convênio contendo, no mínimo:
a) os contratos e eventuais termos aditivos decorrentes da licitação;
b) declaração expressa, firmada por representante legal, de que foram atendidas as disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;
c) ART de execução vigente;
d) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Obras (CNO);
e) comprovante de abertura de conta específica para recebimento dos recursos.
8.3 A celebração de contrato entre o Município e terceiros não acarretará, em nenhuma hipótese, responsabilidade direta, solidária ou subsidiária do Estado do Paraná, vínculo funcional ou empregatício com este e, tampouco, a transferência de responsabilidade pelo pagamento de encargos civis, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, assistenciais e de outra natureza.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES
9 Este Termo de Convênio poderá ser alterado por termo aditivo, mediante proposta do Município, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à SEIL para análise e decisão, vedada a modificação da natureza do seu objeto.
9.1 Qualquer alteração deverá ser precedida de parecer técnico elaborado por servidor que possua habilitação para se manifestar sobre a questão.
9.2 O valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, cabendo ao Município o suporte financeiro desta diferença, dependendo de apresentação, e aprovação prévia pela SEIL, de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores, com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por termo aditivo.

| |
|---|
| Nota explicativa 7(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)<br>Deverá ser verificado se as alterações serão custeadas somente por parte do Município ou se ambos, concedente e convenente, realizarão os dispêndios decorrentes do Termo Aditivo, respeitados os percentuais dos partícipes previamente estipulados. Nesta última hipótese, a parte em destaque deverá ser suprimida. |

CLÁUSULA DÉCIMA – DO GESTOR/FISCAL DO CONVÊNIO
10.1 Fica designado(a), pela SEIL, o(a) servidor(a) XXXXXX (NOME DO SERVIDOR(A)), portador(a) da Cédula de Identidade/RG nº XXXXXX e do CPF nº XXXXXX, como GESTOR DO CONVÊNIO.
10.1.1 O(a) gestor(a) é o gerente funcional e tem a missão de administrar o termo de convênio, desde sua formalização até o termino de cumprimento dos objetivos, competindo ao mesmo, as atribuições previstas no Art. 700 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.
10.2. Fica designado(a), pela SEIL, o(a) servidor(a) XXXXXX (NOME DO SERVIDOR(A)), portador(a) da Cédula de Identidade/RG nº XXXXXX, do CPF nº XXXXXX, CREA: XXXXXXX, como FISCAL DO CONVÊNIO.
10.2.1 Ao (À) fiscal cabe a responsabilidade de realizar medições mensais mediante vistoria no local indicado na Cláusula Primeira. Devendo agir de forma pró-ativa e preventiva, observando o cumprimento dos termos acordados, e buscar os resultados esperados deste instrumento, na forma disposta no Art. 701 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.
10.3 A fiscalização e a gestão do convênio não se confundem com a atividade de fiscalização e gestão do contrato firmado pelo partícipe para execução do objeto do convênio.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
11 As prestações de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada por parte do Município à SEIL deverão ser apresentadas a cada 30 (trinta) dias, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do encerramento daqueles, compondo-se, além dos documentos apresentados para liberação dos recursos, dos seguintes:
a) relatório de execução do objeto;
b) notas e comprovantes fiscais, contendo o seguinte: data dos documentos, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição

de dados do Município e número do convênio;
c) comprovação de que prestou contas parciais ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências;
d) relação das obras realizadas, em conformidade com as etapas ou fases de execução previstas no Plano de Trabalho.
11.1 Quando não houver a prestação de contas parcial, que comprove a boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, serão retidas as parcelas seguintes, até o saneamento da impropriedade.
11.2 A prestação de contas final dos recursos financeiros transferidos e dos rendimentos de aplicações, deverá ser apresentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência, compondo-se, além dos documentos apresentados para liberação dos recursos, dos seguintes:
a) relatório de cumprimento do objeto;
b) notas e comprovantes fiscais, contendo o seguinte: data dos documentos, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição de dados do Município e número do convênio;
c) comprovação de que prestou contas parciais e final ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências;
d) relatório de conclusão das obras, em conformidade com o Plano de Trabalho;
e) comprovante da devolução do saldo de recursos, quando houver.

Nota explicativa 8 (Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
A prestação de contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná deverá ser realizada conforme a Resolução n.º 28/2011, alterada pela Resolução n.º 46/2014, e Instrução Normativa n.º 61/2011, ou a que venha a substituí-la.

11.3 Quando as prestações de contas não forem encaminhadas nos prazos estabelecidos neste instrumento, o Município terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.
11.4 Se, ao término dos prazos estabelecidos, o Município não prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e/ou à Administração Pública, bem como não devolver os recursos, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial e deverão ser adotadas todas as medidas necessárias para a reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.
11.5 A SEIL emitirá parecer técnico de análise das prestações de contas apresentadas à Administração Pública.
11.6 A autoridade competente da SEIL terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento, para analisar as prestações de contas, com fundamento nos pareceres técnicos expedidos pelas áreas administrativas competentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS**
12 A prestação de contas à Administração Pública, tratada na Cláusula Décima Primeira, não prejudica o dever do Município de prestar contas aos órgãos de controle externo, em especial ao Tribunal de Contas do Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO**
13 Este Convênio poderá ser:
13.1 denunciado por escrito, a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;
13.1.1 a denúncia poderá ser motivada em superveniência de norma legal ou de fato que torne o objeto formal ou materialmente inexecutável;
13.2 rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, de acordo com o art. 713 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, e nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento das cláusulas pactuadas e/ou de normas estabelecidas na legislação vigente;
b) execução em desacordo com o Plano de Trabalho;
c) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas neste instrumento;
d) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
e) aplicação de recursos fora das hipóteses ajustadas;
f) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;
g) dano ao erário, exceto se houver devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da apuração, por procedimentos administrativos próprios, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.
13.3 A rescisão deste Convênio enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano e, inclusive, a devolução dos recursos, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE**
14 A eficácia deste Convênio ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela SEIL, na forma do art. 686 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022;
14.1 A SEIL e o MUNICÍPIO deverão disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, as datas, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir “link” em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao portal de Convênio;
14.2 A SEIL e o MUNICÍPIO deverão divulgar, em sítio eletrônico oficial, as informações referentes aos materiais ou valores equivalentes devolvidos, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**
15 Naqueles casos em que as controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Convênio não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Convênio o foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS
16.1 A execução física da obra deverá ser iniciada até o dia xx de xxxxxx de 202x, e caso não seja, a transferência dos recursos somente ocorrerá após o término do prazo previsto no inciso VI, alínea a, do art. 73 da Lei n° 9.504/1997.

Nota explicativa 9 (Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do termo a ser assinado e publicado)
Deverá ser verificada a data limite para o início das obras, no caso de se tratar de ano eleitoral, levando em conta o disposto no art. 73, inciso VI, alínea a, da Lei nº 9.504/1997.
Na hipótese de não se tratar de ano eleitoral, a cláusula Décima Sexta poderá ser dispensada.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado e assinado pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Curitiba, xx de xxxxx de 20XX.

XXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

XXXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor Geral do DER/PR

XXXXXXXX
Prefeito do Município de xxxxxxxxxxxx

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

**LISTA DE VERIFICAÇÃO**
**TERMO DE CONVÊNIO – ENTRE SEIL E MUNICÍPIOS**
**REPASSE DE RECURSOS PARA MELHORIA DA TRAFEGABILIDADE**

| |
|---|
| **Protocolo n.º** |
| **Termo de Convênio n.º** |

| **REQUISITOS GERAIS** | | |
|---|---|---|
| 01. | Comprovação de que a autoridade que assinará o Termo de Convênio detém competência para este fim específico: | Fls. _____ |
| 02. | Cópias do RG e do CPF dos representantes legais: | Fls. _____ |
| 03. | Comprovante de inscrição e de situação cadastral do Partícipe – CNPJ: | Fls. _____ |
| 04. | Ato de designação do(s) gestor(es) e fiscal (is) do Termo de Convênio: | Fls. _____ |
| 05. | Autorização da autoridade competente: | Fls. _____ |
| 06. | Indicação de conta-corrente específica para o recebimento dos valores inerentes ao convênio: | Fls. _____ |
| 07. | Documento que ateste a utilização de minuta previamente aprovada pela Procuradoria-Geral do Estado, acompanhado da justificativa das alterações efetuadas e da indicação dos pontos alterados, se houver: | Fls. _____ |
| 08. | Relatórios de impactos ambientais e/ou licenças ambientais, quando exigidos: | Fls. _____ |

| **PROJETO BÁSICO**<br>**Art. 456, 457, 458, 459 e Art. 683, inciso I, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022** | | |
|---|---|---|
| 01. | Projetos, nos termos do art. 2º, inciso LXXXVIII, do Decreto Estadual nº 10.086/2022: | Fls. _____ |
| 02. | Anotações e/ou Registros de Responsabilidade Técnica – ART/RRT dos **projetos**: | Fls. _____ |
| 03. | Declaração de liberação de direitos autorais patrimoniais em relação aos **projetos**: | Fls. _____ |

Nota explicativa 1
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da lista de verificação a ser apensada ao processo)
De acordo com o art. 683, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, a apresentação de projeto básico completo poderá ser dispensada quando uma das metas do ajuste envolver o desenvolvimento do próprio projeto básico, o que apenas será possível quando houver no plano de trabalho elementos suficientes que permitam aferir os custos do empreendimento, por meio das metodologias expedida, paramétrica ou da técnica do orçamento sintético.

| **ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA**<br>**Art. 476, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022** | | |
|---|---|---|
| 01. | Folha de fechamento: | Fls. _____ |
| 02. | Folha resumo: | Fls. _____ |
| 03. | Planilha orçamentária: | Fls. _____ |
| 04. | Cronograma físico-financeiro: | Fls. _____ |
| 05. | Composições complementares, quando couber: | Fls. _____ |
| 06. | Curva ABC de serviços e de insumos: | Fls. _____ |
| 07. | Planilha de insumos, quando couber: | Fls. _____ |
| 08. | Composição de BDI: | Fls. _____ |
| 09. | ART ou RRT do **orçamento**: | Fls. _____ |
| 10. | Memória de cálculo: | Fls. _____ |
| 11. | Relatório Fotográfico: | Fls. _____ |
| 12. | Termo de responsabilidade de utilização dos modelos e das tabelas de referência: | Fls. _____ |
| 13. | Declaração de liberação de direitos autorais patrimoniais em relação aos **orçamentos**: | Fls. _____ |

| **PLANO DE TRABALHO**<br>**Art. 681 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022** | | |
|---|---|---|
| | Plano de trabalho detalhado, nos termos do disposto no art. 681 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, contendo, no mínimo: | Fls. _____ |
| 01. | Descrição completa do objeto do Termo de Convênio a ser formalizado e seus elementos característicos: | Fls. _____ |
| 02. | Razões que justifiquem a celebração do Termo de Convênio: | Fls. _____ |
| 03. | Estabelecimento de metas a serem alcançadas, objetivamente especificadas, descritas quantitativa e qualitativamente: | Fls. _____ |
| 04. | Detalhamento das etapas ou fases de execução, estabelecendo os prazos de início e conclusão de cada etapa ou fase programada: | Fls. _____ |
| 05. | Plano de aplicação dos recursos financeiros: | Fls. _____ |
| 06. | Cronograma de desembolso: | Fls. _____ |

| | | |
|---|---|---|
| 07. | Forma de execução das atividades ou dos projetos, e de cumprimento das metas a eles atreladas: | Fls. _____ |
| 08. | Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas: | Fls. _____ |
| 09. | Justificativa da relação entre custos e resultados, inclusive para análise da equação custo/benefício do desembolso a ser realizado pela Administração em decorrência do convênio: | Fls. _____ |
| 10. | Prévia e expressa aprovação do Plano de Trabalho pela autoridade competente. | Fls. _____ |

| **INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS<br>Art. 669, 679, inciso VI, 683, inciso VII, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022** | | |
|---|---|---|
| 01. | Informação orçamentária do setor competente, indicando a dotação orçamentária: | Fls. _____ |
| 02. | Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD: | Fls. _____ |
| 03. | Declaração de Adequação da Despesa e de Regularidade do Pedido: | Fls. _____ |
| 04. | Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes: | Fls. _____ |
| 05. | Declaração de contrapartida municipal, indicando as fontes de recursos financeiros e a dotação orçamentária do Município: | Fls. _____ |
| 06. | Declaração de que foram observados os limites mínimos de contrapartida por parte do Município (art. 669, § 1º, Decreto Estadual nº 10.086/2022): | Fls. _____ |
| 07. | Declaração do ordenador de despesas de que incluirá a dotação necessária à execução do instrumento em suas propostas orçamentárias para os exercícios seguintes, no caso de despesas a serem executadas em exercícios futuros: | Fls._____ |
| 08. | Declaração do ordenador de despesas de que existe disponibilidade de caixa para o pagamento das despesas decorrentes de convênio a ser celebrado nos dois últimos quadrimestres do mandato: | Fls._____ |

**Nota explicativa 2** (Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da lista de verificação a ser apensada processo)
O item 08, relativo às informações orçamentárias e financeiras, poderá ser dispensado, caso a despesa não venha a ser realizada nos dois últimos quadrimestres do mandato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

| **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA<br>Art. 679, III, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022** | | |
|---|---|---|
| 01. | Certidão ou documento equivalente atestando que o interessado está em dia com o pagamento dos tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao concedente: | Fls. _____ |
| 02. | Certidão ou documento equivalente expedido pelo concedente atestando que o interessado está em dia com as prestações das contas de transferências dos recursos dele recebidos: | Fls. _____ |
| 03. | Certidão negativa específica emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto à inexistência de débitos perante a seguridade social: | Fls._____ |
| 04. | Certidão negativa conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto aos demais tributos: | Fls._____ |
| 05. | Prova de regularidade do convenente para com a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação (CRS): | Fls._____ |
| 06. | Certidão negativa de débitos trabalhistas exigível, nos termos da Lei 12.440, de 7 de julho de 2011: | Fls. _____ |
| 07. | Certidão expedida pelo Tribunal de Contas: | Fls. _____ |
| 08. | Consulta ao CADIN do Estado do Paraná. | Fls. _____ |

_____, ___ de _____ de _____.
(local)

_____, ___ de _____ de _____.
(local)

[Nome e assinatura do servidor responsável pelo preenchimento]

[Nome e assinatura do chefe do setor competente]

Nota explicativa 3(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da lista de verificação a ser apensada ao process
Recomenda-se que as assinaturas na lista de verificação, no termo de Convênio e no respectivo plano de trabalho sejam realizadas por meio eletrônico, n
termos do Decreto Estadual n.º 7.304/2021 e do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

**39744/2024**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

# Controladoria Geral do Estado

**CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO**

**RESOLUÇÃO CGE Nº 34/2024**

Prorrogação do prazo para a realização de auditoria do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional e altera dispositivos da Resolução CGE nº 57, de 14 de junho de 2023.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023; e pelo §2º, do art. 10, da Lei Estadual nº 17.745, de 30 de outubro de 2013, e

CONSIDERANDO a possibilidade de prorrogação de prazo das etapas descritas no cronograma de auditoria do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, conforme previsto no art. 6º da Resolução CGE nº 57/2023, que instituiu o Grupo Específico de Auditoria; e

CONSIDERANDO a justificativa de solicitação de prorrogação de prazo pelo Grupo Específico de Auditoria, contida no protocolo nº 21.979.775-3.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Prorroga o prazo para realização da auditoria do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, na forma do cronograma anexo à presente resolução.

**Art. 2º** Altera o art. 2º da Resolução CGE nº 57/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Ficam designados para integrar o Grupo Específico de Auditoria os seguintes servidores efetivos da Controladoria-Geral do Estado:

I. BEN HUR JUVENCIO BUENO, RG nº 4.278.024-3;

II. JACKSON VINICIUS IPP SEIXAS, RG nº 8.390.862-9;

III. JULIANE KURITZA, RG nº 12.438.533-4;

IV. LUCIANA CABRINI MAGALHAES RACHED, RG nº 5.317.901-0;

V. MARLON STAFIN, RG nº 6.807.632-3; e

VI. MAURO DO NASCIMENTO NETO, RG nº 44.079.819-X/SP. "

**Art. 3º** Altera o art. 3º da Resolução CGE nº 57/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Compete ao Chefe da Coordenadoria de Controle Interno da Controladoria-Geral do Estado coordenar o Grupo Específico de Auditoria, especificamente no que se refere ao apoio administrativo necessário para o desenvolvimento dos trabalhos e ao encaminhamento do Relatório Final da Auditoria ao Gabinete da Controladoria-Geral do Estado para as providências cabíveis. "

**Art. 4º** Essa Resolução entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Resolução CGE nº 129, de 14 de dezembro de 2023.

Curitiba, 17 de abril de 2024.

**LUCIANA CARLA DA SILVA AZEVEDO**

Controladora-Geral do Estado

**ANEXO**

| | | | |
|---|---|---|---|
| **ASSUNTO:** Auditoria Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional - PNASP<br>**OBJETIVO:** Cumprir a determinação proferida no Acordão n°1280/21, que trata da Tomada de Contas Extraordinária, instaurada em atendimento ao Acórdão n°3841/19, com o intuito de verificar a aplicação do Relatório de Auditoria dos procedimentos adotados para a retomada das obras do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. | **INDICADOR** | **MEDIÇÃO INICIAL (V0)** | **MEDIÇÃO FINAL (V)** |
| | Relatório | Parcial 2019 | Final |
| | **RESPONSÁVEL:** Grupo Específico de Auditoria | | |

| ITEM | ATIVIDADE | RESPONSÁVEL | DATA INICIO | DATA TÉRMINO | SITUAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Formalizar, por ato específico, Grupo Específico de Auditoria - GEAUD. | Gabinete/CGE | 05/06/2023 | 16/06/2023 | **Concluído** |
| 2 | Apresentar a motivação e objetivos da formação do GEAUD. | CCI GEAUD | 19/06/2023 | 23/06/2023 | **Concluído** |
| 3 | Planejar a auditoria:<br>3.1 Levantar os documentos necessários para o início dos trabalhos;<br>3.2 Solicitar aos órgãos e entidades responsáveis os documentos listados;<br>3.3 Analisar os documentos;<br>3.4 Delimitar o escopo. | GEAUD | 26/06/2023 | 25/08/2023 | **Concluído** |
| 4 | Executar a auditoria.<br>4.1 Analisar os documentos;<br>4.2 Questionários específicos;<br>4.3 Realizar visitas *in loco*/entrevistas | GEAUD apoio técnico (no que couber) | 28/08/2023 | 04/10/2024 | **Em andamento** |
| 5 | Elaborar Relatório Preliminar de Auditoria | GEAUD | 07/10/2024 | 30/10/2024 | **No prazo** |
| 6 | Apresentar aos responsáveis as respectivas evidências. | Gabinete/CGE GEAUD | 01/11/2024 | 18/11/2024 | **No prazo** |
| 7 | Elaborar Relatório Final de Auditoria | GEAUD | 20/11/2024 | 06/12/2024 | **No prazo** |
| 8 | Encaminhar o Relatório Final aos responsáveis. | Gabinete/CGE | 09/12/2024 | 13/12/2024 | **No prazo** |
| 9 | Encaminhar o Relatório Final ao Tribunal de Contas do Estado | Gabinete/CGE | 16/12/2024 | 16/12/2024 | **No prazo** |

| |
|---|
| **Concluído** |
| **Atrasado** |
| **No prazo** |
| **Em andamento** |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br



# Secretaria da Administração e da Previdência

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 5078 17/04/2024

| PROTOCOLO | NOME | RG | LF | ÓRGÃO | A PARTIR |
|---|---|---|---|---|---|
| 219866828 | AUREA BORDIGNON DE GODOI | 37081558 | 91 | SEED | |
| 216522214 | AYAKO OUTI | 37320161 | 2 | SEED | |
| 218640460 | DANIELA MARTINS DOS SANTOS | 39949431 | 1 | SEED | |
| 218770681 | EDENILSE APARECIDA DE SOUSA | 64691325 | 1 | SEED | |
| 219937113 | EDNO LOPES PINTO | 34746362 | 1 | SEED | |
| 218424880 | FLAVIA DE PAULA GRACIANO NISCO | 47235138 | 1 | SEED | |
| 220032760 | IVONETE MARIA DA SILVA ALMEIDA | 82497900 | 1 | SEED | |
| 21960294 | IVONETE MARIA GORSKI | 36086360 | 1 | SEED | |
| 218714773 | JANETE APARECIDA ANANIAS PINTO | 32778640 | 1 | SEED | |
| 219370016 | LUCIANE MARIA MARTINI VIEIRA | 34305838 | 3 | SEED | |
| 218768091 | MARCIA RUIZ | 34090084 | 1 | SEED | |
| 217048940 | MARCOS BARAO DOS SANTOS | 42495778 | 1 | SESP | |
| 218738940 | MARIA JOSE DE OLIVEIRA IRIA | 15155370 | 2 | SEED | |
| 219663439 | MARIA LUCIA LEITE DE ASSIS | 36750898 | 1 | SEED | |

**38893/2024**

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 5079 17/04/2024

| PROTOCOLO | NOME | RG | LF | ÓRGÃO | A PARTIR |
|---|---|---|---|---|---|
| 219976593 | MARIA RIBEIRO | 36790393 | 1 | SEED | |
| 212219622 | MARILENE SIENA DE SOUZA | 41366044 | 2 | SEED | |
| 219300824 | NEUZA REGINA SALUSTIANO PINTO | 35647350 | 2 | SEED | |
| 219387385 | RITA FERREIRA DE OLIVEIRA | 55389128 | 42 | SEED | |
| 218935893 | ROSANE NATALINA FERREIRA | 52764866 | 1 | SEED | |
| 219956860 | ROSANGELA CARNEIRO PIRES | 42378828 | 2 | SEED | |
| 219744633 | ROSELI HENRIQUE PEREIRA | 43342266 | 1 | SEED | |
| 219365403 | SERGIO LUIZ CAETANO DE ARAUJO | 30241592 | 1 | SEED | |
| 218739890 | SIDNEIA APARECIDA BULGARAO PONTARA | 40402667 | 1 | SEED | |
| 219682298 | SILVANA MARCIA SCHILIVE | 57026472 | 1 | SEED | |
| 219671490 | SUELI AUGUSTI LIRA MACHADO | 39407876 | 1 | SEED | |
| 219343833 | VALDIVINA DOS SANTOS XAVIER | 59259199 | 1 | SEED | |

**38861/2024**

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS MILITARES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 5080 17/04/2024

| PROTOCOLO | NOME | RG | LF | ÓRGÃO | A PARTIR |
|---|---|---|---|---|---|
| 219510291 | MARCIO JOSE TEIXEIRA | 60447420 | 1 | SESP | |

**38862/2024**

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS MILITARES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 5081 17/04/2024

| PROTOCOLO | NOME | RG | LF | ÓRGÃO | A PARTIR |
|---|---|---|---|---|---|
| 219638116 | GERSON MACHADO | 58836028 | 1 | SESP | |

**38863/2024**

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

RESOLUÇÃO N. 5086 18/04/2024

| PROTOCOLO | NOME | RG | LF | ÓRGÃO | A PARTIR |
|---|---|---|---|---|---|
| 219927851 | CAMILO VANZETTO | 39166070 | 3 | SEED | |
| 219785950 | FABIOLA MARIA CECATO KLIMEK CANELLA | 47731798 | 1 | SEED | |
| 220043657 | FERNANDO SCHOLL BETTEGA | 18403943 | 2 | IAT | |
| 219719906 | JANICE SOARES DE ALCANTARA FERNANDES | 48918158 | 1 | SEED | |
| 217499208 | JOSMEI GOMES RODRIGUES DE OLIVEIRA | 40319565 | 2 | SEED | |
| 219724578 | ROSEMARI KOMARCHESKI | 41886943 | 1 | SEED | |
| 219846088 | SIRLENE KOSOUSKI BALDISSERA | 53630723 | 1 | SEED | |
| 219639333 | SONIA MARIA RIBEIRO | 38868551 | 1 | SEED | |
| 219703465 | VALDIRENE MAZAMBONI | 57162813 | 1 | SEED | |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

219594941 VERIDIANA CARAMORI 51700198 1 SEED

**39388/2024**

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS MILITARES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 5087 18/04/2024

| PROTOCOLO | NOME | RG | LF | ÓRGÃO | A PARTIR |
|---|---|---|---|---|---|
| 215590682 | MARCOS ANTONIO DE MORAES | 61750410 | 1 | SESP | |

**39389/2024**

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 5056

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: FRANCISCO DE ASSIS SANTOS ORGAO: SEED
R.G.: 7.153.969-5 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, incisos I a V, §6°, inc. I, e 7°, inc. I da EC-PR nº 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.231/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.823,22(Cinco Mil, Oitocentos e Vinte e Três Reais e Vinte e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 57-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.693.928-0

---

NOME: CLEIDE GOMES DIAS BAPTISTA ORGAO: SEED
R.G.: 4.594.620-7 CARGO: Professor LF: 90
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR nº 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.234/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.953,19(Cinco Mil, Novecentos e Cinqüenta e Três Reais e Dezenove Centavos)
CALCULOS A FL. 49-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 21.701.796-3

---

CURITIBA, 16 DE ABRIL DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 5057

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: MARIA IVANI VERONESE ORGAO: SEED
R.G.: 5.344.144-0 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Aposentadoria Voluntária Proporcional por Idade.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 40, § 1°, Inciso III, alínea B, da Constituição Federal e § 8°, com a redação dada pela Emenda Constitucional. Nº 41/03.
Art.40, §§ 3° e 17°, da Const.Federal
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.230/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.448,45(Dois Mil, Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Quarenta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 63-PRPREV. Prop. 30/30 avos. - FP - PROTOCOLO N. 21.719.299-4

---

NOME: NILZA CONTE FERREIRA ORGAO: SEED
R.G.: 5.372.441-8 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, incisos I a V, §6°, inc. II, e 7°, inc. II da EC-PR nº 45/2019
Art. 4°, §6°, incisos II e III da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.224/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.128,91(Dois Mil, Cento e

Vinte e Oito Reais e Noventa e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 94-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 21.230.965-6

---

CURITIBA, 16 DE ABRIL DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 5058

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: CELIA JOSIANE PERNOMIAN CIANCA ORGAO: SEED
R.G.: 4.395.831-3 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.229/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.206,28(Oito Mil, Duzentos e Seis Reais e Vinte e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 48-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.684.844-6

---

NOME: ELIZABETH VIEIRA DE ANDRADE ORGAO: SEED
R.G.: 5.062.679-2 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.225/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.019,14(Cinco Mil e Dezenove Reais e Quatorze Centavos)
CALCULOS A FL. 59-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.666.722-0

---

CURITIBA, 16 DE ABRIL DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 5059

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ANGELINA FERRO ALVES ORGAO: SEED
R.G.: 1.665.914-2 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Aposentadoria Voluntária Proporcional por Idade.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 40, § 1°, Inciso III, alínea B, da Constituição Federal e § 8°, com a redação dada pela Emenda Constitucional. N° 41/03.
Art.40, §§ 3° e 17°, da Const.Federal
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.213/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.526,17(Quatro Mil, Quinhentos e Vinte e Seis Reais e Dezessete Centavos)
CALCULOS A FL. 63-PRPREV. Prop. 22/30 avos. - FF - PROTOCOLO N. 21.749.261-0

---

NOME: MARIA LEILA FEITOSA ORGAO: SEED
R.G.: 6.707.248-0 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, §4°, incisos I a III e §5°, §6° inc. II e §7°, inc. II, da EC-PR n° 45/2019
Art. 4°, §6°, incisos II e III da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.236/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.080,93(Quatro Mil e Oitenta Reais e Noventa e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 54-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 21.732.131-0

---

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CURITIBA, 16 DE ABRIL DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 5060

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: LUCIA TOSHIKO SUMIGAWA ORGAO: SEED
R.G.: 4.531.272-0 CARGO: Professor LF: 2
Professor

TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.222/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.377,90(Oito Mil, Trezentos e Setenta e Sete Reais e Noventa Centavos)
CALCULOS A FL. 72-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.666.099-4

---

NOME: PAARAI HOMMERDING LOPES ORGAO: SEED
R.G.: 5.508.879-9 CARGO: Professor LF: 3
Professor

TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.226/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 7.138,31(Sete Mil, Cento e Trinta e Oito Reais e Trinta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 50-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 21.486.671-4

---

CURITIBA, 16 DE ABRIL DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

**39556/2024**

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 5061

O SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: SALESIO BORGES ORGAO: CBMPR
R.G.: 6.397.074-3 CARGO: 3° Sargento LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Integral (Decreto.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 24-G, inciso I e parágrafo único, do Decreto-Lei n. 667/69.
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.EC n.° 53, de 14/12/2022
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 137.232/24
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.271,54(Oito Mil, Duzentos e Setenta e Um Reais e Cinqüenta e Quatro Centavos)
CALCULOS A FL. 32-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 21.223.367-6

---

CURITIBA, 16 DE ABRIL DE 2024

ELISANDRO PIRES FRIGO
SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

**39555/2024**

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:
RESOLUÇÃO N. 5082 17/04/2024

| NOME | RG | LF | CARGO | PROTOCOLO | A PARTIR | ORGAO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| LORENA FERNANDA DE OLIVEIRA SILVA | 98100040 | 53 | NII03 | 220212599 | 08/04/2024 | SEED |

**38864/2024**

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE

EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:
RESOLUÇÃO N. 5083 17/04/2024

| NOME | RG | LF | CARGO | PROTOCOLO | A PARTIR | ORGAO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| FRANK SILVESTRE ZEQUIM | 67515153 | 90 | NII05 | 219952724 | 01/04/2024 | SEED |
| MARILENE FERREIRA DE ALMEIDA DOS SANTOS | 71403955 | 1 | NAVI | 220006794 | 10/04/2024 | SEED |

**38894/2024**

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE
EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:
RESOLUÇÃO N. 5085 18/04/2024

| NOME | RG | LF | CARGO | PROTOCOLO | A PARTIR | ORGAO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| DENIS ANTONIO SILVA | 140298026 | 5 | NI01 | 220056260 | 10/04/2024 | SEED |
| SIRLANE BONOMI FUCHS | 76943150 | 1 | NII09 | 220130630 | 16/04/2024 | SEED |

**39390/2024**

**Resolução SEAP nº. 5055**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.491, de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E

Tornar sem efeito, a Resolução nº 13327 de 26/01/2021, restabelecendo os efeitos da resolução nº 8201 de 15/09/2009 que aposentou por invalidez TARCIZO PRESTES FIHO, RG 614.015-7, LF 01, Agente Profissional - Médico , FUNSAÚDE, em atendimento ao Acordão nº 351/2024 – 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Paraná, de 22/02/2024 – Sessão Virtual nº 2.
Protocolo nº 18.910.750-1.

Curitiba, 17 de abril de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**Resolução SEAP nº. 5071**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a MARIA IOSHIE YAMADA, R.G. nº 1.870.894-9, LF 01, UEM, ocupante do cargo de Agente Universitário Profissional, de acordo com o Artigo 3º, incisos I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05; Lei nº 18135/2014; Lei 6174/70, art. 170 e 171. Valor dos proventos R$ 24.146,01 (Vinte e quatro mil, cento e quarenta e seis reais e um centavo). Cálculos de fls. 30 – PRPREV.
Protocolo nº 21.825.265-6.

Curitiba, 17 de abril de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**Resolução SEAP nº. 5072**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a MARCIA EURICH BELINSKY, R.G. nº 3.923.311-8, LF 01, UEPG, ocupante do cargo de Agente Universitário Execução, de acordo com o Artigo 3º, incisos I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05; Lei nº 11713/97, art. 30 e Lei 21583/2023, art. 24, inc. I; Lei 6174/70, art. 170 e 171. Valor dos proventos R$ 12.567,77 (Doze mil, quinhentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos). Cálculos de fls. 52 – PRPREV.
Protocolo nº 21.764.835-1.

Curitiba, 17 de abril de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

**Resolução SEAP nº. 5073**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a NEUZA ALVES DE SOUZA, R.G. nº 3.759.776-7, LF 01, UEL, ocupante do cargo de Agente Universitário, de acordo com o Artigo 3º, incisos I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05; Lei nº 21583/2023, art. 24, inc. I; Lei 21583/2023, art. 24, inc. II; Lei 10692/93, art. 13; Lei 21583/2023, art. 24, inc. IV. Valor dos proventos R$ 6.853,19 (Seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos). Cálculos de fls. 48 – PRPREV.
Protocolo nº 21.367.441-2.

Curitiba, 17 de abri de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**Resolução SEAP nº. 5074**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a CLAUDIO MARQUES ROLIM E SILVA, R.G. nº 4.046.655-0, LF 01, SESP, ocupante do cargo de Delegado, de acordo com o Artigo 3º, incisos I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05; Lei 17170/2012 e Lei Complementar nº 259/2023. Valor dos proventos R$ 32.769,97 (Trinta e dois mil, setecentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos). Cálculos de fls. 31 – PRPREV.
Protocolo nº 21.730.176-9.

Curitiba, 17 de abri de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**Resolução SEAP nº. 5075**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntaria por tempo de contribuição a EDGARD MOREIRA GANZAROLLI, RG. nº 10.557.201-8, LF 01, ocupante do cargo de Professor do Ensino Superior, UNICENTRO, de acordo com o art. 35, §1º, inciso III da Constituição Estadual, com a redação da EC n° 45/2019 e art. 13 da Lei complementar nº 233/2021; art. 10 da EC 45/2019 c/c art. 26 da EC 103/2019. Valor dos proventos R$ 12.295,53 (Doze mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta e três centavos). Cálculos de fls. 37 – PRPREV.
Protocolo nº 21.740.615-3.

Curitiba, 17 de abri de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**Resolução SEAP nº. 5076**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2491 de 23 de janeiro de 1984.

R E S O L V E:

**Converter**, da reserva remunerada para a Reforma por invalidez, DONIZETE

SEVERINO DA SILVA, RG: 4.887.460-6, Cabo, LF-01, da PMPR, de acordo com o Parágrafo único do artigo 90 e artigo 91 da lei 6417/73, alínea 'b' do artigo 170 e alínea "a" do artigo 171 da Lei 1943/54.
Protocolo nº 21.619.013-0.

Curitiba, 17 de abril de 2024.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**Resolução SEAP nº. 5077**

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder, aos servidores abaixo relacionados o Abono de Permanência em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária.

| PROTOCOLO | NOME | ORGÃO |
|---|---|---|
| 21.913.932-2 | ADNA ALVES DE SOUZA MIRANDA | UNIOESTE |
| 21.976.397-2 | MARCIA ELISA TETE RAMOS | UEM |
| 21.971.568-4 | MARIO CEZAR LOPES | UEPG |
| 21.992.266-3 | GLAUCIA DE ANDRADE SOVINSKI SIEBRE | UEPG |

Curitiba, 17 de abril de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**39110/2024**

**Resolução SEAP nº. 5096**

A Secretária de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Retificar a Resolução nº 3694 de 21/11/2023, que concedeu aposentadoria a ROSANNA RITA SILVA, RG 3.046.720-5, UNICENTRO, para correção da Linha Funcional de 01 para 02.
Protocolo nº 20.755.024-8.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**Resolução SEAP nº. 5097**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a MARIA DAS GRAÇAS ANGUERA, R.G. nº 6.368.138-5, LF 01, UNIOESTE, ocupante do cargo de Professor do Ensino Superior, de acordo com o Artigo 3º, incisos I, II e III, § único da Emenda Constitucional nº 47/05; Lei nº 11713/97, art. 30; Lei 6174/70, art. 170 e 171; Lei 11713/97 Lei 10692/93, art. 13; Lei 21852/2023 e Informação DJ/PRPREV nº 75/2024. Valor dos proventos R$ 30.964,35 (Trinta mil, novecentos e sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos). Cálculos de fls. 80 – PRPREV.
Protocolo nº 20.388.656-0.

Curitiba, 18 de abril de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

**Resolução SEAP nº. 5098**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2491 de 23 de janeiro de 1984.

R E S O L V E:

**Converter**, da reserva remunerada para a Reforma por invalidez, WILSON LUIZ FERRARI, RG: 4.413.920-0, Cabo, LF-01, da PMPR, de acordo com o Parágrafo único do artigo 90 e artigo 91 da lei 6417/73, alínea 'b' do artigo 170 e alínea "a" do artigo 171 da Lei 1943/54.
Protocolo nº 21.544.113-0.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**Resolução SEAP nº. 5099**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2491 de 23 de janeiro de 1984.

R E S O L V E:

**Converter**, da reserva remunerada para a Reforma por invalidez, JULIO OZGA NOBREGA, RG: 1.977.641-7, Coronel, LF-01, da PMPR, de acordo com o Parágrafo único do artigo 90 e artigo 91 da lei 6417/73, alínea 'b' do artigo 170 e alínea "a" do artigo 171 da Lei 1943/54.
Protocolo nº 21.878.626-0.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**Resolução SEAP nº. 5100**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2491 de 23 de janeiro de 1984.

R E S O L V E:

**Converter**, da reserva remunerada para a Reforma por invalidez, MAURICIO SOUZA SANTOS, RG: 5.788.109-7, Subtenente, LF-01, da PMPR, de acordo com o Parágrafo único do artigo 90 e artigo 91 da lei 6417/73, alínea 'b' do artigo 170 e alínea "a" do artigo 171 da Lei 1943/54.
Protocolo nº 21.617.681-2.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**Resolução SEAP nº. 5101**

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de MARCO ANTONIO FERNANDES AQUINI, R.G. nº 6.312.294-7, LF 01, Cabo, PMPR, conforme cálculo de fls. 23 – PRPREV. Valor dos proventos

R$ 7.042,33 (Sete mil e quarenta e dois reais e trinta e três centavos). Efeitos financeiros a partir de 01/07/2023.
Protocolo nº 20.648.232-0.

Curitiba, 18 de abril de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**Resolução SEAP nº. 5102**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.491, de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E

Tornar sem efeito, a Resolução nº 13199 de 12/01/2022, restabelecendo os efeitos da resolução nº 12800 de 22/11/2021 que aposentou por tempo de contribuição HILDA MARIA DAS GRAÇAS SANTOS, RG 912.093-9, LF 03, Professor, SEED, em atendimento aos autos nº 0001741-78.2021.8.16.0047, em tramite na Vara da Fazenda Pública de Assaí.
Protocolo nº 18.212.938-0.

Curitiba, 18 de abril de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**Resolução SEAP nº. 5103**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.491, de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E

Tornar sem efeito, a Resolução nº 518 de 23/02/2023, na parte que transferiu para a reserva remunerada compulsória MARCIO MENDES FREIRE, RG 4.548.072-4, LF 01, 3º Sargento, PMPR, conforme Despacho Previdenciário PRPREV.
Protocolo nº 21.149.919-2.

Curitiba, 18 de abril de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**Resolução SEAP nº. 5104**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.491, de 23 de janeiro de 1984,

R E S O L V E

Tornar sem efeito, a Resolução nº 9287 de 02/10/2020, na parte que transferiu para a reforma por invalidez proporcional LUIZ GUSTAVO ALVES KAIUT, RG 8.463.094-2, LF 01, Soldado 1ª Classe, PMPR, conforme Despacho Previdenciário PRPREV.
Protocolo nº 21.092.551-1.

Curitiba, 18 de abril de 2024

Elisandro Pires Frigo
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 4035 19/04/2024
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 7927 DE 14/01/2022 O NOME DE ORLANDO ARRUDA BOTELHO
R.G. 33843860 LF - 1

**39530/2024**

**RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/CC N° 355/2024**

Concede Promoção por Aquisição de Estabilidade -QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário Chefe da Casa Civil**, no uso de suas atribuições legais, considerando o artigo 13 da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, o Despacho do Governador, de 27 de março de 2024 (protocolo nº 21.796.803-8), o contido na Lei 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, alterada pela Lei nº 21.367, de 28 de fevereiro de 2023, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE e o disposto no Protocolo nº 21.971.004-6,

**RESOLVEM:**

**Art. 1º Conceder** ao servidor estável, ativo, regido pela Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002, do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, em 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR AQUISIÇÃO DE ESTABILIDADE**, na forma do inciso I, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual nº 13.666/02, conforme o Anexo Único desta Resolução.

**Art. 2º** Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional às Unidades de Recursos Humanos dos servidores, nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de abril de 2024.

**Elisandro Pires Frigo**
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**João Carlos Ortega**
Secretário Chefe da Casa Civil

**RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/CC Nº 355/2024**

**ANEXO ÚNICO**

**PROMOÇÃO POR AQUISIÇÃO DE ESTABILIDADE**

| NOME | RG | LF | QUADRO | ÓRGÃO | CARGO | DE | PARA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | CL | CL |
| KAIO GUSTAVO WEIHERMANN | 87300919 | 8 | QPPE | CC | AP | I | II |

**39312/2024**

**RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEPL N° 359/2024**

Concede Promoção por Aquisição de Estabilidade aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado do Planejamento**, no uso de suas atribuições legais, considerando o artigo 13 da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, o Despacho do Governador, de 27 de março de 2024 (protocolo nº 21.796.803-8), o contido na Lei nº 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, alterada pela Lei nº 21.367, de 28 de fevereiro de 2023, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE e o disposto no Protocolo nº **21.974.249-5**,

**RESOLVEM:**

**Art. 1º Conceder** aos servidores estáveis, ativos, regidos pela Lei Estadual nº 13.666, de 05 de julho de 2002, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR AQUISIÇÃO DE ESTABILIDADE** na forma do inciso I, § 1º do artigo 9ºA da Lei 13.666/2002, conforme o Anexo Único desta Resolução.

**Art. 2º** Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional às Unidades de Recursos Humanos dos servidores, nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de abril de 2024.

**Elisandro Pires Frigo**
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**Luiz Augusto Silva**
Secretário de Estado do Planejamento

**ANEXO ÚNICO**
**PROMOÇÃO POR AQUISIÇÃO DE ESTABILIDADE**

| NOME | RG | LF | QUADRO | ÓRGÃO | CARGO | DE | PARA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | CLASSE | CLASSE |
| ALYF DE RAMOS MELO | 12.571.980-0 | 1 | QPPE | SEPL | AGE | I | II |

**39717/2024**

**RESOLUÇÃO SEAP N° 5084/2024**

Retificar Progressão pelo critério de Titulação – PGT da servidora do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, pela Lei Estadual nº 21.352 de 01 de janeiro de 2023 e pelo Decreto nº 3.888 de 21 de janeiro de 2020, considerando o Ofício 675/2024 PGE/PRE, e o contido no protocolado nº 20.738.158-6, que trata do cumprimento da decisão proferida nos autos nº 0016825-34.2023.8.16.0182,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Retificar** a Resolução SEAP nº 3.749, de 09 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial nº 10.498, de 13 de agosto de 2019, na parte que concedeu Progressão, em duas referências salariais, pelo critério de Titulação, à servidora no cargo de Agente de Segurança Socioeducativo do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, na forma do §3º, art. 9º, da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002, para constar, por força de decisão judicial, o que segue:

| ÓRGÃO | CARGO | NOME | RG | LF | DE | | PARA | | A partir de |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | CL | REF. | CL | REF. | |
| SEJU | AE | Grazielle Cardoso da Silva Reis | 83597798 | 2 | III | 01 | III | 03 | **09/05/2019** |

**Art. 2º** Compete a Unidade de Recursos Humanos de lotação da servidora providenciar a correção nos sistemas administrados pela Divisão de Cadastro de Recursos Humanos – DCRH/SEAP.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

**Elisandro Pires Frigo**
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

**39796/2024**

**DESPACHO N°: 527/2024**
Protocolo nº: 21.324.717-4
Interessado: Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Assunto: Procedimento licitatório – PE nº 09/2024 - SRP – REVOGAÇÃO
Data: 18/04/2024

**1.** Trata-se de solicitação encaminhada pelo Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP, de **revogação** deste procedimento licitatório, na modalidade Pregão, forma Eletrônica n° PE 09/2024 -SRP, composto por 04 (quatro) lotes, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de **CAMINHÕES CAÇAMBAS BASCULANTES e CAMINHÕES COLETORES COMPACTADORES DE LIXO,** a fim de atender a demanda dos municípios paranaenses através do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, da Secretaria de Estado das Cidades - SECID, conforme o Anexo VI do Edital (fls. 654/698 – mov. 106).

**2.** O referido procedimento licitatório foi autorizado em 01/02/2024, pelo Senhor Secretário de Estado da Administração e da Previdência. O valor máximo estimado para contratação é de **R$ 97.090.000,40** (noventa e sete milhões, noventa mil reais e quarenta centavos).

**3.** Considerando:
- o Ofício nº *nº 151/2024 – SECID/GS (fls. 934/935, mov. – 164), da Secretaria de Estado das Cidades – SECID, órgão demandante deste processo, solicitando a revogação do presente certame*, tendo em vista que:
*- a necessidade de correções dos termos do Edital e Termo de Referência;*
*- a SECID prima pela transparência e boas práticas na condução dos seus processos licitatórios; o controle que a administração exerce sobre seus atos, caracteriza o princípio administrativo da autotutela;*
*- a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento nas Súmulas n° 346 e 473 do STF; os princípios da legalidade, da moralidade, da isonomia e da busca da proposta mais vantajosa;*
*- o processo está suspenso e que ainda não foi marcada a data de abertura da licitação; é conveniente que a Administração revogue licitação". Não restam motivos para dar continuidade ao procedimento licitatório ora em questão.*

- o Relatório nº 024/2024 - SEAP/DECON/DL (fls. 937/937a – mov. 165), apresentado pela Divisão de Licitação do Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON *"A disputa foi suspensa para correção das especificações técnicas do Anexo I – Termo de Referência do edital em razão de diversos questionamentos e impugnações conforme Informação nº 098/2024 à fl. 832, mov. 141.*

- a Informação nº 053/2024 (fls. 941/943a – mov. 168), da Assessoria Técnica da Diretoria de Contratações e Gerenciamento de Operações - DCGO, descreve que diante da solicitação formulada pelo órgão demandante e em atenção à conveniência e oportunidade, a revogação se apresenta como a melhor alternativa.

Desse modo, considerando a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal - STF, nos termos dos artigos 71, II e 165, ´a´, da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c artigo 107, III, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, **REVOGO o Procedimento Licitatório Pregão Eletrônico 09/2024 - SRP.**

**4.** Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON, para conhecimento e demais providências.

Elisandro Pires Frigo
**Secretário de Estado da Administração e da Previdência**

**39872/2024**

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

**EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL**

**Protocolo nº:** 17.674.733-1
**Termo de Doação n°:** 49/2023
**Doador:** Estado do Paraná
**Donatário:** Município de Umuarama.
**Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel:** 2023
**Fundamento legal:** Lei nº 21374 de 28/03/2023, publicada no DIOE n° 11388 de 28/03/2023.
**Descrição:** Doação de Imóvel do patrimônio estadual solicitada pelo Município de Umuarama, objeto da Matrícula n.º 11.207 do 1º Ofício de Regis- tro de Imóveis de Umuarama, com área de 1.368,70 m², destinado ao funcionamento do Centro Municipal de Educação Infantil Ranice Benedito de Araújo Teixeira.
**Valor do imóvel:** R$ 912.240,50 (novecentos e doze mil e duzentos e quarenta reais e cinquenta centavos)

**39808/2024**

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

**EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL**

**Protocolo nº:** 17.581.708-5
**Termo de Doação n°:** 16/2024
**Doador:** Estado do Paraná
**Donatário:** Município de Porto Amazonas.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

**Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel:** 2023
**Fundamento legal:** Decreto nº 20845 de 06/12/2021, publicada no DIOE n° 11072 de 07/12/2021.
**Descrição:** Prorrogação de prazo para a lavratura da escritura pública e a respectiva Matrícula junto ao Cartório de Registros de Bens Imóveis da circunscrição imobiliária do imóvel doado deverão ser concluídas até 31 de dezembro de 2025.
**Imóvel**: Propriedade do Estado do Paraná objeto da Matrícula n° 3.009 do Registro de Imóveis de Palmeira, localizado na Rua Santos Dumont, n°68, Boqueirão, no Município de Porto Amazonas, referente a área de 7.995,00m², de propriedade do Estado do Paraná, destinado ao uso e funcionamento de Unidade Básica de Saúde Centro Social Rural Dr. Roberto Osório Saraiva de Almeida, da Unidade de Atenção Primária- Saúde da Família, e para a implantação de uma quadra de futebol society e ficará gravado com cláusula de inalienabilidade.

**39836/2024**

**NOTIFICAÇÃO**

A Comissão Permanente de Processo Administrativo (CPPA) da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP) **NOTIFICA** a empresa **AJG COMÉRCIO ATACADISTA DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF n.º 37.027.537/0001-55**, com endereço à Rua Avenida Fioravante Rossi, nº 337, Sala 01, bairro Lace, CEP 29.703-041, Colatina-ES, na pessoa de seu representante legal, Sr. **João Carlos Dominicini**, para integrar o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade n.º 21.785.240-4.

O Processo Administrativo instaurado mediante Resolução n.º 4.618/2024, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, edição n.º 11.609, em 29 de fevereiro de 2024, que visa a apuração do descumprimento, em tese, das disposições constantes no edital do Pregão Eletrônico nº 335/2021, que teve por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de liquidificadores comerciais para uso profissional, extratores de suco de frutas cítricas para uso profissional, panelas de pressão para uso profissional, conjuntos de caldeirões para cocção e conjunto espagueteira, sujeitando-se, portanto, às sanções previstas no item 12 do referido edital, c/c art. 152, inciso I e III, e art. 154, inciso II, ambos da Lei Estadual n.º 15.608/2007, em razão da NOTIFICADA *"não entregar os documentos de habilitação quantos aos lotes 1 e 2 no prazo estipulado, acarretando, em tese, a não manutenção da proposta inicial"*.

A NOTIFICADA possui o prazo de até **05 (CINCO) DIAS** para, querendo, oferecer **DEFESA PRÉVIA**, assegurando-lhe o direito ao contraditório e ampla defesa, garantidos pelo art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e pelo disposto no art. 162, da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

**A ausência de manifestação do notificado, no prazo legal, acarretará em revelia.**

O inteiro teor do processo pode ser obtido digitalmente, mediante cadastro no Sistema eProtocolo. O envio da documentação poderá ser feito pelo eProtocolo, pelos Correios, ou, ainda, pelo seguinte endereço de e-mail: cppa.seap@seap.pr.gov.br.

Ronaldo Bonfim Constante
**Presidente**

**39384/2024**

# Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

**AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR**
PORTARIA Nº **108,** DE 11 DE ABRIL DE 2024.

**O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ,** no uso das atribuições e considerando o disposto no protocolado nº 21.912.080-0, **RESOLVE**: autorizar a servidora Samantha Aparecida Freitas Silva da Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste a emitir Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos de comprovantes de vacinação no banco de dados da Adapar, sob a fiscalização do médico veterinário da ULSA de Matelândia. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se. Publique-se. **OTAMIR CESAR MARTINS,** Diretor Presidente.

**AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR**
PORTARIA Nº **110,** DE 12 DE ABRIL DE 2024.

**O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ,** no uso das atribuições e considerando o disposto no protocolado nº 21.997.152-4, **RESOLVE**: autorizar o servidor Vinícius de Carvalho Vandresen da Prefeitura Municipal de Planaltina do Paraná a emitir Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos de comprovantes de vacinação no banco de dados da Adapar, sob a fiscalização do médico veterinário da ULSA de Loanda. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se. Publique-se. **OTAMIR CESAR MARTINS,** Diretor Presidente.

**AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR**
PORTARIA Nº **111,** DE 12 DE ABRIL DE 2024.

**O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ,** no uso das atribuições e considerando o disposto no protocolado nº 21.956.592-5, **RESOLVE**: autorizar o servidor Alexandre Aparecido Flameschi Augustinho da Prefeitura Municipal de Perobal a emitir Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos de comprovantes de vacinação no banco de dados da Adapar, sob a fiscalização do médico veterinário da ULSA de Umuarama. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se. Publique-se. **OTAMIR CESAR MARTINS,** Diretor Presidente.

**AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR**
PORTARIA Nº **115,** DE 17 DE ABRIL DE 2024.

**O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ,** no uso das atribuições e considerando o disposto no protocolado nº 22.022.463-5, **RESOLVE**: autorizar a servidora Vanieli Novello da Prefeitura Municipal de Mariópolis a emitir Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos de comprovantes de vacinação no banco de dados da Adapar, sob a fiscalização do médico veterinário da ULSA de Clevelândia. Ficam revogadas as Portarias nº 225, de 30 de setembro de 2020 e Portaria nº 276, de 12 de novembro de 2020. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se. Publique-se. **OTAMIR CESAR MARTINS,** Diretor Presidente.

**39359/2024**

PORTARIA Nº **107,** DE 08 DE ABRIL DE 2024.
**REPUBLICAÇÃO**

Autoriza servidor emitir Guias de Trânsito Animal – GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos no banco de dados da ADAPAR de comprovantes de vacinação no município de Mallet.

**O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO PARANÁ - ADAPAR,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 18, inciso II, do anexo ao que se refere o Decreto nº 4.377, de 24 de abril de 2012, e em conformidade com o inciso I, do artigo 3,º da Lei nº 17.026, de 20 de Dezembro de 2.011, conforme disciplinado na Portaria nº 198, de 25 de agosto de 2020, que estabelece normas para autorização e instalação e funcionamento de Escritório de Atendimento – EAM, e

**Considerando** o disposto no capítulo II, do Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2.006, em especial a Seção IV, artigos 23, §1º, inciso IV, 24 e 25 c/c a Instrução Normativa nº 18, de 18 de julho de 2.006, do MAPA.

**Considerando** a necessidade de autorizar servidor para a emissão de Guia de Trânsito Animal – GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos no banco de dados da ADAPAR de comprovantes de vacinação e, em atendimento ao solicitado por intermédio dos Ofícios nº 01 e nº 013 da Prefeitura Municipal de Mallet.

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Autorizar os seguintes servidores, conforme abaixo identificados, a emitirem Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuarem lançamentos de comprovantes de vacinação:

| Município | Servidor Autorizado | Matrícula | Lotação | Protocolo SID/ADAPAR nº |
|---|---|---|---|---|
| Mallet | Robson Miranda de Lemos | 60195 | Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento | 21.974.588-5 |
| Mallet | Fernando Abel Czpak | 356 | Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento | 21.974.588-5 |

**Art. 2º** - As autorizações concedidas aos servidores especificados nesta Portaria ficarão sob a fiscalização do médico veterinário da ULSA de Rio Azul.
**Art. 3º** - Os servidores autorizados deverão atentar-se para as condições estabelecidas pela ADAPAR para a realização dos serviços.
**Art. 4º** - A autorização será cancelada pela ADAPAR se o servidor infringir dispositivo ou norma legal correlata à matéria, bem como praticar ato que, a critério da ADAPAR, seja incompatível com o objeto da autorização.
**Art. 5º** - Fica revogada a Portaria nº **273**, de 22 de novembro de 2022.
**Art. 6º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.
Publique-se.

**OTAMIR CESAR MARTINS**
Diretor Presidente

**39438/2024**

PORTARIA Nº **116,** DE 17 DE ABRIL DE 2024.

*Estabelece os procedimentos referentes ao credenciamento do profissional, cadastro de estabelecimento manipulador de subprodutos animais não comestíveis e emissão da Guia de Trânsito de Subprodutos (GTS) no Estado do Paraná e dá outras providências.*

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso VIII, do Anexo a que se refere o Decreto Estadual nº 4.377, de 24 de abril de 2012, e em conformidade com a Lei Estadual nº 17.026, de 20 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 11.504, de 06 de agosto de 1996, Decreto Estadual nº 12.029, de 01 de setembro de 2014 e, considerando a Portaria SDA/MAPA Nº 871, de 10 de agosto de 2023 que aprova os procedimentos de trânsito e certificação sanitária de subprodutos animais não comestíveis de uso industrial ou uso técnico, de trânsito de resíduos da exploração pecuária e de certificação sanitária de produtos obtidos de fontes animais com finalidades de uso específicas.

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer os processos de credenciamento do profissional, cadastro de estabelecimento manipulador de subprodutos animais não comestíveis (EM), emissão da Guia de Trânsito de Subprodutos (GTS) e regulamentar o transporte de subprodutos de origem animal (não comestíveis) e resíduos provenientes da exploração pecuária, permitindo a circulação no território nacional.

**CAPÍTULO I**
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 2º Os subprodutos animais não comestíveis e os resíduos da exploração pecuária para fins industriais e para uso técnico deverão ser transportados acompanhados da Guia de Trânsito de Subprodutos (GTS) conforme Anexo III desta Portaria.
Parágrafo único. É vedada a utilização da GTS para o trânsito de produtos de origem animal comestíveis.

Art. 3º Fica dispensada a emissão da GTS para aos subprodutos animais não comestíveis ou aos resíduos da exploração pecuária, quando não representem risco ou tenham sido submetidos a processo que mitigue ou elimine os riscos de transmissão das doenças de interesse em saúde animal, bem como aos produtos obtidos de fontes animais com finalidades de uso específicas fabricados por estabelecimentos regularizados perante o órgão regulador da saúde, quando exigido pela legislação sanitária específica.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, por meio do Departamento de Saúde Animal, elaborará e divulgará no sítio eletrônico daquele órgão, a lista de produtos dispensados do acompanhamento da GTS.

Art. 4º Os estabelecimentos fabricantes de subprodutos animais não comestíveis de uso técnico e os fabricantes de produtos obtidos de fontes animais com finalidades de uso específicas devem assegurar, em seu processo industrial, o uso de órgãos, tecidos ou partes animais oriundas de estabelecimentos fornecedores regularizados perante os serviços oficiais de inspeção.

Parágrafo único. Os estabelecimentos tratados no caput devem atender às condições necessárias de fabricação para assegurar a manutenção de padrões mínimos de qualidade, conforme requisitos estabelecidos pelo órgão competente para uso nos produtos finais, quando existentes.

**CAPÍTULO II**
**DO CADASTRO DOS ESTABELECIMENTO**

Art. 5º Os estabelecimentos do Estado do Paraná que manipulam e comercializam subprodutos de origem animal não comestíveis, de uso industrial ou técnico, devem estar cadastrados junto à Adapar.

§ 1º Após o cadastro, a Adapar fornecerá um Certificado de Cadastro ao estabelecimento, que é reponsável por manter seus dados atualizados junto a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná.

§ 2º O cadastro de que trata o caput não se aplica aos estabelecimentos elaboradores de produtos de origem animal regularizados perante os serviços oficiais de inspeção, que obtenham subprodutos animais não comestíveis de uso industrial ou técnico, como parte de seu processo industrial.

Art. 6º Os cadastros dos estabelecimentos manipuladores deverão ser requeridos mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - requerimento de cadastro em formulário estabelecido pela Adapar, contendo a assinatura do proprietário ou seu representante legal, conforme Anexo I;
II - declaração de responsabilidade técnica junto ao conselho de classe.
III - cópia do contrato social ou estatuto contendo cláusula que especifique a finalidade compatível com o propósito do registro solicitado.

Art. 7º O estabelecimento manipulador deverá comunicar a Adapar qualquer alteração das informações cadastrais.

§ 1º Alterações de endereço, responsável técnico, produtos comercializados e tratamentos realizados para mitigação dos riscos sanitários, deverão ser comunicados para Adapar.

§ 2º Os registros terão validade por prazo indeterminado, porém, os mesmos poderão ser suspensos ou cancelados após constatadas não conformidades que serão avaliadas em processos administrativos da Adapar.

§ 3º Não poderão ser emitidas GTS para subprodutos originados de estabelecimentos que não tenham cadastros válidos na Adapar.

Art 8º Os estabelecimentos cadastrados serão submetidos a avaliações periódicas pela Adapar, para verificação de procedimentos e controles dos tratamentos de mitigação ou de eliminação dos riscos de transmissão das doenças de interesse em saúde animal, quando aplicável e os procedimentos e controles de respaldo à emissão da GTS.

**CAPÍTULO III**
**DO CREDENCIAMENTO**

Art. 9º O credenciamento e a autorização para emissão da GTS por médicos veterinários ou responsáveis técnicos de nível superior, somente será permitida após treinamento realizado junto à Adapar.

Parágrafo único. A emissão da GTS está condicionada à comprovação documental da assistência aos EM de origem dos subprodutos, aos registros do estabelecimento de procedência e ao cumprimento das exigências sanitárias específicas para cada subproduto.

Art. 10 O credenciamento concedido aos profissionais médicos veterinários ou responsáveis técnicos de nível superior que atuem nos estabelecimentos manipuladores de subprodutos terá validade de (3) anos.

Parágrafo único. As informações para o curso específico para certificação no Paraná, estarão no site da Adapar, disponível em www.adapar.pr.gov.br.

Art. 11 Os profissionais deverão solicitar o credenciamento, junto à Unidade Local da Adapar de circunscrição do seu domicílio, por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - Requerimento para credenciamento, conforme Anexo II;
II - Carteira do Conselho de Classe;
III - Anotação de Responsabilidade Técnica, sendo uma por estabelecimento;
IV - Certificado de Treinamento Específico sobre GTS, emitido junto à Adapar.

§ 1º Para os pedidos de renovações, não haverá necessidade de realizar um novo curso, podendo o profissinal apresentar o certificado inicial.

§ 2º Profissionais que residem em outras Unidades da Federação deverão enviar a documentação junto à Unidade Local da Adapar de circunscrição do município do EM.

§ 3º Os documentos serão protocolados na Unidade Local da Adapar e enviados para o setor responsável de análise dos documentos com posterior publicação de Portaria.

Art. 12 O profissional credenciado somente poderá emitir GTS para subprodutos especificados e oriundos de Estabelecimentos Manipuladores de Subprodutos, descritos na Portaria de credenciamento emitida pela Adapar,

Art. 13 O profissional terá seu credenciamento cancelado pela Adapar, quando:

I - Infringir o disposto nesta Portaria ou qualquer das demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
II - Não cumprir com as normas de defesa agropecuária;
III - Praticar ato incompatível com o objeto do credenciamento;
IV - Não prestar as informações solicitadas pela Adapar nos prazos estipulados;
V - Não comparecer a convocações da Adapar;
VI - Quando não houver mais a necessidade da atuação do profissional credenciado;
VII - Reincidir em suspensão cautelar;
VIII - Por solicitação do profissional credenciado.

§ 1º O cancelamento ou suspensão cautelar será aplicado conforme a gravidade da infração e será avaliado em processo administrativo

§ 2º O profissional que tiver seu credenciamento cancelado pela Adapar, somente poderá requerê-la novamente após decorrido um ano do cancelamento e, a critério do serviço oficial, poderá ou não ser concedido, considerando a irregularidade cometida.

**CAPÍTULO IV**
**DA EMISSÃO DA GTS**

Art. 14 A emissão da GTS para o trânsito de subprodutos animais não comestíveis, de uso industrial ou uso técnico e de resíduos da exploração pecuária pode ser realizada somente por:

I - Médicos veterinários oficiais e funcionários autorizados dos serviços veterinários e de inspeção;
II - Médicos veterinários privado ou responsável técnico de nível superior (RT), credenciados juntos à Adapar.

Art. 15 A emissão da GTS será realizada por meio de sistema informatizado estabelecido pela Adapar, com senha de uso pessoal e intransferível, quando houver disponibilidade.

§ 1º Enquanto o sistema informatizado não esteja disponível, será permitido a emissão da GTS de forma manual, em bloco, conforme modelo no Anexo III.

§ 2º A numeração das GTS de bloco será enviada previamente à confecção, pela Adapar, após solicitação formal da EM, com o envio de modelo impresso para análise e aprovação.

§ 3º Após implantação do sistema informatizado, as GTS emitidas excepcionalmente de forma manual em função da impossibilidade da emissão pelo sistema, deverão ser inseridas no sistema em até 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 16 A emissão da GTS pelo médico veterinário ou RT credenciado somente ocorrerá a partir de estabelecimentos registrados na Adapar e especificados na portaria de credenciamento.

Art. 17 Deverá ser emitida uma GTS para o trânsito de cada tipo de subproduto (couro, pelo, miúdos, osso, lã, crina, cerda, pêlo, pena, chifre, casco, etc.).

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Parágrafo único. Poderá ser emitida uma GTS para o mesmo produto com diferentes apresentações.

Art. 18 Os tratamentos aos quais os subprodutos foram submetidos, o número de lacre, a finalidade do subproduto e qualquer outra informação sanitariamente relevante deverão constar no campo de observações da GTS.

Art. 19 A emissão da GTS deve levar em conta o tempo estimado para o deslocamento, tendo como prazo de validade máxima de 3 (três) dias.

§ 1º Caso algum imprevisto torne a movimentação mais demorada e o prazo de validade expire ou esteja por expirar, sem que seja possível a conclusão do trajeto, o transportador deverá solicitar ao Órgão de defesa Agropecuária de cada UF onde se encontra, a extensão do prazo.

§ 2º Este procedimento deve ser efetuado mediante a inclusão da data de validade estendida e da aposição da informação de que a GTS teve sua validade prorrogada para permitir o término do trânsito, seguida da assinatura e carimbo do responsável, no verso da GTS.

§ 3º Quando houver necessidade de rompimento do lacre da carga pelo Órgão de Defesa do Estado, este deverá aplicar um novo lacre no veículo transportador, fazendo constar no verso da GTS a troca do lacre, o local de atuação, o número do lacre antigo e do atual, assinatura e carimbo do responsável.

Art. 20 O cancelamento da GTS poderá ser realizado até a data de vencimento da Guia, sob justificativa, desde que o trânsito do subproduto não tenha ocorrido.

Parágrafo único. Após o período definido no caput do artigo, o cancelamento deverá ser realizado, sob justificativa, na Unidade Local da Adapar.

Art. 21 Se houver identificação de erro no preenchimento, após o trânsito do subproduto, é proibida a emissão de nova GTS.

§ 1º As informações corretas devem ser encaminhadas para Unidade Local da Adapar, ao qual está vinculado o estabelecimento manipulador de procedência, para encaminhamento das informações ao estabelecimento manipulador de destino.

§ 2º A informação comprobatória deve ser apresentada pelo responsável pela emissão da GTS.

§ 3º Os dados ou informações prestadas no preenchimento da GTS, são de exclusiva responsabilidade do emissor do documento.

Art. 22 Os subprodutos especificados na GTS devem ser avaliados fisicamente, pelo responsável técnico credenciado, nas 72 horas que antecedem o embarque, a fim de que seja verificado seu estado de conservação.

Art. 23 A emissão da GTS por médico veterinário oficial ou funcionário autorizado da Adapar será apenas em casos excepcionalmente justificadas, e deve ser respaldada por documentação que comprove as condições do produto nas 72 horas que antecedem o embarque e as condições de processamento, emitida por médico veterinário privado ou responsável técnico de nível superior que preste assistência ao estabelecimento manipulador de procedência do subproduto.

Parágrafo único. Nesta situação não é necessária a avaliação física pelo emissor da GTS.

Art. 24 Em casos de ocorrência de emergência sanitária na região de procedência que ocasione qualquer tipo de restrição zoossanitária, a GTS somente poderá ser emitida por médico veterinário oficial.

Art. 25 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria integral disponível no link: **https://www.adapar.pr.gov.br/FAQ/Portarias-Adapar**

Publique-se.

**OTAMIR CESAR MARTINS**
Diretor Presidente

**39851/2024**

# Secretaria das Cidades

**SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES**

**RESOLUÇÃO Nº 020/2024/SECID**

SÚMULA: Designa Servidores para compor a Comissão Permanente de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – CPPA, no âmbito da Diretoria de Edificações da Secretaria de Estado das Cidades.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES-SECID, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei n° 21.352/2023, neste ato representado pelo Diretor-Geral da Secretaria de Estado das Cidades, conforme Resolução n° 022/2023- SECID, considerando a Lei n° 20.656/2021 bem como a documentação e informações em anexo ao Protocolo sob n° 22.017.441-7,

**RESOLVE**

**Art. 1° Designar**, a partir da data desta Resolução, os membros, em observação à legislação vigente, para compor a Comissão Permanente de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – CPPA, no âmbito da Diretoria de Edificações da Secretaria de Estado das Cidades.

**I** – Membros titulares:
a) Christien Noemberg de Souza Moraes, RG n° 5.205.237-8-SESP/PR;
b) Aline Mildemberger Binati, RG n° 8.245.814-0-SESP/PR;
c) Paulo Henrique Vieira da Costa, RG n° 4.933.646-2-SESP/PR;
**II** – Membros suplentes:
a) Evandro Brasil Bastos, RG n° 2.084.578-3;
b) Guilherme Zimmermann Leme, RG n° 10.738.784-6-SESP/PR;
c) Christian Gomes Fontoura Martins, RG n° 12.601.959-9-SESP/PR;

**Art. 2º** A Comissão de Apuração de Responsabilidade, será composta por, no mínimo três membros, sendo pelo menos dois deles servidores efetivos pertencentes ao Quadro Permanente do Órgão da Administração e um servidor comissionado.

**§1º** A Comissão processará as sanções administrativas na forma disciplinada pelo Capítulo XVI do Decreto Estadual n° 10.086 de 17 de janeiro de 2022, sem prejuízo do disposto na demais legislação aplicável.

**§2°** O presidente, bem como o primeiro-secretário, deverá ser servidor efetivo pertencentes ao quadro permanente do Órgão da Administração.

**§3º** O segundo-secretário poderá ser servidor de cargo em comissão.

**§4º** Haverá rodízio na presidência e na primeira-secretaria entre os membros titulares da Comissão Permanente, o qual será deliberado pelos membros que a compõe.

**Art. 3º** Em caso de férias, impedimento, ou qualquer outra impossibilidade justificada do membro em exercer suas funções, a comissão deverá indicar o suplente substituto de forma imediata e, persistindo o impedimento, o Secretário das Cidades designará o membro faltante.

**Art. 4°**A Comissão Permanente de que trata esta resolução, emitirá relatório quinzenal circunstanciado dos processos em andamento que será encaminhado ao Diretor de Edificações.

**Art. 5°** Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, 18 de abril de 2024

VALDOMIRO HRYSAY
**Diretor-Geral**

**39491/2024**

**RESOLUÇÃO CONJUNTA**
**N° 014/2024/SECID-ADAPAR**

O Secretário de Estado das Cidades, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Decreto nº 032/2023, bem como Resolução nº 022/2023, art. 1º, inciso I, em conjunto com o Diretor Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, na forma do que dispõe o inciso V e VI do artigo 4°, da Lei Complementar n° 21.352/2023;

*Considerando* que o artigo 35 da Lei Complementar n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, incisos XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, atribui à Secretaria de Estado das Cidades a competência para:
**(i)** planejar, coordenar a execução e a fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações de interesse estadual;
**(ii)** realizar as atividades de suporte às ações estaduais afetas às obras e serviços de engenharia de edificações de interesse estadual;
**(iii)** realizar e prestar apoio na elaboração de estudos de viabilidade e termos de referência, bem como de licitação e contratação de projetos, obras e serviços de engenharia, além da fiscalização, do monitoramento e do recebimento de projetos, obras e serviços de engenharia da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná;

*Considerando* o contido no Protocolo n° 19.763.384-0;

**RESOLVEM**

Art. 1º Estabelecer, de maneira conjunta, diretrizes para atuação coordenada da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná- ADAPAR, doravante denominada DEMANDANTE, e da Secretaria de Estado das Cidades - SECID, doravante denominada DEMANDADA, no planejamento, contratação, execução, gestão e fiscalização do Serviço de Engenharia concernente à:
I - executar a reforma do Posto de Fiscalização de Trânsito Agropecuário desta Agência de Defesa Agropecuária, situado na Rodovia BR 101, Km 10 – Sentido Sul-Norte (Governador Celso Ramos, esquina com Servidão Urubuquara), Garuva, Santa Catarina.

Parágrafo único. A presente Resolução Conjunta não se aplica quando for adotado o Regime de Execução Orçamentária Descentralizada (REOD), de que trata o Decreto Estadual nº 11.180, de 23 de maio de 2022.

Art. 2º O planejamento, contratação, execução, gestão e fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia de que trata a presente resolução compreende as seguintes etapas:
I – elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela DEMANDANTE, para o que poderá solicitar participação técnica da DEMANDADA;
II – indicação dos recursos orçamentários pela DEMANDANTE, com base no orçamento estimativo preliminar do Estudo Técnico Preliminar;
III – definição do objeto da contratação, pela DEMANDANTE, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso, para o que poderá solicitar participação técnica da SECID;
IV – elaboração, pela DEMANDADA, do mapa de preços e demais documentos da fase interna da licitação que não estejam atribuídos à DEMANDANTE por esta resolução ou pela legislação em vigor.
V – nova indicação, quando necessário, dos recursos orçamentários pela DEMANDANTE, com base no orçamento estimativo definitivo no termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo;
VI – designação do agente ou comissão de contratação pela DEMANDADA;
VII – elaboração do edital da licitação pela DEMANDADA;
VIII – autorização da licitação pela DEMANDADA;
IX – realização dos atos licitatórios ou dos atos do processo de contratação direta pela DEMANDADA;
X – homologação da licitação e adjudicação pela DEMANDADA;
XI – celebração do contrato pela DEMANDADA;
XII – fiscalização da execução do CONTRATO por fiscal designado pela DEMANDADA.
XIII – gestão do CONTRATO por gestor designado pela DEMANDADA.

§ 1º Observados os procedimentos do Sistema de Gestão de Materiais (GMS) e do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), a DEMANDADA efetuará a descentralização do contrato e seus aditivos ao DEMANDANTE, que ficará responsável pelo empenho, liquidação e pagamento da despesa.

§ 2º A DEMANDADA enviará à DEMANDANTE os documentos necessários ao empenho, liquidação e pagamento, tais como contratos, termos aditivos, notas fiscais, medições e termos de recebimento.

§ 3º Além das etapas previstas neste artigo, os processos de contratação observarão todas as etapas e formalidades previstas no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, na Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1.964 e nos Decretos e Instruções Normativas da Secretaria de Estado da Fazenda que regulam a execução da despesa pública.

§ 4º No intuito de evitar problemas de comunicação e transtornos na execução, a DEMANDADA encaminhará eventuais solicitações em relação ao andamento e condução da obra ou serviço ao responsável designado pela DEMANDADA, evitando a intervenção direta junto à contratada, ao fiscal ou ao gestor do contrato.

Art. 3º O apoio técnico da DEMANDADA à DEMANDANTE na elaboração do Estudo Técnico Preliminar, na definição do objeto da contratação e na instrução de eventuais aditivos será prestado através do seu corpo técnico e incluirá a coordenação da equipe encarregada, quando necessário para cumprir o que determinam os artigos 444 e 451, § 3º, do Decreto Estadual n° 10.086 de 17 de janeiro de 2022.

Parágrafo Único. A aprovação dos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência será feita conjuntamente pela DEMANDANTE e pela DEMANDADA.

Art. 4º Caberá:
I - à DEMANDADA a emissão e o pagamento da (s) Anotação (ões) de Responsabilidade Técnica e Registro (s) de Responsabilidade Técnica relativas aos procedimentos técnicos realizados.
II – à DEMANDANTE a publicação dos atos previstos em Lei no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação, arcando com os respectivos custos.

Art. 5º Os pedidos de eventuais alterações contratuais serão instruídos tecnicamente pela DEMANDADA com observância das determinações do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022 e submetidos à DEMANDANTE para as providências orçamentárias e financeiras, quando for o caso.

Art. 6º A DEMANDANTE poderá solicitar a DEMANDADA relatórios periódicos ou especiais sobre o processo de contratação e a execução dos serviços.

Art. 7º Não haverá transferência de recursos orçamentários ou financeiros entre a DEMANDANTE e a DEMANDADA.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o termo final do prazo de garantia dos serviços realizados, inclusive a prevista no art. 618 do Código Civil.

*Datado e assinado digitalmente.*

Eduardo Pimentel Slaviero
**Secretário de Estado das Cidades**

Otamir Cesar Martins
**Agência de Defesa Agropecuária do Paraná**
**Diretor-Presidente**

**39532/2024**

**RESOLUÇÃO CONJUNTA**
**Nº 015/2024/SECID-ADAPAR**

O Secretário de Estado das Cidades, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Decreto nº 032/2023, bem como Resolução nº 022/2023, art. 1º, inciso I, em conjunto com o Diretor Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, na forma do que dispõe o inciso V e VI do artigo 4°, da Lei Complementar n° 21.352/2023;

*Considerando* que o artigo 35 da Lei Complementar n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, incisos XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, atribui à Secretaria de Estado das Cidades a competência para:
**(i)** planejar, coordenar a execução e a fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações de interesse estadual;
**(ii)** realizar as atividades de suporte às ações estaduais afetas às obras e serviços de engenharia de edificações de interesse estadual;
**(iii)** realizar e prestar apoio na elaboração de estudos de viabilidade e termos de referência, bem como de licitação e contratação de projetos, obras e serviços de engenharia, além da fiscalização, do monitoramento e do recebimento de projetos, obras e serviços de engenharia da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná;

*Considerando* o contido no Protocolo n° 21.119.726-9;

**RESOLVEM**

Art. 1º Estabelecer, de maneira conjunta, diretrizes para atuação coordenada da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná- ADAPAR, doravante denominada DEMANDANTE, e da Secretaria de Estado das Cidades - SECID, doravante denominada DEMANDADA, no planejamento, contratação, execução, gestão e fiscalização do Serviço de Engenharia concernente à:
I - executar a reforma nas instalações: elétrica; de rede de dados; de voz e de circuito fechado de TV na sede da ADAPAR, situado a Rua Nestor Guimarães, nº166, no município de Ponta Grossa, Paraná.

Parágrafo único. A presente Resolução Conjunta não se aplica quando for adotado o Regime de Execução Orçamentária Descentralizada (REOD), de que trata o Decreto Estadual nº 11.180, de 23 de maio de 2022.

Art. 2º O planejamento, contratação, execução, gestão e fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia de que trata a presente resolução compreende as seguintes etapas:
I – elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela DEMANDANTE, para o que poderá solicitar participação técnica da DEMANDADA;
II – indicação dos recursos orçamentários pela DEMANDANTE, com base no orçamento estimativo preliminar do Estudo Técnico Preliminar;
III – definição do objeto da contratação, pela DEMANDANTE, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso, para o que poderá solicitar participação técnica da SECID;
IV – elaboração, pela DEMANDADA, do mapa de preços e demais documentos da fase interna da licitação que não estejam atribuídos à DEMANDANTE por esta resolução ou pela legislação em vigor.
V – nova indicação, quando necessário, dos recursos orçamentários pela DEMANDANTE, com base no orçamento estimativo definitivo no termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo;
VI – designação do agente ou comissão de contratação pela DEMANDADA;
VII – elaboração do edital da licitação pela DEMANDADA;
VIII – autorização da licitação pela DEMANDADA;
IX – realização dos atos licitatórios ou dos atos do processo de contratação direta pela DEMANDADA;
X – homologação da licitação e adjudicação pela DEMANDADA;
XI – celebração do contrato pela DEMANDADA;
XII – fiscalização da execução do CONTRATO por fiscal designado pela DEMANDADA.
XIII – gestão do CONTRATO por gestor designado pela DEMANDADA.

§ 1º Observados os procedimentos do Sistema de Gestão de Materiais (GMS) e do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), a DEMANDADA efetuará a descentralização do contrato e seus aditivos ao DEMANDANTE, que ficará responsável pelo empenho, liquidação e pagamento da despesa.

§ 2º A DEMANDADA enviará à DEMANDANTE os documentos necessários ao empenho, liquidação e pagamento, tais como contratos, termos aditivos, notas fiscais, medições e termos de recebimento.

§ 3º Além das etapas previstas neste artigo, os processos de contratação observarão todas as etapas e formalidades previstas no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, na Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1.964 e nos Decretos e Instruções Normativas da Secretaria de Estado da Fazenda que regulam a execução da despesa pública.

§ 4º No intuito de evitar problemas de comunicação e transtornos na execução, a DEMANDADA encaminhará eventuais solicitações em relação ao andamento e condução da obra ou serviço ao responsável designado pela DEMANDADA, evitando a intervenção direta junto à contratada, ao fiscal ou ao gestor do contrato.

Art. 3º O apoio técnico da DEMANDADA à DEMANDANTE na elaboração do Estudo Técnico Preliminar, na definição do objeto da contratação e na instrução de eventuais aditivos será prestado através do seu corpo técnico e incluirá a coordenação

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

da equipe encarregada, quando necessário para cumprir o que determinam os artigos 444 e 451, § 3º, do Decreto Estadual n° 10.086 de 17 de janeiro de 2022.

Parágrafo Único. A aprovação dos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência será feita conjuntamente pela DEMANDANTE e pela DEMANDADA.

Art. 4º Caberá:
I - à DEMANDADA a emissão e o pagamento da (s) Anotação (ões) de Responsabilidade Técnica e Registro (s) de Responsabilidade Técnica relativas aos procedimentos técnicos realizados.
II – à DEMANDANTE a publicação dos atos previstos em Lei no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação, arcando com os respectivos custos.

Art. 5º Os pedidos de eventuais alterações contratuais serão instruídos tecnicamente pela DEMANDADA com observância das determinações do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022 e submetidos à DEMANDANTE para as providências orçamentárias e financeiras, quando for o caso.

Art. 6º A DEMANDANTE poderá solicitar a DEMANDADA relatórios periódicos ou especiais sobre o processo de contratação e a execução dos serviços.

Art. 7º Não haverá transferência de recursos orçamentários ou financeiros entre a DEMANDANTE e a DEMANDADA.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o termo final do prazo de garantia dos serviços realizados, inclusive a prevista no art. 618 do Código Civil.

*Datado e assinado digitalmente.*

Eduardo Pimentel Slaviero
**Secretário de Estado das Cidades**

Otamir Cesar Martins
**Agência de Defesa Agropecuária do Paraná**
**Diretor-Presidente**

**39542/2024**

**RESOLUÇÃO CONJUNTA**
**N° 017/2024/SECID-SESP**

O Secretário de Estado das Cidades, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Decreto nº 032/2023, bem como Resolução nº 022/2023, art. 1º, inciso I, em conjunto com o Secretário de Estado de Segurança Pública, na forma do que dispõe o inciso V e VI do artigo 4°, da Lei Complementar n° 21.352/2023;

*Considerando* que o artigo 35 da Lei Complementar n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, incisos XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, atribui à Secretaria de Estado das Cidades a competência para:
**(i)** planejar, coordenar a execução e a fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia de edificações de interesse estadual;
**(ii)** realizar as atividades de suporte às ações estaduais afetas às obras e serviços de engenharia de edificações de interesse estadual;
**(iii)** realizar e prestar apoio na elaboração de estudos de viabilidade e termos de referência, bem como de licitação e contratação de projetos, obras e serviços de engenharia, além da fiscalização, do monitoramento e do recebimento de projetos, obras e serviços de engenharia da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná;

*Considerando* o contido no Protocolo n° 15.709.314-2;

**RESOLVEM**

Art. 1º Estabelecer, de maneira conjunta, diretrizes para atuação coordenada da Secretaria de Estado da Segurança Pública, doravante denominada DEMANDANTE, e da Secretaria de Estado das Cidades - SECID, doravante denominada DEMANDADA, no planejamento, contratação, execução, gestão e fiscalização do Serviço de Engenharia concernente à:
I - Contratação de empresa especializada para executar reparos na Cadeia Pública, sita a Avenida Cívica, Centro Cívico, nº 540, no município de Assis Chateaubriand, Paraná.
Parágrafo único. A presente Resolução Conjunta não se aplica quando for adotado o Regime de Execução Orçamentária Descentralizada (REOD), de que trata o Decreto Estadual nº 11.180, de 23 de maio de 2022.

Art. 2º O planejamento, contratação, execução, gestão e fiscalização de projetos, obras e serviços de engenharia de que trata a presente resolução compreende as seguintes etapas:
I – elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela DEMANDANTE, para o que poderá solicitar participação técnica da DEMANDADA;
II – indicação dos recursos orçamentários pela DEMANDANTE, com base no orçamento estimativo preliminar do Estudo Técnico Preliminar;
III – definição do objeto da contratação, pela DEMANDANTE, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso, para o que poderá solicitar participação técnica da SECID;
IV – elaboração, pela DEMANDADA, do mapa de preços e demais documentos da fase interna da licitação que não estejam atribuídos à DEMANDANTE por esta resolução ou pela legislação em vigor.
V – nova indicação, quando necessário, dos recursos orçamentários pela DEMANDANTE, com base no orçamento estimativo definitivo no termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo;
VI – designação do agente ou comissão de contratação pela DEMANDADA;
VII – elaboração do edital da licitação pela DEMANDADA;
VIII – autorização da licitação pela DEMANDADA;
IX – realização dos atos licitatórios ou dos atos do processo de contratação direta pela DEMANDADA;
X – homologação da licitação e adjudicação pela DEMANDADA;
XI – celebração do contrato pela DEMANDADA;
XII – fiscalização da execução do CONTRATO por fiscal designado pela DEMANDADA.
XIII – gestão do CONTRATO por gestor designado pela DEMANDADA.

§ 1º Observados os procedimentos do Sistema de Gestão de Materiais (GMS) e do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), a DEMANDADA efetuará a descentralização do contrato e seus aditivos ao DEMANDANTE, que ficará responsável pelo empenho, liquidação e pagamento da despesa.

§ 2º A DEMANDADA enviará à DEMANDANTE os documentos necessários ao empenho, liquidação e pagamento, tais como contratos, termos aditivos, notas fiscais, medições e termos de recebimento.

§ 3º Além das etapas previstas neste artigo, os processos de contratação observarão todas as etapas e formalidades previstas no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, na Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1.964 e nos Decretos e Instruções Normativas da Secretaria de Estado da Fazenda que regulam a execução da despesa pública.

§ 4º No intuito de evitar problemas de comunicação e transtornos na execução, a DEMANDADA encaminhará eventuais solicitações em relação ao andamento e condução da obra ou serviço ao responsável designado pela DEMANDADA, evitando a intervenção direta junto à contratada, ao fiscal ou ao gestor do contrato.

Art. 3º O apoio técnico da DEMANDADA à DEMANDANTE na elaboração do Estudo Técnico Preliminar, na definição do objeto da contratação e na instrução de eventuais aditivos será prestado através do seu corpo técnico e incluirá a coordenação da equipe encarregada, quando necessário para cumprir o que determinam os artigos 444 e 451, § 3º, do Decreto Estadual n° 10.086 de 17 de janeiro de 2022.

Parágrafo Único. A aprovação dos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência será feita conjuntamente pela DEMANDANTE e pela DEMANDADA.

Art. 4º Caberá:
I - à DEMANDADA a emissão e o pagamento da (s) Anotação (ões) de Responsabilidade Técnica e Registro (s) de Responsabilidade Técnica relativas aos procedimentos técnicos realizados.
II – à DEMANDANTE a publicação dos atos previstos em Lei no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação, arcando com os respectivos custos.

Art. 5º Os pedidos de eventuais alterações contratuais serão instruídos tecnicamente pela DEMANDADA com observância das determinações do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022 e submetidos à DEMANDANTE para as providências orçamentárias e financeiras, quando for o caso.

Art. 6º A DEMANDANTE poderá solicitar a DEMANDADA relatórios periódicos ou especiais sobre o processo de contratação e a execução dos serviços.

Art. 7º Não haverá transferência de recursos orçamentários ou financeiros entre a DEMANDANTE e a DEMANDADA.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até o termo final do prazo de garantia dos serviços realizados, inclusive a prevista no art. 618 do Código Civil.

*Datado e assinado digitalmente.*

Eduardo Pimentel Slaviero
**Secretário de Estado das Cidades**

Hudson Leôncio Teixeira
**Secretário de Estado da Segurança Pública**

**39553/2024**

# Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

## *UEL*

**ATO EXECUTIVO Nº 035/2024**

A Reitora da Universidade Estadual de Londrina no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Estadual 10.086/2022 e respectivas alterações que sucederem; combinado com o artigo 50 do Estatuto da Universidade,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Delegar à Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, as seguintes

competências:
a) Autorizar as contratações diretas de produtos destinados ao desenvolvimento de pesquisas científicas e/ou tecnológicas com recursos originários de convênios até o valor de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 10.086/2022,
b) Autorizar o Documento de Formalização de Demanda (DFD) no âmbito da respectiva competência;
c) Aprovar o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no âmbito das respectivas competências, aprovar o Termo de Referência (TR);
d)Assinar Contratos Administrativos decorrentes das contratações previstas na alínea "a", quando for o caso;
d) Designar, por meio de Portaria, gestores e fiscais de contratos administrativos. Art. 2º O presente Ato Executivo entra em vigor em 1º de abril de 2024, ficando convalidados todos os atos praticados até a assinatura do presente.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, em 15 de abril de 2024.
**Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro**
Reitora

**39446/2024**

**PORTARIA GEFIS Nº 595/2024**

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 360/2024 Pregão Eletrônico nº347/2023

Contratada: Gustavo Azevedo Pinto

Objeto: Fornecimento de Peças e Acessórios Para Carpintaria

| GESTOR |
|---|
| Servidor Adalberto Pires Cardia<br>Matrícula 0114814<br>Unidade Divisão de Apoio Financeiro e Ferramentaria<br>E-mail cardia@uel.br |

| FISCAL |
|---|
| Tipo Setorial<br>Servidor Claudenir Belasqui<br>Matrícula 0313177<br>Unidade Divisão de Manutenção Predial e Equipamentos<br>E-mail belasqui@uel.br |
| Tipo Contrato<br>Servidor Robson Roberto do Nascimento<br>Matrícula 1814084<br>Unidade Divisão de Manutenção<br>E-mail robsonnascimento@uel.br |

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Universidade Estadual de Londrina,17 de abril de 2024

Azenil Staviski

Pró-Reitor de Administração e Finanças/UEL

**PORTARIA GEFIS Nº 596/2024**

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executivo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 361/2024 Pregão Eletrônico nº347/2023

Contratada: Sulian Alana Soares

Objeto: Fornecimento de Peças e Acessórios Para Carpintaria

| GESTOR |
|---|
| Servidor Adalberto Pires Cardia<br>Matrícula 0114814<br>Unidade Divisão de Apoio Financeiro e Ferramentaria<br>E-mail cardia@uel.br |

| FISCAL |
|---|
| Tipo Setorial<br>Servidor Claudenir Belasqui<br>Matrícula 0313177<br>Unidade Divisão de Manutenção Predial e Equipamentos<br>E-mail belasqui@uel.br |
| Tipo Contrato<br>Servidor Robson Roberto do Nascimento<br>Matrícula 1814084<br>Unidade Divisão de Manutenção<br>E-mail robsonnascimento@uel.br |

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Universidade Estadual de Londrina,17 de abril de 2024

Azenil Staviski

Pró-Reitor de Administração e Finanças/UEL

**39430/2024**

Considerando a Instrução Normativa Nº 142/2018 do Tribunal de Contas do Paraná; O Pró-Reitor de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Londrina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Ato Executivo nº 83/2022 de 10/06/2022; **R E S O L V E**: Tornar público o extrato da prorrogação de Contrato de Trabalho em Regime Especial da Docente, regido pela Lei Complementar Estadual nº 108/2005, no mês de janeiro de 2024.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇAO DE CONTRATO DO REGIME ESPECIAL-CRES:**

Nome: **ANA MARIA MENDES MIRANDA** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 169/2024, Função: Professor Colaborador Assistente, Prorrogar a partir de 09/01/2024 até 08/01/2025.

**Prof.Dr.Leandro Ricardo Altimari - Pró-Reitor de Recursos Humanos.**

**39825/2024**

**PORTARIA GEFIS Nº 601/2024**

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 332/2024 Dispensa nº16/2024

Contratada: Pharma Log Produtos Farmaceuticos Eireli

Objeto: Aquisição de Medicamentos Para O Hospital Universitário de Londrina.

| GESTOR |
|---|
| Servidor Sirlei Luiza Zanluchi Donega<br>Matricula 1904812<br>E-mail zanluchi@uel.br |
| Servidor Camila Farias Lopes<br>Matricula 0312198<br>E-mail cami@uel.br |

| FISCAL |
|---|
| Tipo Contrato Administrativo<br>Servidor Luiz Kaminami<br>Matricula 1207056<br>E-mail kaminami@uel.br |
| Tipo Contrato Administrativo<br>Servidor Maria Ines Pozzobon<br>Matricula 1329111<br>E-mail mpossebon@uel.br |

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,19 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

**39526/2024**

**PORTARIA GEFIS Nº 599/2024**

O Pró-Reitor de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 53/2022, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contigo em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 335/2024 Dispensa nº16/2024

Contratada: Soma/Pr Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Objeto: Aquisição de Medicamentos Para O Hospital Universitário de Londrina.

| GESTOR |
|---|
| Servidor Sirlei Luiza Zanluchi Donega<br>Matricula 1904812<br>E-mail zanluchi@uel.br |
| Servidor Camila Farias Lopes<br>Matricula 0312198<br>E-mail cami@uel.br |

| FISCAL |
|---|
| Tipo Contrato Administrativo<br>Servidor Luiz Kaminami<br>Matricula 1207056<br>E-mail kaminami@uel.br |
| Tipo Contrato Administrativo<br>Servidor Maria Ines Pozzobon<br>Matricula 1329111<br>E-mail mpossebon@uel.br |

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF. Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,18 Abril 2024

Vivian Biazon El Reda Feijo

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

**39331/2024**

## *UEM*

PORTARIA Nº 372/2024-GRE

O Reitor da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

Considerando o contido no protocolo nº 20.274.328-5;
Considerando a Lei Estadual nº 20.933, de 17 de dezembro de 2021;
Considerando a Portaria nº 98/2022-SETI, de 15 de agosto de 2022;
Considerando a Resolução nº 102/2024-CAD, de 4 de abril de 2024,

RESOLVE

Art. 1º Anuir a remoção do docente Rael Bertarelli Gimenes Toffolo, ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com código de vaga DOC-1756-2-1-40-1-0, para a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus de Curitiba II, mediante a transferência do código de vaga DOC-06807-7-0-0-0 para a UEM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Maringá, 19 de abril de 2024.

Prof. Dr. Leandro Vanalli
Reitor

**39509/2024**

PORTARIA Nº 374/2024-GRE

O Reitor da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

Considerando o contido no protocolo nº 20.238.006-9;
Considerando a Lei Estadual nº 20.933, de 17 de dezembro de 2021;
Considerando a Portaria nº 98/2022-SETI, de 15 de agosto de 2022;
Considerando a Resolução nº 103/2024-CAD, de 04 de abril de 2024,

RESOLVE

Art. 1º Anuir a remoção do docente MAURO HENRIQUE MULATI ocupante do cargo de Professor de Ensino Superior da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) para a Universidade Estadual de Maringá (UEM) mediante a transferência do código de vaga DOC-2762-2-0-40-0-0, disponível para 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Maringá, 19 de abril de 2024.

Prof. Dr. Leandro Vanalli
Reitor

**39679/2024**

## *UENP*

**DELIBERAÇÃO Nº 001/2024 – CEPE/UENP**

**SÚMULA:** Aprova o Calendário de Atividades da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPG - para o ano de 2024.

CONSIDERANDO o e-protocolo 21.416.865-0;

CONSIDERANDO a aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UENP, em reunião realizada no dia 13 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

**DELIBERAÇÃO**

**Art. 1º.** Fica aprovado, como parte integrante desta deliberação, o anexo que contém o Calendário de Atividades da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPG para o ano de 2024.

**Art. 2º.** Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 13 de março de 2024.

**Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini**
Reitor

O anexo está disponível em: https://uenp.edu.br/doc-conselhos-uenp/cepe/cepe-deliberacoes/cepe-deliberacoes-2024/27480-deliberacao-001-2024-cepe-uenp/file

**DELIBERAÇÃO Nº 002/2024 – CEPE/UENP**

**SÚMULA:** Aprova o Calendário de atividades de ações de Extensão e Cultura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC/UENP - para o ano de 2024.

CONSIDERANDO o e-protocolo 21.839.583-0;

CONSIDERANDO a aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UENP, em reunião realizada no dia 13 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

**DELIBERAÇÃO**

**Art. 1º.** Fica aprovado, como parte integrante desta deliberação, o anexo que contém o calendário de atividades de ações de Extensão e Cultura no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC/UENP - para o ano de 2024.

**Art. 2º.** Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 13 de março de 2024.

**Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini**
Reitor

O anexo está disponível em: https://uenp.edu.br/doc-conselhos-uenp/cepe/cepe-deliberacoes/cepe-deliberacoes-2024/27481-deliberacao-002-2024-cepe-uenp/file

**DELIBERAÇÃO Nº 003/2024 – CEPE/UENP**

**SÚMULA:** Aprova o Relatório anual do Programa de Educação Tutorial – PET/Biologia da UENP.

CONSIDERANDO o e-protocolo 21.808.637-3;

CONSIDERANDO a aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UENP, em reunião realizada no dia 13 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

**DELIBERAÇÃO**

**Art. 1º.** Fica aprovado o relatório anual/2023 do Programa de Educação Tutorial – PET/Biologia da UENP, nos termos do e-protocolo 21.808.637-3.

**Art. 2º.** Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 13 de março de 2024.

**Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini**
Reitor

**DELIBERAÇÃO Nº 004/2024 – CEPE/UENP**

**SÚMULA:** Autoriza a reoferta do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Geografia e Desenvolvimento Regional: Natureza, Sociedade e Ensino de Geografia.

CONSIDERANDO o e-protocolo 20.862.516-0;

CONSIDERANDO a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO a aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UENP, em reunião realizada no dia 13 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

**DELIBERAÇÃO**

**Art. 1º.** Fica autorizada a reoferta do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Geografia e Desenvolvimento Regional: Natureza, Sociedade e Ensino de Geografia, do Centro de Ciências Humanas e da Educação - CCHE, do Campus de Cornélio Procópio, nos termos do e-protocolo 20.862.516-0.

**Art. 2º.** Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 13 de março de 2024.

**Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini**
Reitor

**DELIBERAÇÃO Nº 005/2024 – CEPE/UENP**

**SÚMULA:** Autoriza a oferta do Curso de pós-graduação lato sensu em Licitação, Contratos e Processo Administrativo Disciplinar com foco em demandas municipais.

CONSIDERANDO o e-protocolo 20.248.191-4;

CONSIDERANDO a aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UENP, em reunião realizada no dia 13 de março de 2024;

CONSIDERANDO a aprovação do Conselho de Administração - CAD/UENP, em reunião realizada em 25 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

**DELIBERAÇÃO**

**Art. 1º.** Fica autorizada a oferta do Curso de pós-graduação *lato sensu* em Licitação, Contratos e Processo Administrativo Disciplinar com foco em demandas municipais, a ser ofertada pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA, do Campus de Jacarezinho.

**Art. 2º.** Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 08 de abril de 2024.

**Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini**
Reitor

**39571/2024**

**RESOLUÇÃO Nº 001/2024 – CEPE/UENP**

Regulamenta o Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Mestrado Acadêmico, em Ciências do Movimento Humano (PPG-CMH), da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 21.101.808-9 e a aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em reunião realizada no dia 13 de março de 2024,

**RESOLVE**

**Art. 1º.** Aprovar, como parte integrante desta Resolução, o anexo que contém o novo Regulamento do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Mestrado Acadêmico, em Ciências do Movimento Humano (PPG-CMH), da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), nos termos do e-protocolo 21.101.808-9.

**Art. 2º.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Reitoria da UENP, em

Jacarezinho, 20 de março de 2024.

**Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini**

Reitor

O anexo está disponível em: https://uenp.edu.br/doc-conselhos-uenp/cepe/cepe-resolucoes/cepe-resolucoes-2024/27419-resolucao-001-2024-cepe-uenp/file

**RESOLUÇÃO Nº 002/2024 – CEPE/UENP**

Regulamenta o Programa de Pós-graduação – Mestrado Profissional em Educação Básica (PPEd), da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 21.238.897-1 e a aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em reunião realizada no dia 13 de março de 2024,

**RESOLVE**

**Art. 1º.** Aprovar, como parte integrante desta Resolução, o anexo que contém o novo Regulamento Programa de Pós-graduação – Mestrado Profissional em Educação Básica (PPEd), da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), nos termos do e-protocolo 21.238.897-1.

**Art. 2º.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Reitoria da UENP, em

Jacarezinho, 20 de março de 2024.

**Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini**

Reitor

O anexo está disponível em: https://uenp.edu.br/doc-conselhos-uenp/cepe/cepe-resolucoes/cepe-resolucoes-2024/27422-resolucao-002-2024-cepe-uenp/file

**RESOLUÇÃO Nº 003/2024 – CEPE/UENP**

Aprova adesão à Prova Paraná Mais, como forma de ingresso nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 21.538.401-2 e a aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em reunião realizada no dia 27 de março de 2024,

**RESOLVE**

**Art. 1º.** Aprovar a adesão à Prova Paraná Mais, como forma de ingresso nos cursos de graduação da UENP.

**Art. 2º.** Será destinado 20% do total de vagas em cada curso de graduação para ocupação, com base nos resultados da Prova Paraná Mais, mediante a contemplação de bolsas de auxílio permanência por meio do Programa Estudante Empreendedor.

**Art. 3º.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Reitoria da UENP, em

Jacarezinho, 27 de março de 2024.

**Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini**

Reitor

**RESOLUÇÃO Nº 004/2024 – CEPE/UENP**

**SÚMULA**: Autoriza o Processo Seletivo Complementar – Ingresso 2024, com oferta de vagas remanescentes dos processos seletivos Vestibular UENP 2024 e Sisu para o ano letivo de 2024.

CONSIDERANDO o e-protocolo 21.715.619-0 e a aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em reunião realizada no dia 13 de março de 2024;

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, HOMOLOGA a seguinte

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

**RESOLUÇÃO**

**Art. 1º.** Autorizar a oferta de Processo Seletivo Complementar – Ingresso 2024, com oferta de vagas remanescentes dos processos seletivos Vestibular UENP 2024 e Sisu para o ano letivo de 2024, com os seguintes critérios:

a) Vagas iniciais remanescentes dos processos seletivos Vestibular UENP 2024 e Sisu;

b) Realização e término do processo nos prazos institucionais para recebimento de matrículas de ingressantes 2024, conforme calendário acadêmico;

c) Documento para o processo: Histórico Escolar do Ensino Médio;

d) Formato: média de todas as notas apresentadas no histórico, com duas casas decimais;

e) Classificação: ordem decrescente da nota;

f) Desempate: idade (ordem decrescente);

g) Oferta de vaga precedente ao processo seletivo para portador de diploma.

**Art. 2º.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 08 de abril de 2024.

**Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini**
Reitor

**RESOLUÇÃO Nº 005/2024 – CEPE/UENP**

Regulamenta a Central de Laboratórios Multiusuários (CLMU), da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 21.258.324-3 e a aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em reunião realizada no dia 27 de março de 2024,

**RESOLVE**

**Art. 1º.** Aprovar, como parte integrante desta Resolução, o anexo que contém o novo Regulamento da Central de Laboratórios Multiusuários (CLMU), da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), nos termos do e-protocolo 21.258.324-3.

**Art. 2º.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Reitoria da UENP, em

Jacarezinho, 15 de abril de 2024.

**Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini**

Reitor

O anexo está disponível em: https://uenp.edu.br/doc-conselhos-uenp/cepe/cepe-resolucoes/cepe-resolucoes-2024/27475-resolucao-005-2024-cepe-uenp/file

**39514/2024**

# UEPG

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**
**Pro-Reitoria de Gestão de Pessoas**

A Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;
considerando a autonomia administrativa conferida pelo Artigo 207 da Constituição da República do Brasil e art. 180 da Constituição do Estado do Paraná;
considerando o art. 53º e 54º da Lei nº 9.394/96;
considerando o art. 28, inciso X, do Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
considerando o art. 4º da Lei n° 9.663/91;

**TORNA PÚBLICO:**

O(s) Extrato(s) da(s) Portaria(s) R. emitida(s) abaixo relacionada(s):

| | |
|---|---|
| **PORTARIA R. Nº 2024.277 – 15/04/2024 (PROCESSO SEI Nº 22.000069256-2)** – Autoriza a **contratação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Agente CRES-UEPG, aberto e disciplinado pelo **Edital PRORH-DICON nº 2022.269**, seguinte(s): | |
| **FUNÇÃO: ANALISTA DE INFORMÁTICA** | |
| **NOME** | **CARGA HORÁRIA** |
| Marvyn Meyer Santana | 40 horas |
| Mikeias Silva Gomes de Azevedo | 40 horas |
| **FUNÇÃO: ENFERMEIRO DO TRABALHO** | |
| **NOME** | **CARGA HORÁRIA** |
| Marilucia Aguiar Ditzel | 40 horas |
| **PORTARIA R. Nº 2024.278 –16/04/2024 (PROCESSO SEI Nº 23.000000349-7)** – Autoriza a **contratação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Agente CRES-UEPG, aberto e disciplinado pelo **Edital PRORH-DICON nº 2022.268**, seguinte(s): | |
| **FUNÇÃO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO** | |
| **NOME** | **CARGA HORÁRIA** |
| Ana Flavia Batista Woicizack | 40 horas |
| Silmara Moreira | 40 horas |
| Thalita Caroline Rissetti | 40 horas |
| **PORTARIA R. Nº 2024.280 – 16/04/2024 (PROCESSO SEI Nº 24.000004077-2)** – Autoriza a **contratação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Agente CRES-HURCG, aberto e disciplinado pelo **Edital PROGESP-DICON nº 2023.796**, seguinte(s): | |
| **FUNÇÃO: ASSISTENTE SOCIAL** | |
| **NOME** | **CARGA HORÁRIA** |
| Livia Machado Brizola Szesz | 40 horas |
| **PORTARIA R. Nº 2024.281 –16/04/2024 (PROCESSO SEI Nº 22.000042497-5)** – Autoriza a **contratação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Professor Colaborador, aberto e disciplinado pelo **Edital PRORH-DICON nº 2022.65**, seguinte(s): | |
| **DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS** | |
| **NOME** | **CARGA HORÁRIA** |
| Juliana Przybysz | 20 horas |
| **PORTARIA R. Nº 2024.283 – 16/04/2024 (PROCESSO SEI Nº 22.000067008-9) –** Autoriza a **contratação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Agente CRES-HURCG, aberto e disciplinado pelo **Edital PRORH-DICON nº 2022.328**, seguinte(s): | |
| **FUNÇÃO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO** | |
| **NOME** | **CARGA HORÁRIA** |
| Fabiano Kzevy | 40 horas |
| Rebeca da Silva | 40 horas |
| Thalita Caroline Rissetti | 40 horas |
| Leia dos Santos Menezes | 40 horas |
| Karla Cristina de Campos Mello | 40 horas |
| Francielle Maria Santos Silva | 40 horas |
| Suelen Aparecida Naumes | 40 horas |
| Ellen Tocantins de Oliveira | 40 horas |

Eliane de Fátima Rauski
**Pró-Reitor**

**39561/2024**

PORTARIA R. - Nº 2024.289

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando, a Portaria R. no 2024.73, de 15 de fevereiro de 2024; e, considerando mais, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo no 24.000000144-0,

R E S O L V E:

Art. 1o Designar o professor Marcio Augusto de Souza, RG no 8.287.744-4, lotado no Departamento de Informática, para compor a Comissão de Processo Administrativo, em substituição a Josnei Francisco Peruzzo.
Art. 2o Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Ponta Grossa, 18 de abril de 2024.
Ivo Mottin Demiate,
Vice-Reitor no exercício da Reitoria

**39391/2024**

# UNESPAR

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ UNESPAR/REITORIA**

A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna pública as seguintes **PORTARIAS:**

**Portaria n.º 459 de 19 de abril de 2024.**
**Art. 1º** Autorizar o afastamento para o exterior da docente **Beatriz Helena Furlanetto,** portadora do RG 3.951.XXX-2, docente do Campus de Curitiba I da Unespar, no período de 07 (sete) a 16 (dezesseis) de maio de 2024 (dois mil e vinte e quatro), para participar do evento "II Encontro Internacional Geografias Culturais da Música do Som e do Silêncio ", que acontecerá na cidade de Braga/Portugal.
**Art. 2º** O presente pedido de afastamento para capacitação no exterior deverá obedecer ao disposto na Resolução n.º 006/2015 – REITORIA/UNESPAR.
**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor nesta data, e convalida os atos praticados até o momento, revoga demais disposições em contrário bem como não produz efeitos financeiros.

**Portaria n.º 460 de 19 de abril de 2024.**
**Art. 1º** Autorizar o afastamento para o exterior do docente **Jorge Leandro Delconte Ferreira,** portador do RG 5.683.XXX-4, docente da Unespar de Campo Mourão, no período de 16 (dezesseis) a 23 (vinte e três) de junho de 2024 (dois mil e vinte e quatro), para participar do evento "10th International Degrowth Conference and 15th Conference of the European Society for Ecological Economics", que acontecerá na cidade de Pontevedra/Spain.
**Art. 2º** O presente pedido de afastamento para capacitação no exterior

deverá obedecer ao disposto na Resolução n.º 006/2015 – REITORIA/UNESPAR.
**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor nesta data, e convalida os atos praticados até o momento, revoga demais disposições em contrário bem como não produz efeitos financeiros.

**Portaria n.º 461 de 19 de abril de 2024.**
**Art. 1º** Autorizar o afastamento para o exterior do docente **Sérgio da Silva André,** portador do RG 1.410.XXX-3, docente do *Campus* de Curitiba I da Unespar, no período de 07 (sete) a 07 (dezesseis) de maio de 2024 (dois mil e vinte e quatro), para participar do evento "II Encontro Internacional Geografias Culturais da Música do Som e do Silêncio", que acontecerá na cidade de Braga/Portugal.
**Art. 2º** O presente pedido de afastamento para capacitação no exterior deverá obedecer ao disposto na Resolução n.º 006/2015 – REITORIA/UNESPAR.
**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor nesta data, e convalida os atos praticados até o momento, revoga demais disposições em contrário bem como não produz efeitos financeiros.

Salete Paulina Machado Sirino — **REITORA**

**39839/2024**

# UNICENTRO

**PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS, PRORH, UNICENTRO**
**PORTARIA N.º 130-PRORH/UNICENTRO, DE 19 DE ABRIL DE 2024.**

**Designa, em substituição, membro da Comissão Especial de Concurso e Avaliação Docente, da UNICENTRO, e dá outras providências.**

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais,

considerando a Portaria nº 140-GR/UNICENTRO, de 12 de março de 2021, que delega competência ao titular da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UNICENTRO;

considerando o contido nas Portarias nº 558-PRORH/UNICENTRO, de 19 de dezembro de 2023, e nº 51-PRORH/UNICENTRO, de 16 de fevereiro de 2024,

considerando o contido no Regulamento da Comissão Especial de Concurso e Avaliação Docente, CESCAD, aprovado por meio da Resolução nº 27-CEPE/UNICENTRO, de 18 de setembro de 2013;

considerando o contido no Memorando nº 8-SEET/G, de 19 de abril de 2024;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, em substituição, EDUARDO SANTOS DE ARAÚJO, RG nº 9.106.438-3, Professor Adjunto, nível C, LF 01, lotado no Departamento de Química, Câmpus Cedeteg, Unidade Universitária de Guarapuava, UNICENTRO, para compor a Comissão Especial de Concurso e Avaliação Docente, CESCAD, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, designada pela Portaria nº 51-PRORH/UNICENTRO, de 16 de fevereiro de 2024.

§ 1º Essa designação é para substituição de ANDRESSA GALLI, como representante do Setor de Ciências Exatas e de Tecnologia, Unidade Universitária de Guarapuava, SEET/G.

§ 2º O docente designado é Graduado em Química, Mestre em Ciências e Doutor em Química (Físico-Química).

§ 3º Essa designação é para o período de 19 de abril de 2024 a 20 de dezembro de 2025.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete do Pró-Reitor de Recursos Humanos da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

**Robson Paulo Ribeiro Ferras,**
Pró-Reitor.

**39721/2024**

**O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO,** no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes PORTARIAS expedidas no mês de abril de 2024:

131-PRORH, de 22-4-2024: Concede ascensão de nível à docente Angela Maria Moura Costa, RG nº 8.062.942-7, para o nível D, da classe de Professor Adjunto, a partir da publicação desta Portaria.

Gabinete do Pró-Reitor de Recursos Humanos da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Robson Paulo Ribeiro Ferras
Pró-Reitor.

**39713/2024**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO**
O REITOR DA UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público a decisão referente conclusão de Processo Administrativo Disciplinar:

**Protocolo nº 20.738.072-5, de 11/7/2023 (SID)**
Diante do exposto, com fundamento no artigo 187, da Lei nº 20.656/21, acato o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 796-GR/UNICENTRO, de 12/7/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 11.459, de 13/7/2023, aplicando à docente Daniela Silva da Silva, RG nº ***2277*** RS, a pena de repreensão, por escrito, com base no artigo 293, inciso II, cumulado com o artigo 292, ambos da Lei nº 6.174/70, por ter ficado comprovada a infração ao artigo 279, inciso III, da mesma Lei.

Prof. Dr. Fábio Hernandes.
Reitor.

**39888/2024**

# UNIOESTE

**Universidade Estadual do Oeste do Paraná/*campus* de Toledo-PR**

**PORTARIA Nº 031/2024 – DG: Art. 1º** Instaurar Sindicância para apurar os fatos contidos no processo nº 21.992.663-4 (eprotocolo). **Art. 2º** Designar os seguintes servidores para compor a presente Comissão: Flávio Braga de Almeida Gabriel, RG nº 13.902.661-6, Marcelo do Amaral Penna-Forte, RG: 12.514.273-7, e Marilene de Fátima Donadel, RG nº 3.540.219-5. **Art. 3º** Conforme dispõe o Art. 4º do Decreto Estadual nº 5792/2012, e a Lei nº 20656/2021, fica determinado que o Processo Sindicante seja iniciado dentro do prazo de 03 (três) dias, após a publicação do respectivo ato de instauração, devendo estar concluída, a partir do seu início, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis.

Patricia Stafusa Sala Battisti/Diretora Geral da Unioeste/Campus de Toledo

**37190/2024**

**EXTRATO 008/2024 -UNIOESTE**
**DIRETORIA DE CONVÊNIOS**
**Natureza:** Acordo de Cooperação Tecnica N° 003/2024 **Partes:** Unioeste/Reitoria X Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cascavel **Objeto:** O presente Acordo consiste na participação dos servidores do IPMC, no curso de Especialização Lato Sensu MBA em Gestão Financeira e Estratégica, com início em 28/05/2022 em conformidade com o Plano de Trabalho **Data da Assinatura:** 15/04/2024 **Vigência:** 24 meses a contar de 28/05/2022

**39689/2024**

**EXTRATO 003/2024 -UNIOESTE**
**DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS DE CASCAVEL**
**Natureza:** Acordo de Cooperação nº 003/2024 **Partes:** Unioeste/Campus de Cascavel X Fundep **Objeto:** O apoio ao desenvolvimento de atividades de gestão administrativa, financeira e operacional do Projeto de Extensão - Evento "XXXVII Semana Acadêmica da Matemática, vinculada ao Colegiado de Matemática, da Unioeste, campus Cascavel" e aprovado conforme Parecer 082/2024 - CCC. As especificações estão descritas em competente projeto e estão em conformidade com a Resolução nº 058/2020-CEPE, protocolado sob o nº 21.946.557-2 **Data da Assinatura:** 18/04/2024 **Vigência:** 30/09/2024

**Natureza:** Acordo de Cooperação nº 004/2024 **Partes:** Unioeste/Campus de Cascavel X Fundep **Objeto:** O apoio ao desenvolvimento de atividades de gestão administrativa, financeira e operacional do Projeto de Extensão na modalidade prestação de serviços, intitulado "Laboratório de Microbiologia e Biotecnologia – LAMIBI, coordenada pela docente Fabiana Gisele da Silva Pinto", vinculado ao Programa de Pós- Graduação em Conservação e Manejo de Recursos Naturais (PPRN) da Unioeste - Campus de Cascavel e aprovado conforme Parecer 080/2024 -CCC. As especificações estão descritas em competente projeto registrado no eprotocolo 21.656.121-0 e está em conformidade com a Resolução nº 058/2021-COU. **Data da Assinatura:** 18/04/2024 **Vigência:** 17/04/2029

**Natureza:** Acordo de Cooperação nº 005/2024 **Partes:** Unioeste/Campus de Cascavel X Fundep **Objeto:** O apoio ao desenvolvimento de atividades de gestão administrativa, financeira e operacional do Projeto de Extensão Identificação e Incorporação de amostras no Herbário - UNOP", promovido na modalidade permanente pelo Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS/Campus de Cascavel. As especificações estão descritas em competente projeto, registrado no eprotocolo sob o número 21.874.015-4 e estão em conformidade com a Resolução nº 171/2023-COU e aprovado conforme Parecer 036/2024-CCC. **Data da Assinatura:** 18/04/2024 **Vigência:** 17/04/2029

**39693/2024**



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

# Secretaria da Cultura

**RESOLUÇÃO Nº 25/2024 – SEEC**

**Súmula:** Altera e republica chamamento público para manifestação de interesse de municípios do Estado do Paraná para implantação de CEUs da Cultura: Centro de Artes e Esportes Unificado, equipamentos públicos em razão e nos termos da Portaria nº 122/2024 do Ministério da Cultura – Modalidade do Programa Territórios da Cultura do Novo Programa Federal de Aceleração do Crescimento - NOVO PAC.

A Secretária de Estado da Cultura, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, subsidiariamente à Lei 14.399 de 08 de julho de 2022, altera e republica chamamento público para manifestação de interesse de municípios do Estado do Paraná para implantação de CEUs da Cultura: Centro de Artes e Esportes Unificado, equipamentos públicos integrados de cultura em razão e nos termos da Portaria nº 122, de 11 de abril de 2024, da Portaria nº 74, de 06 de outubro de 2023 e Portaria n° 68, de 29 de setembro de 2023 do Ministério da Cultura – Modalidade Territórios da Cultura do Novo Programa Federal de Aceleração do Crescimento - NOVO PAC.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Reabrir chamamento público para manifestação de interesse de municípios do Estado do Paraná para instalação de equipamentos públicos em razão e nos termos da Portaria nº 122/2023 do Ministério da Cultura – CEUs da Cultura – Novo PAC.

§1º. Constitui objeto deste Chamamento Público a seleção de Municípios do Estado do Paraná elegíveis de acordo com os critérios determinados pelo Ministério da Cultura, para receber o Centro de Artes e Esporte Unificado – CEU para manifestação de interesse na implantação de unidade(s) CEU(s), com vistas à efetivação de direitos culturais, à promoção da cidadania e ao reconhecimento e à valorização da diversidade cultural.
§2º Os municípios elegíveis para manifestação de interesse constam no Anexo I desta Resolução e constam no Anexo da Portaria nº 122/2024, do Ministério da Cultura.

**§3º Considerando a seleção realizada por meio da Portaria nº 114/2024, do Ministério da Cultura, o presente chamamento não se aplicará aos municípios já selecionados pelo Ministério, bem como para aqueles que, conforme proposta já cadastrada no primeiro chamamento na plataforma transferegov, já constam como habilitados.**

§4º. A modalidade CEU da Cultura tem características de caráter comunitário, composta por espaços associados à expressão corporal, educação cidadã, arte e educação, trabalho e renda, meio ambiente entre outras atividades interrelacionadas à cultura.

§5º. O intuito é de selecionar propostas observando os critérios contidos na Portaria n° 122/2024, do Ministério da Cultura, e conforme orientações no Manual de Instruções para seleção dos CEUs da Cultura.

§6º. São critérios de priorização de propostas, nos termos do art. 9º da Portaria nº 122/2024-MinC:

I - localização do terreno em áreas inseridas nas categorias de G a K do estudo 'Tipologia Intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas Concentrações Urbanas do Brasil";

II - localização do terreno em município com menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM);

III - situação fundiária do terreno que permita rápido início de obras; e

IV - existência de Pontos de Cultura, organizações da sociedade civil ou coletivos de cultura atuantes na região onde se insere o terreno.

§7º. São obrigações dos municípios que manifestarem interesse, nos termos disciplinados nesta Resolução, Portaria nº 68/2023 MinC e Manual de instruções para contratação e execução dos CEUs da Cultura do MinC:

I – equipar, manter e operar os equipamentos;

II – disponibilizar terreno em caso de novas construções;

III - disponibilizar infraestrutura para o CEU da Cultura, tais como:

a) via de acesso pavimentada, dotada de calçadas acessíveis e iluminação pública; b) acessibilidade e mobilidade urbana, de acordo com a legislação vigente;

c) sinalização viária no entorno do equipamento;

d) acesso à rede de energia elétrica;

e) acesso à rede de internet;

f) elaboração e execução do projeto de destinação final das águas pluviais captadas na edificação, em consonância com o Plano Diretor e a legislação vigente;

g) acesso à rede de água e de esgoto para coleta na edificação, de acordo com a legislação vigente. O projeto de referência inclui solução técnica de tanque séptico e sumidouro para adaptação, quando necessário;

h) Paisagismo e arborização compatíveis com o bioma local.

IV – promover gestão compartilhada dos equipamentos de infraestrutura cultural, com planejamento participativo, em conjunto com a sociedade civil.

§8º. As obrigações disciplinadas no parágrafo 8º. serão disciplinadas por meio de termo próprio a ser firmado entre o Estado do Paraná e o município selecionado e beneficiado pelo Programa Territórios da Cultura - Novo PAC - CEU da Cultura, inclusive aqueles participantes em razão da Resolução nº 100/2023-SEEC.

**Art. 2º** - Fica estabelecido que, para fins de manifestação de interesse, os municípios devem apresentar os seguintes documentos:

I – Proposta de terreno (preferencialmente plano ou pouco acidentado e com dimensão mínima de 500m² e máxima de 3.000m²) para implantação do CEU da Cultura, contendo:

a) descrição do terreno e seu entorno;
b) mapa georreferenciado do terreno; e,
c) foto(s) que demonstre(m) a topografia do terreno;

II – Dados necessários para preenchimento da carta consulta, conforme Anexo II desta Resolução;

III – Documento comprobatório do exercício de plenos poderes inerente à propriedade ou posse do imóvel, conforme Anexo III desta Resolução;

IV – Declaração do Gestor Municipal firmando o compromisso em equipar, manter e gerir o funcionamento do equipamento conforme §8º do art. 1º e Anexo IV, ambos desta Resolução.

**Art. 3º** - A manifestação de interesse deve ser feita por meio de ofício seguindo modelo conforme Anexo V, assinado pela autoridade competente, através do e-mail ceusdafic@seec.pr.gov.br.

§1º - Os documentos mencionados no art. 2º desta Resolução deverão ser encaminhados, na forma de anexo, ao ofício mencionado no caput deste artigo.

§2º - O campo assunto do e-mail em que constar a manifestação de interesse deverá mencionar o seguinte texto: MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (NOME DO MUNICÍPIO) REF. AO PROGRAMA CEU's DA CULTURA.

**Art. 4º** - Nos termos do §2º, do art. 1º da Portaria nº 122/2024 - MinC, o Estado do Paraná já atingiu a meta de contratação da primeira etapa de seleção de CEus da Cultura, e as novas propostas - cadastramento, habilitação e seleção, dependerão de disponibilidade orçamentária do Programa pela União.

§1º. Conforme disposição do art. 1º desta Resolução, os municípios elegíveis para apresentação de projetos totalizam 41 (quarenta e um) municípios elegíveis para manifestação de interesse e apresentação de propostas, podendo haver mais de uma manifestação de interesse por município, desde que observados os critérios estabelecidos.

§2º. A Comissão de análise e seleção dos projetos de manifestação de interesse dos municípios elegíveis a serem cadastrados na plataforma TransfereGov pelo Estado do Paraná, para análise e seleção de projetos contemplados pelo Ministério da Cultura será composta pelos seguintes servidores da SEEC:

I - CAMILA SIMONI JUNQUEIRA, RG nº 6.816.582-2

II - ADRIANE ISABELLE FAGUNDES DOS SANTOS, RG nº 7.202.860-0

III - EMANUELLE CATHERINE VALERIANO, RG nº 10.215.140-2

§3º. O resultado da seleção de projetos a serem cadastrados na plataforma TransfereGov será publicado no site da Secretaria de Estado da Cultura.

**Art. 5º** - Fica estabelecida a data limite para envio da manifestação de interesse à data de 24 de abril de 2024, até às 17h30m.

**Art. 6º** - A manifestação de interesse não significa a seleção do município para contemplação pelo Programa CEUs da Cultura: Centro de Artes e Esportes Unificado, equipamentos públicos do Ministério da Cultura – Modalidade do Programa Territórios da Cultura do Novo Programa Federal de Aceleração do Crescimento - NOVO PAC, responsabilidade está do Ministério da Cultura.

Parágrafo único - Os municípios com manifestação de interesse para implantação de CEU's serão selecionados nos termos desta Resolução e das Portarias nº 68, 74 e 122 do MinC e demais normativas inerentes ao Programa para que os projetos sejam cadastrados na plataforma TransfereGov, e caberá ao Ministério da Cultura a avaliação dos projetos e a seleção dos contemplados.

**Art. 7º -** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

**Curitiba, data da assinatura eletrônica.**

**Elietti de Souza Vilela**
Secretária de Estado da Cultura, em exercício.

**ANEXO I - Municípios do Paraná elegíveis para manifestação de interesse (**https://www.gov.br/casacivil/novopac/selecoes/eixos/infraestrutura-social-inclusiva/ceu-da-cultura)

| |
|---|
| Almirante Tamandaré |
| Araucária |
| Balsa Nova |
| Bocaiúva do Sul |
| Cambé |
| Campina Grande Do Sul |
| Campo Largo |
| Campo Magro |
| Carambeí |
| Colombo |
| Contenda |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

| |
|---|
| Curitiba |
| Fazenda Rio Grande |
| Floresta |
| Foz Do Iguaçu |
| Ibiporã |
| Iguaraçu |
| Itambé |
| Itaperuçu |
| Jataizinho |
| Lapa |
| Laranjeiras Do Sul |
| Londrina |
| Mandaguaçu |
| Mandirituba |
| Marialva |
| Maringá |
| Ourizona |
| Paiçandu |
| Pinhais |
| Piraquara |
| Ponta Grossa |
| Presidente Castelo Branco |
| Quatro Barras |
| Quedas Do Iguaçu |
| Rio Branco Do Sul |
| Rio Negro |
| Santa Terezinha de Itaipu |
| São José Dos Pinhais |
| Sarandi |
| Telêmaco Borba |

**Anexo II - Dados necessários para preenchimento da carta consulta**

1. Objeto (máximo 5000 caracteres);
2. Justificativa (máximo 5000 caracteres);
3. Endereço em que o CEU da Cultura será construído;
4. CEP;
5. Município em que o CEU da Cultura será construído;
6. Latitude (formato -xx.xxxxx);
7. Longitude (formato -xx.xxxxx);
8. Ente detentor da posse do terreno onde se pretende implantar o CEU da Cultura: Municipal, Estadual/Distrital, Federal ou Não identificado;
9. O terreno está ocupado?
10. O terreno possui terraplenagem, proteção, contenção e estabilização do solo?
11. O terreno possui disponibilidade de abastecimento de água?
12. O terreno possui acesso a rede de esgoto?
13. O terreno possui drenagem pluvial?
14. O terreno possui acesso pavimentado?
15. Qual a dimensão do terreno em que o CEU da Cultura será construído (m²)?

16. Indicar a unidade ou órgão que será responsável pela gestão, manutenção e funcionamento do equipamento (departamento; secretaria municipal de cultura; fundação municipal de cultura; dentre outras).

17. Estimativa da população a ser atendida no raio de ação do CEU;

18. A área a ser atendida possui obras já contratadas de urbanização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)? Se sim, indicar quais as obras e o estágio de execução (não iniciada, em andamento, concluída).

**ANEXO III - DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO DA TITULARIDADE DO TERRENO**

Podem ser aceitos os seguintes documentos para comprovação de titularidade do terreno em nome do CONTRATADO ou situações especiais:

RGI – REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

• Certidão atualizada emitida pelo Cartório de Registro de Notas, com validade de 30 dias;

• Alternativamente, quando se tratar de área pública, pode ser aceita declaração do Chefe do Poder Executivo, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, de que o ente federado é detentor da posse da área objeto de intervenção, devendo a regularização formal da propriedade ser comprovada até o final da execução do Contrato de Repasse.

POSSE DE IMÓVEL EM ÁREA DESAPROPRIADA

• Comprovação por meio de “termo de imissão provisória de posse”, obrigatoriamente concedida por juiz.

ÁREA DEVOLUTA

• Comprovação por meio da matrícula imobiliária ou certidão expedida pelo órgão responsável.

IMÓVEL RECEBIDO EM DOAÇÃO POR ENTE PÚBLICO

• Caso o processo de doação não esteja concluído, pode ser aceita a apresentação da Lei de Doação publicada.

IMÓVEL RECEBIDO EM DOAÇÃO POR PARTICULAR

• Caso o processo de doação não esteja concluído, pode ser aceita a apresentação do termo de doação e RGI (Nesse caso, a prestação de contas fica condicionada à apresentação do registro da doação no cartório de imóveis).

CESSÃO DE USO

• Contrato de cessão gratuita de uso, irretratável e irrevogável, por período mínimo de 20 anos, contados a partir da data da assinatura do CR, comprovado por meio de certidão atualizada de registro de imóveis (Para unidades de Inclusão Digital, sob Gestão do MCT o prazo mínimo é de 10 anos).

• Excepcionalmente, caso ainda não se tenha concluído o registro da cessão de uso, pode ser aceita a apresentação do contrato de cessão gratuita de uso e RGI, juntamente com a anuência do proprietário do imóvel no CR a título de interveniente garantidor do uso do imóvel. (Neste caso, a prestação de contas fica condicionada à apresentação da certidão atualizada do registro de imóvel demonstrando a cessão de uso);

BENS DE USO COMUM DO POVO

• Declaração do Chefe do Poder Executivo de que a área é de uso comum do povo e está no nome do Município Beneficiado, a exemplo de ruas, estradas e praças.

BENS DE OUTRO ENTE PÚBLICO

• Autorização do chefe do poder executivo ou titular detentor de delegação para tanto, para o caso de imóvel de outro ente público que não o proponente.

USUCAPIÃO INDIVIDUAL E COLETIVO URBANO

• A posse pelos beneficiários há mais de 5 (cinco) anos pode ser comprovada mediante prova de ajuizamento de ação de usucapião individual ou coletivo.

DEPÓSITO VOLUNTÁRIO

• Nos casos em que a aquisição ou desapropriação de áreas demonstrar-se complexa, intempestiva e desproporcionalmente onerosa ou estar impossibilitada seu fracionamento por ser inferior ao módulo rural local, pode ser aceito que a intervenção recaia em área não pública, mediante Termo de Autorização para Intervenção Extraordinária (autorizada por meio de Contrato de Depósito Voluntário, devendo conter cláusulas específica, conforme estabelecido em manual da CAIXA).

ÁREA DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

Quando se tratar de imóvel de propriedade da União sob administração da SPU, devem ser apresentados cumulativamente os seguintes documentos:

• Contratação: Carta de Anuência emitida pela Superintendência do patrimônio da União no estado.

• Quando se tratar de bens imóveis não-operacionais oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S/A, pode ser aceito Contrato de Cessão de Uso Provisório, oneroso ou não, firmado entre o município e a SPU por meio de suas Superintendências Estaduais.

ÁREA DE PROPRIEDADE DO INCRA

• Apresentação de certidão atualizada do RGI acompanhada de autorização de ocupação emitida pela Superintendência Regional do INCRA.

• Para as áreas utilizadas pelo INCRA em nome da União, no âmbito da Amazônia Legal, apresentação de certidão atualizada do RGI acompanhada da Portaria de autorização de obras emitida pela Superintendência do Patrimônio da União no estado.

• No caso de intervenção em áreas de assentamentos, apresentação da Portaria de Criação do Projeto de Assentamento.

ÁREA DE PROPRIEDADE DE ENTIDADES FEDERAIS

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

• Para intervenções em área de entidade federal, autorização para intervenção, devendo nesses casos a entidade ser interveniente no CR, como responsável pela disponibilização da área de intervenção.

POSSE DE IMÓVEL LOCALIZADO EM ÁREA DE ZEIS

A comprovação da regularidade de imóvel localizado em ZEIS dá-se mediante a apresentação de:

• Cópia da publicação, em imprensa oficial, da lei estadual, municipal ou distrital instituidora da ZEIS;
• Demonstração de que o imóvel beneficiário do investimento encontra-se na ZEIS instituída pela lei referida no marcador anterior; e

• Declaração firmada pelo chefe do Poder Executivo de que os habitantes da ZEIS serão beneficiários de ações públicas visando à regularização jurídico-fundiário-urbanística da área habitada para salvaguardar o direito à moradia.

IMÓVEIS TOMBADOS PELO IPHAN

• Para os projetos que objetivem a intervenção em áreas ou imóveis tombados pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico, o Proponente apresenta à CAIXA a autorização dos órgãos regionais de preservação do patrimônio histórico e/ou do IPHAN.

• Apresentação do RGI do imóvel e de documento emitido pela Unidade Regional do IPHAN comprovando o tombamento do imóvel caso ainda não apresentada a autorização do IPHAN constante do item anterior.

**ANEXO IV - Modelo de Declaração de compromisso do Ente responsável pela gestão, funcionamento e manutenção do equipamento**

**Declaração de compromisso em equipar e promover a gestão, funcionamento e manutenção do CEU da Cultura**

Eu, (nome e qualificação do signatário), na qualidade de (Prefeito do Município de … ), declaro que este Ente firma o compromisso de se responsabilizar pela gestão, funcionamento e manutenção do CEU da Cultura, bem como disponibilizar a infraestrutura básica disciplinada no §8º da Resolução da SEEC, a ser implantado na localidade de (endereço completo), mantendo o uso do aludido bem para fins culturais por, no mínimo, 10 (dez) anos, a contar de sua inauguração, assim como, de atender às disposições constantes no Manual de Instruções para Seleção dos CEUs da Cultura, promover a gestão compartilhada do equipamento nos termos da Portaria MinC nº 68, de 29 de setembro de 2023, e de sujeitar-se ao acompanhamento da Secretaria de Estado da Cultura e do Ministério da Cultura ao longo do referido período.

Local e data,

Atenciosamente,

assinatura

Nome da autoridade responsável

Cargo

**ANEXO V - Modelo de ofício de manifestação de interesse**

**Declaração de manifestação (nome do município) referente ao programa CEU da Cultura**

À Senhora

**Elietti de Souza Vilela**

Secretária de Estado da Cultura, em exercício.

Assunto: MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (NOME DO MUNICÍPIO) REF. AO PROGRAMA CEU's DA CULTURA.

Senhora Secretária,

Tendo ciência do processo de seleção de propostas para a implantação do Projeto CEU, instituído por meio da Portaria nº 74/2023 do Ministério da Cultura – Modalidade do Programa Territórios da Cultura do Novo Programa Federal de Aceleração do Crescimento - NOVO PAC, venho manifestar o interesse do (Ente Federativo / Autarquia / Fundação Pública) em participar do Projeto CEU no âmbito da seleção CEU - 2023.

Para fundamentar a nossa pretensão, anexo, apresento-lhe os documentos requisitados para a adesão ao Programa CEU's da Cultura.

Estou ciente que se o município for selecionado, compromete-se a:

I – equipar, e promover a gestão, funcionamento e manutenção do equipamento cultural CEU e do próprio Projeto CEU.

Por fim, manifesto estar ciente que a manifestação de interesse não significa a seleção do município para contemplação pelo Programa CEUs da Cultura.

Por estar de acordo, firmo o presente.

Local e data,

assinatura

Nome da autoridade responsável

Cargo

**RESOLUÇÃO N.º 26/2024-SEEC**

A Secretária de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual nº 21.352/2023 e Decreto Estadual nº 15/2023;

Considerando a Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo;

Considerando o Decreto Federal nº 11.525/2023 - Regulamenta a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022;

Considerando o Decreto Estadual nº 3.463/2023 - Dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura no Estado do Paraná;

Considerando a operacionalização dos Editais de Chamamento da Lei Paulo Gustavo no Estado do Paraná pela Secretaria de Estado da Cultura – SEEC,

**R E S O L V E**

**Art. 1º.** Designa e nomeia os seguintes servidores públicos para formação de Comissão de Heteroidentificação dos editais de chamamento público realizados pelo Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, no âmbito da Lei Complementar nº 195/2022 – Lei Paulo Gustavo, e Decreto Estadual nº 3.463/2023.

a. Emanuelle Catherine Valeriano, RG nº 10.215.140-2 – membro titular Presidente;

b. Luiz Gustavo Vilela Teixeira RG nº 14.937.645-3 – membro titular Secretário;

c. Ellen Cunha do Nascimento, RG nº 9.688.591-1 – membro titular;

d. Victor Havro de Sá Grein, RG nº 9.434.096-9 – membro suplente.

Parágrafo único – A Comissão será provocada a atuar por meio da Diretoria de Apoio, Fomento e Incentivo à Cultura e as deliberações da Comissão se darão por meio de ata.

**Art. 2º.** Para fins de consulta, assessoramento ou participação em atividades específicas, a Comissão poderá convidar outros servidores, inclusive de outras pastas, bem como pessoas de referência notória sobre o assunto.

**Art. 3º.** A SEEC poderá deliberar sobre casos específicos, justificadamente, em casos não cobertos pela presente Resolução.

**Art. 7º**. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura.

Curitiba, data da assinatura eletrônica.

**Elietti de Souza Vilela**
Secretária de Estado da Cultura, em exercício

**39337/2024**

# Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

**DESPACHO SECRETARIAL nº 174/2024 – SEDEF**
***Referente ao protocolado nº 21.948.715-0.***

**I.** **AUTORIZO**, com fulcro no inciso VI, artigo 4º da Lei nº 21.352/2023, e nos termos do §° 3° do art. 1° do Decreto Estadual de n° 4.189/2016 bem como no art. 103, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e, considerando o Memorando nº 179/2024-NAS/SEDEF (f. 02. Mov. 02), na concordância de prorrogação da empresa contratada (f. 25. Mov. 06), na Justificativa da pesquisa de vantajosidade (f. 70. Mov. 26) e na Informação Técnica nº 236/2024 da Assessoria Técnica – SEDEF/AT (fls. 75-80. Mov. 29), que atestaram formal e legalmente o procedimento em comento, a formalização do **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 2485/2023 firmado com a empresa OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) – CNPJ nº 76.535.764/0001-43**, conforme minuta (fls. 71-73. Mov. 27), tendo como objeto **a prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses**, a partir de 02/06/2024 até 01/06/2025, e, tendo em vista a disponibilidade orçamentária e financeira (fls. 52-54. Mov. 17-19), **a realização da despesa no valor total de até R$ 317.560,32 (trezentos e dezessete mil e quinhentos e sessenta reais e trinta e dois centavos)**, mantendo-se o valor mensal do contrato de R$ 26.463,36 (vinte e seis mil e quatrocentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos), desde que atendidas as disposições legais.
**II.** **CONDICIONO** ao NAS/SEDEF o cumprimento da legislação vigente, devendo as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estarem todas dentro de seu prazo de validade e sem pendências, no momento da efetiva contratação.
**III.** **PUBLIQUE-SE**, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 17 de abril de 2024.

Rogério Carboni
**Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família**

**39339/2024**

**DESPACHO SECRETARIAL nº 175/2024 – SEDEF**
***Referente ao protocolado nº 21.314.312-3.***

**I.** **AUTORIZO** com base no inciso VI do artigo 4º da Lei nº 21.352/2023 e em atendimento ao Ofício nº 006/2024 - SECOM (fls. 31. Mov. 13), no PADV nº 20210007037 (fls. 21-27. Mov. 06), na Fatura de Serviço nº 002234 (f. 05. Mov. 04) e na Informação Técnica nº 239/2024-SEDEF/AT (fls. 50-54. Mov. 30), reconheço o dever de pagar, em favor da GPAC COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA, referente Serviços de Publicidade Institucional – PADV e, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira constante (fls. 46-48. Mov. 26-28), a realização da despesa no valor de R$ 415,55 (quatrocentos e quinze reais e cinquenta e cinco centavos).
**II.** **NÃO AUTORIZO** o pagamento de multas e juros, devendo ser pagos, se for o caso, pelo servidor que os gerou.
**III.** **PUBLIQUE-SE**, de acordo com as normas vigentes.
**IV.** **Ao NAS/SEDEF** para providências.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

Rogério Carboni
**Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família**

**39321/2024**

**DESPACHO SECRETARIAL nº 177/2024 - SEDEF**
***Referente ao Protocolo nº 21.955.288-2.***

**I.** **AUTORIZO** com base no inciso VI, Artigo 4º da Lei nº 21.352/2023, com fundamento no Ofício GFI nº 105/2024 da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR (fl. 02. Mov. 02), nas Notas Fiscais devidamente certificadas (fls. 30-44. Mov. 20), no Despacho e Lista de Verificação no Núcleo Administrativo Setorial – NAS/SEDEF (fls. 127-128. Mov. 75-76) e na Informação do Núcleo de Informática e Informações (fls. 130-131. Mov. 78), bem como na Informação nº 240/2024 da Assessoria Técnica - AT/SEDEF (fls. 132-139. Mov. 79), que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários ao pagamento por meio de indenização, **reconheço o dever de pagar,** em favor de **COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO DO PARANA - CELEPAR,** a título indenizatório**,** em decorrência do fim da vigência do **Contrato Administrativo nº 007/2018** e, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira - Informações nº 0381/2024/NFS (fls. 47-49. Mov. 23-25), **a realização da despesa no valor de R$ 87.649,68 (oitenta e sete mil e seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos)**, referente a indenização aos serviços executados pela CELEPAR no mês de março de 2024.
**II.** **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do **NAS/SEDEF**, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, o NAS/SEDEF deverá atestar que o recibo não terá cobrança de juros e multas e verificar, na ocasião do pagamento, se as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estão dentro de seu prazo de validade e sem pendências.
**III.** **DETERMINO** o envio do Protocolo nº 21.955.288-2 para a Corregedoria para apuração de possíveis irregularidades.
**IV.** **PUBLIQUE-SE,** de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 17 de abril de 2024.

Rogério Carboni
**Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família**

**39340/2024**

**DESPACHO SECRETARIAL nº 178/2024 – SEDEF**

***Referente ao protocolado nº 21.111.500-9***

Trata-se do Formulário de Manifestação de Interesse (mov. 02), juntado com o Plano de Trabalho (mov. 11), promovidos pelo servidor Sr.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

**Palmiro Chaves de Souza Junior, Assessor - SEDEF**, por meio do qual declara interesse em realizar atividade de Teletrabalho e ciência do contido na Lei Estadual n° 19.776/2018.

I. Considerando que após os trâmites de praxe, o pedido foi deferido através do Despacho nº 029/2024-SEDEF (mov. 25), concedendo-se o regime de teletrabalho a requerente por 90 (noventa) dias;

II. Considerando que a Chefia Imediata do servidor interessado atestou o integral cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho (mov. 35/37);

III. Considerando que a Chefia do Núcleo de Informática e Informações – NII/SEDEF, por meio do Memorando nº 001/2024 (mov. 33), solicitou a prorrogação da concessão do teletrabalho;

IV. Considerando que a Comissão Interna de Gestão de Teletrabalho – SEDEF/CIGT, no Despacho (mov. 38), manifestou-se de acordo com a prorrogação do teletrabalho;

**Autorizo a prorrogação da concessão do regime de teletrabalho ao servidor Palmiro Chaves de Souza Junior, lotado na NII/SEDEF, por 90 (noventa) dias**, a partir da publicação deste ato, nos termos do Plano de Trabalho (mov. 11).

Curitiba, 19 de abril de 2024.

Rogério Carboni

**Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família**

**39838/2024**

**RESOLUÇÃO Nº 102/2024 – SEDEF**

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA,** nomeado pelo Decreto nº 021/2023, e reconduzido pelo Decreto 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

**Art. 1º** Designar a servidora ROSELI ORANE INGLES**,** inscrita no CPF nº ***.008.419-**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **ASSOCIAÇÃO ANTONIO E MARCOS CAVANIS - CASA DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE PE. LIVIO DONATI**, inscrita no CNPJ nº 75.637.256/0015-09, destinado à execução do projeto aprovado "ILUMINANDO NOSSO ESPAÇO", no valor total de R$ 30.410,00 (trinta mil quatrocentos e dez reais).
**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

Rogério Carboni

**Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família**

**39734/2024**

**RESOLUÇÃO nº 103/2024 - SEDEF**

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 0003/2023, de 1º de janeiro de 2023, nomeado no Decreto nº 00021/2023 de 1º de janeiro de 2023, por meio do protocolado nº 19.492.366-0, **RESOLVE:**

**Art. 1° INSTAURAR SINDICÂNCIA,** com fulcro no art. 99 e no art. 100, inciso II, da Lei Estadual nº 20.656/21, bem como, nos artigos 2º e 3º, do Decreto nº 5.792/2012, e Art. 15, do Decreto nº 2.819/2023, para apurar ocorrência na Divisão de Gestão do SUAS, vinculada a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF.
**Art. 2º Designar** os servidores desta Pasta, **André Leonardo Severo**, portador do RG sob nº 6.041.831-4**, Carlos José Sebrenski**, portador do RG nº 4.196.099-0, e **Salete das Brotas Ferreira** portadora do RG nº 2.087.216-0 para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem Comissão de Sindicância, em atenção ao art. 117, da Lei nº 20.656/21, para apurar responsabilidades, conforme noticiado no protocolado supracitado.
**Art. 3°** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

Rogério Carboni

**Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família**

**39714/2024**

**RESOLUÇÃO Nº 104/2024 – SEDEF**

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA,** nomeado pelo Decreto nº 021/2023, e reconduzido pelo Decreto 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

**Art. 1º** Tornar pública a adesão dos municípios com o objetivo de formalizar as responsabilidades e compromissos decorrentes do aceite ao cofinanciamento Estadual para aquisição de equipamentos para as sedes dos Conselhos Tutelares Padrão, em conformidade com normativas federais e estaduais e com o deliberado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, por meio da Deliberação nº 072/2023, 13 de Dezembro de 2023, com valor a ser repassado pelo Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA aos Fundos Municipais de Direito da Criança e do Adolescente.
**Art. 2º** Os Termos de Adesão preenchidos e aceitos no Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo – SIFF, concluídos pelos municípios elencados abaixo, pelo Senhor prefeito ou pelo gestor da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente da administração pública municipal:

| | Município | Valor Repassado |
|---|---|---|
| **1** | Fazenda Rio Grande | R$ 110.000,00 |
| **2** | Imbituva | R$ 110.000,00 |
| **3** | Jaguariaíva | R$ 110.000,00 |
| **4** | Rolândia | R$ 110.000,00 |
| **5** | São Mateus do Sul | R$ 110.000,00 |

**Art. 3º** A adesão do município não garante a efetivação do pagamento.
**§ 1º** O processo de pagamento deverá obedecer às condições de repasse previstas nas normativas vigentes, bem como estar de acordo com a Deliberação nº 072/2023 – CEDCA/PR, e, com a Resolução nº 276/2018 – SEDS.
**§ 2º** A análise das condições de pagamento aos municípios será realizada pelas áreas técnicas responsáveis pela Deliberação, sendo que a operacionalização do repasse será feita pela Gestão de Fundos e Grupo Orçamentário Setorial da SEDEF.
**Art. 4°** Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

Rogério Carboni
**Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família**

**39444/2024**

# Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

**RESOLUÇÃO CONJUNTA SEDEST/IAT Nº 008/2024**

**Súmula:** Institui Grupo de Trabalho para elaborar Minuta de Resolução específica para o licenciamento ambiental relativo à Areia Descartada de Fundição - ADF do Estado do Paraná.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, nomeado pelo Decreto nº 30, de 3 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023;
O **DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ÁGUA E TERRA**, nomeado pelo Decreto n° 54, de 4 de janeiro de 2023, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei n° 20.070, de 18 de dezembro de 2019; e

**CONSIDERANDO** a Lei nº 21.023, de 02 de maio de 2022 que dispõe sobre a utilização de Areia Descartada de Fundição;
**CONSIDERANDO** a Portaria IAP nº 212, de 12 de setembro de 2019, que

estabelece procedimentos e critérios para exigência e emissão de Autorizações Ambientais para as Atividades de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
**CONSIDERANDO** o disposto no art. 97 da Resolução CEMA nº 107, de 9 de setembro de 2020, que estabelece que para cada tipologia de empreendimento ou atividade poderão ser estabelecidas resoluções específicas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, definindo-se os estudos ambientais, a documentação, bem como o prazo de validade para cada modalidade de licença;
**CONSIDERANDO** a necessidade de criação de Grupo de Trabalho, para pesquisar, discutir e propor parâmetros para a regulamentação do licenciamento ambiental específico para Areia Descartada de Fundição - ADF do Estado do Paraná;
**CONSIDERANDO** as informações contidas no protocolo registrado sob o nº 18.193.709-2;

**R E S O L V E M:**

**Art. 1º** Instituir Grupo de Trabalho, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SEDEST, para elaborar Minuta de Resolução específica para o licenciamento relativo à Areia Descartada de Fundição – ADF no âmbito do Estado do Paraná.
**Art. 2º** O GT será composto pelos seguintes membros:
**I - Da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST:**
**a)** Reginaldo Joaquim de Souza, RG X.207.XXX-X, da Coordenação de Saneamento Ambiental e Economia Circular - Diretoria de Economia Sustentável;
**b)** Márcio Luiz Moro, RG X.436.XXX-X, da Coordenação de Saneamento Ambiental e Economia Circular – Diretoria de Economia Sustentável;
**II - Do Instituto Água e Terra:**
**a)** Alessandra Mayumi Nakamura, RG X.143.XXX-X, da Divisão de Licenciamento de Atividades Poluidoras - DILIO;
**b)** Maria Eugênia Piccoli Vasques Martins, RG X.081.XXX-X, da Divisão de Licenciamento de Atividades Poluidoras - DILIO.
**Art. 3º** O GT poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, além de pesquisadores especialistas, quando necessário, para o cumprimento de suas finalidades.
**Art. 4º** Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Resolução, para o desenvolvimento das atividades e a conclusão dos trabalhos pelo Grupo de Trabalho.
**Parágrafo Único**. O prazo a que se refere o caput deste artigo poderá ser prorrogado mediante solicitação justificada do Grupo de Trabalho.
**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

**ASSINADO ELETRONICAMENTE**
**VALDEMAR BERNARDO JORGE**
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável

**ASSINADO ELETRONICAMENTE**
**EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA**
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

**39377/2024**

# *Invest Paraná*

**INVEST PARANÁ**

**PORTARIA Nº 13/2024**

**Súmula**: Nomeação de Agente de Transparência e Ouvidoria em Substituição ao colaborador em férias

O Diretor-Presidente da Invest Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Estadual nº 17.016, de 16 de dezembro de 2011 e Estatuto da entidade, pelo presente,

**RESOLVE**

Art. 1º Designar o Sr. LUCIANO BERNART, portador do RG nº 6.390.937-8, para exercer as funções de Agente de Transparência e Ouvidoria, em substituição ao Sr. PAULO ALEXSANDRO MORVA MARTINS, portador do RG nº 3.664.274-2, no período de férias do colaborador, compreendido entre 21/05/2024 à 04/06/2024.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de referência.

Curitiba, 18 de abril de 2024.
**José Eduardo Bekin**
Diretor Presidente

**39358/2024**

Diário OFICIAL Paraná

# *IAT*

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE DRENAGEM PLUVIAL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:CHACARA DE TERRAS N 25 Bairro: Cep:87570000 Município:Francisco Alves.

**39588/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL MOVIMENTAÇÃO DE SOLO - TERRAPLANAGEM torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:LOTE RURAL Nº 02 GLEBA Nº 14-AM Bairro: Cep:85640000 Município:Ampére.

**39589/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada Endereco:RUA HORACY SANTOS, 222.

**39639/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL RECUPERAÇÃO E MELHORIAS NA MINA ALTO ALEGRE - MUNICÍPIO DE FAXINAL torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:coordenadas geográficas UTM 22K 478.995 e 7.347.044. Bairro: Cep:82800130 Município:Faxinal.

**39637/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL LOTEAMENTO JARDIM GILIA VITTO LTDA ME torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desmembramento a ser implantada Endereco:RUA EMILIO GUARESCHI.

**39593/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL TORINO FUNDO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco: Rua Visconde de Mauá nº 2975, Bairro:Vila Mayer, Cep:01452919 Município:Ponta Grossa.

**39594/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL MOSTEIRO PRECIOSISSIMO SANGUE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:ROD.PR 218 - KM 8 - 600M - ESTRADA RURAL, KM 3 Bairro:ÁGUA DA LIMEIRA Cep:86420000 Município:Carlópolis.

**39597/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL Autorização Ambiental para retirada de terra torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:RODOVIA PR 490, LOTE 421 -B KM1 Bairro: Cep:87555000 Município:São Jorge do Patrocínio.

**39598/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL ROTARY CLUB torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Monitoramento de Fauna a ser implantada Endereco:RUA BELO HORIZONTE, 111 Bairro:CENTRO Cep:85935000 Município:ASSIS CHATEAUBRIAND.

**39636/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL SEPAC SERRADOS E PASTA DE CELULOSE LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:AVENIDA DOS TRABALHADORES Nº 2678 Bairro:VILA CAROLINE Cep:84570000 Município:Mallet.

**39635/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL MUNICÍPIO DE JAPURÁ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ESTRADA BORÉ Bairro:ZONA RURAL Cep:87225000 Município:Japurá.

**39607/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Interceptores, emissário, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário a ser implantada Endereco:PRAÇA GETULIO VARGAS, N 280.

**39608/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL LINHA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO 34,5KV A FIM DE ATENDER A CGH COSCHINHAKI. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Linhas de distribuição a ser implantada Endereco:COLÔNIA BOA VENTURA Bairro:RURAL Cep:81200240 Município:Boa Ventura de São Roque.

**39610/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL GELITA DO BRASIL LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RODOVIA PR 317, KM 09 Bairro:PQ INDUSTRIAL 200 Cep:87010465 Município:Maringá.

**39612/2024**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL AGRICOLA HORIZONTE - UNIDADE DO DISTRITO DE IGUIPORÃ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:LOTE RURAL Nº 34/D/A - PR 495-KM 140 Bairro:DIST. IGUIPORÃ Cep:85972000 Município:Marechal Cândido Rondon.

**39613/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL PATRIMONIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA CORONEL VIVIDA 122 Bairro:VILA OFICINAS Cep:84036310 Município:Ponta Grossa.

**39633/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL MOVIMENTAÇÃO DE SOLO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:LINHA ÁGUA BRANCA Bairro: Cep:8577000 Município:Realeza.

**39615/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL MUNICÍPIO DE TOLEDO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA RURAL - LINHA COMIN Bairro:ZONA RURAL Cep:85927970 Município:Toledo.

**39616/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL PATRIMONIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA CORONEL VIVIDA 122 Bairro:VILA OFICINAS Cep:84036310 Município:Ponta Grossa.

**39631/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL Autorização Ambiental para Terraplanagem torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:lote n 6-A-3-A, DA SUB DO LOTE N .6-A-3 Bairro:RURAL Cep:87500000 Município:Umuarama.

**39618/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE ESTRADAS RURAIS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:LAGOA DAS ALMAS Bairro:-X- Cep:83730000 Município:Contenda.

**39629/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL MAURILIO MULLER torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Eletrificação rural a ser implantada Endereco:RUA EMILIO CORNELSE Nº 500.

**39620/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:LINHA MACAGNAN Bairro:ZONA RURAL Cep:85601030 Município:Francisco Beltrão.

**39623/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:RUA DA FACULDADE, 645 Bairro:JARDIM SANTA MARIA Cep:85903000 Município:Toledo.

**39624/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL IPPEL EQUIPAMENTOS LTDA - TERRAPLANAGEM torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:AV NOSSA SENHORA DAS BROTAS, Nº 100 Bairro:CENTRO Cep:84240000 Município:Piraí do Sul.

**39625/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL GONÇALVES & TORTOLA S/A torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA MARINGÁ, LOTE 152, S/N Bairro:GLEBA PATRIMÔNIO MARINGÁ Cep:87070810 Município:Maringá.

**39626/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL MOVIMENTAÇÃO DE SOLO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:VILA PÉROLA Bairro: Cep:85750000 Município:Planalto.

**39627/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA OBRAS DE REPOTENCIALIZAÇÃO DA SE 230 KV torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA DA CANELINHA - JARDIM PARAISO Bairro: Cep:87502170 Município:Umuarama.

**39628/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Desassoreamento de rios locais a ser implantada Endereco:RUA XV DE NOVEMBRO, S/N.

**39674/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM ESTRADAS VICINAIS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:Trecho 071 Bairro:Zona Rural Cep:85580000 Município:Itapejara d´Oeste.

**39651/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL KOHLER SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para BIODIGESTOR a ser implantada Endereco: LOTE RURAL Nº 31 DO 7º PERIMETRO - LINHA SANTO ANTONIO.

**39650/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL CALPAR COMERCIO DE CALCARIOS LTDA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:Morro do Ferro Bairro: Cep:84165700 Município:Castro.

**39649/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL Para Pavimentação Asfáltica em Estrada Rural em CBUQ. torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco: AV. JOAQUIM DE ALMEIDA FILHO Bairro:Zona Rural Cep:85280000 Município:Altamira do Paraná.

**39648/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS POLIÉDRICAS NA LOCALIDADE DE JACARÉ torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:LOCALIDADE DE JACARÉ Bairro:RURAL Cep:83540000 Município:Rio Branco do Sul.

**39576/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS POLIÉDRICAS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:LOCALIDADE DA PINTA Bairro:RURAL Cep:83540000 Município:Rio Branco do Sul.

**39578/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS POLIÉDRICAS num trecho de 886,85m na localidade de Tacaniça dos Costas torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:TACANIÇA DOS COSTAS Bairro:RURAL Cep:83540000 Município:Rio Branco do Sul.

**39579/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS POLIÉDRICAS torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ESTRADA DE ORISTELA Bairro:RURAL Cep:83540000 Município:Rio Branco do Sul.

**39580/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:LINHA SANTA BÁRBARA Bairro:ZONA RURAL Cep:85670000 Município:Salto do Lontra.

**39581/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL TERRAPLENAGEM ACIMA DE 100 M3 torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Terraplanagem a ser implantada Endereco:AVENIDA MILITAO RODRIGUES DE CARVALHO S/N Bairro: Cep:87720010 Município:Paranavaí.

**39582/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA RURAL COM PEDRA IRREGULAR torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Restauração de obras viárias a ser implantada Endereco:ESTRADA SANTA FÉ Bairro:CARQUEADINHA Cep:84250000 Município:Imbaú.

**39643/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL MUNICÍPIO DE TOLEDO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:ESTRADA RURAL - LINHA COMIN Bairro:ZONA RURAL Cep:85927970 Município:Toledo.

**39585/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL MOVIMENTAÇÃO DE SOLO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:LINHA BAIXO SÃO MIGUEL Bairro: Cep:85770000 Município:Realeza.

**39586/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE PATO BRAGADO, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8558 com validade até 15/10/2024, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:ESTRADA MUNICIPAL, S/N - LINHA BARIGUI Bairro:ZONA RURAL Cep:85948000 Município:Pato Bragado no município de Pato Bragado/PR.

**39595/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à implantação de acesso e via marginal na rodovia BR-376 km 289 Pista Sul, Mauá da Serra, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8555 com validade até 12/04/2030, para Rodovias a ser implantada na Endereco:kM 288, 477 - KM 290,007 Bairro:rural Cep:86828000 Município:Mauá da Serra no município de Mauá da Serra/PR.

**39592/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8559 com validade até 15/10/2024, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:ESTRADA MUNICIPAL, S/N - LINHA DOIS VIZINHOS E FLOR DO SERTÃO Bairro:ZONA RURAL Cep:85948000 Município:Pato Bragado no município de Pato Bragado/PR.

**39596/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE GUAPOREMA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8561 com validade até 17/04/2034, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:GUAPOREMA/ CIDADE GAÚCHA (ESTRADA SANTA LUZIA), ESTRADA VILA RURAL. Bairro:ZONA RURAL Cep:87810000 Município:Guaporema no município de Guaporema/PR.

**39606/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8567 com validade até 17/04/2034, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:ESTRADA MUNICIPAL SANEPAR Bairro:ZONA RURAL Cep:87215000 Município:São Manoel do Paraná no município de São Manoel do Paraná/PR.

**39609/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8565 com validade até 17/04/2034, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:ESTRADA MUNICIPAL VILA RURAL Bairro:ZONA RURAL Cep:87215000 Município:São Manoel do Paraná no município de São Manoel do Paraná/PR.

**39611/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Exploração de cascalho, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8568 com validade até 19/04/2029, para Explotação e beneficiamento a ser implantada na Endereco:Lote Rural Nº 21 da Gleba Nº situado no imóvel denominado Chopinzinho Bairro: Cep:85568000 Município:Saudade do Iguaçu no município de Saudade do Iguaçu/PR.

**39619/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Extração de cascalho na Fazenda Bom Jardim, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8556 com validade até 12/04/2027, para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada na Endereco:Área rural, sob coordenadas UTM: 565113.00 m E e 7420389.00 m S. Bairro: Cep:86460000 Município:Abatiá no município de Abatiá/PR.

**39630/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Cascalheira - Sítio Farias II, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8562 com validade até 17/04/2028, para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada na Endereco:Sítio Farias II Bairro: Cep:86200000 Município:Ibiporã no município de Ibiporã/PR.

**39638/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Ponte sobre o Ribeirão do Cerne Sertanópolis, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8563 com validade até 17/04/2026, para Pontes a ser implantada na Endereco:Estrada Municipal Cleonildo Zanoni Bairro:ZONA RURAL Cep:86170000 Município:Sertanópolis no município de Sertanópolis/PR.

**39642/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DUPLICAÇÃO RODOVIA MUNICIPAL RM 17, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8554 com validade até 12/04/2026, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:RUA SÃO MIGUEL, N 1.891 Bairro:CENTRO Cep:85880000 Município:Itaipulândia no município de Itaipulândia/PR.

**39647/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE SERTANÓPOLIS, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8564 com validade até 17/04/2026, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:AV.DR. VACYR GONÇALVES PEREIRA, 342 Bairro:CENTRO Cep:86170000 Município:Sertanópolis no município de Sertanópolis/PR.

**39653/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8566 com validade até 17/04/2034, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:ESTRADA DO CADEADO Bairro:ZONA RURAL Cep:87215000 Município:São Manoel do Paraná no município de São Manoel do Paraná/PR.

**39654/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VALDEMOR VILLA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 319374 com validade até 18/04/2030, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na Linha Tres Passos, Sn no município de Capitão Leônidas Marques/PR.

**39373/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SILVIO MARIEL PATENTE - SERRARIA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 319014 com validade até 17/04/2030, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Rodo br 116, km 140, s/n no município de Mandirituba/PR.

**39368/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GL DE LIMA RECICLADOS, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 318302 com validade até 17/04/2030, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Rua Francisco Alves de Lima, 25 no município de São José dos Pinhais/PR.

**39367/2024**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL
MOVIMENTAÇÃO DE SOLO torna público que irá requerer ao IAT, a Autorização Florestal para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada Endereco:LOTE RURAL Nº 82 GLEBA Nº 95-FB Bairro: Cep:85635000 Município:Santo Antônio do Sudoeste.

**39587/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CERÂMICA ITAIPULÂNDIA LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 24182 com validade até 31/01/2026, para Explotação e beneficiamento a ser implantada na Endereco:ESTRADA QUE LIGA ITAIPULANDIA A SANTA INES no município de Missal/PR.

**39686/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE BASALTO, a Licença de Instalação - LI nº 24194 com validade até 15/04/2026, para Explotação e beneficiamento a ser implantada na Endereco:LINHA ÁGUA PRETA Bairro: Cep:85575000 Município:Ampére no município de Ampére/PR.

**39583/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Extração de Cascalho, a Licença de Instalação - LI nº 24195 com validade até 19/04/2025, para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada na Endereco:Sitio São José, LOTE n° 261-B Bairro:Zona Rural Cep:87325000 Município:Farol no município de Farol/PR.

**39652/2024**

**SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JARDEL TONTINI, a Licença de Operação - LO nº 37163 com validade até 12/04/2025, para IRRIGAÇÃO instalada na Endereco:Faz Abençoada, Lotes de terras sob nº 55/55-B, Gl 10, Col PVaí - matricula 12.472 Bairro:ZONA RURAL Cep:87860000 Município:Planaltina do Paraná no município de Planaltina do Paraná/PR.

**39644/2024**

**SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE REBOUÇAS, a Licença de Instalação - LI nº 24144 com validade até 28/06/2029, para Explotação e beneficiamento a ser implantada na Endereco:RUA JOSÉ AFONSO VIEIRA LOPES, 96 no município de Rebouças/PR.

**39673/2024**

**SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MINERAÇÃO REI DO CAL LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 24192 com validade até 08/04/2030, para Explotação a ser implantada na Endereco:ESTRADA DO CERNE KM 32 no município de Campo Magro/PR.

**39687/2024**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ - DER/PR, a Licença de Operação - LO nº 37166 com validade até 16/04/2034, para Rodovias instalada na Endereco:RODOVIA PR 323 - TRECHO PAIÇANDU - DOUTOR CAMARGO Bairro:PR 323 Cep:00000000 Município:Paiçandu no município de Paiçandu/PR.

**39599/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Porto de Areia Brasil Campos Gerais - EIRELI, a Licença de Operação - LO nº 37167 com validade até 16/04/2029, para Explotação instalada na Endereco:CARÁ CARÁ Bairro:CARA CARA Cep:84043390 Município:Ponta Grossa no município de Ponta Grossa/PR.

**39617/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, a Licença de Operação - LO nº 37117 com validade até 03/06/2031, para Unidade de Gerenciamento de Lodo - UGL instalada na Endereco:RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376 no município de Ivaiporã/PR.

**39675/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Linha de distribuição de alta tensão de energia elétrica, a Licença de Operação - LO nº 37164 com validade até 12/04/2030, para Linhas de distribuição instalada na Endereco:Chácara n° 1016-E Bairro:Zona Rural Cep:85501050 Município:Pato Branco no município de Pato Branco/PR.

**39645/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Linha de distribuição de alta tensão de energia elétrica, a Licença de Operação - LO nº 37165 com validade até 12/04/2030, para Linhas de distribuição instalada na Endereco:Trajeto de Pato Branco à Chopinzinho Bairro: Cep:85501100 Município:Pato Branco no município de Pato Branco/PR.

**39646/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Extração de Cascalho - Mina Riva, a Licença Prévia - LP nº 43719 com validade até 11/04/2026, para Explotação a ser implantada na Endereco:Localidade denominada Mina Riva Bairro:Zona Rural Cep:84300000 Município:Tibagi no município de Tibagi/PR.

**39634/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE IVAIPORA, a Licença Prévia - LP nº 319368 com validade até 18/04/2027, para Imobiliário - Edificações a ser implantada na Rua Ivaiporã, s/n no município de Ivaiporã/PR.

**39372/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à M JOSÉ JORDÃO, a Licença Prévia - LP nº 43721 com validade até 16/04/2026, para Explotação a ser implantada na Endereco:FAZENDA LOTES Nº 23, 24 E 25 DA GLEBA 04-B, COLÔNIA PERUÍBE, S/Nº Bairro:ZONA RURAL Cep:85935000 Município:ASSIS CHATEAUBRIAND no município de ASSIS CHATEAUBRIAND/PR.

**39584/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, a Licença Prévia - LP nº 319318 com validade até 18/04/2026, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na GLEBA RIBEIRÃO PIMPINELLA, S/N no município de Pitangueiras/PR.

**39371/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE ARGILA, a Licença Prévia - LP nº 43720 com validade até 15/04/2027, para Explotação a ser implantada na Endereco:Lote de Terras nº 03, Gleba nº 07 Bairro:COLONIA CANTU Cep:87915000 Município:Nova Cantu no município de Nova Cantu/PR.

**39591/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PASTIFÍCIO SELMI S/A, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 319311 com validade até 14/09/2025, para Industrial - Alimentos a ser implantada na Rua Hungria, 2200 no município de Rolândia/PR.

**39370/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARCOS ROBERTO KRAINSKI PINTO, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 319015-R1 com validade até 17/11/2024, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na FAXINAL DOS PINTOS, SN no município de Lapa/PR.

**39369/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Sistema de Esgoto Sanitario, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 8560 com validade até 15/04/2026, para Estação de tratamento de esgoto sanitário - ETE a ser implantada na Endereco:Lotes 110 A e 112 ETE Romildo Bairro:Gleba Colônia/ Cantú Cep:85280000 Município:Altamira do Paraná no município de Altamira do Paraná/PR.

**39614/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à S. PETERMAM E M. PETERMAM LTDA -ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 36528 com validade até 17/04/2028, para Explotação instalada na Endereco:LOTE Nº 84-G, DA SUBDIVISÃO DO LOTE N°85-REMANESCENTE Bairro:RURAL Cep:87770000 Município:São Carlos do Ivaí no município de São Carlos do Ivaí/PR.

**39605/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ANA PAULA GUIMARÃES - PORTO DE AREIA - ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 35940 com validade até 12/04/2029, para Explotação instalada na Endereco:FAZENDA RIBEIRÃO GRANDE Bairro:RIBEIRÃO GRANDE Cep:84925000 Município:Pinhalão no município de Pinhalão/PR.

**39640/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Areial Rogalski Ltda, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 22524 com validade até 17/04/2029, para Explotação instalada na Endereco:Localidade de Palmira Bairro:Zona Rural Cep:84043000 Município:São João do Triunfo no município de São João do Triunfo/PR.

**39622/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CONSTRUMAQ LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 14679 com validade até 18/04/2026, para Explotação instalada na Endereco:ROD. PR 317, KM 6,0 S/N LOTE RURAL Nº 32 Bairro:ARROIO GUAÇU Cep:85900000 Município:Toledo no município de Toledo/PR.

**39590/2024**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SOLANGE CHIAMOLERA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 249716-R3 com validade até 11/08/2027, para Agropecuária - Suinocultura instalada na Linha São Francisco, s/n no município de Capanema/PR.

**39374/2024**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO nº 052/2024**

O **Instituto Água e Terra** cumprindo o estabelecido no *Artigo 122, do Decreto nº 6.514 de 22/07/2008*, torna público a relação dos Processos Administrativos de Autos de Infração Ambiental prontos para julgamento. Os notificados, abaixo relacionados, terão o prazo de (10) dez dias, a partir da data do presente edital para a apresentação de alegações finais por escrito. Os processos estarão disponíveis para consulta no Departamento de Documentos e Informações – DDI, na sede deste Instituto: **Rua Engenheiros Rebouças nº 1.206 - Bairro Rebouças - CEP 80.215-100 - Curitiba, Paraná.**

AIA 147113, **ANDERSON NERY DOS SANTOS OLIVEIRA**/055.***.499-09, Protocolo 196955593, Município PRUDENTÓPOLIS; AIA 143736, **DALCIONE CARLOS GABARDO**/519.***.109-68, Protocolo 191944259, Município CAMPO LARGO; AIA 146655, **DIEGO ARANTES FERREIRA DE ARAZÃO**/058.***.359-85, Protocolo 195307873, Município CURITIBA; AIA 160643, **EMPORIO AMAZONICO RECICLADOS LTDA**/11.216.***/0001-26, Protocolo 197898283, Município GUARAPUAVA; AIA 143898, **JANGO GAIOCHA**/550.***.919-04, Protocolo 183590774, Município PRUDENTÓPOLIS; AIA 145853, **JOEL COCHINSKI**/026.***.189-74, Protocolo 191800001, Município PALMEIRA; AIA 147016, **JOSE AUGUSTO MORALES**/682.***.349-49, Protocolo 196286233, Município REBOUÇAS; AIA 147017, **JOSE AUGUSTO MORALES**/682.***.349-49, Protocolo 196287019, Município REBOUÇAS; AIA 147168, **JUNIOR CEZAR LEONARDO**/109.***.959-59, Protocolo 196898883, Município IMBITUVA; AIA 132286, **MARIA ROSELI DE OLIVEIRA VENANCIO**/038.***.919-19, Protocolo 196292900, Município BANDEIRANTES; AIA 141062, **PEDRO VALTER KAZANOVSKI**/523.***.779-04, Protocolo 174355827, Município QUEDAS DO IGUAÇU; AIA 145355, **RAFAEL LEMBECK**/055.***.149-43, Protocolo 189488580, Município ENEAS MARQUES; AIA 142669, **ROBERTO DE OLIVEIRA DOS SANTOS**/060.***.989-15, Protocolo 180119140, Município FRANCISCO BELTRÃO; AIA 123084, **ANDERSON HIURKO**/034.***.449-62, Protocolo 187382980, Município QUITANDINHA; AIA 142918, **CHUITI KOYAMA**/345.***.638-91, Protocolo 180806199, Município SÃO MATEUS DO SUL; AIA 128923, **ROGER MIGUEL CARVALHO DE SOUZA**/708.***.709-78, Protocolo 178249320, Município LAPA; AIA 138555, **AILSON FRANCISCO DA SILVA**/716.***.929-00, Protocolo 167039170, Município ROLÂNDIA;

AIA 138556, **GUSTAVO APARECIDO MUNIZ DE MELO**/043.***.959-59, Protocolo 167039723, Município ROLÂNDIA; AIA 127937, **HIDROPEL HIDROGEOLOGIA E PERFURAÇÃO LTDA**/91.851.***/0001-42, Protocolo 178797654, Município ARAUCÁRIA; AIA 145901, **ANA MARIA CORREIA DA SILVA**/935.***.289-49, Protocolo 192259894, Município BANDEIRANTES; AIA 123523, **MUNICIPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU**/78.103.***/0001-05, Protocolo 159200507, Município NOVA PRATA DO IGUAÇU; AIA 147377, **AVELINO CASTRO TONDO**/427.***.129-34, Protocolo 197530405, Município VITORINO; AIA 129613, **ODACIR HENRIQUE**/509.***.489-87, Protocolo 202406823, Município IPIRANGA; AIA 129614, **ODACIR HENRIQUE**/509.***.489-87, Protocolo 202407137, Município IPIRANGA; AIA 144456, **MARCELO ADRIANO PEREIRA MORALES**/213.***.848-61, Protocolo 185191397, Município GOIOERE; AIA 139573, **LUCAS DOS PASSOS MANCHUR**/051.***.621-05, Protocolo 169131732, Município PRUDENTÓPOLIS; AIA 121915, **ADEMIR ROQUE GUSATO**/560.***.699-68, Protocolo 155234083, Município VITORINO; AIA 123049, **MARTA PEREIRA LIMA BORBA**/028.***.069-05, Protocolo 160766298, Município FOZ DE IGUAÇU; AIA 138791, **JOSE DOMINGOS POLI**/111.***.489-49, Protocolo 167593844, Município BOCAIÚVA DO SUL; AIA 122186, **CESAR AUGUSTO SANTANA MONTEIRO**/069.***.659-57, Protocolo 158247500, Município MORRETES; AIA 121692, **JORGE LUIZ MUNDEL**/157.***.879-87, Protocolo 157354655, Município MORRETES; AIA 144457, **MARCELO ADRIANO PEREIRA MORALES**/213.***.848-61, Protocolo 185191559, Município GOIOERE; AIA 125840, **TEODOZIO SCHAFRANSKI**/863.***.809-15, Protocolo 157898906, Município PRUDENTÓPOLIS; AIA 140422, **CLAUDICIR REOLON**/476.***.279-04, Protocolo 171739543, Município PINHÃO; AIA 147105, **MARIA LUIZA DA SILVEIRA MELLO**/020.***.299-42, Protocolo 196582932, Município FRANCISCO BELTRÃO.

**39493/2024**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO nº 053/2024**

O **Instituto Água e Terra** cumprindo o estabelecido no *Artigo 122, do Decreto nº 6.514 de 22/07/2008*, torna público a relação dos Processos Administrativos de Autos de Infração Ambiental prontos para julgamento. Os notificados, abaixo relacionados, terão o prazo de (10) dez dias, a partir da data do presente edital para a apresentação de alegações finais por escrito. Os processos estarão disponíveis para consulta no Departamento de Documentos e Informações – DDI, na sede deste Instituto: **Rua Engenheiros Rebouças nº 1.206 - Bairro Rebouças - CEP 80.215-100 - Curitiba, Paraná.**

AIA 162075, **MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**/76.175.***/0001-87, Protocolo 203842066, Município PONTA GROSSA; AIA 144313, **MARCIO CHOMA**/091.***.479-93, Protocolo 185019969, Município IRATI; AIA 144699, **MARCELO AUGUSTO RODRIGUES DO NASCIMENTO**/090.***.529-07, Protocolo 186018931, Município PIRAQUARA; AIA 129746, **VIVIANE ZIOMEK FARIA**/050.***.639-66, Protocolo 175900985, Município CURITIBA; AIA 148163, **DANIEL FERREIRA DA SILVA**/852.***.405-97, Protocolo 200820185, Município IVATUBA; AIA 133378, **LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL**/77.752.***/0138-42, Protocolo 194661711, Município TOLEDO; AIA 145819, **EDINEIA APARECIDA WEBA WINIARSKI**/847.***.589-20, Protocolo 192504074, Município INACIO MARTINS; AIA 133247, **CELIO JOSE BONELLI**/336.***.369-04, Protocolo 197047020, Município CAFELÂNDIA; AIA 133849, **COMÉRCIO DE CARNES IRMÃOS SILVA LTDA**/79.571.***/0001-13, Protocolo 197387939, Município VERÊ; AIA 160247, **ANGELO PAGLIOSA**/052.***.559-53, Protocolo 198544590, Município CLEVELÂNDIA; AIA 133248, **ABASTECEDORA RONDINHA LTDA**/77.847.***/0001-64, Protocolo 196979280, Município LINDOESTE; AIA 148131, **JOSE ANTONIO DE ANDRADE CAVALHEIRO**/058.***.189-18, Protocolo 200887298, Município MORRETES; AIA 143726, **AMAURI BRUNNQUELL**/023.***.309-17, Protocolo 191087720, Município PIÊN; AIA 133192, **M.A. BIAVATTI E CIA LTDA**/05.272.***/0001-33, Protocolo 194797966, Município GUARANIAÇU; AIA 138000, **JACIR IANNES**/408.***.169-91, Protocolo 165630432, Município AGUDOS DO SUL; AIA 160469, **ELAINE BORTOLINI DE OLIVEIRA**/073.***.599-57, Protocolo 199544519, Município CASCAVEL; AIA 147821, **DEVINO LUIZ RECH**/589.***.819-72, Protocolo 199217593, Município AMPERE; AIA 133273, **J. G. DA SILVA E CIA LTDA-ME**/72.284.***/0001-41, Protocolo 192692059, Município MANDAGUARI; AIA 129353, **JOSIAS MALAQUIAS**/695.***.959-00, Protocolo 197338105, Município CIANORTE; AIA 160655, **INTERPORTAS EXPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PORTAS LTDA.**/09.060.***/0001-00, Protocolo 201044006, Município GUARAPUAVA; AIA 145561, **JOSNEI MACIEL DOS SANTOS**/066.***.419-50, Protocolo 190333221, Município PONTA GROSSA; AIA 131093, **CLEVERSON MOREIRA BOMFIM**/599.***.782-00, Protocolo 192798787, Município LONDRINA; AIA 125741, **DIONIVAN PIRES DE OLIVEIRA**/022.***.399-00, Protocolo 186157389, Município CAMPINA GRANDE DO SUL; AIA 125748, **DIONIVAN PIRES DE OLIVEIRA**/022.***.399-00, Protocolo 186157974, Município CAMPINA GRANDE DO SUL; AIA 146462, **MARCOS MORAES GOMES**/051.***.779-10, Protocolo 194462328, Município CASTRO; AIA 147354, **ALEXANDRE JOSÉ DA SILVA NETO**/027.***.269-81, Protocolo 197640898, Município IRETAMA; AIA 143223, **RICARDO COELHO BULLE**/005.***.039-69, Protocolo 181474009, Município LONDRINA; AIA 133204, **ASSIS E DENCK TRANSPORTE E COMÉRCIO DE RESÍDUOS DE PETRÓLEO E VEGETAIS LTDA**/18.182.***/0001-18, Protocolo 195548331, Município CASCAVEL; AIA 132013, **CARLOS JAIME PAULY**/369.***.889-68, Protocolo 189598858, Município TOLEDO; AIA 135891, **ALEXANDRE MARTINS CORREA**/005.***.629-92, Protocolo 159580598, Município QUATRO BARRAS; AIA 133951, **GUARAETÁ COMPENSADOS LTDA**/36.391.***/0001-92, Protocolo 193075037, Município CLEVELÂNDIA; AIA 160238, **RUDINEI LAZARIN**/029.***.559-07, Protocolo 198426571, Município CORONEL VIVIDA; AIA 133236, **SPMAR AGROPECUARIA LTDA**/22.636.***/0001-88, Protocolo 196377344, Município CASCAVEL; AIA 148615, **JS ANTICORROSÃO LTDA**/41.934.***/0001-99, Protocolo 202644864, Município SARANDI; AIA 162343, **A.J GREBOGI E CIA LTDA**/09.095.***/0001-93, Protocolo 201306515, Município SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

**39840/2024**

Portaria n° 11177/2024/OD-GOUT. Prot. 21.954.890-7. Pontes, passarelas, dutos e cabos. Outorgado(s) Companhia de Saneamento do Paraná - CPF/CNPJ 76.484.013/0001-45. Córrego Santa Tereza. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.233.237,00 N 235.866,01 E. Validade 10 anos. Finalidade Travessia aérea. Município Santa Tereza do Oeste. Esta portaria revoga a portaria n° 10908/2022/OP-GOUT.

**39750/2024**

Portaria n° 11171/2024/OP-GOUT. Prot. 21.794.311-6. Captação superficial. Outorgado(s) Joacir Rosso - CPF/CNPJ 709.578.949-53. Rio Laranjita. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.203.080,23 N 783.932,52 E. Validade 23/11/2024. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 30.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município São Miguel do Iguaçu. Esta portaria revoga a portaria n° 14551/2021/DUIO-GOUT.

**39406/2024**

Portaria n° 10063/2024/REV-GOUT. Prot. 22.047.518-2. Captação superficial. Outorgado(s) Francisco Schebeski - CPF/CNPJ 167.175.979-68. Rio Tibagi. Tibagi. Coordenadas UTM 7.203.056,37 N 614.691,03 E. Validade 35 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 20.00 m³/h 08:00 horas/dia 10 dias/mês. Município Palmeira. Esta portaria revoga a portaria n° 11063/2024/OP-GOUT.

**39415/2024**

Portaria n° 11172/2024/OD-GOUT. Prot. 21.514.239-6. Captação superficial. Outorgado(s) Thiago Zanini - CPF/CNPJ 058.660.059-05. Córrego Sem denominação na base. Piquiri. Coordenadas UTM 7.318.468,00 N 802.907,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 15.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Terra Roxa. Esta portaria revoga a portaria n° 24943/2023/OP-GOUT.

**39504/2024**

Portaria n° 11174/2024/OD-GOUT. Prot. 21.854.374-0. Captação superficial. Outorgado(s) LEANDRO COLAUTO - CPF/CNPJ 038.146.659-02. Córrego Umari. Ivaí. Coordenadas UTM 7.389.510,70 N 453.421,80 E. Validade 6 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 13.50 m³/h 08:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Apucarana. Esta portaria revoga a portaria n° 618/2021.

**39505/2024**

Portaria n° 11173/2024/OP-GOUT. Prot. 21.904.234-5. Captação superficial. Outorgado(s) APARECIDO GARCIA DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ 177.093.421-91. Mina/Nascente Sem denominação na base. Piquiri. Coordenadas UTM 7.312.203,62 N 220.290,17 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Palotina. Esta portaria revoga a portaria n° 1260/2021.

**39511/2024**

Portaria n° 11175/2024/OD-GOUT. Prot. 21.925.517-9. Extração de areia/cascalho em leito de rio. Outorgado(s) J.T.R. AMARO & FILHOS LTDA - CPF/CNPJ 04.829.193/0001-49. Rio Cinzas. Cinzas. Coordenadas UTM 7.320.695,01 N 604.939,04 E. Validade 5 anos. Finalidade Mineração. Município Arapoti. Esta portaria revoga a portaria n° 10415/2022/OP-GOUT.

**39512/2024**

Portaria n° 11168/2024/OD-GOUT. Prot. 21.559.252-9. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) GISELA ADRIANA SIQUEIRA DE QUADROS XAVIER - CPF/CNPJ 907.503.300-15. Paranapanema 4. Coordenadas UTM 7.465.263,00 N 289.386,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 158.00 m³/h 20:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Loanda. Esta portaria revoga a portaria n° 25891/2023/OP-GOUT.

**39641/2024**

Portaria n° 11169/2024/OD-GOUT. Prot. 21.560.198-6. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) GISELA ADRIANA SIQUEIRA DE QUADROS XAVIER - CPF/CNPJ 907.503.300-15. Paranapanema 4. Coordenadas UTM 7.464.937,00 N 287.993,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 122.00 m³/h 19:28 horas/dia 31 dias/mês. Município Loanda. Esta portaria revoga a portaria n° 25914/2023/OP-GOUT.

**39666/2024**

Portaria n° 11170/2024/OD-GOUT. Prot. 21.560.519-1. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) GISELA ADRIANA SIQUEIRA DE QUADROS XAVIER - CPF/CNPJ 907.503.300-15. Paranapanema 4. Coordenadas UTM 7.464.826,00 N 287.673,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 125.00 m³/h 19:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Loanda. Esta portaria revoga a portaria n° 26080/2023/OP-GOUT.

**39667/2024**

Portaria n° 11178/2024/OP-GOUT. Prot. 22.019.132-0. Desassoreamento. Outorgado(s) MUNICIPIO DE GUARAQUEÇABA - CPF/CNPJ 76.022.508/0001-52. Rio Sem denominação na base. Litorânea. Coordenadas UTM 7.199.144,58 N 770.346,15 E. Validade 2 anos. Finalidade Desassoreamento. Município Guaraqueçaba.

**39747/2024**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Portaria n° 11176/2024/OP-GOUT. Prot. 21.933.063-4. Canalização. Outorgado(s) jesica de fatima poczenek - CPF/CNPJ 097.426.609-48. Mina/Nascente Sem denominação na base. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.196.757,82 N 450.517,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Adequação urbanística. Município Guarapuava.

**39748/2024**

Portaria n° 11179/2024/OD-GOUT. Prot. 21.938.290-1. Captação superficial. Outorgado(s) JOSÉ ANGELO BARBIERI - CPF/CNPJ 894.435.869-91. Córrego Mufungo. Paranapanema 4. Coordenadas UTM 7.461.492,09 N 373.451,12 E. Validade 6 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 80.00 m³/h 20:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Cruzeiro do Sul. Esta portaria revoga a portaria n° 25962/2023/OP-GOUT.

**39749/2024**

Portaria n° 11180/2024/OD-GOUT. Prot. 21.969.014-2. Bueiro. Outorgado(s) Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - CPF/CNPJ 76.669.324/0001-89. (Bueiro 10, 72+280) Córrego Iguaraçu. Coordenadas UTM 7.433.028,00 N 412.662,00 E. Validade 10 anos. Finalidade Construção de sistema viário. Município Iguaraçu.

**39754/2024**

# Secretaria da Educação

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE:

PORTARIA N. 371 DE 18/04/2024

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

EXCLUIR DA PORTARIA N. 243 DE 26/03/2024 O NOME DE VILMA BATTISTUZ DE ALMEIDA R.G. 20386584, LF - 2

**38834/2024**

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

0 A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 240, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 372 DE 18/04/2024

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| NOME | RG | LF | CARGO | PROTOCOLO | INICIO | FIM | DIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| KAREY SCHMIDT JURGENSEN HELLINGER | 102404610 | 1 | NIII07 | 220158063 | 06/05/2024 | 05/05/2026 | 730 |

**38833/2024**

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

0 A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 240, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 373 DE 19/04/2024

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

| NOME | RG | LF | CARGO | PROTOCOLO | INICIO | FIM | DIAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| NATIELLI EMER DE OLIVEIRA | 92279960 | 4 | NII10 | 220240134 | 17/04/2024 | 16/04/2026 | 730 |
| PATRICIA IATES SALCEDO | 95748775 | 1 | NAXI | 219103964 | 02/05/2024 | 01/05/2026 | 730 |

**39437/2024**

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1419 - 19/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 7550
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS INTEGRADO
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM

| Nome do Aluno | RG | N° Reg. | Livro | Folha | Dt. Registro | Conclusão |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ERNA REGINA UPENEK | 56516263PR | 1 | 069007550D001 | 1 | 11/04/2024 | 2002 |

CURITIBA, 19 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): ANA PAULA CESAR WOZNIAKOWSKI
Nº Ato do(a) Secretário(a): Nº 17/2023 DATA: 02/02/2023
Nome do(a) Diretor(a): ANDREIA SALDANHA DE PINHO
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº 3364/2021 DATA: 12/08/2021

**39531/2024**

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1421 - 19/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 1530
Nome do Município: MARINGA
Código do Estabelecimento: 14731
Nome do Estabelecimento: SANTA MARIA GORETTI, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

| Nome do Aluno | RG | N° Reg. | Livro | Folha | Dt. Registro | Conclusão |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ALDA CRISTINA RODRIGUES ISHIZAKI | 68238587PR | 113 | 153014731D001 | 20 | 12/04/2024 | 2023 |
| ANA CARLA DA SILVA MENDONCA ROCHA | 02668589100PR | 114 | 153014731D001 | 20 | 12/04/2024 | 2023 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ANA PAULA DA SILVA SANTOS | 330357244SP | 91 | 153014731D001 | 16 | 11/04/2024 | 2023 |
| ANDREA DE BORBA CITA | 135405086PR | 92 | 153014731D001 | 16 | 11/04/2024 | 2023 |
| ANDRESSA REIS DO NASCIMENTO SOUZA | 110564651PR | 93 | 153014731D001 | 16 | 11/04/2024 | 2023 |
| BRUNA LETICIA DE TOLEDO | 137113899PR | 94 | 153014731D001 | 16 | 11/04/2024 | 2023 |
| CLEONICE DAS DORES DE CAMPOS | 83919434PR | 115 | 153014731D001 | 20 | 12/04/2024 | 2023 |
| DAMIANA FRANCIELE DA SILVA | 106835845PR | 116 | 153014731D001 | 21 | 12/04/2024 | 2023 |
| DANIELE DE SOUZA BEZERRA | 101091791PR | 95 | 153014731D001 | 16 | 11/04/2024 | 2023 |
| DEBORA RAYANE DE SOUZA | 133853030PR | 96 | 153014731D001 | 17 | 11/04/2024 | 2023 |
| DEISE FABIANE MOREIRA DOS SANTOS VILELA | 148718784PR | 97 | 153014731D001 | 17 | 11/04/2024 | 2023 |
| DRIELE NAIARA MAZATI DE OLIVEIRA | 130051561PR | 117 | 153014731D001 | 21 | 12/04/2024 | 2023 |
| DULCINEIA RAMOS DO NASCIMENTO | 89188997PR | 118 | 153014731D001 | 21 | 12/04/2024 | 2023 |
| ELAINE TAVARES BERSO SILVA | 75938497PR | 119 | 153014731D001 | 21 | 12/04/2024 | 2023 |
| ELIANE DE OLIVEIRA | 68863830PR | 120 | 153014731D001 | 21 | 12/04/2024 | 2023 |
| ELIANE SOARES PEREIRA | 72732219PR | 98 | 153014731D001 | 17 | 11/04/2024 | 2023 |
| ELISANGELA RAMOS PARADELAS CASTRO | 95987494PR | 121 | 153014731D001 | 22 | 12/04/2024 | 2023 |
| ELLEN MOQUEDACE XAVIER | 383794791SP | 99 | 153014731D001 | 17 | 11/04/2024 | 2023 |
| ESTEFANY MOREIRA MARTINS | 146626882PR | 100 | 153014731D001 | 17 | 11/04/2024 | 2023 |
| EVA APARECIDA SANTOS DE OLIVEIRA LIMA | 6.394.504-8PR | 122 | 153014731D001 | 22 | 12/04/2024 | 2023 |
| ÉVERTON GOMES DA SILVA | 128991514PR | 101 | 153014731D001 | 18 | 11/04/2024 | 2023 |
| GEOVANA LORENA BEZERRA | 144610334PR | 123 | 153014731D001 | 22 | 12/04/2024 | 2023 |
| GLEICE MAIARA PROENÇA | 139159691PR | 102 | 153014731D001 | 18 | 11/04/2024 | 2023 |
| HELOISA CRISTINA DE SOUZA BAPTISTA | 91037580PR | 103 | 153014731D001 | 18 | 11/04/2024 | 2023 |
| JACILENE MEDEIROS | 153394954PR | 124 | 153014731D001 | 22 | 12/04/2024 | 2023 |
| JAQUELINE DOS SANTOS BORGES | 139421566PR | 125 | 153014731D001 | 22 | 12/04/2024 | 2023 |
| JAQUELINE PLATKITKA MAXIMIANO | 52090091PR | 126 | 153014731D001 | 23 | 12/04/2024 | 2023 |
| JÉSSICA DOS SANTOS CARVALHO DE LIMA | 131157134PR | 127 | 153014731D001 | 23 | 12/04/2024 | 2023 |
| JOSE ANGEL MAITA JUAREZ | F195573-6 | 104 | 153014731D001 | 18 | 11/04/2024 | 2023 |
| LUANA ROSANGELA BARBOSA SEIBER | 123723864PR | 105 | 153014731D001 | 18 | 11/04/2024 | 2023 |
| LUIZA PAULA GOMES | 103419107PR | 128 | 153014731D001 | 23 | 12/04/2024 | 2023 |
| MAGDA CECILIA DE CARVALHO | 91435020PR | 106 | 153014731D001 | 19 | 11/04/2024 | 2023 |
| MARCYA MICHELLY MARUTTI ZANDONADI | 108599235PR | 129 | 153014731D001 | 23 | 12/04/2024 | 2023 |
| MARY JANE DE FREITAS SOUSA | 2803132PB | 130 | 153014731D001 | 23 | 12/04/2024 | 2023 |
| MATHEUS VINICIUS DE BRITO BALIEIRO | 110564767PR | 131 | 153014731D001 | 24 | 12/04/2024 | 2023 |
| PALOMA BATISTA DE FRANCA | 10.437.211-2PR | 107 | 153014731D001 | 19 | 11/04/2024 | 2023 |
| PALOMA GEISIANE SOUSA OLIVEIRA | 143703355PR | 108 | 153014731D001 | 19 | 11/04/2024 | 2023 |
| PATRICIA DA SILVA DOS SANTOS | 103323029PR | 109 | 153014731D001 | 19 | 11/04/2024 | 2023 |
| PAULA MICHELE NOVAIS | 4506258GO | 110 | 153014731D001 | 19 | 11/04/2024 | 2023 |
| PRISCILA LAIOLA | 105094582PR | 111 | 153014731D001 | 20 | 11/04/2024 | 2023 |
| RAIMUNDA PEREIRA DOS SANTOS E SILVA | 160212691PR | 132 | 153014731D001 | 24 | 12/04/2024 | 2023 |
| RIGEILLA REGINA DO NASCIMENTO DA SILVA | 100519704PR | 133 | 153014731D001 | 24 | 12/04/2024 | 2023 |
| RITA DE CASSIA DOS SANTOS | 86183544PR | 134 | 153014731D001 | 24 | 12/04/2024 | 2023 |
| SILVANA MARIANO DA SILVA IZALTINO | 150889014PR | 135 | 153014731D001 | 24 | 12/04/2024 | 2023 |
| SIMONE DE LIMA | 417603010SP | 136 | 153014731D001 | 25 | 12/04/2024 | 2023 |
| SIRLENE FERNANDES | 76715114PR | 137 | 153014731D001 | 25 | 12/04/2024 | 2023 |
| TAIANE EMANUELE CARVALHO ESCALIANTE | 124700981PR | 138 | 153014731D001 | 25 | 12/04/2024 | 2023 |
| TAMIRES DE ALMEIDA DE MATOS | 1156063TO | 139 | 153014731D001 | 25 | 12/04/2024 | 2023 |
| VANESSA MOURA DA SILVA | 133267786PR | 112 | 153014731D001 | 20 | 11/04/2024 | 2023 |
| VERONICA GOMES DAS NEVES | 100566559PR | 140 | 153014731D001 | 25 | 12/04/2024 | 2023 |

MARINGA, 19 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): MARGARETH APARECIDA SOUZA HARTKOPF

Nº Ato do(a) Secretário(a): Port. nº Nº 00137

Nome do(a) Diretor(a): EDILSON APARECIDO LIBERATO

Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 03364

**39659/2024**

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1420 - 19/04/2024

Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002

Código do Município: 690

Nome do Município: CURITIBA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Código do Estabelecimento: 25617
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS UNITEC
Nome do Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS

| Nome do Aluno | RG | N° Reg. | Livro | Folha | Dt. Registro | Conclusão |
|---|---|---|---|---|---|---|
| BIANCA BARBOSA MACHADO PEREIRA | 144174020PR | 34 | 069025617D003 | 6 | 18/04/2024 | 2023 |
| OLGA MENEZES BORGES | 292204553SP | 35 | 069025617D003 | 6 | 18/04/2024 | 2023 |

CURITIBA, 19 de Abril de 2024.
Nome do(a) Secretário(a): WESLLEY JUVENAL CASTRO MATIAS
Nº Ato do(a) Secretário(a): 20/2023 - 08/12/2023
Nome do(a) Diretor(a): LUIZ FELIPE DZIEDRICKI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 06/2014 Data Ato: 13/05/2014

**39632/2024**

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1422 - 19/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 25617
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS UNITEC
Nome do Curso: E T N M-ENFERM DO TRAB ET AS

| Nome do Aluno | RG | N° Reg. | Livro | Folha | Dt. Registro | Conclusão |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ROSANA DE SOUSA ARAÚJO | 0341714120079MA | 312 | 069025617C002 | 39 | 12/04/2024 | 2024 |
| ROSANA FRANCISCA DA CRUZ JULIO | 073287369RJ | 435 | 069025617C002 | 63 | 16/04/2024 | 2024 |
| ROSANGELA GARCIA DA SILVA | 94173710PR | 436 | 069025617C002 | 64 | 16/04/2024 | 2024 |
| ROSELI VIERO | 151423094PR | 458 | 069025617C002 | 68 | 17/04/2024 | 2024 |
| ROSEMERE PINTO NAVEGANTE | 3372387PA | 459 | 069025617C002 | 68 | 17/04/2024 | 2024 |
| ROSIANE DE MOURA CORREIA ASSUNÇÃO | 17476683MG | 460 | 069025617C002 | 68 | 17/04/2024 | 2024 |
| RUBENS LEANDRO DE MOURA | 19847772MG | 462 | 069025617C002 | 69 | 17/04/2024 | 2024 |
| RUI MENDES DE OLIVEIRA | 4606224GO | 463 | 069025617C002 | 69 | 17/04/2024 | 2024 |
| SALETE ROMEIRE KINTOPE | 56618554PR | 464 | 069025617C002 | 69 | 17/04/2024 | 2024 |
| SARA CRISTINA ALVES MORAIS PEREIRA | 17940610MG | 396 | 069025617C002 | 56 | 16/04/2024 | 2024 |
| SARA OLIVEIRA PEREZ MUNHOZ | 467122842SP | 439 | 069025617C002 | 64 | 16/04/2024 | 2024 |
| SELMA DOS SANTOS KIRSTEN | 260660AC | 465 | 069025617C002 | 69 | 17/04/2024 | 2024 |
| SHWYANY TAYZ DOS SANTOS | 64105354XSP | 398 | 069025617C002 | 56 | 16/04/2024 | 2024 |
| SILVANA FERREIRA DA SILVA | 73407591PR | 440 | 069025617C002 | 64 | 16/04/2024 | 2024 |
| SIMONE APARECIDA DE SOUZA | 14711086MG | 466 | 069025617C002 | 70 | 17/04/2024 | 2024 |
| SIRLEIDE PEREIRA DOS SANTOS | 1595505ES | 467 | 069025617C002 | 70 | 17/04/2024 | 2024 |
| SIRLENE FERREIRA DIAS | 167664797SP | 313 | 069025617C002 | 39 | 12/04/2024 | 2024 |
| SOLANGE AGUIAR ALVES BITTENCOURT | 283129037SP | 476 | 069025617C002 | 72 | 17/04/2024 | 2024 |
| SOLANGE SOUZA DE AGUIAR | 16141304MG | 468 | 069025617C002 | 70 | 17/04/2024 | 2024 |
| SUÉLEN MACEDO IGNÁCIO | 520008091SP | 400 | 069025617C002 | 56 | 16/04/2024 | 2024 |
| TAINARA DE SOUZA BRITO | 1159483RO | 469 | 069025617C002 | 70 | 17/04/2024 | 2024 |
| TÂMALA CYNARA GOMES DO CARMO | 034970242008MA | 470 | 069025617C002 | 70 | 17/04/2024 | 2024 |
| TATIANE ALVES PEREIRA DE LIMA | 331902503SP | 477 | 069025617C002 | 72 | 17/04/2024 | 2024 |
| TAYANE DA SILVA COSTA | 16591637MG | 314 | 069025617C002 | 39 | 12/04/2024 | 2024 |
| THAÍS LELLIS CANTUARIO | 5821472GO | 471 | 069025617C002 | 71 | 17/04/2024 | 2024 |
| THAÍS PAULA ANDRADE MINEIRO DE ASSIS | 0205215023RJ | 478 | 069025617C002 | 72 | 17/04/2024 | 2024 |
| THALIA DE SOUSA | 387030542SP | 472 | 069025617C002 | 71 | 17/04/2024 | 2024 |
| THÁTILA GOMES DA SILVA | 2009010444917CE | 473 | 069025617C002 | 71 | 17/04/2024 | 2024 |
| THAYSSA KARINA GOMES DE MEDEIROS | 3346530RN | 479 | 069025617C002 | 72 | 17/04/2024 | 2024 |
| THAYS ZUMACH | 130888976PR | 332 | 069025617C002 | 43 | 12/04/2024 | 2024 |
| VALDIRENE DE CARVALHO | 308978808 SP | 333 | 069025617C002 | 43 | 12/04/2024 | 2024 |
| VALQUIRIA ADRIANA SILVA | 275261050SP | 480 | 069025617C002 | 72 | 17/04/2024 | 2024 |
| VANESSA DA MATA SOARES | 102926560PR | 474 | 069025617C002 | 71 | 17/04/2024 | 2024 |
| VICENTE DE PAULA RODRIGUES SILVA | 221002996SP | 481 | 069025617C002 | 73 | 17/04/2024 | 2024 |
| VICTORIA VALESKA KLEIN | 109281816PR | 315 | 069025617C002 | 39 | 12/04/2024 | 2024 |
| VIRGINIA APARECIDA SANTOS SILVA | 18308381MG | 475 | 069025617C002 | 71 | 17/04/2024 | 2024 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| WARLEN DIAS | 13481818MG | 482 | 069025617C002 | 73 | 17/04/2024 | 2024 |
| WILDES DA SILVA DE LIMA | 37014870AL | 402 | 069025617C002 | 57 | 16/04/2024 | 2024 |
| WILLIAN EVAIR OLIVEIRA DA SILVA | 134474620PR | 316 | 069025617C002 | 40 | 12/04/2024 | 2024 |
| YANKA MARIA COSTA RIBEIRO | 16143808MG | 483 | 069025617C002 | 73 | 17/04/2024 | 2024 |
| MÁRCIA DIAS MARQUES CORDEIRO | 46279298PR | 365 | 069025617C002 | 49 | 16/04/2024 | 2024 |
| MARCIA RODRIGUES BISCAIA | 73210453PR | 369 | 069025617C002 | 50 | 16/04/2024 | 2024 |
| MARGUERITA DE CÁSSIA RANGEL SOARES | 20444363MG | 303 | 069025617C002 | 37 | 12/04/2024 | 2024 |
| MARIA AMANDA DOS SANTOS LUCIO | 440562478SP | 371 | 069025617C002 | 51 | 16/04/2024 | 2024 |
| MARIA CRISTINA SOUSA SANTANA | 0422582271BA | 304 | 069025617C002 | 37 | 12/04/2024 | 2024 |
| MARIA ELIANE MEDEIROS RIBEIRO | 24407907MG | 305 | 069025617C002 | 37 | 12/04/2024 | 2024 |
| MARIA GILVANIA SILVA DE LIMA | 254602472SP | 451 | 069025617C002 | 67 | 17/04/2024 | 2024 |
| MARIA LUÍSA ZARATE KARLSON DELGADO TEIXEIRA | 1875671MS | 372 | 069025617C002 | 51 | 16/04/2024 | 2024 |
| MARIANA GREGORIO DE SOUZA | 255720716RJ | 454 | 069025617C002 | 67 | 17/04/2024 | 2024 |
| MARIA NAZARÉ DE MORAES | 12528919MT | 452 | 069025617C002 | 67 | 17/04/2024 | 2024 |
| MARIA NAZARÉ DE MORAES | 12528919MT | 453 | 069025617C002 | 67 | 17/04/2024 | 2024 |
| MARIA OTAVIANA PEREIRA DE ARAÚJO | 002599721RN | 306 | 069025617C002 | 38 | 12/04/2024 | 2024 |
| MARILENE ARAÚJO DO NASCIMENTO | 9733971PA | 307 | 069025617C002 | 38 | 12/04/2024 | 2024 |
| MARILENE LUIZ DOS SANTOS | 14006924MG | 455 | 069025617C002 | 67 | 17/04/2024 | 2024 |
| MARINEI JESUS SILVA | 28578979XSP | 456 | 069025617C002 | 68 | 17/04/2024 | 2024 |
| MARISTELA GOMES DO NASCIMENTO DE JESUS | 410568223SP | 373 | 069025617C002 | 51 | 16/04/2024 | 2024 |
| MARLUCE COSTA PINTO DA SILVA | 08989079 MT | 330 | 069025617C002 | 42 | 12/04/2024 | 2024 |
| MARTINA STEFI MATHEUS BUHNEMANN | 416039418SP | 374 | 069025617C002 | 51 | 16/04/2024 | 2024 |
| MATHEUS CONCEIÇÃO PORTELA | 7965267PA | 457 | 069025617C002 | 68 | 17/04/2024 | 2024 |
| MATHEUS DE FARIA JUSTO | 233447333RJ | 407 | 069025617C002 | 58 | 16/04/2024 | 2024 |
| MAYARA DOS SANTOS RAMOS | 1383828083BA | 308 | 069025617C002 | 38 | 12/04/2024 | 2024 |
| MAYKON JUNIOR PEREIRA DO AMARAL | 18526110MT | 376 | 069025617C002 | 52 | 16/04/2024 | 2024 |
| MICHELE APARECIDA FERNANDES VEDOVATI | 102285085PR | 410 | 069025617C002 | 58 | 16/04/2024 | 2024 |
| MICHELE BARBOSA MACHADO | 20687819MG | 411 | 069025617C002 | 59 | 16/04/2024 | 2024 |
| MICHELLE CHRISTINE PINTO FERREIRA | 394908910SP | 331 | 069025617C002 | 43 | 12/04/2024 | 2024 |
| MILENA SIQUEIRA AVELINO RAMOS | 393293749SP | 413 | 069025617C002 | 59 | 16/04/2024 | 2024 |
| MILENE WANDEMBRUCK BISCOTTO | 132522804PR | 378 | 069025617C002 | 52 | 16/04/2024 | 2024 |
| MILLA CAETANO DOS SANTOS | 21624678MG | 309 | 069025617C002 | 38 | 12/04/2024 | 2024 |
| NADMA ALVES RODRIGUES | 20980983MG | 380 | 069025617C002 | 52 | 16/04/2024 | 2024 |
| NAIARA CAROLINA GOMES APOLINARIO | 18223698MG | 415 | 069025617C002 | 59 | 16/04/2024 | 2024 |
| NAIARA DE FREITAS RELIQUIAS | 001579150MS | 417 | 069025617C002 | 60 | 16/04/2024 | 2024 |
| NATACHA OTAVIANO BRASIL | 44426971XSP | 420 | 069025617C002 | 60 | 16/04/2024 | 2024 |
| NATHALIA RIBEIRO MOTA DA SILVA | 504069007SP | 381 | 069025617C002 | 53 | 16/04/2024 | 2024 |
| NAYARA DO ROSÁRIO BORGES DE JESUS | 5805546GO | 383 | 069025617C002 | 53 | 16/04/2024 | 2024 |
| NAYELLI KAROLINE GONSALVES DE LARA | 146364497PR | 422 | 069025617C002 | 61 | 16/04/2024 | 2024 |
| NEIDE KUBIAK DA SILVA | 62045396PR | 385 | 069025617C002 | 53 | 16/04/2024 | 2024 |
| PAULA LETÍCIA DA CUNHA SCURBANI | 294500923SP | 386 | 069025617C002 | 54 | 16/04/2024 | 2024 |
| PAULO RODRIGO SILVA SANTOS | 29224870SE | 423 | 069025617C002 | 61 | 16/04/2024 | 2024 |
| RAFAELA AFONSO TEIXEIRA | 531208734SP | 310 | 069025617C002 | 38 | 12/04/2024 | 2024 |
| RAFAELA DOS SANTOS FALCONIER | 423141144SP | 388 | 069025617C002 | 54 | 16/04/2024 | 2024 |
| RAFAEL HENRIQUE GOMES | 473401551SP | 425 | 069025617C002 | 61 | 16/04/2024 | 2024 |
| RAIANE RAMOS MENDES | 18257362MG | 427 | 069025617C002 | 62 | 16/04/2024 | 2024 |
| RAQUEL DA SILVEIRA BATISTA | 288514375RJ | 390 | 069025617C002 | 54 | 16/04/2024 | 2024 |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| RAQUEL DONIZETTI DA COSTA | 40594049SP | 428 | 069025617C002 | 62 | 16/04/2024 | 2024 |
| RENATA PAULA FERNANDES MARCHIONE | 417110431SP | 431 | 069025617C002 | 63 | 16/04/2024 | 2024 |
| RENATA SAMARA DE OLIVEIRA SOUZA | 142184060PR | 393 | 069025617C002 | 55 | 16/04/2024 | 2024 |
| RENATA ZABINI DE OLIVEIRA | 53547992XSP | 433 | 069025617C002 | 63 | 16/04/2024 | 2024 |
| REYSHELA ISADORA SANTANA | 508504569SP | 434 | 069025617C002 | 63 | 16/04/2024 | 2024 |
| RITA DE CÁSSIA APARECIDA PEREIRA | 457136054SP | 394 | 069025617C002 | 55 | 16/04/2024 | 2024 |
| RONALDO SOBRINHO DO NASCIMENTO | 2135324418BA | 311 | 069025617C002 | 39 | 12/04/2024 | 2024 |
| JOSIANE KROIN | 109126403PR | 414 | 069025617C002 | 59 | 16/04/2024 | 2024 |
| JOSIANE MOREIRA PAUL | 79770396PR | 322 | 069025617C002 | 41 | 12/04/2024 | 2024 |
| JOSIANE RODRIGUES DA COSTA | 461851179SP | 416 | 069025617C002 | 60 | 16/04/2024 | 2024 |
| JOYCE DE FATIMA RIBEIRO CHAVES | 2090475DF | 323 | 069025617C002 | 41 | 12/04/2024 | 2024 |
| JOZIKLEIA SOUSA DE OLIVEIRA ECKE | 15674916MT | 418 | 069025617C002 | 60 | 16/04/2024 | 2024 |
| JUCEMARA DE ASSUMPÇÃO OLIVEIRA | 147145926PR | 324 | 069025617C002 | 41 | 12/04/2024 | 2024 |
| JULCILÉA HENTGES | 5064769218RS | 292 | 069025617C002 | 35 | 12/04/2024 | 2024 |
| JUSSARA FELIPE BATISTA DA SILVA | 10996774MG | 293 | 069025617C002 | 35 | 12/04/2024 | 2024 |
| JUSTINA BRIÃO LISBÔA DE FREITAS | 1089668568RS | 419 | 069025617C002 | 60 | 16/04/2024 | 2024 |
| JUVENIL ALVES DOS SANTOS FILHO | 10084509MG | 406 | 069025617C002 | 58 | 16/04/2024 | 2024 |
| KARLA CAROLINE CORRÊA DA SILVA | 24718548AM | 421 | 069025617C002 | 61 | 16/04/2024 | 2024 |
| KAROLINA MIRANDA | 422528171PR | 424 | 069025617C002 | 61 | 16/04/2024 | 2024 |
| KAROLINE BERNDT | 7673897SC | 325 | 069025617C002 | 41 | 12/04/2024 | 2024 |
| KATIA ESTELA DE PAULA | 65582182XSP | 426 | 069025617C002 | 62 | 16/04/2024 | 2024 |
| KAUANA TAINA DA SILVA PRZYBYTOWICZ | 131876203PR | 429 | 069025617C002 | 62 | 16/04/2024 | 2024 |
| KEITTMILLER FIDELIZ JUSTINO | 45266164XSP | 294 | 069025617C002 | 35 | 12/04/2024 | 2024 |
| KELLY DAYANE GONÇALVES AMARAL | 6079701PA | 430 | 069025617C002 | 62 | 16/04/2024 | 2024 |
| KELLY KRYSTYNAH MACIEL SILVA | 6235783 GO | 295 | 069025617C002 | 35 | 12/04/2024 | 2024 |
| KETHELEN PÂMELA GOMES PAZ | 307846915RJ | 432 | 069025617C002 | 63 | 16/04/2024 | 2024 |
| KIMBERLY MARCHESINE FERREIRA DA COSTA | 128539905PR | 326 | 069025617C002 | 42 | 12/04/2024 | 2024 |
| KIZI DE SOUZA DE LIMA | 100306484PR | 437 | 069025617C002 | 64 | 16/04/2024 | 2024 |
| LARISSA AQUINO NERI | 20985016MG | 438 | 069025617C002 | 64 | 16/04/2024 | 2024 |
| LARISSA GONÇALVES DAS CHAGAS | 147460120PR | 296 | 069025617C002 | 36 | 12/04/2024 | 2024 |
| LARYSSA REGLY DA COSTA | 215537713RJ | 297 | 069025617C002 | 36 | 12/04/2024 | 2024 |
| LARYSSA SANTANA SOARES | 3642561DF | 298 | 069025617C002 | 36 | 12/04/2024 | 2024 |
| LAUANE CAMPELO MOREIRA | 24519080MG | 441 | 069025617C002 | 65 | 16/04/2024 | 2024 |
| LEDIANE DE JESUS SILVA ANJOS | 41512494SP | 442 | 069025617C002 | 65 | 16/04/2024 | 2024 |
| LENICE MARIA CASAGRANDE DAL ZOT | 21345295SC | 443 | 069025617C002 | 65 | 16/04/2024 | 2024 |
| LETICIA NETO DE FREITAS | 449323791SP | 327 | 069025617C002 | 42 | 12/04/2024 | 2024 |
| LETICIA SANTOS SOBRADIEL | 445866864SP | 328 | 069025617C002 | 42 | 12/04/2024 | 2024 |
| LIDIANE ROCHA TAVARES | 1323442979BA | 329 | 069025617C002 | 42 | 12/04/2024 | 2024 |
| LILIANE KARLA DA SILVA | 00981055150SC | 444 | 069025617C002 | 65 | 16/04/2024 | 2024 |
| LORENA ROCHA DE MATOS COELHO | 12163614PE | 354 | 069025617C002 | 47 | 15/04/2024 | 2024 |
| LORENA TOSTA PEREIRA | 402260430SP | 445 | 069025617C002 | 65 | 16/04/2024 | 2024 |
| LUANA MARIA DE OLIVEIRA CRUZ | 10404322PE | 299 | 069025617C002 | 36 | 12/04/2024 | 2023 |
| LUANA SANTOS RIBEIRO | 143416984PR | 355 | 069025617C002 | 47 | 15/04/2024 | 2024 |
| LUCIANA CHAVES BEZERRA | 100372762PR | 356 | 069025617C002 | 48 | 15/04/2024 | 2024 |
| LUCIANA PEREIRA RODRIGUES | 7509517GO | 357 | 069025617C002 | 48 | 15/04/2024 | 2024 |
| LUCIELE PIRES ARCE | 7102363715RS | 358 | 069025617C002 | 48 | 16/04/2024 | 2024 |
| LUDMILA CAMPOS SIMÕES | 5673332GO | 300 | 069025617C002 | 36 | 12/04/2024 | |
| LUDMILA EVELYN ANANIAS | 488298416SP | 446 | 069025617C002 | 66 | 16/04/2024 | 2024 |
| LUIS PHILIPE DO NASCIMENTO MENAGUALE | 19550896MG | 447 | 069025617C002 | 66 | 16/04/2024 | 2024 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| LUIZA STROMBECK MESSIAS CUSTÓDIO | 396911262SP | 360 | 069025617C002 | 48 | 16/04/2024 | 2024 |
| MAICO CLEBER GOMES | 123469747SP | 361 | 069025617C002 | 49 | 16/04/2024 | 2024 |
| MAIRA FERREIRA DA SILVA | 41472799XSP | 301 | 069025617C002 | 37 | 12/04/2024 | 2024 |
| MARA CÍNTIA CARDOSO DE FARIAS | 2535215DF | 448 | 069025617C002 | 66 | 16/04/2024 | 2024 |
| MARCELEM ALMEIDA DE OLIVEIRA | 211527239RJ | 363 | 069025617C002 | 49 | 16/04/2024 | 2024 |
| MARCELO ABDON GOMES DOS SANTOS | 8665516PE | 449 | 069025617C002 | 66 | 17/04/2024 | 2024 |
| MARCELO MENDES GREGORY | 094673340RJ | 450 | 069025617C002 | 66 | 17/04/2024 | 2024 |
| MARCELO PEREIRA | 9329127PE | 302 | 069025617C002 | 37 | 12/04/2024 | 2024 |
| GABRIELA ALVES SA TELES | 594320872SP | 234 | 069025617C002 | 23 | 11/04/2024 | 2024 |
| GABRIELLE DO NASCIMENTO GABRIEL | 145504090PR | 347 | 069025617C002 | 46 | 15/04/2024 | 2024 |
| GARDENE VIEIRA DA SILVA | 750878TO | 272 | 069025617C002 | 31 | 11/04/2024 | 2024 |
| GERLANI MARIA DA SILVA SANTOS | 9308148PE | 236 | 069025617C002 | 24 | 11/04/2024 | 2024 |
| GÉSSICA CARLA LIMA SANTOS | 1163497274BA | 348 | 069025617C002 | 46 | 15/04/2024 | 2024 |
| GEZINÉIA ROSA DA SILVA | 1722674DF | 377 | 069025617C002 | 52 | 16/04/2024 | 2024 |
| GILVANDA DE JESUS RODRIGUES FERREIRA | 327885265RJ | 379 | 069025617C002 | 52 | 16/04/2024 | 2024 |
| GIOVANA RIBEIRO DOS SANTOS | 139643941PR | 278 | 069025617C002 | 32 | 12/04/2024 | 2024 |
| GIOVANI DOS SANTOS CALDEIRA | 455985856SP | 279 | 069025617C002 | 32 | 12/04/2024 | 2024 |
| GIOVANNA LOPES DOS SANTOS | 380906296SP | 382 | 069025617C002 | 53 | 16/04/2024 | 2024 |
| GISELE GERALDA DA SILVA VIEIRA | 13522929MG | 241 | 069025617C002 | 25 | 11/04/2024 | 2024 |
| GISELLE BEZERRA DA SILVA | 671631172SP | 280 | 069025617C002 | 32 | 12/04/2024 | 2024 |
| GISELLE MARIA DOS SANTOS SILVA | 11589569PE | 281 | 069025617C002 | 33 | 12/04/2024 | 2024 |
| GIULIA STEFHANIE DE OLIVEIRA SANTANA | 392638800SP | 349 | 069025617C002 | 46 | 15/04/2024 | 2024 |
| GLADYS REGINA HOFFMANN SENA | 81614180PR | 384 | 069025617C002 | 53 | 16/04/2024 | 2024 |
| GLEICE FERNANDA DE SOUSA CAMARGO | 408893011SP | 288 | 069025617C002 | 34 | 12/04/2024 | 2024 |
| GRAZIELE RODRIGUES DOS SANTOS BATISTA HINÇA | 91614685PR | 408 | 069025617C002 | 58 | 16/04/2024 | 2024 |
| HYGOR ZANQUETI SOARES | 405808161SP | 350 | 069025617C002 | 46 | 15/04/2024 | 2024 |
| IAGDA FLAVIANE SIQUEIRA DA SILVA | 16501714MG | 387 | 069025617C002 | 54 | 16/04/2024 | 2024 |
| INDIARA DE FREITAS MELLO | 129816435RJ | 389 | 069025617C002 | 54 | 16/04/2024 | 2024 |
| IRENE APARECIDA DE OLIVEIRA MAULONI | 93229622PR | 283 | 069025617C002 | 33 | 12/04/2024 | 2024 |
| ISABEL DA SILVA CIRINO MACHADO | 34659649XSP | 289 | 069025617C002 | 34 | 12/04/2024 | 2024 |
| ISABELLA CASTRO DE LARA | 131703953PR | 243 | 069025617C002 | 25 | 11/04/2024 | 2024 |
| ISACK SILVA DOS SANTOS | 139650050PR | 285 | 069025617C002 | 33 | 12/04/2024 | 2024 |
| ISADORA CRISTINA DE ANDRADE | 20654088MG | 246 | 069025617C002 | 26 | 11/04/2024 | 2024 |
| IVANA GOMES | 2499028DF | 286 | 069025617C002 | 34 | 12/04/2024 | 2024 |
| IZABELA BERENICE DA SILVA | 73172098PR | 249 | 069025617C002 | 26 | 11/04/2024 | 2024 |
| IZADORA FERNANDES ALBERNAZ | 20557903MG | 391 | 069025617C002 | 55 | 16/04/2024 | 2024 |
| JACIRA ELEN ALMEIDA CARMONA | 1091152RO | 392 | 069025617C002 | 55 | 16/04/2024 | 2024 |
| JACQUELINE MORAIS DA SILVA | 418691885SP | 290 | 069025617C002 | 34 | 12/04/2024 | 2024 |
| JANAINA DE SOUZA BORGES | 301798831RJ | 251 | 069025617C002 | 27 | 11/04/2024 | 2024 |
| JANAINA RAMALHO BARBOSA | 15542793MT | 317 | 069025617C002 | 40 | 12/04/2024 | 2024 |
| JANETE CRISTINA KRUEGER DALCIN | 3755370SC | 318 | 069025617C002 | 40 | 12/04/2024 | 2024 |
| JANIL JANE LUZ | 43222546PR | 319 | 069025617C002 | 40 | 12/04/2024 | 2024 |
| JANKARLA EDUARDA DA SILVA MATOS | 1491920459BA | 395 | 069025617C002 | 55 | 16/04/2024 | 2024 |
| JAQUELINE FERNANDES EMEDIATO | 23925504MG | 397 | 069025617C002 | 56 | 16/04/2024 | 2024 |
| JEAN PIERRE IBRAHIM | 174269511SP | 399 | 069025617C002 | 56 | 16/04/2024 | 2024 |
| JÉSSICA APARECIDA BARTELLI | 127810281PR | 351 | 069025617C002 | 47 | 15/04/2024 | 2024 |
| JESSICA APARECIDA DE VASCONCELOS | 34524297XSP | 291 | 069025617C002 | 35 | 12/04/2024 | 2024 |
| JESSICA CHRISTINE DOS SANTOS | 136270915PR | 320 | 069025617C002 | 40 | 12/04/2024 | 2024 |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| JÉSSICA FERNANDA DOS SANTOS OLIVEIRA QUARESMA | 488290351SP | 401 | 069025617C002 | 57 | 16/04/2024 | 2024 |
| JÉSSICA RITHELLY ALVES BARCELOS | 5596230GO | 252 | 069025617C002 | 27 | 11/04/2024 | 2024 |
| JESSICA SILVA DE SOUSA | 124995710PR | 321 | 069025617C002 | 41 | 12/04/2024 | 2024 |
| JOÃO AUGUSTO ALVES | 396294820SP | 403 | 069025617C002 | 57 | 16/04/2024 | 2024 |
| JOCIANE APARECIDA SANTOS | 87914313PR | 404 | 069025617C002 | 57 | 16/04/2024 | 2024 |
| JOÉLHA DOS REIS ALMEIDA DE NOVAIS | 102285727PR | 253 | 069025617C002 | 27 | 11/04/2024 | 2024 |
| JOICE VENTURA RODRIGUES | 504074180SP | 405 | 069025617C002 | 57 | 16/04/2024 | 2024 |
| JOSÉ FRANCISCO CARDOSO PEDROSA | 1198336TO | 409 | 069025617C002 | 58 | 16/04/2024 | 2024 |
| JOSÉ HUGO DA SILVA REIS | 594486579SP | 412 | 069025617C002 | 59 | 16/04/2024 | 2024 |
| JOSÉ LUCAS MARTINS DE SOUSA RIBEIRO | 2004099116085CE | 352 | 069025617C002 | 47 | 15/04/2024 | 2024 |
| CLARICE SOKOLEKI CORDEIRO SILVA | 96379323PR | 212 | 069025617C002 | 19 | 11/04/2024 | 2024 |
| CLARICE THAYSA MARIA DA SILVA | 10015346PE | 339 | 069025617C002 | 44 | 15/04/2024 | 2024 |
| CLAUDIANA BRAGA FERREIRA | 8527531MG | 267 | 069025617C002 | 30 | 11/04/2024 | 2024 |
| CLEICION AGUIAR DE AQUINO | 3675527PA | 362 | 069025617C002 | 49 | 16/04/2024 | 2024 |
| CLEIDIANE PEREIRA DOS SANTOS | 69214996XSP | 213 | 069025617C002 | 19 | 11/04/2024 | 2024 |
| CLEUTIANE ALVES DA SILVA | 0664990720180MA | 214 | 069025617C002 | 19 | 11/04/2024 | 2024 |
| CRISTINA LIMA VALE | 270283626SP | 215 | 069025617C002 | 19 | 11/04/2024 | 2024 |
| DAIANE HELENA FELISBERTO GOSS | 568345320SP | 270 | 069025617C002 | 30 | 11/04/2024 | 2024 |
| DANIELA MALIZIA KRAMBERGER | 16635883MG | 216 | 069025617C002 | 20 | 11/04/2024 | 2024 |
| DANIELA MENDONÇA BARBOSA | 45202822XSP | 217 | 069025617C002 | 20 | 11/04/2024 | 2024 |
| DANIELE DE LIMA DA SILVA NASCIMENTO | 002520181RN | 340 | 069025617C002 | 44 | 15/04/2024 | 2024 |
| DANIÉLY MENDES DE MORAES | 154966072PR | 218 | 069025617C002 | 20 | 11/04/2024 | 2024 |
| DANYELLE ITAYNARA DA SILVA SANTOS MURIJO | 101170314PR | 364 | 069025617C002 | 49 | 16/04/2024 | 2024 |
| DARDIELE FERREIRA CRUZ LIMA | 19980812MG | 219 | 069025617C002 | 20 | 11/04/2024 | 2024 |
| DAYANE FERNANDES DO NASCIMENTO | 12813668MG | 273 | 069025617C002 | 31 | 12/04/2024 | 2024 |
| DEBORAH WEND SOUSA SANTOS SILVA | 8930346PA | 366 | 069025617C002 | 50 | 16/04/2024 | 2024 |
| DULCIANA GARRIDO OLIVEIRA | 23938587 AM | 274 | 069025617C002 | 31 | 12/04/2024 | 2024 |
| EDGÊNIA CARMEN TEIXEIRA GUERRA | 2001561RN | 341 | 069025617C002 | 45 | 15/04/2024 | 2024 |
| EDILAINE CORREIA DA SILVA | 349991947SP | 275 | 069025617C002 | 31 | 12/04/2024 | 2024 |
| EDUARDA FRANCINE DE BRAGA REICHER | 7350702SC | 256 | 069025617C002 | 28 | 11/04/2024 | 2024 |
| ELAÍNY CRISTINY SILVA DE CARVALHO SOUZA | 7262059PA | 342 | 069025617C002 | 45 | 15/04/2024 | 2024 |
| ELEN CRISTINA DA SILVA | 558043975SP | 259 | 069025617C002 | 28 | 11/04/2024 | 2024 |
| ELEN ROSE GOMES DE FRANÇA | 297440056SP | 276 | 069025617C002 | 32 | 12/04/2024 | 2024 |
| ELIANA CAETANO FONSECA | 12981639MG | 220 | 069025617C002 | 20 | 11/04/2024 | 2024 |
| ELIANE MARIA DA SILVA GOMES | 9317174PE | 261 | 069025617C002 | 29 | 11/04/2024 | 2024 |
| ELINAIANE NARA PINHEIRO DA SILVA LIRA | 10080490AC | 265 | 069025617C002 | 29 | 11/04/2024 | 2024 |
| ELISÂNGELA DOS SANTOS LIMA | 18592521MG | 343 | 069025617C002 | 45 | 15/04/2024 | 2024 |
| ELISÂNGELA RODRIGUES DO NASCIMENTO | 121955819RJ | 367 | 069025617C002 | 50 | 16/04/2024 | 2024 |
| ELISON SOUZA DA SILVA | 448757AP | 266 | 069025617C002 | 30 | 11/04/2024 | 2024 |
| EMANUELE DE SIQUEIRA WANDERLEY | 7278966PE | 277 | 069025617C002 | 32 | 12/04/2024 | 2024 |
| EMANUELY VICTÓRIA BARBOSA DIEZ | 301128385RJ | 282 | 069025617C002 | 33 | 12/04/2024 | 2024 |
| ÉRICA ANGELITA PROCOPIO | 62881615PR | 222 | 069025617C002 | 21 | 11/04/2024 | 2024 |
| ERIDAN CONCEIÇÃO DOS SANTOS | 0322808073RS | 344 | 069025617C002 | 45 | 15/04/2024 | 2024 |
| ERIKA LUANNA ALVES SANTOS | 16254266 MG | 268 | 069025617C002 | 30 | 11/04/2024 | 2024 |
| ESCARLET BRASILIO DOS SANTOS | 400358062SP | 223 | 069025617C002 | 21 | 11/04/2024 | 2024 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ESTELA DAS NEVES GAMA | 1882166ES | 368 | 069025617C002 | 50 | 16/04/2024 | 2024 |
| FABIANA DE CASSIA PAVORE | 4946438GO | 284 | 069025617C002 | 33 | 12/04/2024 | 2024 |
| FABIANA FERREIRA SANTANA | 15977452 MG | 345 | 069025617C002 | 45 | 15/04/2024 | 2024 |
| FABIOLA ZAKALUCHEN | 108321920PR | 353 | 069025617C002 | 47 | 15/04/2024 | 2024 |
| FELIPE RODRIGO TOMAZ BARBOSA | 529382684SP | 225 | 069025617C002 | 21 | 11/04/2024 | 2024 |
| FERNANDO GOMES OLIVEIRA | 392696447SP | 287 | 069025617C002 | 34 | 12/04/2024 | 2024 |
| FLAVIANE PAULA KURPIEL | 78359080PR | 226 | 069025617C002 | 22 | 11/04/2024 | 2024 |
| FLÁVIA VAZ DOMINGUES | 428937251SP | 269 | 069025617C002 | 30 | 11/04/2024 | 2024 |
| FRANCIELE CRISTINA MOURA CECILIO DUARTE | 556630890SP | 370 | 069025617C002 | 50 | 16/04/2024 | 2024 |
| FRANCIELE MARA RIBEIRO | 98840770PR | 228 | 069025617C002 | 22 | 11/04/2024 | 2024 |
| FRANCIELY APARECIDA DE ALMEIDA PEREIRA | 19853728 MG | 229 | 069025617C002 | 22 | 11/04/2024 | 2024 |
| FRANCISCA DAMARIS RODRIGUES DE SOUSA | 20075652565CE | 346 | 069025617C002 | 46 | 15/04/2024 | 2024 |
| FRANÇOEL SOUZA DUARTE | 6827118PA | 271 | 069025617C002 | 31 | 11/04/2024 | 2024 |
| FRANSUELE CRISTINA LIMA | 4320404SC | 232 | 069025617C002 | 23 | 11/04/2024 | 2024 |
| GABRIELA ALVES DOS SANTOS | 547198401SP | 375 | 069025617C002 | 51 | 16/04/2024 | 2024 |
| ADRIANA CRISTINA DA CUNHA | 225996431SP | 188 | 069025617C002 | 14 | 10/04/2024 | 2024 |
| ADRIANA LEONARTSIK | 45243842PR | 189 | 069025617C002 | 14 | 10/04/2024 | 2024 |
| ADRIANE RODRIGUES DE JESUS MIRANDA | 81860602PR | 190 | 069025617C002 | 14 | 10/04/2024 | 2024 |
| AGRETE DOS SANTOS MACÊDO MARQUES | 14485532AM | 191 | 069025617C002 | 15 | 10/04/2024 | 2024 |
| ALANE MOREIRA SILVARES DE JESUS | 563120526ES | 192 | 069025617C002 | 15 | 10/04/2024 | 2024 |
| ALESSANDRA GOMES GONÇALVES AGUIAR | 340063099SP | 193 | 069025617C002 | 15 | 10/04/2024 | 2024 |
| ALESSANDRA SARAIVA RIBEIRO | 2409322DF | 194 | 069025617C002 | 15 | 10/04/2024 | 2024 |
| ALEXANDRA SALGUEIROSA | 374374533SP | 195 | 069025617C002 | 15 | 10/04/2024 | 2024 |
| ALINE LAENE DE SOUZA MARTINS | 6381064PA | 196 | 069025617C002 | 16 | 10/04/2024 | 2024 |
| AMANDA CRISTINA DA SILVA | 130326030PR | 230 | 069025617C002 | 22 | 11/04/2024 | 2024 |
| AMANDA DE OLIVEIRA SILVA FRANÇA | 5857035GO | 231 | 069025617C002 | 23 | 11/04/2024 | 2024 |
| AMANDA MARQUES MARINHO | 426370946SP | 197 | 069025617C002 | 16 | 10/04/2024 | 2024 |
| AMANDA NARA DE SIQUEIRA MELO | 99078324PR | 199 | 069025617C002 | 16 | 10/04/2024 | 2024 |
| ANAALICE SIMÃO FRANCISCO MATOS | 20791673MG | 233 | 069025617C002 | 23 | 11/04/2024 | 2024 |
| ANA CAROLINA DA SILVA ALBERTO MARTINS | 17182914MG | 200 | 069025617C002 | 16 | 10/04/2024 | 2024 |
| ANA CAROLINA SOARES SILVA | 6485973GO | 235 | 069025617C002 | 23 | 11/04/2024 | 2024 |
| ANA CLARA JÚLIA PAIVA | 19071042MG | 255 | 069025617C002 | 27 | 11/04/2024 | 2024 |
| ANA JACIELE DOS SANTOS LEMMO | 599535040SP | 237 | 069025617C002 | 24 | 11/04/2024 | 2024 |
| ANA LILIA MARTINS DINIS | 24763504MG | 201 | 069025617C002 | 17 | 10/04/2024 | 2024 |
| ANA LUCIA DE ARAUJO CANDIDO | 501882303SP | 238 | 069025617C002 | 24 | 11/04/2024 | 2024 |
| ANA LUSIA DIAS DOS SANTOS | 2085093485BA | 257 | 069025617C002 | 28 | 11/04/2024 | 2024 |
| ANA PAULA BEJE SANTOS | 146678491PR | 202 | 069025617C002 | 17 | 10/04/2024 | 2024 |
| ANA PAULA DE OLIVEIRA FERREIRA | 11715270MG | 334 | 069025617C002 | 43 | 15/04/2024 | 2024 |
| ANA PAULA DOS SANTOS SOUZA | 482145511 SP | 239 | 069025617C002 | 24 | 11/04/2024 | 2024 |
| ANA PAULA ROSA DE OLIVEIRA | 17135064MG | 203 | 069025617C002 | 17 | 10/04/2024 | 2024 |
| ANA PAULA SERAFIM DE MENEZES | 352043386SP | 258 | 069025617C002 | 28 | 11/04/2024 | 2024 |
| ANA ROSA CARDOSO CÂMARA | 0130679720006MA | 240 | 069025617C002 | 24 | 11/04/2024 | 2024 |
| ANDERSON CLAYTON CRUZ | 10377378MG | 204 | 069025617C002 | 17 | 10/04/2024 | 2024 |
| ANDRÉA FAGUNDES DE SIQUEIRA BLASIO | 309208130SP | 205 | 069025617C002 | 17 | 10/04/2024 | 2024 |
| ANDRESSA APARECIDA VALVERDE MENDONÇA | 402011880SP | 242 | 069025617C002 | 25 | 11/04/2024 | 2024 |
| ANDRESSA CONCEIÇÃO MENDES GOMES | 293234589RJ | 260 | 069025617C002 | 28 | 11/04/2024 | 2024 |
| ANDRESSA CRISTIANE TALAMINI RIBEIRO | 64375911PR | 206 | 069025617C002 | 18 | 10/04/2024 | 2024 |
| ANDRESSA DOS SANTOS | 420025868SP | 207 | 069025617C002 | 18 | 10/04/2024 | 2024 |
| ANDREUS MIRANDA RIBEIRO | 14298599MG | 208 | 069025617C002 | 18 | 10/04/2024 | 2024 |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ANNE ESTHER DAMASCENO DOS REIS | 19273186MG | 244 | 069025617C002 | 25 | 11/04/2024 | 2024 |
| ANTONIO CAMILO SILVA DO ROSARIO | 6718046PA | 245 | 069025617C002 | 25 | 11/04/2024 | 2024 |
| BEATRIZ BATISTA RUFINO BARBOZA | 145322057PR | 262 | 069025617C002 | 29 | 11/04/2024 | 2024 |
| BIANCA PACHECO CONCEIÇÃO | 1543654754BA | 263 | 069025617C002 | 29 | 11/04/2024 | 2024 |
| BRENDO WASHINGTON PENA PONTES | 3765751ES | 247 | 069025617C002 | 26 | 11/04/2024 | 2024 |
| BRUNA CAROLINE DE CAMPOS | 138885496PR | 248 | 069025617C002 | 26 | 11/04/2024 | 2024 |
| BRUNA MATHEUS FRANÇA SAMPAIO | 559248271SP | 250 | 069025617C002 | 26 | 11/04/2024 | 2024 |
| CAMILA APARECIDA SOARES ROCHEL | 422765053SP | 209 | 069025617C002 | 18 | 11/04/2024 | 2024 |
| CAMILA DE FÁTIMA SANTANA PICKLER VENTURY | 128358420PR | 210 | 069025617C002 | 18 | 11/04/2024 | 2024 |
| CARINE RIBEIRO SILVA SANTOS | 18490379MG | 211 | 069025617C002 | 19 | 11/04/2024 | 2024 |
| CARLA REGINA RODRIGUES DOS SANTOS | 1053264386 RS | 335 | 069025617C002 | 43 | 15/04/2024 | 2024 |
| CAROLINE LISBOA SANTOS BARBOSA | 560515078SP | 336 | 069025617C002 | 44 | 15/04/2024 | 2024 |
| CÍNTIA DAS MERCÊS SILVA | 15074547MG | 254 | 069025617C002 | 27 | 11/04/2024 | 2024 |
| CLARA LUIZA DOS SANTOS FERMIANO | 258260721RJ | 264 | 069025617C002 | 29 | 11/04/2024 | 2024 |
| CLARA SOUZA DE CARVALHO SILVA | 1206173823BA | 337 | 069025617C002 | 44 | 15/04/2024 | 2024 |
| CLARIANA SCHMIDT FERNANDES | 343201902SP | 338 | 069025617C002 | 44 | 15/04/2024 | 2024 |

CURITIBA, 19 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): WESLLEY JUVENAL CASTRO MATIAS
Nº Ato do(a) Secretário(a): 20/2023 - 08/12/2023
Nome do(a) Diretor(a): LUIZ FELIPE DZIEDRICKI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 06/2014 Data Ato: 13/05/2014

**39681/2024**

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1418 - 19/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 1530
Nome do Município: MARINGA
Código do Estabelecimento: 14716
Nome do Estabelecimento: JUSCELINO K OLIVEIRA, C E-EF M PROFIS
Nome do Curso: TEC EM SEG DO TRABALHO-S ET S

| Nome do Aluno | RG | N° Reg. | Livro | Folha | Dt. Registro | Conclusão |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CLAUDETE PEREIRA DOS SANTOS FERREIRA | 104317200PR | 32 | 153014716D001 | 7 | 10/04/2024 | 2020 |
| GISELE CASAGRANDE DE LIMA | 86087529PR | 36 | 153014716D001 | 8 | 17/04/2024 | 2020 |
| LARISSA TOMBINI | 87347370PR | 37 | 153014716D001 | 8 | 17/04/2024 | 2020 |
| LEANDRO FERREIRA DA CUNHA | 128272500PR | 33 | 153014716D001 | 7 | 10/04/2024 | 2020 |
| MARIA CILENE DA SILVA BEZERRA | 334849524SP | 34 | 153014716D001 | 7 | 10/04/2024 | 2020 |
| RAIMUNDO PEREIRA LEITE | 68008824PR | 35 | 153014716D001 | 7 | 10/04/2024 | 2020 |

MARINGA, 19 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): EDUARDO SENEDEZE LEMES
Nº Ato do(a) Secretário(a): Res. nº Nº 01225
Nome do(a) Diretor(a): MARCIA CELESTINO NESI
Nº Ato do(a) Diretor(a): Res. nº Nº 01569

**39490/2024**

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 1417 - 19/04/2024
Em atendimeno ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: CURITIBA
Código do Estabelecimento: 24376
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS DEMOCRATA
Nome do Curso: TEC EM TRANSACOES IMOB-S ET GN

| Nome do Aluno | RG | N° Reg. | Livro | Folha | Dt. Registro | Conclusão |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CLAUDIA LIMA | 284528092SP | 315 | 069024376D002 | 63 | 17/04/2024 | 2022 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| EDUARDO MACHADO | 22138820PR | 316 | 069024376D002 | 64 | 17/04/2024 | 2024 |
| FELÍCIA ALMEIDA DE CAMPOS | 68482860PR | 317 | 069024376D002 | 64 | 17/04/2024 | 2024 |
| GENOIR SANTO ZANELA | 41845546PR | 318 | 069024376D002 | 64 | 17/04/2024 | 2024 |
| ISABELLA ENGLER RIBAS | 109778273PR | 319 | 069024376D002 | 64 | 17/04/2024 | 2024 |
| LUCIA HELENA BORSZCZ | 100631768PR | 320 | 069024376D002 | 64 | 17/04/2024 | 2024 |

CURITIBA, 19 de Abril de 2024.

Nome do(a) Secretário(a): HOMERO QUADROS FILHO
Nº Ato do(a) Secretário(a): Nº Ato: 006/2013 Data Ato: 07/11/2013
Nome do(a) Diretor(a): KAROLYNE ROSÁRIO GOLAZ
Nº Ato do(a) Diretor(a): Nº Ato: 05/2014 Data Ato: 12/02/2014

**39474/2024**

---

**RESOLUÇÃO N.º 2140/2024 – GS/SEED**

**Súmula**: Designa servidores para compor a Comissão de Apuração do Núcleo Regional de Educação

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, com fundamento na Lei Estadual n° 21.648, de 25 de setembro de 2023, na Resolução n.º 8.835/2023 – GS/SEED, de 19 de dezembro de 2023, Resolução n.º 599 de 07 de fevereiro de 2024, bem como ao contido do Protocolado n.º 21.218.771-2,

**R E S O L V E:**

**Art. 1.º** Designar Laura Patrícia Lopes, RG n.º 6.280.XXX-0/PR Chefe do Núcleo Regional de Educação de Curitiba; Daniele de Cássia Amadeu Ricieri, RG n.º 6.339. XXX-3/PR, e Maria Isabel Moutinho Branco, RG n.º 5.8222.XXX-8/PR, todas em exercício no Núcleo Regional de Educação de Curitiba, para, sob a presidência da primeira nominada comporem a Comissão do Núcleo Regional de Educação, para apurar possível descumprimento das competências previstas na Resolução 8835/2023 – GS/SEED, pelos servidores: Daniel de Paula Neves Sousa, RG n.º 7.817.XXX-3/PR, Professor do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01, no exercício da função de Diretor; Rozangela Barbosa de Sales, RG n.º 4.185.XXX-3/PR, pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01, no exercício da função de Diretora Auxiliar, ambos lotados no Colégio Estadual Lúcia Bastos, jurisdicionado do Núcleo Regional de Curitiba**,** nos anos letivos de 2021 – 2024;

**Art. 2.º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

**João Luiz Giona Junior**
**Decreto nº. 7.309/2023 – GS/SEED**
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**39470/2024**

**RESOLUÇÃO N.º 2141/2024 - GS/SEED**

**Súmula:** Substitui membros da Comissão de Apuração.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais e, considerando o contido no protocolado n.º 21.128.848-5,

**R E S O L V E:**

**Art. 1.º** Designar, Karlla Simone Antunes Pereira**,** RG n.º 6.002.XXX-6/PR, servidora em exercício no Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul, em substituição à servidora Mirian Teixeira de Oliveira, RG n.º 3.225.XXX-0/PR, membro da Comissão de Apuração, designada pela Resolução n.º 929/2024 – GS/SEED.

**Art. 2.º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

João Luiz Giona Junior
**Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED**
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**39463/2024**

**RESOLUÇÃO N.º 2142/2024 - GS/SEED**

**Súmula:** Instaura Sindicância PSS.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 21.483.337-9,

**R E S O L V E:**

**Art. 1.º** Designar Roseli Botelho Perandré, RG n°. 5.691.XXX-5/PR, José Ricardo Matiussi, RG n°. 4.997.XXX-6/PR e Cláudia Milene Posso Moreno**,** RG n°. 6.132.XXX-2/PR, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Goioerê, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta da servidora Aparecida Rodrigues da Silva Cavecchia, RG n.º 7.612.XXX-0/PR, pedagoga, contratada pelo Processo Seletivo Simplificado – PSS, por, supostamente, infringir o art. 279, inciso IV e VI e o art. 285, inciso XI da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, bem como os preceitos éticos do magistério, previstos no art. 5.º, nos incisos V e VII, da Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1976.

**Art. 2.º** A servidora, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 291, incisos I e II, c/c art. 293, inciso I e II, da Lei Estadual n° 6.174/70, bem como o art. 17, da Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, e inciso I da cláusula nona, do Contrato de Trabalho, sendo cabível, portanto, rescisão contratual.

**Art. 3.º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

João Luiz Giona Junior
**Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED**
**Delegação de Competência ao Diretor-Geral**

**39465/2024**

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**
**DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 07/2024 SEED**
**Protocolo: 21.912.675-1**

1. Com fundamento no inciso II do Artigo 75 da Lei Federal n.º 14.113/2021 e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, c/c a Informação n.º 674/2024 – SEED/ASS TEC e o Despacho n.º 81/2024 – NAS/SL, **DISPENSO** o procedimento licitatório para contratação direta da empresa **ANTONIO JOSÉ CORREA LTDA** (JKAJ Materiais Elétricos Ltda.), CNPJ n.º 49.183.496/0001-75, objetivando à aquisição de lâmpadas "...para atender as demandas provenientes da mudança da SEED para a nova sede".

2. **AUTORIZO**, com amparo do disposto no art. 1.º, § 3.º e 5.º do Decreto Estadual n.º 4.189/2016, cumprido as formalidades legais, a realização da despesa supracitada no valor total de **R$ 33.836,60** (trinta e três mil e oitocentos e trinta e seis reais e sessenta centavos).

Curitiba, 18 de abril de 2023.
João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral/SEED, por Delegação
De Competência Res.7.309/2023 GS/SEED

**39548/2024**

**RESOLUÇÃO N.º 2.006/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 02/2014, 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.169.024-0,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Cessar, definitivamente, as atividades escolares do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Zayde do Amaral Linsingen, situado na Rua Alexandre Zbysuawiecki, s/n, do Município de São Mateus do Sul, NRE União da Vitória, com a oferta da Educação Infantil.

**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3733/2016, de 02/09/2016, com vigência até 17/10/2026.

**§ 2º** Houve cessação temporária pelo Ato Administrativo n.º 190/2021, de 22/12/2021, no período de 01/01/2022 a 31/12/2023.

**Art. 2º** Revogar, a partir de 01/01/2022, a Resolução n.º 3984/2011, de 06/09/2011, que credenciou a instituição de ensino para a oferta da Educação Básica e a autorização para o funcionamento da oferta citada no Art. 1º, ficando extinta a referida instituição.

**Art. 3º** Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, do mesmo Município.

**Art. 4º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
**Graziele Andriola**
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.007/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.617.655-3,

**RESOLVE:**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

**Art. 1º** Cessar, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Curso Técnico em Publicidade – Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, a Distância, no Colégio Irmão Mario Cristóvão – TECPUC – Ensino Médio e Profissional, situado na Rua Imaculada Conceição, 1155, do Município e NRE de Curitiba.
**Parágrafo único:** A instituição de ensino é mantida pela Associação Paranaense de Cultura e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução n.º 3499/2019, de 05/09/2019, com vigência até 09/10/2026.
**Art. 2º** Revogar, a partir de 01/01/2024, a Resolução n.º 2973/2021, de 07/07/2021, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.
**Art. 3º** Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
**Art. 4º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.008/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2016, 12/2021, e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 555/2023, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.291.300-6,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Reviver – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Rua José Iastrenski, do Município de Campina do Simão, NRE de Guarapuava.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5545/2016, de 13/12/2016, com vigência até 31/12/2026.
**§ 2º** A autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1879/2019, de 20/05/2019, com vigência até 07/06/2024.
**§ 3º** A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 08/06/2024 até 07/06/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 07/06/2029.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 10 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.009/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014, 12/2021, e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 491/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 20.636.712-1,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para o funcionamento da Educação Infantil, da Escola Paulo Fogaça – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Rua São Francisco, 300, do Município de Jundiaí do Sul, NRE de Jacarezinho.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5031/2017, de 28/09/2017, com vigência até 31/12/2026.
**§ 2º** A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5012/2020, de 11/12/2020, com vigência até 31/12/2023.
**§ 3º** A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.015/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 04/2021, 12/2021 e o Parecer n.º 33/2024 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.566.980-9,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Professora Maria da Graça Siqueira Silva e Lima – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Bernardino Lemos, 326, do Município de Araucária, NRE da Área Metropolitana Sul.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5345/2022, de 30/08/2022, com vigência até 08/04/2031.
**§ 2º** A última renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental foi concedida pela Resolução n.º 5346/2022, de 30/08/2022, com vigência até 08/04/2024.
**§ 3º** A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 09/04/2024 a 08/04/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
**Art. 2º** Renovar o reconhecimento do Ensino Médio da instituição citada no Art. 1º.
**§ 1º** A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5346/2022, de 30/08/2022, com vigência até 31/12/2023.
**§ 2º** A renovação do reconhecimento do ensino é concedida excepcionalmente, no período de 01/01/2024 a 08/04/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
**Art. 3º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.017/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 461/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.125.373-8,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Bom Jesus – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua da Liberdade, 423, do Município de Mandirituba, NRE da Área Metropolitana Sul.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1451/2023, de 14/03/2023, com vigência até 31/12/2024.
**§ 2º** A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 3282/2017, de 26/07/2017, com vigência até 31/12/2020.
**§ 3º** A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.018/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 480/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.251.136-6,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Júlio Nerone – Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida Bom Jesus, 1316, do Município de Campo Largo, NRE da Área Metropolitana Sul.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6044/2022, de 23/09/2022, com vigência até 15/08/2031.
**§ 2º** A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 238/2020, de 16/01/2020, com vigência até 31/12/2023.
**§ 3º** A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.019/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 570/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.043.557-3,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Classe Especial Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal do Campo Cecília Meireles – Ensino Fundamental, situada na Rua Mato Grosso, 758, do Município de Iguatu, NRE de Cascavel.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1228/2018 de 21/03/2018 com vigência até 13/11/2027.
**§ 2º** A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 1429/2017, de 04/04/2017, com vigência até 31/12/2020
**§ 3º** A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.020/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 529/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.158.628-1

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para funcionamento de 01(uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Levino Jorge Weidmann – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Rui Barbosa, 1031, do Município de Santa Tereza do Oeste, NRE de Cascavel.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 483/2018, de 05/02/2018, com vigência até 17/02/2027.
**§ 2º** A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 1426/2017, de 04/04/2017, com vigência até 31/12/2020.
**§ 3º** A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.024/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 660/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 19.403.896-8,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal Coronel Rogério Borba – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Ari Borba Carneiro, 927, do Município de Reserva, NRE de Telêmaco Borba.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 203/2017, de 19/01/2017, com vigência até 04/11/2026.
**§ 2º** A última renovação da autorização para funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 4696/2020, de 01/12/2020, com vigência até 31/12/2022.
**§ 3º** A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2023 até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.025/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 659/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 20.643.745-6,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Menino Deus, situado na Rua Domingos Bonin, 134, do Município de Curiúva, NRE de Telêmaco Borba.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5865/2021, de 02/12/2021, com vigência até 31/12/2026.
**§ 2º** A última renovação da autorização para funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 4576/2021, de 29/09/2021, com vigência até 31/12/2023.
**§ 3º** A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.026/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 514/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.256.805-8,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para funcionamento de 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Presidente Arthur da Costa e Silva – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Alameda Quatro, 648, do Município de Mariópolis, NRE de Pato Branco.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1031/2022, de 14/03/2022, com vigência até 23/11/2032.
**§ 2º** A última renovação das autorizações para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 563/2019, de 13/02/2019, com vigência até 01/03/2024.
**§ 3º** A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 01/03/2029.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.027/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 520/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.288.451-0,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Estadual do Campo José de Anchieta – Ensino Fundamental, situada na Avenida XV de Novembro, s/n, do Município de São João, NRE de Pato Branco.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5108/2022, de 23/08/2022, com vigência até 31/12/2024.
**§ 2º** A autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 3221/2018, de 11/07/2018, com vigência até 26/07/2023.
**§ 3º** A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 26/07/2028.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.028/2024 – GS/SEED**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 591/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.889.100-4,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Vinícius de Moraes – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Pica Pau, 343, do Município e NRE de Campo Mourão.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 688/2018, de 22/02/2018, com vigência até 06/05/2028.
**§ 2º** A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.029/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 658/2024, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 20.830.342-2,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Centro Municipal de Educação Infantil Vó Erna, situado na Rua Dr. Francisco Beltrão, 866, do Município de Coronel Vivida, NRE de Pato Branco.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2290/2013, de 16/05/2013, com vigência até 20/05/2018.
**§ 2º** A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 20/05/2018 até 20/05/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do credenciamento 180 (cento e oitenta) dias antes de 20/05/2028.
**Art. 2º** Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil da instituição citada no Art. 1º.
**§ 1º** A autorização para funcionamento da Educação Infantil para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos foi concedida pela Resolução n.º 2290/2013, de 16/05/2013, com vigência até 20/05/2016.
**§ 2º** A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida até o final do ano de 2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.
**Art. 3º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.030/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 09/2002, 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 612/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 22.004.391-6,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Estadual Indígena Jykre Tãg – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada no Trevo de Mangueirinha, do Município de Chopinzinho, NRE de Pato Branco.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5568/2023, de 18/08/2023, com vigência até 06/11/2027.
**§ 2º** A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.031/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 540/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 20.939.250-0,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Maria Aparecida Medeiros – Ensino Fundamental, situada na Rua Rocha Pombo, 143, do Município de Engenheiro Beltrão, NRE de Campo Mourão.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4482/2020, de 25/11/2020, com vigência até 06/02/2026.
**§ 2º** A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 1263/2017, de 29/03/2017, com vigência até 31/12/2020.
**§ 3º** A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.032/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 609/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.841.367-6,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual do Campo Nilo Peçanha – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Mauá, 25, do Município e NRE de Ivaiporã.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3621/2017, de 09/08/2017, com vigência até 19/07/2027.
**§ 2º** A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.033/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 610/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.739.409-0,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Presidente Kennedy – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Prefeito Roberto Miguel Guedert, 100, do Município de Ariranha do Ivaí e NRE de Ivaiporã.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 482/2017, de 21/02/2017, com vigência até 23/04/2027.
**§ 2º** A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.034/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 569/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.405.110-9,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área das altas habilidades/superdotação, no Colégio Estadual Cívico-Militar José de Mattos Leão – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Osmario Coutinho de Castro, 803, do Município de São João do Ivaí, NRE de Ivaiporã.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, que obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2816/2022, de 25/05/2022, com vigência até 31/12/2032.
**§ 2º** A autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 5786/2018, de 10/12/2018, com vigência até 04/01/2024.
**§ 3º** A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 04/01/2029.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**39827/2024**

**RESOLUÇÃO N.º 2.035/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 581/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.426.155-3,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para funcionamento de 02 (duas) Salas de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Estadual Cívico-Militar Nereu Ramos – Ensino Fundamental, situada na Rua Oscar Lopes Munhoz, 852, no Município de Manoel Ribas, NRE de Ivaiporã.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, que obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7350/2023, de 18/10/2023, com vigência até 31/12/2029.
**§ 2º** A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 2728/2019, de 18/07/2019, com vigência até 01/04/2024.
**§ 3º** A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 01/04/2029.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.036/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 528/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.294.561-7,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Ary Borba Carneiro – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua João Correia dos Santos, 206, do Município de Cândido de Abreu, NRE de Ivaiporã.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3655/2019, de 23/09/2019, com vigência até 31/10/2028.
**§ 2º** A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 2727/2019, de 18/07/2019, com vigência até 31/03/2024.
**§ 3º** A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/03/2029.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.038/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 587/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.500.193-8,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Autorizar o funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, no Colégio Estadual Cívico-Militar Érico Veríssimo – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Noruega, 340, do Município de Cambé, NRE de Londrina.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 669/2020, de 09/03/2020, com vigência até 01/02/2028.
**§ 2º** A autorização para o funcionamento da modalidade é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.039/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 131/2023, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.381.733-7,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Adequar, a partir de 09/11/2023, a denominação das Instituições de Ensino, do Município de Tijucas do Sul, NRE da Área Metropolitana Sul, mantidas pela Prefeitura Municipal, que possuem os credenciamentos e as renovações concedidos por Resoluções Secretariais e apresentadas no protocolado, em atendimento às normativas vigentes.
**§ 1º** A adequação da denominação está amparada na Decreto n.º 4736/2023, de 07/11/2023.
**§ 2º** A adequação é concedida para as instituições abaixo relacionadas:
1) Escola Rural Municipal Professor Francisco da Rocha Camargo Sobrinho – Ensino Fundamental para Escola Municipal do Campo Professor Francisco da Rocha Camargo Sobrinho – Ensino Fundamental.
2) Escola Municipal Professora Leovanil Camargo – Ensino Fundamental para Escola Municipal do Campo Professora Leovanil Camargo – Ensino Fundamental.
3) Escola Rural Municipal Afonso Pena – Educação Infantil e Ensino Fundamental para Escola Municipal do Campo Afonso Pena – Educação Infantil e Ensino Fundamental.
4) Escola Rural Municipal Tomé de Souza – Educação Infantil e Ensino Fundamental para Escola Municipal do Campo Tomé de Souza – Educação Infantil e Ensino Fundamental.
5) Escola Rural Municipal Ermínio Cardoso – Educação Infantil e Ensino Fundamental para Escola Municipal do Campo Ermínio Cardoso – Educação Infantil e Ensino Fundamental.
6) Escola Rural Municipal Presidente Médici – Educação Infantil e Ensino Fundamental para Escola Municipal do Campo Presidente Médici – Educação Infantil e Ensino Fundamental.
7) Escola Rural Municipal Emiliano Perneta – Educação Infantil e Ensino Fundamental para Escola Municipal do Campo Emiliano Perneta – Educação Infantil e Ensino Fundamental.
8) Escola Rural Municipal Manoel Ribas – Educação Infantil e Ensino Fundamental para Escola Municipal do Campo Manoel Ribas – Educação Infantil e Ensino Fundamental.
9) Escola Rural Municipal João Maria Claudino – Educação Infantil e Ensino Fundamental para Escola Municipal do Campo João Maria Claudino – Educação Infantil e Ensino Fundamental.
10) Escola Rural Municipal Deputado Leopoldo Jacomel – Educação Infantil e Ensino Fundamental para Escola Municipal do Campo Deputado Leopoldo Jacomel – Educação Infantil e Ensino Fundamental.
**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

**RESOLUÇÃO N.º 2.040/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 108/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.307.533-2,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Meio Ambiente – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Centro Estadual de Educação Profissional de Fazenda Rio Grande Erotides Ângelo Nichele, situado na Rua Pinhão, s/n, esquina com a Rua Xingu, 1172, no Município de Fazenda Rio Grande, NRE da Área Metropolitana Sul.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 1579/2019, de 23/04/2019, com vigência até 07/03/2029.
**§ 2º** O reconhecimento do curso foi concedido pela Resolução n.º 69/2019, de 29/01/2019, com vigência até 05/10/2023.
**§ 3º** A renovação do reconhecimento é pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 06/10/2023 a 05/10/2028. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.041/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 04/2021, 12/2021 e o Parecer n.º 134/2024 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.356.748-9,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual Dom Pedro II – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Vicente Nalepa, 3800, do Município de Campo Largo, NRE da Área Metropolitana Sul.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2683/2017, de 26/06/2017, com vigência até 24/02/2027.
**§ 2º** A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 683/2020, de 09/03/2020, com vigência até 21/05/2024.
**§ 3º** A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 22/05/2024 a 21/05/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.042/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 551/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.052.305-7,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para funcionamento de 03 (três) Classes Especiais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Arnaldo Busato – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Brasil, 1540, do Município de Fazenda Rio Grande, NRE da Área Metropolitana Sul.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1456/2023, de 14/03/2023, com vigência até 31/12/2031.
**§ 2º** A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 3283/2017, de 26/07/2017, com vigência até 31/12/2020.
**§ 3º** A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.043/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 02/2016, 10/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 550/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.166.265-4,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para o funcionamento da Ensino Fundamental – Fase I, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, presencial, da Escola Edvair José Leme de Campos – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade Educação Especial, situada na Estrada de Cataduvas, 3680, do Município de Araucária, NRE da Área Metropolitana Sul.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3687/2017, de 10/08/2017, com vigência até 31/12/2026.
**§ 2º** A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 6172/2021, de 15/12/2021, com vigência até 31/12/2023.
**§ 3º** A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, no período de 01/01/2024 até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 2.044/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 549/2024, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 21.341.586-7,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Sala de Recursos Multifuncionais, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, na Escola Municipal Santa Maria – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Fortaleza, 651, do Município de Fazenda Rio Grande, NRE da Área Metropolitana Sul.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5963/2023, de 28/08/2023, com vigência até 31/12/2031.
**§ 2º** A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 3282/2017, de 26/07/2017, com vigência até 31/12/2020.
**§ 3º** A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
**Art. 2º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de abril de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

**RESOLUÇÃO N.º 562/2024 – GS/SEED**

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2014, 12/2021 e o Parecer n.º 639/2023 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 16.116.072-5,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Autorizar o funcionamento da Educação Infantil para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos, no Centro Municipal de Educação Infantil Ana Jacinta Teixeira, situado na Rua Mário Sécolo, 95, no Município e NRE de Cianorte.
**§ 1º** A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 10/2024, de 02/01/2024, com vigência até 12/01/2034.
**§ 2º** A autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 01/01/2024. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2028.
**Art. 2º** Regularizar, excepcionalmente, a autorização para funcionamento da Educação Infantil, desde 2015.

**Art. 3º** Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de fevereiro de 2024.

*assinado eletronicamente*
Graziele Andriola
**Diretora de Planejamento e Gestão Escolar**

Republicar por conter incorreção

**39831/2024**

## *FUNDEPAR*

**PORTARIA N.º 101/2024-FUNDEPAR**

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270 de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n. º 18.418 de 29/12/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n. º 6.972 de 29 de maio 2017,

**RESOLVE**

**Art. 1.º** Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente e o protocolo **16.059.349-0**, atuarem como gestores e fiscais do Contrato n.º 099/2024 – FUNDEPAR, celebrado com a empresa INCORPORADORA GRAN-PARA LTDA., para a Obra de Ampliação no Colégio Estadual Pinheiro do Paraná, do Município de Curitiba.

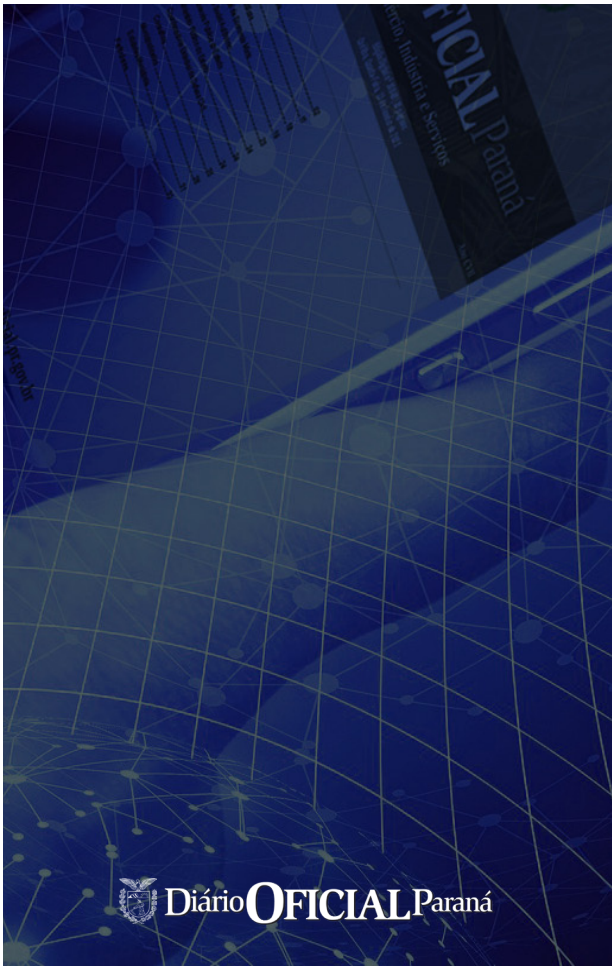
I - Gestor Titular Laura Patrícia Lopes – RG 6.XXX.055-0 e suplente: Joel Santos Bandeira– RG 4.XXX.629-8;

II - Fiscal Titular: Sérgio Luiz Soto – CREA/PR 31032/D; e Suplente: Jean Duarte Farias - CREA/PR 189771/D, ambos pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério-QPM.

**Art. 2º**. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Publique-se. Anote-se.

**Eliane Teruel Carmona**
Diretora Presidente
FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023

**39881/2024**






Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

# Secretaria da Fazenda

**PORTARIA Nº 84 DTE/SEFA, de 18 de Abril de 2024**

O DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Atribuir as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do mês de Abril de 2024, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes são as constantes do anexo I.

Art. 2º. Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC ESPECIAL" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.04.00, 3.3.90.08.00, 3.3.90.14.00, 3.3.90.15.00, 3.3.90.34.00, 3.3.90.46.00, 3.3.90.48.00, 3.3.90.49.00, 3.3.91.41.00 e 3.3.91.97.00.

Art. 3° Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC - SERVIÇOS" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.39.43, 3.3.90.39.44, 3.3.90.39.47, 3.3.90.40.04, 3.3.90.40.05, 3.3.90.47.01 e 3.3.90.47.08.

Art. 4º. Os valores das Cotas Financeiras destinadas ao atendimento das espécies "2", "3", e "4", com exceção daquelas especificadas nos artigos 2º e 3º retro, estão alocados na coluna "Demais Espécies" desta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 18 de Abrilde 2024.

**Marcos Buarque Montenegro**
Diretor do Tesouro Estadual

**ANEXO I**
**Estabelece Cota**

**ANEXO À PORTARIA Nº 84**

| ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior<br>UNIDADE GESTORA 453100 | | | |
|---|---|---|---|
| **Fonte** | **3 - Outras Despesas Correntes** | **Total** | **N. do Processo** |
| 500 | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 2024FF000083 |
| **Total** | | **3.000.000,00** | |

**39543/2024**

**PORTARIA Nº 85 DTE/SEFA, de 19 de Abril de 2024**

O DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Atribuir as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do mês de Abril de 2024, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes são as constantes do anexo I.

Art. 2º. Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC ESPECIAL" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.04.00, 3.3.90.08.00, 3.3.90.14.00, 3.3.90.15.00, 3.3.90.34.00, 3.3.90.46.00, 3.3.90.48.00, 3.3.90.49.00, 3.3.91.41.00 e 3.3.91.97.00.

Art. 3° Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC - SERVIÇOS" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.39.43, 3.3.90.39.44, 3.3.90.39.47, 3.3.90.40.04, 3.3.90.40.05, 3.3.90.47.01 e 3.3.90.47.08.

Art. 4º. Os valores das Cotas Financeiras destinadas ao atendimento das espécies "2", "3", e "4", com exceção daquelas especificadas nos artigos 2º e 3º retro, estão alocados na coluna "Demais Espécies" desta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 19 de Abrilde 2024.

**Marcos Buarque Montenegro**
Diretor do Tesouro Estadual

**ANEXO I**
**Estabelece Cota**

**ANEXO À PORTARIA Nº 85**

| ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior<br>UNIDADE GESTORA 453100 | | | |
|---|---|---|---|
| **Fonte** | **3 - Outras Despesas Correntes** | **Total** | **N. do Processo** |
| 500 | 50.000,00 | 50.000,00 | 2024FF000084 |
| **Total** | | **50.000,00** | |

**39761/2024**

**PORTARIA Nº 86 DTE/SEFA, de 19 de Abril de 2024**

O DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Atribuir as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do mês de Abril de 2024, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes são as constantes do anexo I.

Art. 2º. Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC ESPECIAL" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.04.00, 3.3.90.08.00, 3.3.90.14.00, 3.3.90.15.00, 3.3.90.34.00, 3.3.90.46.00, 3.3.90.48.00, 3.3.90.49.00, 3.3.91.41.00 e 3.3.91.97.00.

Art. 3° Os valores das Cotas Financeiras estipulados na coluna "ODC - SERVIÇOS" desta Portaria são aqueles referentes às seguintes naturezas de despesa: 3.3.90.39.43, 3.3.90.39.44, 3.3.90.39.47, 3.3.90.40.04, 3.3.90.40.05, 3.3.90.47.01 e 3.3.90.47.08.

Art. 4º. Os valores das Cotas Financeiras destinadas ao atendimento das espécies "2", "3", e "4", com exceção daquelas especificadas nos artigos 2º e 3º retro, estão alocados na coluna "Demais Espécies" desta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 19 de Abrilde 2024.

**Marcos Buarque Montenegro**
Diretor do Tesouro Estadual

**ANEXO I**
**Estabelece Cota**

**ANEXO À PORTARIA Nº 86**

ÓRGÃO 15 - Casa Militar
UNIDADE GESTORA 150000

| Fonte | 3 - Outras Despesas Correntes | Total | N. do Processo |
|---|---|---|---|
| 500 | 587.000,00 | 587.000,00 | 2024FF000085 |
| **Total** | | **587.000,00** | |

ÓRGÃO 61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
UNIDADE GESTORA 610000

| Fonte | 3 - Outras Despesas Correntes | Total | N. do Processo |
|---|---|---|---|
| 761 | 12.000.000,00 | 12.000.000,00 | 2024FF000085 |
| **Total** | | **12.000.000,00** | |

ÓRGÃO 69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
UNIDADE GESTORA 693100

| Fonte | 4 - Investimentos | Total | N. do Processo |
|---|---|---|---|
| 754 | 1.838.447,58 | 1.838.447,58 | 2024FF000085 |
| **Total** | | **1.838.447,58** | |

ÓRGÃO 59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
UNIDADE GESTORA 590000

| Fonte | 3 - Outras Despesas Correntes | Total | N. do Processo |
|---|---|---|---|
| 500 | 150.000,00 | 150.000,00 | 2024FF000085 |
| **Total** | | **150.000,00** | |

ÓRGÃO 61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
UNIDADE GESTORA 616700

| Fonte | 3 - Outras Despesas Correntes | Total | N. do Processo |
|---|---|---|---|
| 761 | 10.000.000,00 | 10.000.000,00 | 2024FF000085 |
| **Total** | | **10.000.000,00** | |

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 453100

| Fonte | 3 - Outras Despesas Correntes | Total | N. do Processo |
|---|---|---|---|
| 500 | 100.000,00 | 100.000,00 | 2024FF000085 |
| **Total** | | **100.000,00** | |

ÓRGÃO 37 - Secretaria de Estado do Turismo
UNIDADE GESTORA 370000

| Fonte | 3 - Outras Despesas Correntes | Total | N. do Processo |
|---|---|---|---|
| 500 | 2.000.000,00 | 2.000.000,00 | 2024FF000085 |
| **Total** | | **2.000.000,00** | |

ÓRGÃO 23 - Secretaria de Estado do Planejamento
UNIDADE GESTORA 233000

| Fonte | 3 - Outras Despesas Correntes | Total | N. do Processo |
|---|---|---|---|
| 500 | 28.734,00 | 28.734,00 | 2024FF000085 |
| **Total** | | **28.734,00** | |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:
PORTARIA N. 58 DE 16/04/2024
ORGAO - RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
RETIFICAR A PORTARIA N. 73 DE 03/05/2023 DE LICENÇA ESPECIAL DE
NEIVALDO POLONIO, R.G. 30899270, LF 1 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTES VALORES:
FRUIÇÃO PERIODO AQUISITIVO
12/6/2023 A 30/4/2024 10/6/2000 A 9/6/2019

**37836/2024**

**PROTOCOLO Nº** : 21.238.720-7

**INTERESSADO** : Cristiane Aparecida Freitas

**ASSUNTO** : Concessão de regime de Teletrabalho

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**

**DESPACHO Nº 692/2024-SEFA/GS**

Ciente;

Trata o presente expediente de Protocolo inaugurado através do **Formulário de Manifestação de Interesse do Servidor** (mov. 4), por meio do qual a interessada solicitou a concessão de regime de teletrabalho;

Através do **DESPACHO Nº 2061/2023-SEFA/GS** (mov. 12), este Secretário de Estado da Fazenda autorizou a concessão de regime de teletrabalho à requerente pelo período de 120 (cento e vinte) dias corridos;

Com o término do período de teletrabalho, a servidora acostou aos autos novo Plano de Trabalho (mov. 34) e Formulário de Manifestação de Interesse do Servidor (mov. 35);

Dessa forma, considerando o Formulário de Manifestação de Interesse do Servidor (mov. 35) e o Plano de Trabalho colacionado, com anuência da chefia imediata da requerente, com período de teletrabalho por 120 (cento e vinte) dias;

Considerando que a Comissão Interna de Gestão de Teletrabalho, no Despacho nº 128/2024 - SEFA/CIGT (mov. 37), entendeu que a solicitação de teletrabalho da servidora atende aos requisitos dispostos no Decreto Estadual nº 9.879/2021;

E considerando as disposições da Lei Estadual nº 19.776/2018, do Decreto Estadual nº 9.879/2021, da Resolução SEAP nº 13.718/2022, da Resolução SEFA nº 592/2022 e da Resolução SEFA nº 593/2022;

**AUTORIZO** a prorrogação do regime de teletrabalho à requerente pelo período de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da publicação desta decisão.

É o despacho.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*

**Renê de Oliveira Garcia Junior**
Secretário de Estado da Fazenda

**39398/2024**

**PROTOCOLO Nº** : 21.238.142-0

**INTERESSADO** : Gedalva Baratto

**ASSUNTO** : Prorrogação de regime de Teletrabalho

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**

**DESPACHO Nº 693/2024-SEFA/GS**

Ciente;

Trata o presente expediente de Protocolo inaugurado através do **Formulário de Manifestação de Interesse do Servidor** (mov. 4), por meio do qual a interessada solicitou a concessão de regime de teletrabalho;

Através do **DESPACHO Nº 1907/2023-SEFA/GS** (mov. 12), este Secretário de Estado da Fazenda autorizou a concessão de regime de teletrabalho à requerente pelo período de 120 (cento e vinte) dias corridos;

Com o término do período de teletrabalho, a servidora acostou aos autos novo Plano de Trabalho (mov. 36) e Formulário de Manifestação de Interesse do Servidor (mov. 35);

Dessa forma, considerando o Formulário de Manifestação de Interesse do Servidor (mov. 35) e o Plano de Trabalho colacionado, com anuência da chefia imediata da requerente, com período de teletrabalho por 120 (cento e vinte) dias;

Considerando que a Comissão Interna de Gestão de Teletrabalho, no Despacho nº 118/2024 - SEFA/CIGT (mov. 38), entendeu que a solicitação de teletrabalho da servidora atende aos requisitos dispostos no Decreto Estadual nº 9.879/2021;

E considerando as disposições da Lei Estadual nº 19.776/2018, do Decreto Estadual nº 9.879/2021, da Resolução SEAP nº 13.718/2022, da Resolução SEFA nº 592/2022 e da Resolução SEFA nº 593/2022;

**AUTORIZO** a prorrogação do regime de teletrabalho à requerente pelo período de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da publicação desta decisão.

É o despacho.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*

**Renê de Oliveira Garcia Junior**
Secretário de Estado da Fazenda

**39392/2024**

**CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS – CCRF**
R: Vicente Machado, 445 – 1º andar – Curitiba – PR

**PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS – PLENO**

**Número: 00031/2024** **SESSÃO: SUSTENTAÇÃO ORAL**
**Data/Hora: 23/05/2024 17:00** **Afixada em: 18/04/2024**

---

01) RELATOR (A) GILBERTO CALIXTO

PAF: 6633298-5 - COMPANHIA SULAMERICANA DE DISTRIBUIÇÃO
Procurador(es) : MARCIO RODRIGO FRIZZO
Representante : MÁRCIO TADEU DE MIRANDA
Recurso : Rec. Revisão Contrib

**39313/2024**

# Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços

**SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**

EXTRATO N. 006/2024/SEIC - TERMO DE COOPERAÇÃO

INSTRUMENTO JURÍDICO: ACORDO DE COOPERAÇÃO

PROTOCOLO: 21.204.821-6

OBJETIVO: O presente Termo tem por objeto estabelecer a mútua cooperação entre o **ILISP - Instituto Liberal de São Paulo**, associação civil apartidária e sem fins lucrativos, e a **Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços do Paraná - SEIC**, visando à atuação em conjunto entre as 2 instituições para avançar a adoção da Lei de Liberdade Econômica e o Decreto de Baixo Risco nos municípios paranaenses.

PARTES: Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços do Paraná - SEIC, e o ILISP - Instituto Liberal de São Paulo.

DATA DA ASSINATURA: Curitiba, 12 de abril de 2024.

**39657/2024**

# JUCEPAR

**PORTARIA JCP Nº 051/2024**

O Presidente em exercício da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 24 da Lei Federal 8.934/94, Art. 11, §3° do Decreto Estadual 12.033/14 e o disposto no art. 26, §1º, inciso I e art. 27 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52, de 29 de julho de 2022, resolve:

**NOMEAR**

**JOVICA DJUKIC**, sérvio, naturalizado brasileiro, portador do RG 13.834.707-9 – SSP/PR, expedido em 09/04/2015, inscrito no CPF/MF sob nº 701.402.001-34, residente e domiciliado nesta comarca, tradutor e intérprete *ad hoc* do idioma sérvio para o idioma português brasileiro e do idioma português brasileiro para o idioma sérvio, em conformidade com o disposto no artigo 27 da Instrução Normativa DREI /ME nº 52/2022, tendo em vista o atendimento dos requisitos exigidos no mesmo diploma legal, para tradução específica da documentação apresentada no **protocolo 24/160957-7** pertencente ao **Sr. BRANKO BABIC.**

Publique-se.

Curitiba, 19 de abril de 2024.

**SEBASTIÃO MOTA**
Presidente em exercício

**39524/2024**

# Secretaria da Justiça e Cidadania

**PORTARIA Nº 27/2024 – SEJU**

**A DIRETORA GERAL JUSTIÇA E CIDADANIA,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 44 da Lei Estadual nº 21.352 de 01 de janeiro de 2023, nomeada pelo Decreto Estadual nº 1025, de 14 de março de 2023, RESOLVE:

**Art. 1º** Designar o servidor IVAN PEREIRA DE SOUZA, RG 6.844.734-8, Agente de Segurança Socioeducativo do Centro de Socioeducação Londrina 2, para responder pelas atribuições do Diretor CARLOS ALEXANDRE MICHELETTI OLIVEIRA, RG 7.068.539-6, estabelecidas no artigo 11 da Resolução nº 265/2021 – SEJUF, bem como pela administração do Fundo Rotativo, conforme artigo 6º do Decreto Estadual nº 1.358/2015, durante a fruição das férias do referido Diretor no período de 14/03/2024 a 29/03/2024.

**Art. 2º** Publique-se.

Curitiba, 19 de abril de 2024.

**Rubia Rossi**
Diretora Geral da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SEJU

**39671/2024**

**DESPACHO SECRETARIAL nº 27/2024 - SEJU**
**Referente ao Protocolo nº 20.049.088-6**

**I. AUTORIZO** com fulcro na Lei nº 21.352/2023 e no art. 75, inciso II Lei nº 14.133/2021 bem como no art. 148 e seguintes do Decreto 10.086/2022, e com base na Memorando nº 028/2023 - CGS/SEJU (Mov. 002), no Estudo Técnico Preliminar (Mov. 81), com aprovo da DG/SEJU (mov. 82), no Termo de Referência (Mov. 83), com aprovo da DG/SEJU (mov. 84), bem como na Informação Técnica nº 313/2023 - AT/SEJU (Mov. 113), que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários, a formalização da Dispensa de Licitação, celebrado entre a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, e a Empresa RAQUEL PEREIRA DA SILVA, CNPJ 44.000.796/0001-58, que visa à aquisição de Pilhas Alcalinas, para atendimento da Coordenação de Gestão do Sistema Socioeducativo – CGS, e, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 120), a realização da despesa no valor total de R$ 2.880,00 (dois mil, oitocentos e oitenta reais).

**II. CONDICIONO** ao cumprimento da legislação vigente, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem, que é responsabilidade do NAS/SEJU. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

**III. PUBLIQUE-SE**, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 18 de Abril de 2023.

Santin Roveda
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

**39461/2024**

# Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

**ATO DE AUTORIZO Nº 025/2024-DG/SEMIPI**

**PROTOCOLO**: 21.992.180-2
**ASSUNTO**: Solicitação de formalização do Primeiro Termo Aditivo ao contrato administrativo nº 1247/2023, firmado com a empresa CLARO S/A, CNPJ 40.XXX.544/0001-XX, para prestação de serviços continuados de telefonia fixa comutada (STFC), com o objetivo de prorrogar a vigência contratual.
**Considerando** os elementos contidos no presente processo de solicitação de prorrogação da vigência contratual do contrato administrativo firmado com a CLARO S/A.
**Considerando** que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes a contratação pretendida;
**Considerando** a existência de recursos financeiros, atestado por meio das informações orçamentárias apresentadas pelo Núcleo Fazendário Setorial;
**Considerando** o parecer favorável da Assessoria Técnica que atesta a regularidade do pleito nos termos da legislação vigente.
**Considerando** as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual 21352/2023 e Resolução nº 051/2023-SEMIPI/GAB;
**AUTORIZO** a formalização do Primeiro Termo Aditivo, protocolo em epígrafe, nos termos descritos abaixo:
**Objeto:** Primeiro Termo Aditivo ao Contrato administrativo nº 2351/2023, de prestação de serviços continuados de telefonia fixa comutada (STFC), firmado com a CLARO S/A, com o objetivo de prorrogar o prazo de vigência contratual, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 02/06/2024 até 01/06/2025.
**Contratado**: CLARO S/A, CNPJ 40.XXX.544/0001-XX.
**Dotação Orçamentária**: 05900.5902.14.122.28.8231 – Gestão Administrativa – SEMIPI, Natureza de Despesa 3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Subelemento 3958 – Serviços de Telecomunicações, Fonte de Recurso 500.

Curitiba, 19 de abril de 2024.

**Diego Buligon**
Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
**(assinatura eletrônica)**

**39799/2024**

# Secretaria da Saúde

**PORTARIA SESA Nº 146/2024**

O Diretor Geral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5° da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, combinado com o disposto no art. 15 do Anexo 113060_30131 do Decreto Estadual n° 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e,

Considerando o disposto no art. 242 e parágrafo único do art. 243, ambos da Lei Estadual n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e

Considerando o protocolado nº 21.701.430-1.

**R E S O L V E:**

**Art. 1º Revogar a pedido, a Licença para Trato de Interesses Particulares, sem Vencimentos concedida por meio da Portaria nº 067/2024, no período de 05/03/2024 a 04/03/2026, à servidora ROSILDA DA LUZ BORA RODRIGUES, RG 5.804.483-0/PR, Assistente de Farmácia, lotada no Hospital Infantil Dr Waldemar Monastier, sede em Campo Largo, desta Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.**

**Art. 2º A revogação aplica-se a partir de 22/04/2024.**

**Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.**

Curitiba, 19 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)

Dr. César Augusto Neves Luiz

(César Neves)

**Diretor Geral**

**39822/2024**

**DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO**

Protocolo 21.489.135-2

**1. AUTORIZO, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a realização da Contratualização da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Planaltina do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 06.192.607/0001-05, CNES nº 9494413, localizado à Rua Vereador José Romagna, nº 173, Centro,**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

**município de Planaltina do Paraná, através de Contrato para Prestação de Serviço Especializado em Reabilitação Intelectual para avaliação, atendimento e reabilitação de pessoas com suspeita e/ou diagnóstico de Deficiência Intelectual/Transtorno do Espectro Autista (TEA), usuários do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado do Paraná.**

**2. RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.**

**3. A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022)**

**4. O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 5.760,42 (cinco mil setecentos e sessenta reais e quarenta e dois centavos), com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ 69.125,04 (sessenta e nove mil cento e vinte e cinco reais e quatro centavos).**

**5. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.**

**6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.**

**Curitiba,** *datado e assinado digitalmente***.**
**Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto**
**(Beto Preto)**
**Secretário de Estado da Saúde**

**39842/2024**

**DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO**

Protocolo 21.493.953-3

1. **AUTORIZO, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a realização da Contratualização da Amigos dos Excepcionais de São Pedro do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 78.844.479/0001-30, CNES nº 3482650, localizado à Avenida São Paulo, nº 399, Centro, município de São Pedro do Paraná., através de Contrato para Prestação de Serviço Especializado em Reabilitação Intelectual para avaliação, atendimento e reabilitação de pessoas com suspeita e/ou diagnóstico de Deficiência Intelectual/Transtorno do Espectro Autista (TEA), usuários do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado do Paraná.**

2. **RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.**

3. **A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022)**

4. **O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 5.760,42 (cinco mil setecentos e sessenta reais e quarenta e dois centavos), com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ 69.125,04 (sessenta e nove mil cento e vinte e cinco reais e quatro centavos).**

5. **Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.**

6. **Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.**

**Curitiba,** *datado e assinado digitalmente***.**
**Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto**
**(Beto Preto)**
**Secretário de Estado da Saúde**

**39853/2024**

**DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO**

Protocolo 21.497.590-4

1. **AUTORIZO, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a realização da Contratualização da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ sob nº 73.274.169/0001-03, CNES nº 3276716, localizado à Avenida Laércio Aparecido Ribeiro, nº 977, Centro, município de Santa Cruz de Monte Castelo., através de Contrato para Prestação de Serviço Especializado em Reabilitação Intelectual para avaliação, atendimento e reabilitação de pessoas com suspeita e/ou diagnóstico de Deficiência Intelectual/Transtorno do Espectro Autista (TEA), usuários do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado do Paraná.**

2. **RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.**

3. **A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022**

4. **O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 10.937,73 (dez mil novecentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos), com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ 131.252,76 (cento e trinta e um mil duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos).**

5. **Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.**

6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

**Curitiba,** *datado e assinado digitalmente***.**
**Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto**
**(Beto Preto)**
**Secretário de Estado da Saúde**

**39850/2024**

**DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO**

Protocolo 21.581.265-0

**AUTORIZO**, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a realização da **Contratualização da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lindoeste**, CNES 3345440, CNPJ 00.572.863/0001-33, localizado à Rua Rio Grande do Sul, nº 320, Centro, município de Lindoeste., através de Contrato para Prestação de Serviço Especializado em Reabilitação Intelectual para avaliação, atendimento e reabilitação de pessoas com suspeita e/ou diagnóstico de Deficiência Intelectual/Transtorno do Espectro Autista (TEA), usuários do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado do Paraná.

**RECONHEÇO**, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência

máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022)

O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em **R$ 16.802,52 (dezesseis mil oitocentos e dois reais e cinquenta e dois centavos),** com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, totalizando o valor anual de **R$ 201.702,24 (duzentos e um mil setecentos e dois reais e vinte e quatro centavos).**

**Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
**(Beto Preto)**
Secretário de Estado da Saúde

**39865/2024**

**DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO**

Protocolo 21.600.152-4

1. **AUTORIZO, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a realização da Contratualização da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Braganey, inscrita no CNPJ sob nº 00.284.582/0001-85, CNES nº 3577694, localizado à Rua São Paulo, nº 174, Vila Nossa Senhora de Fátima, município de Braganey, através de Contrato para Prestação de Serviço Especializado em Reabilitação Intelectual para avaliação, atendimento e reabilitação de pessoas com suspeita e/ou diagnóstico de Deficiência Intelectual/Transtorno do Espectro Autista (TEA), usuários do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado do Paraná.**

2. **RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.**

3. **A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022)**

4. **O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 16.808,52 (dezesseis mil oitocentos e oito reais e cinquenta e dois centavos), com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ 201.702,24 (duzentos e um mil setecentos e dois reais e vinte e quatro centavos).**

5. **Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.**

6. **Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.**

**Curitiba,** *datado e assinado digitalmente***.**
**Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto**
**(Beto Preto)**
**Secretário de Estado da Saúde**

**39862/2024**

**DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO**

Protocolo 21.693.323-0

1. **AUTORIZO, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a realização da Contratualização da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araruna, inscrita no CNPJ sob nº 76.715.010/0001-75, CNES nº 3887820, localizado à Rua Marcílio Dias, nº 551, Centro, município de Araruna., através de Contrato para Prestação de Serviço Especializado em Reabilitação Intelectual para avaliação, atendimento e reabilitação de pessoas com suspeita e/ou diagnóstico de Deficiência Intelectual/Transtorno do Espectro Autista (TEA), usuários do Sistema Único de Saúde - SUS no Estado do Paraná.**

2. **RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.**

3. **A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022)**

4. **O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 12.015,60 (doze mil e quinze reais e sessenta centavos), com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, totalizando o valor anual de R$ 144.187,20 (cento e quarenta e quatro mil cento e oitenta e sete reais e vinte centavos).**

5. **Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.**

6. **Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.**

**Curitiba,** *datado e assinado digitalmente***.**
**Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto**
**(Beto Preto)**
**Secretário de Estado da Saúde**

**39858/2024**

**RESOLUÇÃO SESA Nº 0486/2024**

Determina a implementação de medidas visando o aperfeiçoamento dos serviços públicos e inibição de nova ocorrência das irregularidades em apuração no protocolado n° **18.927.992-2**

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica, no âmbito do Estado do Paraná.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Determinar a implementação de medidas visando o aperfeiçoamento dos serviços públicos e inibição de nova ocorrência das irregularidades em apuração no protocolado n° 18.927.992-2, Sindicância instaurada pela Resolução SESA nº 0596/2022 de 31/08/2022 publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11256 de 12/09/2022, em cumprimento a decisão do Senhor Secretário de Estado da Saúde, constante as fls. 27 a 33 (mov. 19).

**Justificativa**: Aperfeiçoamento dos serviços públicos e inibição de nova ocorrência das mesmas irregularidades em apuração.

**Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.**

Curitiba, 19 de abril de 2024.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
**Secretário de Estado da Saúde**

**39832/2024**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

**RESOLUÇÃO SESA Nº 0487/2024**

Determina a implementação de medidas visando o aperfeiçoamento dos serviços públicos e inibição de nova ocorrência das irregularidades em apuração no protocolado **n° 19.395.767-6**

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:

- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;

- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica, no âmbito do Estado do Paraná.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Determinar a implementação de medidas visando o aperfeiçoamento dos serviços públicos e inibição de nova ocorrência das irregularidades em apuração no protocolado n° 19.395.767-6, Sindicância instaurada pela Resolução SESA nº 0218/2023 de 01/03/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 11372 de 06/03/2023, em cumprimento a decisão do Senhor Secretário de Estado da Saúde, constante as fls. 83 a 91 (mov. 46).

**Justificativa**: Aperfeiçoamento dos serviços públicos e inibição de nova ocorrência das mesmas irregularidades em apuração.

**Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.**

Curitiba, 19 de abril de 2024.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
**Secretário de Estado da saúde**

**39846/2024**

**ERRATA**
**RESOLUÇÃO SESA Nº 452/2024**
**Publicada no DOE nº 11639, de 15/04/2024**

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, **PUBLICA ERRATA JUNTO À RESOLUÇÃO SESA Nº 452/2024, PARA NELA FAZER CONSTAR QUE:***

**ONDE SE LÊ:**
**ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 452/2024**

**MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO.**

| ID | MUNICÍPIO | OBJETO | QUANT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 84 | LAPA | AMBULÂNCIA AVANÇADA | 1 | R$ 350.000,00 |

**LEIA-SE:**
**ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 452/2024**

**MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO.**

| ID | MUNICÍPIO | OBJETO | QUANT. | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 84 | LAPA | AMBULÂNCIA BÁSICA | 1 | R$ 250.000,00 |

Curitiba, 18 de abril de 2024.

*(assinado eletronicamente)*
**Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto**
**(Beto Preto)**
Secretário de Estado da Saúde

**39345/2024**

**RESOLUÇÃO Nº 0477/2024**

Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

**O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná em razão de medida processual administrativa legalmente prevista:**

**- na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná e;**

**- na Lei Estadual nº 20.656 de 3 de agosto de 2021, que estabelece normais gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica,no âmbito do Estado do Paraná.**

**RESOLVE:**

**Art. 1º Reconduzir o agente público Giseli da Rocha, RG nº 8.115.801-0, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, para compor a comissão de Processo Administrativo Disciplinar, considerando os fatos constantes no protocol 21.474.113-0, com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional da servidora SOLANGE MAINARDI ROSA SCAINI, portadora do RG nº 8.794.677-0, investida no cargo de Promotor de Saúde Fundamental, função de Auxiliar Administrativo, do quadro funcional da Secretaria de Estado da Saúde, lotada no Centro de Epidemiologia da Diretoria de Atenção e Vigilância, sede em Curitiba, em tese, por ter apresentado falta de urbanidade, infringindo o disposto no artigo 279, incisos III, V e VI, estando sujeita, caso constatada a irregularidade, à aplicação das penalidades disciplinares indicadas no artigo 291, na forma estabelecida nos artigos 292 a 300, todos da Lei Estadual nº 6.174/1970;**

**Art. 2° Excluir os agentes públicos Fernanda Crosewski, RG nº 7.952.417-4, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico de Enfermagem, e Merari Gomes de Souza, RG nº 6.252.357-3, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro;**

**Art. 3º Incluir os agentes públicos Osziana Correa dos Santos Zacharias, Promotor de Saúde Profissional, função de Enfermeiro, e Leni Silva de Araújo, Promotor de Saúde Execução, função de Técnico de Enfermagem, para, sob a presidência da servidora Osziana Correa dos Santos Zacharias, comporem a comissão de Processo Administrativo Disciplinar que promoverá os atos necessários à presente apuração;**

**Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.**

**Curitiba, 18 de abril de 2024.**

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
**Secretário de Estado da Saúde**

**39350/2024**

**RESOLUÇÃO Nº 0485/2024**

Determina a instauração de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidades administrativas no caso em que especifica.

**O Secretário de Estado da Saúde, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 4°, incisos II, VIII, X, XIII e XVII, da Lei Estadual n° 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o Art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, e considerando;**

**O disposto na Lei Estadual n° 6.174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e**

**O disposto na Lei Estadual nº 20.656 de 03 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica no âmbito do Estado do Paraná.**

**RESOLVE:**

**Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar indícios de autoria e materialidade de irregularidade praticada no serviço público, diante do contido no Protocolado n° 20.442.905-7, que referencia a ocorrência de falta de urbanidade, que teria ocorrido no âmbito do Centro Hospitalar de Reabilitação, 2ª Regional de Saúde, sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde do Paraná;**

**Art. 2° Designar os agentes públicos: Suelen Letícia Gonçalo, RG nº 8.771.228-1, Promotor de Saúde Profissional, função de Assistente**

**Social, e Julia Mazepa, RG nº 9.948.001-7, Promotor de Saúde Profissional, função de Fisioterapeuta, para, sob a presidência da primeira nominada, comporem a comissão de Sindicância que promoverá os atos necessários à presente apuração;**

**Art. 3º Revogar a Resolução SESA nº 0406/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11633 em 05/04/2024, a Resolução SESA nº 0297/2024, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11619 em 14/03/2024, a Resolução SESA nº 1515/2023, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11529 em 25/10/2023, e Resolução SESA nº 1078/2023, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição nº 11481 em 14/08/2023.**

**Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.**

**Curitiba, 19 de abril de 2024.**

**Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto**
(Beto Preto)
**Secretário de Estado da Saúde**

**39549/2024**

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 145 DE 18/04/2024
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

| NOME/RG | LF | CARGO | PROTOCOLO | DIAS | PERIODO AQUISITIVO | | FRUIÇÃO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ANA PAULA CASSIANO TOSTI | | | | 90 | 16/09/2010 | 15/09/2015 | 17/05/2024 | 14/08/2024 |
| 89641861 | 1 | NAVIII | 219589239 | | | | | |

**38929/2024**

# Secretaria da Segurança Pública

**RESOLUÇÃO N° 195/2024**

Instaurar Procedimento de Sindicância e designar servidores para Comissão de Procedimento de Sindicância

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II, VII e X da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 5.887, de 15 de dezembro de 2005, e pelo Decreto Estadual nº 12, de 1° de janeiro de 2023 e conforme protocolo nº 21.060.745-5.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar, nos termos do art. 99 e art. 100, inciso II da Lei Estadual n.° 20.656/2021, Procedimento de Sindicância, com vistas a apurar a incidência de juros e multa de pagamento da Nota Fiscal n.° 2415

Art. 2º. Designar os servidores Eduardo dos Santos Minucio, CPF: XXX.XXX.028-46 e Antonio Vamberto da Silva, CPF: XXX.XXX.204-68, para, sob a presidência do primeiro nomeado, comporem a Comissão de Procedimento de Sindicância.

Art. 3º. O presente procedimento deverá ser iniciado e concluído em 15 (quinze) dias úteis, a fluir da data da publicação no Diário Oficial do Estado, consoante o disposto no artigo 117 da Lei Estadual n.º 20.656 de 2021.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 18 de abril de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

**39403/2024**

**RESOLUÇÃO N° 196/2024**

Revogar a Resolução n.° 128/2024 – SESP, Instaurar Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR/SESP, em desfavor da empresa TELMA BUSSMANN VILAS BOAS – SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO LTDA

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 5.887, de 15 de dezembro de 2005, e pelo Decreto Estadual nº 4468, de 18 de Dezembro de 2023 e conforme protocolo nº 21.532.152-5.

CONSIDERANDO o princípio da autotutela da Administração Pública (Súmulas 346 e 473 do STF);

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a Resolução n.° 128/2024 – SESP, publicada em Diário Oficial n.° 11.624, de 21 de março de 2024.

Art. 2º. Instaurar, Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR/SESP, em desfavor da empresa TELMA BUSSMANN VILAS BOAS – SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO LTDA, inscrita sob o CNPJ n.° 30.190.520/0005-07, admitida pelo Contrato n.° 1145/2023 – GMS n.° 6551/2023, cujo objeto seria a prestação de serviços de nutrição, cocção e fornecimento transportado de refeições para atender a demanda da Cadeia Pública de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Cascavel, Quedas do Iguaçu, Penitenciária Estadual Thiago Borges de Carvalho – PETBC e Penitenciária Industrial Marcelo Pinheiro – PIMP, sendo passível a aplicabilidade das sanções de advertência e multa, nos termos do art. 150, incisos I e II, da Lei Estadual n.° 15.608/2007.

Art. 3º. Designar, para comporem a Comissão Processante, os servidores Vera Morais dos Santos, CPF xxx.xxx.019-04, Glória Wolff Colaço, CPF xxx.xxx.279-68, Arnoud Ribeiro do Prado, CPF xxx.xxx.019-57 para comporem, sob a presidência da primeira nomeada.

Art. 4°. O procedimento deverá ser concluído no prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da publicação deste ato.

Art. 5º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 18 de abril de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

**39404/2024**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**Protocolo nº 21.586.956-3**

**I. AUTORIZO**, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, com fulcro no art. 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, tendo como base a Informação nº 0480/2024-AT/SESP, a realização da despesa decorrente da celebração de Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0221/2021, firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado e a empresa **TIM S.A.**, CNPJ n° 02.421.421/0001-11, neste ato representado por André Brandolise Foresto, CPF nº 216.944.728-84, sediada no Município do Rio de Janeiro – RJ – cujo objeto corresponde à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP – Serviço Móvel Pessoal), através de tecnologia 4G, 3G pelo sistema digital pós-pago, mediante o fornecimento de acessos móveis, com a disponibilização das estações móveis (aparelhos) em regime de comodato, oferecendo o serviço de voz e dados, de serviços de mensagens de texto e multimídia, adicionais e deslocamentos de chamadas, pacote de dados para acesso à internet através de smartphones, serviços de banda larga através de pen modens e sim cards, serviços de intragrupo e ferramenta de gestão – visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de **12 (doze) meses** de **08/05/2024 até 07/05/2025**, mantendo-se o valor mensal do contrato, no importe de **R$ 173.979,05 (cento e setenta e três mil novecentos e setenta e nove reais e cinco centavos)**, e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta de Termo Aditivo apresentada (416/417);

**II. DECLARO** que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

**III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

**Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,**
Secretário de Estado da Segurança Pública.

**39409/2024**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

P O R T A R I A Nº 755-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 21.994.515-9, resolve,

D E S I G N A R

**DAIANA DIAS PINHEIRO,** RG 16248132-0, Delegada de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMBARÁ, da 12.º Subdivisão Policial de Jacarezinho, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pela DELEGACIA DE POLÍCIA DE RIBEIRÃO CLARO, da mesma Subdivisão e Divisão, durante licença para tratamento de saúde da titular PATRICIA CAVALARI BOCAMINO TABORDA, RG 6764492-1, Delegada de Polícia 2ª classe, no período de 01/04/2024 a 07/04/2024.

Curitiba, 10 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 761-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução nº 246/2023;

Considerando protocolo nº 21.986.079-0, resolve,

D E S I G N A R

**KEILLY MELISSE ZAN,** RG 6811031-9, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA, exercendo suas funções na COORDENADORIA DAS DELEGACIAS DA MULHER, da Divisão de Polícia Especializada, para exercer a Função Privativa Policial – FPP9, da referida Unidade.

Curitiba, 19 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 768-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo nº 22.000.809-6, resolve,

L O T A R

**a partir de 15/04/2024, LEANDRO CHRISTIANN TURQUETI,** RG 10350997-1, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

NO(A): CENTRO DE COMUNICAÇÕES DA POLICIA CIVL, do Centro de Operações Policiais Especiais.

MOTIVO: suspensão da licença sem vencimento a partir de 15/04/2024, conforme portaria nº 018/2024-DPC, publicada no DIOE 11638, de 12/04/2024.

Curitiba, 17 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 769 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 22.004.651-6, resolve,

D E S I G N A R

**ALAN VICTOR ROSSETO BIROLI**, RG 16703793-3, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na 26.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE COLORADO, da 9.ª Subdivisão Policial de Maringá, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela DELEGACIA DE POLÍCIA DE SANTA FÉ, da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias do titular VAGNER DOS SANTOS MALAQUIAS, RG 13930140-4, Delegado de Polícia de 3ª classe, durante o período de 10/06/2024 a 09/07/2024.

Curitiba, 17 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 770-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 21.438.141-9, resolve,

L O T A R

**a partir de 05/02/2024, MARCO ANTONIO MULLER**, RG 6106713-2, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

NO(A): GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS II - SITUAÇÕES DIVERSAS.

FICANDO DISPENSADO(A) DO(A): DISTRITO POLICIAL METROPOLITANO DE ALTO MARACANÃ, da Divisão de Polícia Metropolitana.

MOTIVO: Tendo em vista licença sem vencimentos, com início em 05/02/2024 e término em 03/02/2026, conforme Portaria nº 01/2024-DPC, publicada no DIOE nº 11575, de 10/01/2024.

Curitiba, 17 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 771-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando o protocolo n.º 22.032.257-2;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

**DHEISON FRIGERI DE MORAES**, RG 10805341-0, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): Delegacia de Polícia de CAMPINA GRANDE DO SUL, da Divisão de Polícia Metropolitana.

PARA: 1.ª Delegacia Regional de Polícia de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, da mesma Divisão.

Curitiba, 17 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 772-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando o protocolo n.º 22.032.257-2;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

**SIDNEI PEREIRA DE LARA**, RG 4991329-0, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): 1.ª Delegacia Regional de Polícia de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS , da Divisão de Polícia Metropolitana.

PARA: Delegacia de Polícia de CAMPINA GRANDE DO SUL, da mesma Divisão.

Curitiba, 17 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 773-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 21.520.589-4, resolve,

L O T A R

**a partir de 06/02/2024, VIKTOR GUILHERME DE LIMA ROSSA**, RG 7237335-9, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

NO(A): GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS II - SITUAÇÕES DIVERSAS.

FICANDO DISPENSADO(A) DO(A): GRUPO DE DILIGÊNCIAS ESPECIAIS, do Centro de Operações Polícia Especiais.

MOTIVO: Tendo em vista licença sem vencimentos, com início em 06/02/2024 e término em 04/02/2026, conforme Portaria nº 02/2024-DPC, publicada no DIOE nº 11587, de 26/01/2024.

Curitiba, 17 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 774-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando protocolo nº 21.985.030-1, resolve,

D E S I G N A R

**ANA CLAUDIA MACHADO,** RG 9607394-1, Delegada de Polícia de 1ª classe, exercendo suas funções na ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL, para responder cumulativamente como Diretora e para exercer a Função Privativa Policial de Diretora – FPP4 da referida Escola, durante férias do titular RAFAEL FERREIRA VIANNA, RG 7069659-2, Delegado de Polícia de 1ª classe, durante o período de 07/03/2024 a 05/04/2024.

Curitiba, 17 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 775-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 21.910.246-1, resolve,

D E S I G N A R

**ANDERSON SERGIO ROMÃO,** RG 14057188-1, Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções na DELEGACIA DE POLÍCIA DE MAMBORÊ, da 16.º Subdivisão Policial de Campo Mourão, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela 52.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PEABIRU, da mesma Subdivisão e Divisão, durante licença para tratamento de saúde da titular KAROLINY NEVES MARQUES, RG 16249855-0, Delegada de Polícia 4ª classe, no período de 20/03/2024 a 26/03/2024.

Curitiba, 17 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

PORTARIA Nº 776-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve,

R E T I F I C A R

a portaria nº 631-DPC, de 18/03/2024, que designou *"ANDERSON SERGIO ROMÃO, RG 14057188-1, Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções na Delegacia de Polícia de MAMBORÊ, da 16.ª Subdivisão Policial de CAMPO MOURÃO, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela 52.ª Delegacia Regional de Polícia de PEABIRU e pela Delegacia de Polícia de ARARUNA, da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias da titular KAROLINY NEVES MARQUES, RG 16249855-0, Delegada de Polícia 4ª classe, no período de 01/04/2024 a 30/05/2024.",*

*ONDE SE LÊ: "no período de 01/04/2024 a 30/05/2024."*,

*LEIA-SE: "no período de 01/04/2024 a 30/04/2024"*.

Curitiba, 17 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 777 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 22.031.976-8, resolve,

D E S I G N A R

**POLYANA VIDAL PORFIRIO**, RG 16129057-2, Delegada de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na 9.ª Subdivisão Policial de MARINGÁ, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pela Delegacia de Polícia do 1.º e 2.º DISTRITO, da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias do titular VICTOR NASCIMENTO BATISTA, RG 14645290-6, Delegado de Polícia de 3ª classe, durante o período de 06/05/2024 a 19/05/2024.

Curitiba, 17 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 778-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 287/2022;

Considerando o protocolo nº 22.015.385-1, resolve,

D E S I G N A R

**GRAZIELA LOPES**, RG 13068154-9 e **RAISA DE VARGAS SCARIOT**, RG 14023399-4, Delegadas de Polícia, lotadas na DELEGACIA DA MULHER DE CASCAVEL, em substituição as servidoras MARIANA CAVALEIRO COSTA MONTORO, RG 12809827-5 e JANAINA MORENO DE OLIVEIRA, RG 12723114-1, para a função de Gestor e Fiscal, respectivamente, dos seguintes contratos:

| CONTRATO | EMPRESA |
|---|---|
| 653 e 908 | PLANSUL |
| 942/2022 | DeltaLimp Serviços Ltda |

Curitiba, 18 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 779-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 287/2022;

Considerando o protocolo nº 22.022.505-4, resolve,

D E S I G N A R

**GETULIO DE MORAIS VARGAS**, RG 6970430-1, Delegado de Polícia de 1ª classe, exercendo suas funções na DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA, para a função de Gestor do contrato nº 070/2024, que abriga a DIVISÃO DE COMBATE A CORRUPÇÃO no município de MARINGÁ.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 780 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 22.030.583-0, resolve,

D E S I G N A R

**LIVIA GRAZIELA PINI**, RG 9437956-3, Delegada de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções na DELEGACIA DE FURTOS E ROUBOS DE VEÍCULOS DE LONDRINA, da 10.ª Subdivisão Policial de Londrina, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pelo 5.º DISTRITO POLICIAL DE LONDRINA, da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias do titular BRUNO TRENTO HEIN, RG 6679310-9, Delegado de Polícia de 3ª classe, durante o período de 02/05/2024 a 15/05/2024.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 781 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 22.030.981-9, resolve,

D E S I G N A R

**ERNANDES CEZAR ALVES**, RG 9995045-5, Delegado de Polícia de 2ª classe, exercendo suas funções no 6.º DISTRITO POLICIAL DE LONDRINA, da 10.ª Subdivisão Policial de Londrina, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela DELEGACIA DE POLÍCIA DE IBIPORÃ, da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias do titular VITOR DUTRA DE OLIVEIRA, RG 14161017-1, Delegado de Polícia de 3ª classe, durante o período de 15/05/2024 a 28/05/2024.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 782-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 15 de abril do corrente ano e conforme disposições contidas no artigo 72, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023 (Estatuto da Polícia Civil), resolve,

D E S I G N A R

**PEDRO ARTHUR CAPRIO SARTORATO,** RG 16248253-0, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na Delegacia de Polícia de CARLÓPOLIS, da 12.ª Subdivisão Policial de JACAREZINHO, da Divisão Policial do Interior, para prestar serviços cumulativamente na referida SUBDIVISÃO, da mesma Divisão, "*conforme despachos da Divisão Policial do Interior e do Gabinete do Delegado Geral Adjunto, encartados no Protocolo Digital 21.987.726-9, com a observação de que o servidor deverá manter residência na Comarca de Carlópolis".*

Curitiba, 18 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 783-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 15 de abril do corrente ano, como constante da respectiva Ata, e conforme disposições contidas no inciso I, do Art.64, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023;

Considerando que o artigo 63, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023, estabelece que "*remoção é o deslocamento do servidor, de ofício ou a pedido, no âmbito da Polícia Civil, com ou sem mudança de localidade, e tem como objetivo principal atender à necessidade do serviço e assegurar o efetivo pessoal necessário à eficiência operacional e administrativa";*

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da Administração e da conveniência do serviço, resolve,

R E M O V E R

**MARCELO INSAURALDE ROCHA**, RG 4357709-3, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): 6.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE FOZ DO IGUAÇU, da Divisão Policial do Interior.

PARA: 5.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PATO BRANCO, da mesma Divisão, *"conforme despacho da Divisão Policial do Interior nos seguintes termos: Considerando necessidade de potencializar o serviço de Polícia Judiciária junto à 5ª SDP de Pato Branco, localidade de difícil provimento de pessoal e que, no ano de 2023, apresentou moderado desempenho em número de prisões de autores de crimes, e considerando que por força de disposição constitucional, nos termos do protocolo nº 21.968.615-3, um Agente de Polícia Judiciária foi removido de ofício da Sede da 5ª SDP de Pato Branco para a Sede da 7ª SDP de Umuarama, com vistas a reposição decorrente dessa compulsória movimentação, com fundamento no art. 64, inciso I da Lei nº 259/2023, proponho a remoção do servidor MARCELO INSAURALDE ROCHA, RG 4357709-3, Agente de Polícia Judiciária, lotado na Sede da 6ª SDP de Foz do Iguaçu para a Sede da 5ª SDP de Pato Branco", e despacho do Gabinete do Delegado Geral Adjunto, encartados no Protocolo Digital 21.985.171-5".*

Curitiba, 18 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 784 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 15 de abril do corrente ano, como constante da respectiva Ata, e conforme disposições contidas no inciso I, e §4º, do Art.64, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023;

Considerando que o artigo 63, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023, estabelece que "*remoção é o deslocamento do servidor, de ofício ou a pedido, no âmbito da Polícia Civil, com ou sem mudança de localidade, e tem como objetivo principal atender à necessidade do serviço e assegurar o efetivo pessoal necessário à eficiência operacional e administrativa";*

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da Administração e da conveniência do serviço, resolve,

I - R E M O V E R :

**ALCILENY ADRIANA DA CUNHA ARTIGAS**, RG 4265054-4, DELEGADA DE POLÍCIA;

DO(A): COORDENADORIA DAS DELEGACIAS DA MULHER, da Divisão de Polícia Especializada.

PARA: FORÇA TAREFA DE ANÁLISE DE INQUÉRITOS POLICIAIS, da Divisão Policial da Capital, *"tendo em vista a necessidade de reforçar o quadro de Delegados da unidade policial, para dar segmento até final conclusão dos cerca de 1900 inquéritos policiais que lá tramitam, bem como das novas cargas a serem recebidas, conforme proposição verbalmente apresentada pelo Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat".*

II – D I S P E N S A R: de Delegada Chefe da COORDENADORIA DAS DELEGACIAS DA MULHER, da Divisão de Polícia Especializada, bem como a FUNÇÃO PRIVATIVA POLICIAL FPP9.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 785-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 15 de abril do corrente ano, como constante da respectiva Ata, e conforme disposições

contidas no inciso I, e §4º, do Art.64, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023;

Considerando que o artigo 63, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023, estabelece que "*remoção é o deslocamento do servidor, de ofício ou a pedido, no âmbito da Polícia Civil, com ou sem mudança de localidade, e tem como objetivo principal atender à necessidade do serviço e assegurar o efetivo pessoal necessário à eficiência operacional e administrativa";*

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da Administração e da conveniência do serviço, resolve,

R E M O V E R

**HORMINIO DE PAULA LIMA NETO**, RG 2125074-0, DELEGADO DE POLÍCIA;

DO(A): DIVISÃO POLICIAL DA CAPITAL.

PARA: FORÇA TAREFA DE ANÁLISE DE INQUÉRITOS POLICIAIS, da mesma Divisão *"tendo em vista a necessidade de reorganização administrativa da unidade policial, face a nova carga de inquéritos policiais que ficarão sob sua responsabilidade, conforme proposição verbalmente apresentada pela Conselheira Drª. Maritza Maira Haisi".*

Curitiba, 18 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 786-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e em cumprimento ao que foi deliberado pelo Colegiado, por unanimidade de votos dos Conselheiros, em sessão ordinária realizada no dia 15 de abril do corrente ano, como constante da respectiva Ata, e conforme disposições contidas no inciso I, e §4º, do Art.64, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023;

Considerando que o artigo 63, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023, estabelece que "*remoção é o deslocamento do servidor, de ofício ou a pedido, no âmbito da Polícia Civil, com ou sem mudança de localidade, e tem como objetivo principal atender à necessidade do serviço e assegurar o efetivo pessoal necessário à eficiência operacional e administrativa";*

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da Administração e da conveniência do serviço, resolve,

I - R E M O V E R:

**MONICA MEISTER**, RG 6009904-9, DELEGADA DE POLÍCIA;

DO(A): DIVISÃO POLICIAL DA CAPITAL.

PARA: FORÇA TAREFA DE ANÁLISE DE INQUÉRITOS POLICIAIS, da mesma Divisão, *"tendo em vista a necessidade de reorganização administrativa da unidade policial, face a nova carga de inquéritos policiais que ficarão sob sua responsabilidade, conforme proposição verbalmente apresentada pela Conselheira Drª. Maritza Maira Haisi.".*

II – D E S I G N A R: como Coordenadora da FORÇA TAREFA DE ANÁLISE DE INQUÉRITOS POLICIAIS, da Divisão Policial da Capital.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 787-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 287/2022;

Considerando o protocolo nº 22.024.531-4, resolve,

D E S I G N A R

**SILVIA DE SIQUEIRA CROPINISKI**, RG 6393800-9 e **GERIANE DE SIQUEIRA DE SOUZA**, RG 8980503-1, PAPILOSCOPISTAS POLICIAIS, lotadas na SEÇÃO REGIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE GUARAPUAVA – SRI 700, para a função de Fiscais, dos seguintes contratos:

| CONTRATO | EMPRESA |
|---|---|
| 653 e 908/2022 | PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA |

Curitiba, 18 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 788 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 22.028.401-8, resolve,

D E S I G N A R

**LUANA LOUZADA PEREIRA LOPES**, RG 14644855-0 – Delegada de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções na DELEGACIA DA MULHER DE APUCARANA, da Divisão de Polícia Especializada, para responder cumulativamente como Delegado Chefe da DELEGACIA DA MULHER DE ARAPONGAS, da mesma Divisão, durante Licença para Tratamento de Saúde da titular CAMILLA COSTA, RG 16248130-4 – Delegada de Polícia de 4ª classe, no período de 08/05/2024 a 24/05/2024.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

**39889/2024**

**PORTARIA Nº 017/2024 – PAD**

O **DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL**, designado pelo Decreto nº 3631, de 09 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 11519, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Resolução nº 188/2015-SESP, publicada no Diário Oficial do Estado nº 9.489, de 09/07/2015 e pelo artigo 13 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 234, de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto nos arts. 100, inc. III, 107,126, 133 e 134 todos da Lei nº 20.656/2021,

**RESOLVE**:

**Art. 1º** Revogar a Portaria n.º 022, publicado no DIOE n.º 11230 de 02/08/2022.
**Art. 2º** DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis, CRISTIANO IVANO, RG 4.701.925-7/PR, cargo e função de Policial Penal, lotado na Regional Administrativa R4 – Londrina/PR, TAIZ RIBEIRO JUNIOR, RG 4.941.294-0/PR, cargo e função de Policial Penal, lotado no de Centro de Reintegração Social de Londrina /PR e WANDERLEI MASSANORI URATA, RG 4.979.735-4/PR, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado no Centro de Integração Social de Londrina/PR, para que, no protocolo nº 20.764.568-0, nos termos da Lei nº 20.656/2021, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para que no prazo de 90 (noventa) dias uteis, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados nos protocolos nº 15.923.883-0, em desfavor do(s) agente(s) público(s):
a) **ANDERSON AUGUSTO NOGUEIR**A, RG: 10.935.648-4, ocupante do cargo e função de Policial Penal, lotado à época dos fatos na Penitenciária Estadual de Piraquara – PEP, por ter em tese: "não observado as normas legais e regulamentares, ao ter agido com negligência durante a contagem dos presos e demais fatos narrados no protocolo", por tais motivos, se assim agiu, infringiu o disposto no inciso VI, do art. 279 da Lei nº 6174/1970, estando sujeito a uma das penalidades previstas nos artigos 291 c/c 293 ambos da Lei nº 6.174/197.
**b) EMILIO MARCELO D'AGOSTINI,** RG: 6.894.671-9, ocupante do cargo e função de Policial Penal, lotado à época dos fatos na Penitenciária Estadual de Piraquara – PEP, por ter em tese: "não observado as normas legais e regulamentares, ao ter agido com negligência durante a contagem dos presos e demais fatos narrados no protocolo", por tais motivos, se assim agiu, infringiu o disposto no inciso VI, do art. 279 da Lei nº 6174/1970, estando sujeito a uma das penalidades previstas nos artigos 291 c/c 293 ambos da Lei nº 6.174/1970.0.
**c) LUIZ EDUARDO SCHLICGTA**, RG: 6.213.739-8, ocupante do cargo e função de Policial Penal, lotado à época dos fatos na Penitenciária Estadual de Piraquara – PEP, por ter em tese:"não observado as normas legais e regulamentares, ao ter agido com negligência durante a contagem dos presos e demais fatos narrados no protocolo", por tais motivos, se assim agiu, infringiu o disposto no inciso VI, do art. 279 da Lei nº 6174/1970, estando sujeito a uma das penalidades previstas nos artigos 291 c/c 293 ambos da Lei nº 6.174/1970.
**Art. 3º**. **INFORMAR** aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente processo administrativo disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.
**Art. 4º. DETERMINAR** ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o processo administrativo disciplinar deverá ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema "e-protocolo" como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.
**Art. 5º**. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de Abril de 2024.

**REGINALDO PEIXOTO**
Diretor-Geral da Polícia Penal

**32164/2024**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
**POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ**
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

**ATA Nº 11/2024**

Às quatorze horas do dia quinze de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, na Sala de Reuniões deste Conselho – Casa Rosada, localizada à Avenida Iguaçu, nº 470, Rebouças, Curitiba/PR, realizou-se de forma ordinária a décima primeira sessão do ano, sob a presidência do Dr. Silvio Jacob Rockembach, e com a presença em plenário dos Conselheiros Dr. Riad Braga Farhat, Dr. Marcelo Lemos de Oliveira, Dra. Maritza Maira Haisi, Dr. Renato Coelho de Jesus, Dr. Alan Henrique Flore e Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Júnior, bem como do Dr. Valmir Soccio, Secretário Geral do Conselho. Participação do Conselheiro Dr. Lanevilton Theodoro Moreira por meio de videoconferência. O Senhor Presidente declarou aberta a sessão e anunciou a **PAUTA DE JULGAMENTO Nº 11/2024**: previamente afixada em edital existente no Conselho no dia 04.04.2024 e publicada no Diário Oficial do Estado nº 11632 de 04.04.2024 para conhecimento aos interessados, de acordo com o disposto no artigo 18 do Regimento Interno do Conselho da Polícia Civil do Estado do Paraná, aprovado pela Deliberação 593/2006, na seguinte ordem: **PROT. 833/2015/CPC (011/2012/CD)** – SINDICÂNCIA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO. ACUSADO: EDUARDO ELIAS, Agente de Polícia Judiciária. ADVOGADO: DR. DANILO FABIANO FINZETTO – OAB/PR 15.039 (defensor dativo). RELATOR: DR. RIAD BRAGA FARHAT. Ausentes o acusado e seu defensor. Dada a palavra ao Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat, que fez apresentação do seu relatório e assim proferiu o seu voto: *"(…) Registre-se, por ser oportuno, que a fundamentação da decisão judicial que determinou a reintegração do servidor ao cargo policial consignou que a nulidade do procedimento administrativo que resultou em sua exoneração decorreu da sua irregularidade procedimental ante o fato de que o alcoolismo ter sido tratado de modo inusitado como elemento externo e não integrante do estágio probatório. Considero que o servidor acometido de dependência crônica de alcoolismo deve ser licenciado, mesmo compulsoriamente, para tratamento de saúde e, se for o caso, aposentado, por invalidez, mas, nunca, demitido, razão pela qual entendo que seja necessário seu encaminhamento à perícia oficial do Estado para avaliação por junta médica com vistas a eventual aposentadoria por invalidez. Diante das circunstâncias e razões aqui apresentadas, divergindo do relatório final da comissão de sindicância, VOTO: I - pela CONFIRMAÇÃO do sindicado Eduardo Elias no cargo policial que ocupa, vez que no caso em apreço, não descumpriu os requisitos do estágio probatório, em especial os da idoneidade moral e disciplina, não constituindo o fato aqui apurado óbice para sua confirmação no cargo policial; II - pela remessa de cópias das peças necessárias ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos para encaminhamento do policial civil Eduardo Elias à perícia médica, com vistas a eventual aposentadoria por invalidez; III - pelo encaminhamento de cópias das peças necessárias à Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP para as providências que o caso requer."*. Proferido o voto e verificada a ausência do defensor do acusado para sustentação oral, foi a matéria colocada em discussão, *e no ensejo, o Conselheiro Dr. Lanevilton Theodoro Moreira, não se sentindo ainda em condições de proferir seu voto, requereu vista dos autos para melhor exame. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela concessão de vista dos autos ao Conselheiro Dr. Lanevilton Theodoro Moreira* para melhor análise de seu conteúdo. **SEM ROCEDIMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO.** Na sequência, foi anunciada a **PAUTA ADMINISTRATIVA** na seguinte ordem: **ATA ANTERIOR nº 10**: aprovada e assinada pelos Senhores Conselheiros, conforme Protocolo Digital nº 21.528.669-0 (respectivas Deliberações nº 185 a 250, assinadas no Protocolo Digital nº 21.528.798-0). **PROCEDIMENTOS: Prot. 40/2024/CPC** – Investigação Preliminar n. 2022.048511.000 da Corregedoria de Área Norte (Prot. 259/2022-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do Agente de Polícia Judiciária LUCAS CESAR SANTIAGO. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de LUCAS CESAR SANTIAGO, Agente de Polícia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024, para apuração das transgressões disciplinares em tese praticadas, bem como do eventual descumprimento dos requisitos/competências do estágio probatório, ante o previsto no artigo 12, §2º, da Resolução n. 3/2023; II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da lei complementar nº 89/01 e da lei complementar nº 98/03. **Prot. 41/2024/CPC** – Investigação Preliminar n. 2023.006285.000 da Corregedoria de Área Norte instaurada para apuração dos fatos relativos ao indiciamento do servidor LUCAS CESAR SANTIAGO no Inquérito Policial n. 266886/2022 pelos crimes de falsidade ideológica e usurpação de função (Prot. 33/2023-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do Agente de Polícia Judiciária LUCAS CESAR SANTIAGO. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de LUCAS CESAR SANTIAGO, Agente de Polícia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024, para apuração das transgressões disciplinares em tese praticadas, bem como do eventual descumprimento dos requisitos/competências do estágio probatório, ante o previsto no artigo 12, §2º, da Resolução n. 3/2023; II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da lei complementar nº 89/01 e da lei complementar nº 98/03. **Prot. 43/2024/CPC** – Investigação Preliminar n. 2023.072757.000 da Corregedoria de Área Norte instaurada para apuração de desvios de conduta em tese praticados pela servidora GISLAINE TARACHUK CORDEIRO (Prot. 311/2023-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da Agente de Polícia Judiciária GISLAINE TARACHUK CORDEIRO. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de GISLAINE TARACHUK CORDEIRO, Agente de Polícia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024, para apuração das transgressões disciplinares em tese praticadas, bem como do eventual descumprimento dos requisitos/competências do estágio probatório, ante o previsto no artigo 12, §2º, da Resolução n. 3/2023; II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da lei complementar nº 89/01 e da lei complementar nº 98/03. **Prot. 44/2024/CPC** – **Protocolo Digital 20.840.349-4** – Investigação Preliminar Digital da Corregedoria de Área Norte instaurada para apuração de responsabilidades de avaria na viatura Duster, placas SEG3G2, alocada na Delegacia de Polícia de Ortigueira, percebida no dia 26/07/2023 (Prot. 353/2023-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da Agente de Polícia Judiciária NATÁLIA SCHWANTZ TAVARES. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de NATÁLIA SCHWANTZ TAVARES, Agente de Polícia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024, para apuração das transgressões disciplinares em tese praticadas, bem como do eventual descumprimento dos requisitos/competências do estágio probatório, ante o previsto no artigo 12, §2º, da Resolução n. 3/2023; II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da lei complementar nº 89/01 e da lei complementar nº 98/03. **Prot. 46/2024/CPC** – **Protocolo Digital 20.832.408-0** – Investigação Preliminar Digital da Corregedoria de Área Norte instaurada para apuração de suposto desvio de conduta relativo à comunicação de licença médica de maneira irregular por NATÁLIA SCHWANTZ TAVARES (Prot. 492/2023-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da Agente de Polícia Judiciária NATÁLIA SCHWANTZ TAVARES. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de NATÁLIA SCHWANTZ TAVARES, Agente de Polícia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024, para apuração das transgressões disciplinares em tese praticadas, bem como do eventual descumprimento dos requisitos/competências do estágio probatório, ante o previsto no artigo 12, §2º, da Resolução n. 3/2023; II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da lei complementar nº 89/01 e da lei complementar nº 98/03. **PERMUTAS, DESIGNAÇÕES E REMOÇÕES: Prot. 47/2024/CPC -** Considerando que o artigo 275, § 1º, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil) estabelece que "o servidor policial civil poderá ser designado para qualquer município, observada, sempre que possível, a correspondência da classe funcional com a classificação da unidade policial". Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da Administração e da conveniência do serviço. Decidiu-se por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela movimentação dos seguintes servidores: DESIGNAR o servidor PEDRO ARTHUR CAPRIO SARTORATO, Delegado de Polícia lotado na Delegacia de Polícia de Carlópolis, para prestar serviços cumulativamente na 12ª Subdivisão Policial de Jacarezinho, conforme despachos da Divisão Policial do Interior e do Gabinete do Delegado Geral Adjunto, encartados no Protocolo Digital 21.987.726-9, com a observação de que o servidor deverá manter residência na Comarca de Carlópolis; REMOVER o servidor MARCELO INSAURALDE ROCHA, Agente de Polícia Judiciária lotado na 6ª Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu, para a 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco, conforme despacho da Divisão Policial do Interior nos seguintes termos: *"Considerando necessidade de potencializar o serviço de Polícia Judiciária junto à 5ª SDP de Pato Branco, localidade de difícil provimento de pessoal e que, no ano de 2023, apresentou moderado desempenho em número de prisões de autores de crimes, e considerando que por força de disposição constitucional, nos termos do protocolo nº 21.968.615-3, um Agente de Polícia Judiciária foi removido de ofício da Sede da 5ª SDP de Pato Branco para a Sede da 7ª SDP de Umuarama, com vistas a reposição decorrente dessa compulsória movimentação, com fundamento no art. 64, inciso I da Lei nº 259/2023, proponho a remoção do servidor MARCELO INSAURALDE ROCHA, RG 4357709-3, Agente de Polícia Judiciária, lotado na Sede da 6ª SDP de Foz do Iguaçu para a Sede da 5ª SDP de Pato Branco"*, e despacho do Gabinete do Delegado Geral Adjunto, encartados no Protocolo Digital 21.985.171-5; REMOVER a servidora ALCILENY ADRIANA DA CUNHA ARTIGAS, Delegada de Polícia lotada na Coordenadoria das Delegacias da Mulher da Divisão de Polícia Especializada – DPE, para prestar serviços na Força Tarefa de Análise de Inquéritos Policiais – DPCAP, tendo em vista a necessidade de reforçar o quadro de Delegados da unidade policial, para dar segmento até final conclusão dos cerca de 1900 inquéritos policiais que lá tramitam, bem como das novas cargas a serem recebidas, conforme proposição verbalmente apresentada pelo Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat; REMOVER o servidor HORMINIO DE PAULA LIMA NETO, Delegado de Polícia lotado na Divisão Policial da Capital, para prestar serviços na Força Tarefa de Análise de Inquéritos Policiais – DPCAP, da mesma Divisão Policial, tendo em vista a necessidade de reorganização administrativa da unidade policial, face a nova carga de inquéritos policiais que ficarão sob sua responsabilidade, conforme proposição verbalmente apresentada pela Conselheira Drª. Maritza Maira Haisi; REMOVER a servidora MONICA MEISTER, Delegada de Polícia, lotada na Divisão Policial da Capital para exercer a função de Coordenadora Força Tarefa de Análise de Inquéritos Policiais – DPCAP, da mesma Divisão, tendo em vista a necessidade de reorganização administrativa da unidade policial, face a nova carga de inquéritos policiais que ficarão sob sua responsabilidade, conforme proposição verbalmente apresentada pela Conselheira Drª. Maritza Maira Haisi. **OFÍCIOS E OUTROS EXPEDIENTES: Prot. Ref. 12/2022/CPC - Protocolo Digital 21.734.586-3** – Ofício n. 31/2024 da Secretaria do Conselho da Polícia Civil. Encaminha ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC cópia da Deliberação n. 54/2024, relativa à Sindicância n. 77/2021-CD/CGPC, que aplicou a penalidade de 02 (dois) dias de suspensão ao Delegado de Polícia RODRIGO SILVA DE SOUZA. Adotadas pelo referido Grupo providências quanto ao cumprimento da

mencionada penalidade de suspensão no período de 07/03/2024 a 08/03/2024. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, após ciência das providências adotadas pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC: I – pela juntada de cópia integral ao respectivo procedimento; II – pelo arquivamento do expediente. **Prot. Ref. 71/2018/CPC** – **Protocolo Digital 21.929.123-0** – Ofício nº.0036235-59.2017.8.16.0030.0031 da 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu. Comunica que nos autos de Processo Criminal 0036235-59.2017.8.16.0030, por sentença datada de 04/09/2018 e confirmada por acórdão datado de 13/08/2019, o qual transitou em julgado em 01/11/2023, o réu MARCELO GOMES DE SOUZA foi condenado como incurso no artigo 305, caput, c/c art 40 II, do CP e art. 58, caput, da LCP, às pena de 02 anos, 05 meses e 15 dias de reclusão e 23 dias multa, em regime aberto, tendo sido, como efeito da condenação, DECRETADA a perda do cargo ocupado, em consideração à disposição do art. 92, inciso I, alínea 'b', e parágrafo único, do CP. Expedido Decreto n. 5338, de 02 de abril de 2024, por meio do qual foi declarada a perda do cargo de Marcelo Gomes de Souza, Agente de Polícia Judiciária, em cumprimento à mencionada decisão judicial, transitada em julgado. Com trâmite pelo Grupo de Recursos Humanos Setorial/SESP e pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, após ciência da expedição do Decreto n. 5338, de 02 de abril de 2024, por meio do qual foi declarada a perda do cargo de Marcelo Gomes de Souza, Agente de Polícia Judiciária, em cumprimento à decisão judicial transitada em julgado nos autos de Processo Criminal 0036235-59.2017.8.16.0030 da 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, e das providências adotadas pelo Grupo de Recursos Humanos Setorial/SESP e pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC: I – pela restituição ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para oficiar o respectivo Juízo sobre o cumprimento da decisão; II – pelo retorno à Secretaria do Conselho Superior da Polícia Civil para arquivamento. **Protocolo Digital 21.962.164-7** – Expediente oriundo da Corregedoria Geral da Polícia Civil com minuta de Resolução que objetiva regulamentar hipóteses de suspensão de acesso à rede SESP INTRANET. Com trâmite pela Coordenação de Informática/DPC e pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, por APROVAR os termos da Resolução n. 03/2024, que dispõe sobre a regulamentação das hipóteses de suspensão de acesso à rede SESP/INTRANET.

**RESOLUÇÃO Nº 03/2024.**

(Aprovada pela Deliberação n. 260/2024)

*Regulamenta hipóteses de suspensão do acesso à rede Intranet da Polícia Civil.*

**O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Nas hipóteses de servidor em gozo de licença para trato de interesses particulares, em cumprimento de prisão provisória ou definitiva, afastado da função por força de decisão judicial ou administrativa, em exercício de mandato eletivo incompatível com o exercício concomitante da função policial e em regime de cessão ou disposição funcional para outros Poderes ou para outros entes da Federação haverá, em regra, a suspensão do acesso à rede Intranet da Polícia Civil.

**§ 1º.** Caberá ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, nas hipóteses previstas no *caput*, provocar o Conselho Superior da Polícia Civil para que se manifeste sobre a suspensão do acesso à rede Intranet da Polícia Civil.

**§ 2º.** O Conselho Superior da Polícia Civil poderá, motivadamente, diante das especificidades do caso concreto, manter o acesso à rede Intranet da Polícia Civil nas hipóteses previstas no *caput*.

**§ 3º.** Em todas as hipóteses que o Conselho Superior da Polícia Civil deliberar pela suspensão do acesso à rede Intranet da Polícia Civil, caberá à Coordenação de Informática – COIN a implementação das medidas respectivas.

**§ 4º.** O Conselho Superior da Polícia Civil poderá, em outras hipóteses de afastamento de servidor policial civil não previstas no *caput*, deliberar pela suspensão do acesso à rede Intranet da Polícia Civil.

**§ 5º.** Uma vez cessado o ato que motivou a suspensão do acesso à rede Intranet da Polícia Civil, caberá ao servidor policial civil interessado ou seu superior hierárquico solicitar ao Conselho Superior da Polícia Civil que seja restabelecido o respectivo acesso.

**Art. 2º.** Caberá ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar levantamento de todos os servidores policiais civis que se encontrem nas hipóteses previstas no *caput*, e encaminhar para apreciação do Conselho Superior da Polícia Civil.

**Art. 3º.** Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação.

Curitiba, 15 de abril de 2024.

**DIVERSOS: Protocolo Digital 18.378.413-7** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 844/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de MAYRA WAGNER PACHECO no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 09/04/2024, referida servidora encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE da servidora MAYRA WAGNER PACHECO, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.738.667-5** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 840/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de LUÍSA CAVASSIN RIBEIRO no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 09/04/2024, referida servidora encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE da servidora LUÍSA CAVASSIN RIBEIRO, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 19.894.052-6** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 841/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de LUIZ GUSTAVO DOS SANTOS no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 09/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor LUIZ GUSTAVO DOS SANTOS, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.693.006-1** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 842/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de MARYSOL SCHINDLER FAGUNDES no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 09/04/2024, referida servidora encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE da servidora MARYSOL SCHINDLER FAGUNDES, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 20.290.081-0** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 850/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de RAFAEL SCHUCK ANTUNES no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 09/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor RAFAEL SCHUCK ANTUNES, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.393.624-7** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 848/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de PEDRO ALVES CINTRA no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 09/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor PEDRO ALVES CINTRA, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.434.374-6** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 843/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de MATTHEUS PLISKEVISKI GONÇALVES no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 09/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu- se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor MATTHEUS PLISKEVISKI GONÇALVES, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 19.404.949-8** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 829/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de KARINE INEZ CAVASINI no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 09/04/2024, referida servidora encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE da servidora KARINE INEZ CAVASINI, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.378.167-7** – Relatório

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Final de Estágio Probatório n. 832/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de LETICIA DE OLIVEIRA DE CAMARGO no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 09/04/2024, referida servidora encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE da servidora LETICIA DE OLIVEIRA DE CAMARGO, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 19.430.850-7** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 836/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de LUCAS FELIX WANDERLEY no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 09/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor LUCAS FELIX WANDERLEY, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.454.123-8** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 853/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de SARA DE ANDRADE DA SILVA no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 09/04/2024, referida servidora encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE da servidora SARA DE ANDRADE DA SILVA, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.914.930-1 –** Relatório Final de Estágio Probatório n. 847/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de OSMAR FRANCO DOS SANTOS no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 09/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor OSMAR FRANCO DOS SANTOS, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.880.330-0 –** Relatório Final de Estágio Probatório n. 854/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de BRUNO PINHEIRO PEDROSA no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 09/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor BRUNO PINHEIRO PEDROSA, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 21.834.117-9 –** Relatório Final de Estágio Probatório n. 855/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de DANIEL NOCERA ZANETTE no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 09/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor DANIEL NOCERA ZANETTE, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.301.173-1 –** Relatório Final de Estágio Probatório n. 856/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de DAYANE PAULO DA SILVA no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 09/04/2024, referida servidora encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE da servidora DAYANE PAULO DA SILVA, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 21.834.371-6** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 857/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de ELANO GOMES FERRAZ RODRIGUES no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 09/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor ELANO GOMES FERRAZ RODRIGUES, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 19.377.048-7** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 858/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de ANDRÉ GARCIA MARTINS no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 10/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor ANDRÉ GARCIA MARTINS, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 20.631.224-6** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 853/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de BRUNO COELHO DE AZEVEDO no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 10/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor BRUNO COELHO DE AZEVEDO, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.913.274-3** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 838/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de LUCIANA ALBUQUERQUE DA SILVA no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 10/04/2024, referida servidora encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE da servidora LUCIANA ALBUQUERQUE DA SILVA, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.342.122-0** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 839/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de LUIS FERNANDO GONÇALVES LACERDA no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 10/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor LUIS FERNANDO GONÇALVES LACERDA, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 20.565.026-1** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 859/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de EVALDO XAVIER DOS SANTOS JUNIOR no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 10/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor EVALDO XAVIER DOS SANTOS JUNIOR, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para

conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.391.789-7** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 837/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de LUCAS NASCIMENTO FERREIRA no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 10/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor LUCAS NASCIMENTO FERREIRA, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.360.217-9** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 835/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de LUCAS CAROLLO CANALI no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 10/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor LUCAS CAROLLO CANALI, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 19.490.139-9** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 860/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de MARCO AURELIO VICENTINI no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 10/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor MARCO AURELIO VICENTINI, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 21.540.893-0** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 863/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de TALES KREUZ MENTZ no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 12/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor TALES KREUZ MENTZ, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.675.851-0 –** Relatório Final de Estágio Probatório n. 831/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de LEONARDO ZULI DOS SANTOS no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 12/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor LEONARDO ZULI DOS SANTOS, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.369.550-9** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 861/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de THIAGO JOSÉ SANTOS no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 12/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor THIAGO JOSÉ SANTOS, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 20.632.243-8 –** Relatório Final de Estágio Probatório n. 818/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de THIAGO ROGÉRIO ROTTA no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 12/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor THIAGO ROGÉRIO ROTTA, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **REQUERIMENTOS: Protocolo Digital 21.845.791-6 –** JÉSSIKA NABÃO LOPES FERREIRA, Papiloscopista lotada na cidade de Umuarama/PR requer autorização para residir na cidade de Maringá/PR, pelas razões que expõe. Com concordância à solicitação por parte da Chefia imediata e da Direção do Instituto de Identificação. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo INDEFERIMENTO do pedido, vez que o dever de residir na comarca onde exerce o cargo ou função, previsto no inciso XXV, do art. 5º, da Lei n. 21.894/2024 - Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná, também se aplica aos ocupantes do cargo de Papiloscopista, não tendo a requerente apresentado nenhuma justificativa a ser analisada; II – pela restituição ao Instituto de Identificação, através do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC. **Protocolo Digital 21.909.764-6** – LOURIVAL DE OLIVEIRA GODOI, Agente de Polícia Judiciária aposentado, solicita credencial funcional de inativo com manutenção do porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, inciso VII da Lei Complementar nº 14/82. Com trâmite pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Divisão de Infraestrutura, Instituto de Identificação e Corregedoria Geral da Polícia Civil. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma; II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação do Paraná e após, de forma direta, à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições para as providências pertinentes. **Protocolo Digital 21.156.881-0** – DOUGLAS VIEIRA, Delegado de Polícia aposentado, solicita credencial funcional de inativo com manutenção do porte de arma particular, nos termos do Decreto nº 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 73, inciso VII da Lei Complementar nº 14/82. Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberação n. 51/2024 (encaminhamento ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para realização de nova avaliação). Com despacho do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC de que não estão mais sendo disponibilizadas avaliações para essa finalidade. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo deferimento do pedido, com esteio no laudo mais recente, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma; II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação do Paraná e após, de forma direta, à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições para as providências pertinentes. **EXTRA PAUTA: Protocolo Digital 19.779.845-9 –** Relatório Final de Estágio Probatório n. 864/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de DIOGO NUNES LOIS no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 15/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor DIOGO NUNES LOIS, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 21.837.912-5 –** Relatório Final de Estágio Probatório n. 823/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de VITOR ALENCAR PELUCHNO no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 15/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor VITOR ALENCAR PELUCHNO, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.378.382-3 –** Relatório Final de Estágio Probatório n. 865/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de TALITA CANCELIER GASPAR no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 15/04/2024, referida servidora encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE da servidora TALITA CANCELIER GASPAR, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.411.198-5 –** Relatório Final de Estágio Probatório n. 820/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de VINICIUS CUNHA PASINI no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 15/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor VINICIUS CUNHA PASINI, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 21.838.003-4** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 824/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de WILLEN PAIVA FERMON no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 15/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor WILLEN PAIVA FERMON, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 21.203.035-0 –** Relatório Final de Estágio Probatório n. 868/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de TIAGO DE MATTOS MORAIS CAMELO no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 15/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor TIAGO DE MATTOS MORAIS CAMELO, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.328.707-9** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 867/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de GUSTAVO HENRIQUE DIAS PEREIRA no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 15/04/2024, referido servidor encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor GUSTAVO HENRIQUE DIAS PEREIRA, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.335.773-5** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 866/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de LARISSA PIFER MAKIOLKE no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 15/04/2024, referida servidora encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE da servidora LARISSA PIFER MAKIOLKE, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 18.432.555-1** – Relatório Final de Estágio Probatório n. 819/2024 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com opinião favorável à estabilidade de VANESSA ALVES DE OLIVEIRA no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 04/01/2021. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 15/04/2024, referida servidora encontra-se no nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE da servidora VANESSA ALVES DE OLIVEIRA, no cargo de Agente de Polícia Judiciária, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar nº 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **Protocolo Digital 22.020.436-7 -** Recurso apresentado por JOÃO EZEQUIEL BAPTISTA PEREIRA, Agente de Polícia Judiciária, através do escritório de advocacia Botan Cíceri, por e-mail, em 12/04/2024, às 14h26min, relativo à Sindicância n. 165/2022/CPC, na qual restou apenado com 10 (dez) dias de suspensão, conforme Deliberação n. 156/2024, publicada na Edição n. 11629 do Diário Oficial do Estado do Paraná, de 01/04/2024. Com manifestação do Conselheiro Relator, Dr. Alan Henrique Flore, nos seguintes termos: *"(...) 1. Pela admissibilidade do recurso interposto pelo defensor do acusado, uma vez presentes os requisitos estampados no art. 55, da Lei 21.894/2024, devendo o presente ser remetido ao Exmo. Secretário de Segurança Pública para a deliberação de admissibilidade e eventual análise de mérito do recurso em tela; 2. Pela inadmissibilidade do exercício de juízo de retratação deste E. Conselho Superior da Polícia Civil, vez que o inconformismo do acusado exarado no recurso interposto não se refere à matéria de ordem pública, nos termos do art. 55, parágrafo 1º, do mesmo diploma legal; 3. Pela aplicabilidade dos termos da Lei 21.894/2024, a fim de ensejar o efetivo suspensivo da penalidade aplicada até o conhecimento do recurso administrativo em questão.".* Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo a proposição do Conselheiro Relator: I – pela admissibilidade do recurso; II - pela inadmissibilidade do exercício de juízo de retratação, vez que o inconformismo do acusado, exarado no recurso interposto, não se refere à matéria de ordem pública, nos termos do art. 55, parágrafo 1º, da Lei 21.894/2024; III - pela aplicabilidade dos termos da Lei 21.894/2024, a fim de ensejar o efetivo suspensivo da penalidade aplicada até o conhecimento do recurso administrativo em questão; IV – pela remessa do presente recurso à apreciação do Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, acompanhado dos autos digitalizados. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente Ata, que se apresenta devidamente assinada eletronicamente pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Conselheiros e pelo Secretário Geral do Conselho.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8 - _____

VALMIR SOCCIO
Secretário Geral do Conselho

**39329/2024**

**PORTARIA N° 121/2024-SINDICÂNCIA**

O **CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL**, designado pela Resolução nº. 005, de 06 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.335, de 10/01/2023, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. DESIGNAR** os servidores efetivos e estáveis **CLEVERSON JOSÉ LEGNANI CARNEIRO**, CPF: XXX.XXX.679-37/PR, ocupante do cargo de Policial Penal, **FINEIO VIEIRA DE SOUZA,** CPF: XXX.XXX.959-20/PR, ocupante do cargo de Policial Penal e **RAQUEL PEREIRA SILVA** CPF: XXX.XXX.089-31/PR, ocupante do cargo de Agente de Apoio na função de Auxiliar de Saúde, ambos lotados no Complexo Médico Penal/PR, para que, no **protocolo n° 22.044.838-0,** nos termos da **Lei nº 20.656/2021,** sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (**quinze**)** dias úteis, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados nos **protocolos nº 21.950.147-1,** bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

**Art. 2º. INFORMAR** aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

**Art. 3º. DETERMINAR** ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

**Art. 4º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

**LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES PAMPUCHE**
Corregedor – Geral Adjunto da Polícia Penal

**39360/2024**

**PORTARIA N° 122/2024-SINDICÂNCIA**

O **CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL**, designado pela Resolução nº. 005, de 06 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.335, de 10/01/2023, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de

17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. DESIGNAR** os servidores efetivos e estáveis **CLEVERSON JOSÉ LEGNANI CARNEIRO**, CPF: XXX.XXX.679-37/PR, ocupante do cargo de Policial Penal, **FINEIO VIEIRA DE SOUZA,** CPF: XXX.XXX.959-20/PR, ocupante do cargo de Policial Penal e **RAQUEL PEREIRA SILVA** CPF: XXX.XXX.089-31/PR, ocupante do cargo de Agente de Apoio na função de Auxiliar de Saúde, ambos lotados no Complexo Médico Penal/PR, para que, no **protocolo n° 22.044.962-9,** nos termos da **Lei nº 20.656/2021,** sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (**quinze**)** dias úteis, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados nos **protocolos nº 21.950.114-5,** bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

**Art. 2º. INFORMAR** aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

**Art. 3º. DETERMINAR** ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

**Art. 4º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

**LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES PAMPUCHE**
Corregedor – Geral Adjunto da Polícia Penal

**39355/2024**

**PORTARIA N° 123/2024-SINDICÂNCIA**

O **CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL**, designado pela Resolução nº. 005, de 06 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.335, de 10/01/2023, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. DESIGNAR** os servidores efetivos e estáveis **RODRIGO LUIZ TOZETTI**, CPF: XXX.XXX.389-46/PR, ocupante do cargo de Policial Penal lotado na Regional Administrativa R7 - Francisco Beltrão/PR e **MARCIO ROBERTO IANSEN,** CPF: XXX.XXX.159-64/PR, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão/PR, para que, no **protocolo n° 22.045.104-6,** nos termos da **Lei nº 20.656/2021,** sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (**quinze**)** dias úteis, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados nos **protocolos nº 21.976.570-3,** bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

**Art. 2º. INFORMAR** aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

**Art. 3º. DETERMINAR** ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

**Art. 4º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

**LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES PAMPUCHE**
Corregedor – Geral Adjunto da Polícia Penal

**39357/2024**

**PORTARIA N° 125/2024-SINDICÂNCIA**

O **CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL**, designado pela Resolução nº. 005, de 06 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.335, de 10/01/2023, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

**RESOLVE:**

**Art. 1º. DESIGNAR** os servidores efetivos e estáveis **WANDRO ADRIANO SATURNINO**, CPF: XXX.XXX.909-97/PR, ocupante do cargo de Policial Penal lotado na Regional Administrativa de Maringá – R5/PR e **THIAGO AUGUSTO BARTH DOS SANTOS,** CPF: XXX.XXX.789-70/PR, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado no Escritório Social de Maringá/PR, para que, no **protocolo n° 22.045.841-5,** nos termos da **Lei nº 20.656/2021,** sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (**quinze**)** dias úteis, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados nos **protocolos nº 21.378.221-5,** bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

**Art. 2º. INFORMAR** aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

**Art. 3º. DETERMINAR** ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

**Art. 4º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

**LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES PAMPUCHE**
Corregedor – Geral Adjunto da Polícia Penal

**39364/2024**

**PORTARIA Nº 041 – DRH/DEPPEN**

**O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO PARANA – DEPPEN,** nomeado por meio do decreto n.º 74/202, no uso de suas atribuições lhe confere o art. 4º da resolução n.º 233/2016, combinado com o que determina a resolução n.º 276/2023 da secretaria de estado da segurança pública, resolve, conforme o art. 247 da lei n.º 6174/1970.

- O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;
- Conforme o que preceitua a RESOLUÇÃO SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado n.º 21.139.735-7.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Conceder, **90 (noventa)** dias de **Licença Capacitação** ao servidor **LEIRIVAN MONTEIRO DE OLIVEIRA,** CPF **XXX.XXX.879-00**, LF 01, ocupante do cargo de Policial Penal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá **início em 15/05/2024** referente ao **período aquisitivo de 23/09/2018 a 22/09/2023.**

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

Reginaldo Peixoto
Diretor-Geral da Polícia Penal.

**39456/2024**

**POLÍCIA CIENTÍFICA**
**CORREGEDORIA**

**Portaria nº 23/2024**

A Corregedora da Polícia Científica do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas de acordo com os art. 14 da Lei nº 21.117 de 30 de junho de 2022, art. 99 da Lei nº 20.656 de 03 de agosto de 2021 e Decreto nº 12.197 de 14 de setembro de 2022.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

**INSTAURA**

Processo Administrativo Disciplinar - **PAD - nº 20.003.364-7** e designa os servidores **Celmir Lupack de Araujo** – CPF XXX.XXX.969-47, **Leandro Paes Leme Peyneau** – CPF XXX.XXX.847-89 e **Paulo Victor Gabriel** – CPF XXX.XXX.189-95, sob a presidência do primeiro nominado, para formarem a Comissão de PAD, visando apurar a conduta de servidor (identificação omitida – art. 133, parágrafo único Lei 20.656/2021) por descumprimento de normas legais e regulamentares, deixando de comparecer ao trabalho sem causa justificada, infringindo, em tese, o art. 279, incisos VI e XVII, e o art. 285, inciso XV, todos da Lei nº 6174/1970, passível de aplicação das penalidades previstas no art. 293, incisos II e III do mesmo diploma legal.

Curitiba, 19 de abril de 2024.

**Joice Malakoski**
Corregedora da Polícia Científica

**39774/2024**

**ESTADO DO PARANÁ**
**POLÍCIA MILITAR**
**2º COMANDO REGIONAL**
**6ª COMPANHIA INDEPENDENTE**

**TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO PARANÁ**

(E-protocolo 21.892.645-2)

Termo de Doação de Bens Móveis de Pessoa Jurídica, Rafa Materiais de Construção, Ariranha do Ivaí/PR), DOADOR, CNPJ 01.113.543/0001-88, para o Destacamento Policial Militar de Ariranha do Ivaí, CNPJ 76.416.932/0001-81, DONATÁRIO, os bens doados estão incorporados no GPM (Gestão de Patrimônio de Bens Móveis), conforme Termo de Incorporação de Bem Móvel, nº 2578075, com o seguinte objeto e plaqueta, kit motor portão eletrônico deslizante kdz speed ware 1/3 garen, plaqueta 100003270904.

A referida doação está amparada no Decreto Estadual 12.573/2022, toda a tramitação do processo ocorreu no E-protocolo 21.892.645-2, publica-se em DIOE, para a devida publicidade e transparência.

Maj. QEOPM Marciano Corsini,
**Comandante da 6ªCIPM.**

**38905/2024**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**Protocolo nº 21.955.078-2**

**I. AUTORIZO**, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, com fulcro no art. 112 e art. 113, da Lei Estadual nº 15.608/2007, tendo como base a Informação nº 350/2023 – PRC/PGE), a celebração, pelo Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 1361/2022, firmado com a Empresa Mapfre Seguros Gerais S/A, CNPJ nº 61.074.175/0001-38, cujo objeto consiste na prestação de serviço de seguro casco das aeronaves operadas pelo Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas - BPMOA, visando a correção de erro material, que consiste na definição de índice de reajuste anual, segundo o previsto no anexo VII, do Pregão Eletrônico nº 1957/2022, conforme minuta contratual acostada às fls 105/106

**II. DECLARO** que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

**III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

**Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,**
Secretário de Estado da Segurança Pública.

**39402/2024**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**Protocolo nº. 21.784.320-0**

**I. AUTORIZO**, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, e, ainda, com fulcro no art. 103, inc. II, 112, §1º, incisos I e II, todos da Lei Estadual nº. 15.608/2007, tendo como base na Informação nº 285/2024 – PRC/PGE, o **Oitavo Termo Aditivo** do Contrato Administrativo nº 1007/2018, firmado entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 78.533.312/0001-58, sediada no Município de Florianópolis/SC, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação para as unidades do Instituto de Criminalista – IC em Curitiba – Polo F, visando: a) **realocação de posto;** e, b) **o acréscimo quantitativo do objeto em 11,11%** (onze inteiros e onze centésimos), o que corresponde ao valor mensal de R$ 22.810,98 (vinte e dois mil oitocentos e dez reais e noventa e oito centavos), e que somado ao valor já acordado, resulta em um montante de R$ 26.612,81 (vinte e seis mil seiscentos e doze reais e oitenta e um centavos), conforme Minuta de Termo Aditivo apresentada às fls. 100/101.

**II.** Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade beneficiária;

**III. PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 19 de abril de 2024.

**Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira**
Secretário de Estado da Segurança Pública.

**39560/2024**

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

**Protocolo nº. 21.931.919-3**

**I. INDENIZO,** com base na Informação nº 0642/2024-AT/SESP, no Art. 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o Art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, dívida em favor do Município de Pato Branco/PR, credor de taxas de coleta de lixo vinculadas ao imóvel com inscrição cadastral sob o nº 519140-0 – que abriga as unidades da 5ª Subdivisão Policial, Núcleo de Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas (NRTID); Denarc; Núcleo de Operações com Cães – NOC; Instituto de Identificação – IIPR; Instituto Médico Legal – IML; Cadeia Pública – DEPEN; Centro de Socioeducação – CENSE, localizado na Avenida Brasil, lotes 9 e 11, esquina com Rua Xavantes nº. 269, Pato Branco/PR– no valor principal de **R$ 768,26 (setecentos e sessenta e oito reais e vinte e seis centavos)**, somados à **R$ 2,76 (dois reais e setenta e seis centavos)** de juros e **R$ 6,16 (seis reais e dezesseis centavos)** de multa, estes últimos em razão da mora sobre o adimplemento, todos relativos ao exercício de 2024;

**II.** Cumpre ressaltar que em razão da justificativa apresentada no bojo do protocolo, bem como comprovante de ressarcimento/depósito sobre os valores acréscimo na despesa, à fl. 018, não restando prejuízo ao erário, verifica-se que não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional;

**III. PULIQUE-SE**;

**IV. ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, data da assinatura digital.

**Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,**
Diretor-Geral da SESP.

**39411/2024**

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**
**Protocolo nº 21.484.814-7**

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com base na Informação nº 485/2023 AT/SESP, no Art. 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no Art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o Art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor dos agentes de polícia judiciária GUSTAVO WILIGANCHUKI, inscrito no CPF 004.845.229-73 e VALÉRIA JOAQUIM, inscrita no CPF 040.964.659-84 no valor global de R$ 174,34 (cento e setenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), a título de diárias em razão de desloca-

mentos realizados a bem do serviço público, no período de 13/12/2023 das 3 horas e 15 minutos às 12 horas e 30 minutos para Pato Branco/PR, com a finalidade de apoiar o Denarc de Pato Branco durante a Operação Patalvo III, para cumprimento de mandados de prisão e busca e apreensão, conforme solicitado no ofício 347/2023. (fl.28).

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela autoridade requerente, não há justa causa para a apuração de responsabilidade funcional sobre a causa;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

**Curitiba-Paraná, datado eletronicamente.**

**(assinado eletronicamente)**
**Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,**
**Diretor Geral da SESP**

**39558/2024**

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**
**Protocolo nº 21.879.195-6**

I. INDENIZO, consoante o contido no presente protocolo, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária – DEAEV, alusiva ao mês de Fevereiro de 2024, no valor total de R$ 720,00 (setecentos e vinte reais), em favor de JAIRO ERMENSSONI LUVISON, inscrito no RG nº 77.468-5,-5, conforme motivação da PMPR/12º BPM;

II. Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa, não restando prejuízo ao erário;

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHA-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

**Curitiba-Paraná, datado eletronicamente.**

**(assinado eletronicamente)**
**Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,**
**Diretor-Geral da SESP.**

**39399/2024**

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**
**Protocolo nº 21.898.582-3**

**I. INDENIZO,** consoante o contido no presente protocolo e com base na Informação nº 0513/2024-AT/SESP, a despesa decorrente de atividade extrajornada voluntária - DEAEV, alusiva ao mês de fevereiro de 2024, no valor total de **R$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais)**, conforme distribuição estabelecida aos servidores: **3º Sgt. QPMG1 José Luiz Negrizolli,** inscrito no CPF sob o nº 801.782.439-49, no valor de R$ R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais); **Sd. QPMG1 Lucas Tomazini,** inscrito no CPF sob o nº 097.678.939-62, no valor de R$ 360,00(trezentos e sessenta reais); e **Sd. QPMG1 Richard Henning,** inscrito no CPF sob o nº 052.380.369-90, no valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais);
**II.** Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;
**III.** Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa;
**IV. PUBLIQUE-SE;**
**V. ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 18 de abril de 2024
**Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse**,
Diretor-Geral da SESP.

**39699/2024**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**Protocolo nº 21.922.438-9**

**I. AUTORIZO**, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, com fulcro no art. 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, tendo como base a Informação nº 0577/2024-AT/SESP, a realização da despesa decorrente da celebração do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0219/2021, firmado entre o Estado do Paraná, por meio desta Secretaria de Estado e a empresa **CRUZ VERMELHA BRASILEIRA – FILIAL DO ESTADO DO PARANÁ**, CNPJ n° 07.404.052/0001-72, sediada no Município de Curitiba/PR – cujo objeto corresponde à prestação de serviços especializados de cirurgia cardiovascular e hemodinâmica para atender as necessidades da Polícia Militar do Paraná – visando a prorrogação de vigência contratual, pelo período adicional de 12 (doze) meses, de 02/05/2024 até 01/05/2025, mantendo-se o valor total do contrato, no importe de R$ 1.680.000,00 (um milhão seiscentos e oitenta mil reais) e demais cláusulas contratuais, conforme Minuta do Termo Aditivo apresentada (fls. 143/144);
**II. DECLARO** que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal são de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;
**III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

**Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,**
Secretário de Estado da Segurança Pública.

**39668/2024**

**GABINETE DO DIRETOR-GERAL**
**Protocolo nº 21.651.296-0**

**I. RECONHEÇO E INDENIZO**, com base na Informação nº 377/2024-AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no artigo 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c o artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, em favor da empresa SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 03.392.348/0001-60, o valor de R$ 208,00 (duzentos e oito reais), referente à prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos da área da saúde nas unidades penais de Foz do Iguaçu pertencentes ao DEPPEN, no período de 01/11/2020 a 30/11/2020, conforme Nota Fiscal nº 57614 (fl. 03), vinculada ao Contrato Administrativo nº 0937/2019.

**II.** Em razão do reconhecimento da despesa e da justificativa exarada pela origem (fl. 66), não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa;
**III. PULIQUE-SE**;
**IV. ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante, para as demais providências legais.

**Curitiba-Paraná, datado e assinado eletronicamente.**

**Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse**
**Diretor-Geral da SESP**

**39733/2024**

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 21.802.951-5

1. Considerando o contido no Ofício nº 1706/2024/GAB-SENASP/SENASP/MJ, em que solicita a prorrogação da mobilização do servidor Ivan Fonseca Filho, CPF. XXX.XXX. 719-48 à SENASP, bem como a autorização do Comando-Geral da PMPR, através da Portaria 493, de 27/03/2024 que prorrogou por 365 dias, a partir de 19 de junho de 2024;

2. PRORROGADA a mobilização do servidor, nos termos do Convênio de Cooperação Federativa firmado entre a União e este Estado.

3. Publique-se.

Curitiba-Paraná, 18 de abril de 2024.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

**39405/2024**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

# Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

**DESPACHO Nº 348/2024 – SETR**
***Referente ao Protocolo nº 21.919.280-0***

I. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 37 do Decreto nº 10.086/2022, com fundamentos na Informação nº 216/2024-NFS/SETR (mov. 19) e na Informação Técnica nº 260/2024-AT/SETR (mov. 44), em atenção a extinção do Contrato Administrativo nº 074/2018, **o pagamento por indenização pela utilização de imóvel destinado ao funcionamento da Agência do Trabalhador de Paranaguá, referente ao período de 17.01.2024 a 16.03.2024, em benefício à MOHAMAD ALI TASSA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***..655.469-**, e LAMIA ALI TASSA, inscrito(a) no CNPJ/CPF nº ***..854.699-** no valor total de R$ 13.111,54 (treze mil, cento e onze reais, e cinquenta e quatro centavos),** desde que o presente protocolo esteja em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. **PUBLIQUE-SE,** de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. **Ao NAS/SETR** para providências.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

Kevin Luan Bossa
**Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda**
***(Resolução nº 003/2023-SETR/GS)***

**38990/2024**

**DESPACHO Nº 349/2024 – SETR**
***Referente ao Protocolo nº 21.592.058-5***

I. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023, nos artigos 601 e 602 do Decreto nº 10.086/2022, com fundamentos na Informação nº 229/2024-NFS/SETR (mov. 30), na Folha Resumo para Fechamento de Orçamento juntado pela SECID (mov. 19, e na Informação Técnica 259/2024 (mov. 42), **a despesa referente à formalização do Acordo Para Indenização das Reformas de Imóvel** realizadas em decorrência do Contrato de Locação nº 035/2018 (fls. 3 – 8), o qual tinha por objeto a locação do imóvel que abrigava **Agência do Trabalhador de Reserva**, sendo a indenização **no valor de R$ R$ 10.005,30 (dez mil, cinco e reais e trinta centavos)** em benefício de SILMARA DE FATIMA VOZNIAK HARTMAN, inscrito(a) no CPF nº nº ***.409.139-**, desde que atendido os dispositivos estabelecidos em Manual de Locações do Estado do Paraná anexo ao Decreto Estadual nº 3.540/2019 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022;

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. **PUBLIQUE-SE,** de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. **Ao NAS/SETR** para providências.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

Kevin Luan Bossa
**Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda**
***(Resolução nº 003/2023-SETR/GS)***

**39081/2024**

**DESPACHO SECRETARIAL nº 350/2024 – SETR**
***Referente ao Protocolo nº 21.852.675-6***

I. **AUTORIZO,** com fulcro no artigo 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 8º da Lei Estadual nº 20.084/2019, com base na Informação Técnica nº 010/2024-SETR/CPP (mov. 45), na Informação nº 201/2024-NFS/SETR (mov. 39) e a Informação nº 261/2024-AT/SETR (mov. 47), **o pagamento da subvenção econômica em benefício ao estabelecimento contratante GRACIOSA COUNTRY CLUB, inscrita no CNPJ nº 76.590.306/0001-07,** em razão da sua adesão ao Programa Cartão Futuro, no valor (por jovem) de R$ 300,00 (trezentos reais), em atendimento a 2 (dois) aprendizes, totalizando o montante de R$ R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 20.084/019 e nas demais legislações vigentes pertinentes ao Programa Cartão Futuro.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade dos setores técnicos competentes (SETR/DIPEQ e SERTR/DIPEQ/CPP), a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião dos pagamentos, as áreas técnicas responsáveis (SETR/DIPEQ e SETR/DIPEQ/CPP) deverão atestar que toda a documentação de comprovação de regularidade da empresa cadastrada conste anexa ao processo.

III. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. **À SETR/CPP** para providências.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

Kevin Luan Bossa
**Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda**
***(Resolução nº 003/2023-SETR/GS)***

**39189/2024**

**DESPACHO SECRETARIAL nº 351/2024 – SETR**
***Referente ao Protocolo nº 21.634.008-6***

I. **AUTORIZO**, com fulcro no artigo 5º, da Lei Estadual nº 21.352/2023, com base na no Despacho do Núcleo Administrativo Setorial (mov. 50), e com fulcro na Informação Técnica nº 265/2023-AT/SETR (mov. 61), na Informação Nº 101/2018-ATJ/GAB/PGE e Acórdão nº 216/2013 – TCE/PR **o pagamento da fatura (mov. 48), atinentes a prestação de serviço contínuo de saneamento e disponibilização de água e esgoto em atendimento desta Secretaria de Estado, em benefício da Empresa ÁGUAS DE SARANDI – SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, CNPJ sob nº 08.151.884/0001-97, no valor de R$ 69,53 (sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos),** referente a período de 03.2024, em que pese a existência de pendências registradas em Cadastro Informativo Estadual (CADIN) em mov. 45 e irregularidade fiscal junto ao Município de Sarandi (mov. 42), uma vez que houve a prestação dos serviços acima indicados.

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências.

III. **PUBLIQUE-SE,** de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. **Ao SETR/NFS** para providências.

Curitiba, 18 de abril de 2024.

Kevin Luan Bossa
**Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda**
***(Resolução nº 003/2023-SETR/GS)***

**39393/2024**



# Receita Estadual do Paraná

**ATO Nº 3/2024**

O DELEGADO REGIONAL DA 1ª DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA, com sede em Curitiba, conforme competência legal que lhe confere o Regimento da REPR aprovado pela Resolução SEFA Nº 1.132/2017, Anexo II, art. 63, inciso II, **R E S O L V E**:

| Tipo de alteração | A partir de | Nome, RG, Cargo, Função | Para |
|---|---|---|---|
| FIXAR A LOTAÇÃO | 01/04/2024 | Ricardo Boveto Shima, RG nº 7.410.984-5 – Auditor Fiscal A | Inspetoria Regional de Tributação |

Curitiba, 18 de abril de 2024.

**Édson Squisati**
**Delegado Regional**

**39191/2024**

**PORTARIA REPR Nº 62/2024**

**O DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ – REPR**, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 62, Anexo II do Regimento da REPR, aprovado pela Resolução SEFA nº 1132/2017, alterada pelas Resoluções SEFA nºs 1423/2017 e 56/2021, bem como, o contido no eProtocolo nº 22.028.850-1, resolve:

| TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO | NOME, RG, CARGO OU NÍVEL | PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO) |
|---|---|---|
| DISPENSAR EM **01.05.2024** | RONALDO LUCHI RG nº 13.874.787-6 AF-F | Ocupante da Função de Gestão Tributária – Chefe de Divisão – Símbolo "F", de responder pela chefia da **Inspetoria Regional de Fiscalização – IRF**, da Delegacia Regional da Receita de Pato Branco – 14ª DRR. |
| DESIGNAR A PARTIR DE **01.05.2024** | FRED MUNIZ RG nº 4.500.196-2 AF-I | Para responder pela chefia da **Inspetoria Regional de Fiscalização – IRF**, da Delegacia Regional da Receita de Pato Branco – 14ª DRR. |
| DISPENSAR EM **01.05.2024** | JOSÉ ANTONIO SARTURI RG nº 3.477.067-0 AF-I | Ocupante da Função de Gestão Tributária – Delegado da Receita – Símbolo "D", de responder cumulativamente pela chefia da **Assessoria Operacional – ASO**, da Delegacia Regional da Receita de Pato Branco – 14ª DRR. |
| DESIGNAR A PARTIR DE **01.05.2024** | FRED MUNIZ RG nº 4.500.196-2 AF-I | Para responder pela chefia da **Assessoria Operacional – ASO**, da Delegacia Regional da Receita de Pato Branco – 14ª DRR. |

Curitiba, 18 de abril de 2024.

Renato Mello Milanese
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 95/2023

**39801/2024**

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**
**RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ**
**CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO**

**Ciência de Autos de Infração**
**Edital n. 24/2024**

A Receita Estadual do Paraná cientifica os sujeitos passivos que foram lavrados os Autos de Infração relacionados abaixo, para a formalização de créditos tributários conforme a Seção III da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016.

Passados dez dias corridos da publicação deste edital, as intimações serão consideradas efetuadas (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV).

A partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias corridos para pagamento ou parcelamento do crédito tributário, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996, e conforme o calendário de expediente bancário do município da sede da Delegacia da Receita (DRR) da origem da medida fiscal.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS (para qualquer data de fato gerador ou penalidade) ou de ITCMD (cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º.1.2016 e com as penalidades previstas nos incisos I, II ou III do parágrafo 1º do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015), o valor da multa e dos respectivos juros de mora serão reduzidos em cinquenta por cento, na forma das leis de cada imposto.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS apurado pelas regras do Simples Nacional o valor da multa será reduzido em cinquenta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigos 95 e 96, parágrafo único, inciso I; Lei n. 9.430/1996, artigo 44, parágrafo 3º; Lei n. 8.218/1991, artigo 6º, inciso I). No caso de parcelamento, o valor da multa será reduzido em quarenta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigo 46, inciso IV, alínea "a") na forma da lei.

Também a partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias úteis para a apresentação de defesa administrativa (Reclamação) nos termos dos artigos 14 e 48 da Lei n. 18.877/2016, podendo ainda, efetuar depósito administrativo do montante integral (Lei n.18.877/2016, artigo 46), caso queiram fazer cessar a incidência dos juros de mora.

Os prazos processuais serão contados em dias úteis na forma do artigo 22 da Lei n. 18.877/2016 (sendo adotado o calendário de expediente da sede da Receita Estadual do Paraná, localizada no município de Curitiba).

Os sujeitos passivos poderão pagar a importância que entenderem devida e impugnar o restante da exigência, nos termos do artigo 16 da Lei n. 18.877/2016.

A apresentação da defesa (RECLAMAÇÃO) não está condicionada a qualquer desembolso prévio e instaura a fase litigiosa do processo.

Caso a Reclamação não seja apresentada, aplicam-se ao autuado os efeitos da revelia, imputando-se como verdadeiros os fatos descritos no auto de infração, nos termos do artigo 48, parágrafo 2º, da Lei n. 18.877/2016.

Não será conhecida a reclamação interposta fora do prazo legal (artigo 14, parágrafo 3º, da Lei n. 18.877/2016).

O acesso aos documentos e à íntegra dos autos, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

**Relação dos Autos de Infração**

---

11ª DRR - Umuarama
Auto de infração: **8004653-7**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
333.988.529-04 ODETE IORIS KOCHE

---

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8004568-9**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
059.244.859-27 TIAGO DE PAULO

---

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

---

Curitiba, 19 de Abril de 2024

Roberto Zaninelli Covelo Tizon
Diretor da Receita Estadual do Paraná

---

**39790/2024**

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**
**RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ**
**CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO**

**Ciência das Decisões de Primeira Instância**
**Edital n. 25/2024**

A Receita Estadual do Paraná cientifica os sujeitos passivos dos autos de infração abaixo relacionados, que foram expedidas as respectivas decisões de primeira instância (Lei n. 18.877/2016, artigo 50).

Decorridos dez dias corridos da publicação deste edital, as intimações serão consideradas efetuadas (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV).

A partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias corridos para pagamento ou parcelamento do crédito tributário, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996, e conforme o calendário de expediente bancário do município da sede da Delegacia da Receita (DRR) da origem da medida fiscal.

Também a partir da data da intimação, terão prazo de até trinta dias úteis para a apresentação de recurso ordinário contra a parte mantida, caso sejam atendidas as condições do artigo 52 da Lei n. 18.877/2016 (nos termos da redação dada pelo artigo 2º da Lei n. 20.389, de 4 de dezembro de 2020), contado na forma do artigo 22 da Lei n. 18.877/2016 (e sendo adotado o calendário de expediente da sede da Receita Estadual do Paraná, localizada no município de Curitiba), podendo ainda, efetuar depósito administrativo do montante integral (Lei n.18.877/2016, artigo 46), caso queiram fazer cessar a incidência dos juros de mora.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS (para qualquer data de fato gerador ou penalidade) ou de ITCMD (cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º.1.2016 e com as penalidades previstas nos incisos I, II ou III do parágrafo 1º do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015), o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em vinte e cinco por cento, na forma das leis de cada imposto citado.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS apurado pelas regras do Simples Nacional, decorrentes de impugnação tempestiva, o valor da multa será reduzido em trinta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigos 95 e 96, parágrafo único, inciso II, alínea "a"; Lei n. 9.430/1996, artigo 44, parágrafo 3º; Lei n. 8.218/1991, artigo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

6º, inciso III). No caso de parcelamento, sob a mesma condição, o valor da multa será reduzido em vinte por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigo 46, inciso IV, alínea "b"; Lei n. 9.430/1996, artigo 44, parágrafo 3º; Lei nº 8.218/1991, artigo 6º, inciso IV) na forma da lei.

Caso a decisão em primeira instância promova alteração da penalidade do auto de infração, o benefício reducional da etapa de lavratura será novamente disponibilizado, nos termos do artigo 11, parágrafo 2º, da Lei n. 18.877/2016.

Os sujeitos passivos poderão pagar a importância que entenderem devida e impugnar o restante da exigência, nos termos do artigo 16 da Lei n. 18.877/2016.

Ficam os sujeitos passivos cientificados, ainda, que as decisões que determinem a nulidade, a redução ou o cancelamento do crédito tributário, na forma do artigo 51 da Lei n. 18.877/2016 (nos termos da redação dada pelo artigo 1º da Lei n. 20.389, de 4 de dezembro de 2020), serão objeto de recurso obrigatório, denominado "reexame necessário", com encaminhamento ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais nos casos em que o montante dispensado atualizado, verificada essa condição na data da decisão, for superior a:

I - 500 UPF/PR (quinhentas vezes a Unidade Padrão Fiscal do Paraná), quando se tratar do ICMS;

II - 100 UPF/PR (cem vezes a Unidade Padrão Fiscal do Paraná), quando se tratar de ITCMD ou IPVA.

O acesso aos documentos e à íntegra dos autos, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

**Relação dos Autos de Infração**

---

8ª DRR - Londrina
Auto de infração: **8002843-1** Mérito: **Procedente**

| Identificação: (*) | Sujeito Passivo: |
|---|---|
| 283.585.788-57 | MARCELO DE MELLO PAIVA CAETANO |

---

8ª DRR - Londrina
Auto de infração: **8002878-4** Mérito: **Procedente**

| Identificação: (*) | Sujeito Passivo: |
|---|---|
| 283.585.788-57 | MARCELO DE MELLO PAIVA CAETANO |
| 212.589.508-04 | FLAVIA SEBASTIANI |

---

8ª DRR - Londrina
Auto de infração: **8002860-1** Mérito: **Procedente**

| Identificação: (*) | Sujeito Passivo: |
|---|---|
| 283.585.788-57 | MARCELO DE MELLO PAIVA CAETANO |
| 212.589.508-04 | FLAVIA SEBASTIANI |
| 283.585.788-57 | MARCELO DE MELLO PAIVA CAETANO |
| 212.589.508-04 | FLAVIA SEBASTIANI |

---

8ª DRR - Londrina
Auto de infração: **8002844-0** Mérito: **Procedente**

| Identificação: (*) | Sujeito Passivo: |
|---|---|
| 283.585.788-57 | MARCELO DE MELLO PAIVA CAETANO |

---

8ª DRR - Londrina
Auto de infração: **8002845-8** Mérito: **Procedente**

| Identificação: (*) | Sujeito Passivo: |
|---|---|
| 283.585.788-57 | MARCELO DE MELLO PAIVA CAETANO |
| 283.585.788-57 | MARCELO DE MELLO PAIVA CAETANO |

---

8ª DRR - Londrina
Auto de infração: **8002860-1** Mérito: **Procedente**

| Identificação: (*) | Sujeito Passivo: |
|---|---|
| 283.585.788-57 | MARCELO DE MELLO PAIVA CAETANO |
| 212.589.508-04 | FLAVIA SEBASTIANI |
| 283.585.788-57 | MARCELO DE MELLO PAIVA CAETANO |
| 212.589.508-04 | FLAVIA SEBASTIANI |

---

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

---

Curitiba, 19 de Abril de 2024

Roberto Zaninelli Covelo Tizon
Diretor da Receita Estadual do Paraná

---

**39798/2024**

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Ciência de Autos de Infração - Edital n. 10/2024

A Receita Estadual do Paraná cientifica os sujeitos passivos que foram lavrados os Autos de Infração relacionados abaixo, para a formalização de créditos tributários conforme a Seção III da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016.

Decorridos dez dias da publicação deste edital, as intimações serão consideradas efetuadas (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4°, inciso IV).

A partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias para pagamento ou parcelamento do crédito tributário, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996, e conforme o calendário de expediente bancário do município da sede da Delegacia da Receita (DRR) da origem da medida fiscal.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS (para qualquer data de fato gerador ou penalidade) ou de ITCMD (cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1°.1.2016 e com as penalidades previstas nos incisos I, II ou III do parágrafo 1° do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015), o valor da multa e dos respectivos juros de mora serão reduzidos em cinquenta por cento, na forma das leis de cada imposto.

O mesmo prazo de trinta dias vale para a apresentação de defesa administrativa (Reclamação) nos termos dos artigos 14 e 48 da Lei n. 18.877/2016, podendo ainda, efetuar depósito administrativo do montante integral (Lei n.18.877/2016, artigo 46), caso queira fazer cessar a incidência dos juros de mora.

Os prazos processuais serão contados em dias úteis na forma do artigo 22 da Lei n. 18.877/2016 (sendo adotado o calendário de expediente da sede da Receita Estadual do Paraná, localizada no município de Curitiba).

Os sujeitos passivos poderão pagar a importância que entenderem devida e impugnar o restante da exigência, nos termos do artigo 16 da Lei n. 18.877/2016.

A apresentação da defesa (RECLAMAÇÃO) não está condicionada a qualquer desembolso prévio e instaura a fase litigiosa do processo.

Caso a Reclamação não seja apresentada, aplicam-se ao autuado os efeitos da revelia, imputando-se como verdadeiros os fatos descritos no auto de infração, nos termos do artigo 48, parágrafo 2°, da Lei n. 18.877/2016.

Não será conhecida a reclamação interposta fora do prazo legal (artigo 14, parágrafo 3°, da Lei n. 18.877/2016).

Relação dos Autos de Infração

| DRR-A.I. | Identificação | Sujeito Passivo |
|---|---|---|
| 05-7206506-9 | 47825788/0001-39 | DALFAMA DISTRIBUIDORA LTDA |

Curitiba, 19 de abril de 2024

ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON
Diretor da Receita Estadual do Paraná

**39809/2024**

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Intimação para pagamento - Edital n. 10/2024

A Receita Estadual do Paraná intima os sujeitos passivos abaixo relacionados para pagamento do crédito tributário originário de auto de infração:

1°) julgado parcial ou integralmente procedente e com decisão administrativa transitada em julgado, nos termos do inciso I do artigo 43 da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016; e/ou,

2°) que não teve apresentação de reclamação (revel) ou a apresentação desta foi intempestiva (fora de prazo), sendo denegado seu prosseguimento nos termos do inciso III do artigo 14 da Lei n. 18.877/2016, combinado com o § 3° do mesmo artigo, fatos que encerram a instância administrativa de acordo com o inciso I do artigo 44 da Lei n. 18.877/2016.

Decorridos dez dias corridos da publicação deste edital, serão consideradas efetuadas as intimações (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4°, inciso IV), começando a contagem do prazo de até trinta dias corridos, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996 (e adotando-se o calendário de expediente bancário do município a sede da DRR da origem da medida fiscal), para pagamento ou parcelamento do crédito tributário devidamente atualizado, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado e no Cadin Estadual (Lei n. 18.466/2015).

Para os autos de infração relativos ao ICMS, o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em dez por cento (Lei n.11.580/1996, artigo 40, parágrafo 1°, inciso III, combinado com o parágrafo 2°), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

Em caso de pagamento dos autos de infração relativos ao ITCMD, cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1°.1.2016, havendo a aplicação da penalidade prevista nos incisos I, II ou III do parágrafo 1° do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015, o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em dez por cento (artigo 33, parágrafo 2°, inciso III, c/c parágrafo 3°, da Lei n. 18.573/2015), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

Relação dos Autos de Infração

| DRR-A.I. | Identificação | Sujeito Passivo |
|---|---|---|
| 05-6642909-1 | 587067479-49 | ABEL SCHEREDA |
| 05-6642641-6 | 164649079-72 | ANTONIO IASTREMSKI |
| 05-6642642-4 | 094573499-97 | CARINA DE PAULA DOS SANTOS |
| 05-6642862-1 | 339300409-30 | JOAO ARMIRIS FERREIRA MENDES |
| 05-6642645-9 | 088934169-99 | JOSIELE NEVES GONçALVES |
| 05-6642165-1 | 422747539-20 | LAUVIR CENCI |
| 05-6642458-8 | 606431379-04 | NELVIR DE JESUS GADENS |
| 05-6642647-5 | 622180189-34 | OSVALDINA TELES LICOVISKI |
| 05-6642441-3 | 331391168-45 | SIDINEIA FERNANDES |
| 05-7206458-5 | 655476329-53 | TEOFILO CZERVINSKI |
| 05-6642170-8 | 037361919-79 | VALMIR BOIKO MULLER |

Curitiba, 19 de abril de 2024

ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON
Diretor da Receita Estadual do Paraná

**39813/2024**

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

NOTIFICAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRÉVIA
Edital n. 7/2024

A Receita Estadual do Paraná cientifica os interessados abaixo das

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Notificações para Apresentação de Defesa Prévia, em conformidade com o disposto no artigo 22 da Lei Complementar Estadual n. 107, de 11 de janeiro de 2005, com a nova redação da LCE n. 118, de 14 de fevereiro de 2007, com o Decreto n. 5.568, de 14 de outubro de 2009 e com a Norma de Procedimento Fiscal da CRE n. 103 de 10 de novembro de 2009.

Decorridos dez dias desta publicação, serão consideradas efetuadas as intimações (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4°, inciso IV),começando a contagem do prazo de até dez dias para a apresentação de Defesa Prévia, nos termos da NPF n. 103/2009, considerando a regra de contagem de prazo processual do artigo 22 do Lei n. 18.877/2016.

Relação das Notificações para Apresentação de Defesa Prévia

---

Protocolo: 21522407-4 CAF/OSF: Nr.DITCMD:
Notificação: 0151/2024 5ª DRR - GUARAPUAVA
CPF: 019424059-28 JOSE MARCOS BUDZIAK

---

Protocolo: 21522407-4 CAF/OSF: Nr.DITCMD:
Notificação: 0111/2024 5ª DRR - GUARAPUAVA
CPF: 038722679-65 REINALDO JOSE KESSELING

---

Protocolo: 21522407-4 CAF/OSF: Nr.DITCMD:
Notificação: 0180/2024 5ª DRR - GUARAPUAVA
CPF: 599742149-04 CYRANO LEONARDO YAZBEK

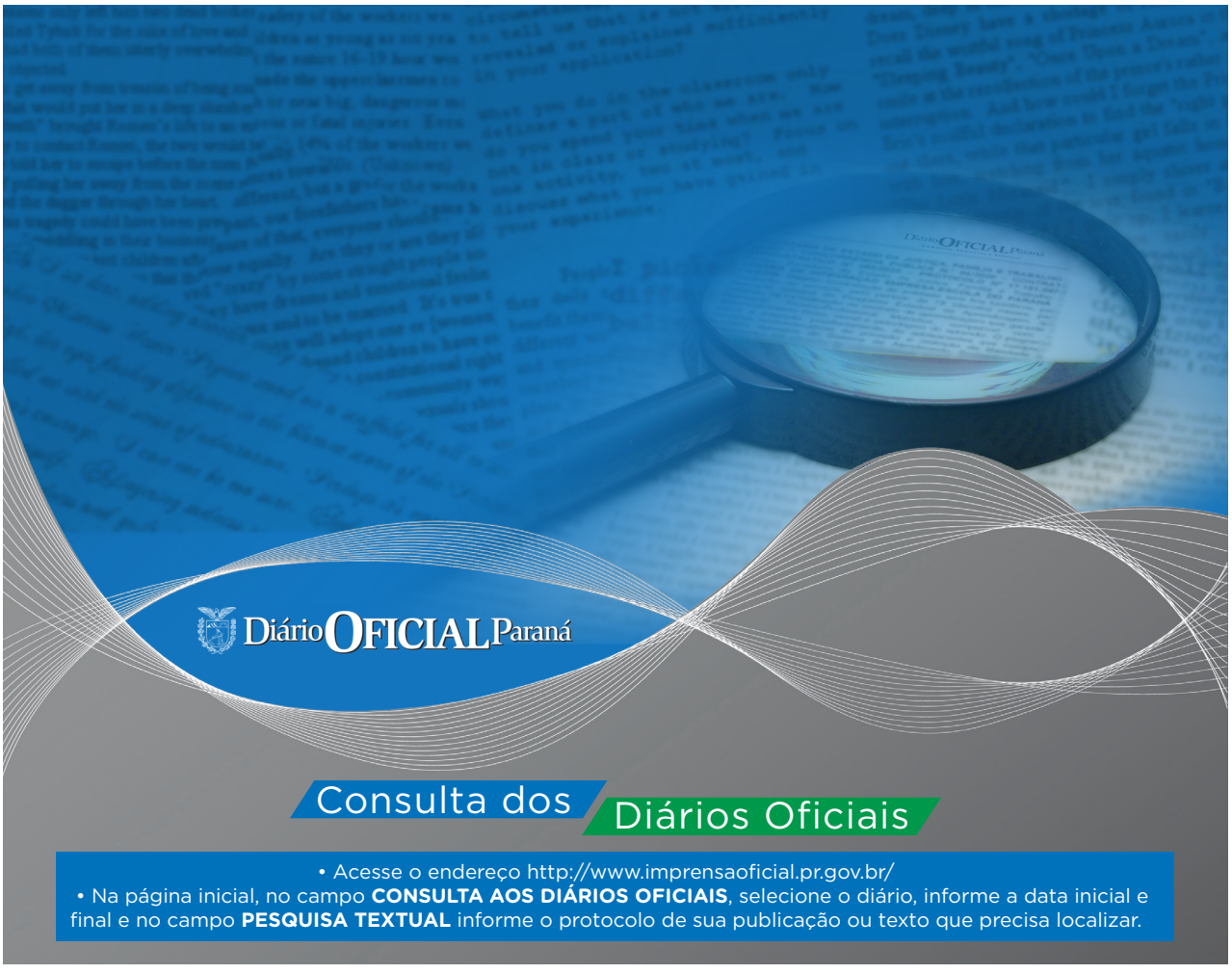
---

Endereços para apresentação:
1ª DRR = RUA LOURENCO PINTO 50 - CURITIBA - PR
3ª DRR = RUA THEODORO ROSAS 945 - PONTA GROSSA - PR
5ª DRR = RUA ANDRADE NEVES 925 - GUARAPUAVA - PR
6ª DRR = RUA PARANA 698 - JACAREZINHO - PR
8ª DRR = RUA PARA 473 - LONDRINA - PR
9ª DRR = AV PRUD. DE MORAES 211 - MARINGA - PR
11ª DRR = AV PARANA 3787 - UMUARAMA - PR
13ª DRR = R PADRE CHAMPAGNAT 130 - CASCAVEL - PR
14ª DRR = RUA ARARIBOIA 463 - PATO BRANCO - PR
17ª DRR = RUA VICENTE MACHADO 445 - CURITIBA - PR

Curitiba, 19 de abril de 2024

_____
ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON
Diretor da Receita Estadual do Paraná

**39805/2024**



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br



# Em tempo

## *Secretaria da Segurança Pública*

**ESTADO DO PARANÁ**
**POLÍCIA MILITAR**
**COMANDO-GERAL**

**PORTARIA DO COMANDO–GERAL Nº 034, DE 22 DE ABRIL DE 2024**

**Promove Praças da PMPR à graduação imediatamente superior.**

**O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º da Lei Estadual nº 16.575, de 28 de setembro de 2010, em conformidade com o inciso I do Art. 40 e com o Art. 42 da Lei Estadual nº 5.940, de 8 de maio de 1969, observado o Decreto Estadual nº 5135, de 11 de março de 2024,** com base no **Despacho Governamental** contido no **protocolado nº 21.796.803-8**, que autorizou o ato de promoção dos militares estaduais, nos termos do art. 1º, inc. I, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, de acordo **com o contido no Art. 13-A da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, RESOLVE:**

Art. 1º Promover os seguintes integrantes da Polícia Militar do Paraná, pelo princípio de **Antiguidade**:

**I À Graduação de 1º Sargento QPM 1-0:**

| Nº | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | ANDERSON FELICIANO BESTEL | 53714714 |
| 2 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | EDIVALDO RODRIGUES DA SILVA | 63074160 |
| 3 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | FLAVIO MANTOANI | 73378842 |
| 4 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | JULIANO POSSER | 77690280 |
| 5 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | LINCOLN PIRES | 73460573 |
| 6 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | NILSON CARNEIRO DURAES | 59185535 |
| 7 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | OSMAR GONCALVES | 68118409 |
| 8 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | RODRIGO FERREIRA ESTERES | 74032710 |
| 9 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | WAGNER FERREIRA DOS SANTOS | 79367249 |

**II À Graduação de 2º Sargento QPM 1-0:**

| Nº | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | ALFREDO SEBASTIAO OLIVEIRA | 45013693 |
| 2 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | AROLDO SCHEFFER | 49825544 |
| 3 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | CLEBER AUGUSTO DE OLIVEIRA REIS | 67424859 |
| 4 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | DIRLEI BARANDRECHT | 71697835 |
| 5 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | EZEQUIEL PINTO ASSERMAN | 63084069 |
| 6 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | HELDERSON JOSE DE ANDRADE | 57578262 |
| 7 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | JACSON GAVLAK TREFFLIS | 62793180 |
| 8 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | JORGE CARLOS CARDOSO PEREIRA | 51681380 |
| 9 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | SAULO DA ROCHA PINA | 69995624 |

**III À Graduação de 3º Sargento QPM 1-0:**

| Nº | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | CABO QPM 1-0 | ADANILTON DE GODOIS | 57613343 |
| 2 | CABO QPM 1-0 | ADILSON MARIA | 61139834 |
| 3 | CABO QPM 1-0 | ADRIANO GONCALVES | 94102413 |
| 4 | CABO QPM 1-0 | ADRIEL ZELLA DOS SANTOS | 62608820 |
| 5 | CABO QPM 1-0 | AILTON AMANCIO VIEIRA | 67429613 |
| 6 | CABO QPM 1-0 | AIRTON DA SILVA JUNIOR | 69614434 |
| 7 | CABO QPM 1-0 | ALESSANDRO TADEU BENTO | 69325939 |
| 8 | CABO QPM 1-0 | ALEX ANGELO DA SILVA | 54593120 |
| 9 | CABO QPM 1-0 | ALEX FILUS | 63674400 |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

| | | | |
|---|---|---|---|
| 10 | CABO QPM 1-0 | ALEXANDER URBANO DE CAMARGO | 67151526 |
| 11 | CABO QPM 1-0 | ALFREDO BRUNO NOVAK JUNIOR | 49129637 |
| 12 | CABO QPM 1-0 | ALVARO KINTOPP | 54118082 |
| 13 | CABO QPM 1-0 | ANDERSON FABIANO CANDIDO | 53732968 |
| 14 | CABO QPM 1-0 | ANDERSON RENATO FERNANDES | 57530219 |
| 15 | CABO QPM 1-0 | ANDERSON SKODOWSKI | 66879313 |
| 16 | CABO QPM 1-0 | ANTONIO TKACZ | 81524866 |
| 17 | CABO QPM 1-0 | ARNALDO BERGAMO JUNIOR | 65123754 |
| 18 | CABO QPM 1-0 | ARNALDO LUIS RODRIGUES | 59788892 |
| 19 | CABO QPM 1-0 | BILLY GRAHAM DE CASTRO FERNANDES | 61252495 |
| 20 | CABO QPM 1-0 | CLAUDINEI DA SILVA | 56815520 |
| 21 | CABO QPM 1-0 | CLAUDIO DE OLIVEIRA CARNEIRO | 52519918 |
| 22 | CABO QPM 1-0 | CLAUDIO LUIS PABIS | 62065079 |
| 23 | CABO QPM 1-0 | CLAUDIO MARCOS DE FREITAS | 46253680 |
| 24 | CABO QPM 1-0 | CLAUDIO ROBERTO JABONSKI | 62736305 |
| 25 | CABO QPM 1-0 | CLAUDIO ROGERIO ALVES | 59352261 |
| 26 | CABO QPM 1-0 | CLAUDIONOR ROGERIO MONTANHA | 54122446 |
| 27 | CABO QPM 1-0 | CLEVERSON BORGES MAIA DA SILVA | 59371509 |
| 28 | CABO QPM 1-0 | CLEVERSON DE JESUS BORBA DE ANDRADE | 60639345 |
| 29 | CABO QPM 1-0 | DAILSON VILMAR MENDES | 62064641 |
| 30 | CABO QPM 1-0 | DANIEL BUENO DE CRISTO | 48836372 |
| 31 | CABO QPM 1-0 | DAVI EDSON RAMOS | 75655428 |
| 32 | CABO QPM 1-0 | DELFIM WILTEMBURG MACEDO | 80332157 |
| 33 | CABO QPM 1-0 | DELMIR NOTTE | 99375930 |
| 34 | CABO QPM 1-0 | EDILSON PIRES | 63841625 |
| 35 | CABO QPM 1-0 | EDSON DOS SANTOS ROSA | 59491253 |
| 36 | CABO QPM 1-0 | EDSON FERREIRA DOS SANTOS | 110438540 |
| 37 | CABO QPM 1-0 | EDSON ROMUALDO CROVADOR | 58401510 |
| 38 | CABO QPM 1-0 | EDUARDO MUCIO | 55086460 |
| 39 | CABO QPM 1-0 | EDVILSON TORRES SOUZA | 70497107 |
| 40 | CABO QPM 1-0 | ELCIO DE SOUZA RUPEL | 47016827 |
| 41 | CABO QPM 1-0 | EMERSON DE OLIVEIRA | 54246803 |
| 42 | CABO QPM 1-0 | EMERSON LUIS MARQUES | 75728638 |
| 43 | CABO QPM 1-0 | FABIANO HENRI RODRIGUES | 49954069 |
| 44 | CABO QPM 1-0 | FABIO ROGERIO DE ANDRADE | 61266364 |
| 45 | CABO QPM 1-0 | FABRICIO RODRIGUES MACHADO DE FREITAS | 68936632 |
| 46 | CABO QPM 1-0 | FERNANDO HENRIQUE DE OLIVEIRA | 69201547 |
| 47 | CABO QPM 1-0 | FLAVIO FELIPE MARQUES | 103811872 |
| 48 | CABO QPM 1-0 | GILBERTO ALEXSSANDRO COLMAN GALDINO | 67734777 |
| 49 | CABO QPM 1-0 | GILBERTO PAIM DE ANDRADE | 18541483 |
| 50 | CABO QPM 1-0 | GILBERTO PEREIRA BOCON | 57347627 |
| 51 | CABO QPM 1-0 | GIVANILDO DE OLIVEIRA MACIEL | 67432606 |
| 52 | CABO QPM 1-0 | HELIO WANDERLEI DA SILVA | 47196213 |
| 53 | CABO QPM 1-0 | ISRAEL FRANCA DIAS | 53324770 |
| 54 | CABO QPM 1-0 | ITAMAR FERREIRA | 61531092 |
| 55 | CABO QPM 1-0 | JEFFERSON RODRIGUES | 67647998 |
| 56 | CABO QPM 1-0 | JESSE GONZALES DA SILVA | 62641738 |
| 57 | CABO QPM 1-0 | JOAO CESAR SCHEFFER | 50109780 |
| 58 | CABO QPM 1-0 | JOBEL EVANGELISTA SILVA | 49950217 |
| 59 | CABO QPM 1-0 | JOCINEI PIRES VIEIRA | 77669825 |
| 60 | CABO QPM 1-0 | JOELME DA SILVA PAULA | 75260016 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 61 | CABO QPM 1-0 | JONAS ISRAEL DE SOUZA | 60412413 |
| 62 | CABO QPM 1-0 | JORGE DA SILVA PRACA JUNIOR | 49913818 |
| 63 | CABO QPM 1-0 | JOSE PEREIRA DOS SANTOS | 57876484 |
| 64 | CABO QPM 1-0 | JOSEMAR GONCALVES | 59195123 |
| 65 | CABO QPM 1-0 | JOSMAR VALENGA | 50790541 |
| 66 | CABO QPM 1-0 | JOSUEL EFIGENIO CORREA | 62268514 |
| 67 | CABO QPM 1-0 | JOVANO SOARES CARDOSO | 53604536 |
| 68 | CABO QPM 1-0 | JULIANO GENOVAI | 57605065 |
| 69 | CABO QPM 1-0 | JULIO CESAR BISPO DAMASCENO | 62751606 |
| 70 | CABO QPM 1-0 | JULIO CEZAR MAZURECHEN | 50161455 |
| 71 | CABO QPM 1-0 | JULIO JOSE SANTOS | 57459085 |
| 72 | CABO QPM 1-0 | KLEBER APARECIDO DE OLIVEIRA PACHECO | 51413318 |
| 73 | CABO QPM 1-0 | LEANDRO DA SILVA FERMINO | 91024403 |
| 74 | CABO QPM 1-0 | LEANDRO MOZER DE CASTRO | 58537314 |
| 75 | CABO QPM 1-0 | LEONARDO JOSE DA SILVA | 52573165 |
| 76 | CABO QPM 1-0 | LUCIANO APARECIDO MONTANHA | 51433645 |
| 77 | CABO QPM 1-0 | LUCIANO DA LUZ MACIEL | 62675390 |
| 78 | CABO QPM 1-0 | LUCIANO DOMINGUES ESBAMPATO | 50171752 |
| 79 | CABO QPM 1-0 | LUIS EDUARDO DOS SANTOS | 69395414 |
| 80 | CABO QPM 1-0 | LUIZ ALBERTO DE MATTOS | 83326026 |
| 81 | CABO QPM 1-0 | LUIZ ALBERTO ELIAS | 54119755 |
| 82 | CABO QPM 1-0 | LUIZ CARLOS DOS SANTOS | 69383343 |
| 83 | CABO QPM 1-0 | LUIZ CARLOS KANETCHNY FILHO | 58325970 |
| 84 | CABO QPM 1-0 | MARCELO APARECIDO LEONEL FERREIRA | 58868787 |
| 85 | CABO QPM 1-0 | MARCELO RIBEIRO | 57206594 |
| 86 | CABO QPM 1-0 | MARCIO MAIDL | 69324398 |
| 87 | CABO QPM 1-0 | MARCO ANTONIO DOS SANTOS | 52339235 |
| 88 | CABO QPM 1-0 | MARCOS DA SILVA ALMEIDA | 62398779 |
| 89 | CABO QPM 1-0 | MARCOS DAS MERCER | 62856238 |
| 90 | CABO QPM 1-0 | MARCOS LUCIO DA SILVA | 47492904 |
| 91 | CABO QPM 1-0 | MARCOS ROBERTO REPA | 62976110 |
| 92 | CABO QPM 1-0 | NILTON ANACZEWSKI JUNIOR | 64182714 |
| 93 | CABO QPM 1-0 | ODAIR JOSE DA CUNHA | 59648012 |
| 94 | CABO QPM 1-0 | ODECIO VANDERLEI DA COSTA | 57617900 |
| 95 | CABO QPM 1-0 | OZIRES SILVA DE LIMA | 56259198 |
| 96 | CABO QPM 1-0 | PAULO CESAR VALERIO | 57290544 |
| 97 | CABO QPM 1-0 | PAULO ROBERTO AZAMOR GOULART | 60895139 |
| 98 | CABO QPM 1-0 | PETERSON DINIZ DE LIMA | 61626662 |
| 99 | CABO QPM 1-0 | PETERSON VICENTE JULIO RODRIGUES GROLLI | 97362700 |
| 100 | CABO QPM 1-0 | REGINALDO CARIS | 66390411 |
| 101 | CABO QPM 1-0 | REGINALDO PEREIRA DA SILVA | 61742328 |
| 102 | CABO QPM 1-0 | RENATO BARRETO SALGUEIRO | 63388645 |
| 103 | CABO QPM 1-0 | REUDEMAR DANIEL CORREIA | 58985171 |
| 104 | CABO QPM 1-0 | ROGERIO DAVEBIDA | 66397122 |
| 105 | CABO QPM 1-0 | ROMUALDO MATHEUS SALOM | 53331505 |
| 106 | CABO QPM 1-0 | ROUDNEI DE ANDRADE LUZ | 68465710 |
| 107 | CABO QPM 1-0 | RUBENS VALERIO GOMES DE ARAUJO | 71793478 |
| 108 | CABO QPM 1-0 | SANDRO CICERO DA SILVA | 62040211 |
| 109 | CABO QPM 1-0 | SERGIO LUIS MYSZYNSKI | 70240157 |
| 110 | CABO QPM 1-0 | SIDINEY MOREIRA RODRIGUES | 77427139 |
| 111 | CABO QPM 1-0 | SIDIONEI VIANA | 61588647 |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

| | | | |
|---|---|---|---|
| 112 | CABO QPM 1-0 | SIDNEI CARLOS DE SOUZA | 72504810 |
| 113 | CABO QPM 1-0 | VAGNER PEREIRA FERTONANI | 64236970 |
| 114 | CABO QPM 1-0 | WAGNER ROGERIO BATISTA | 54534280 |
| 115 | CABO QPM 1-0 | WALTER VIANA DA SILVA | 88888251 |
| 116 | CABO QPM 1-0 | WALZENIR GOMES FERREIRA FILHO | 102397509 |
| 117 | CABO QPM 1-0 | WILSON COGROSSI | 60765090 |

**IV À Graduação de Cabo QPM 1-0:**

| Nº | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | SOLDADO QPM 1-0 | ADAIR DOS SANTOS | 70243598 |
| 2 | SOLDADO QPM 1-0 | ADELMO FERREIRA DOS SANTOS | 95353029 |
| 3 | SOLDADO QPM 1-0 | ADERLEI LERILHO DOS SANTOS | 79002216 |
| 4 | SOLDADO QPM 1-0 | ADRIANO ZANCHET | 130798233 |
| 5 | SOLDADO QPM 1-0 | ALEX DIETRICH RODRIGUES | 130794831 |
| 6 | SOLDADO QPM 1-0 | ALEXANDRE MATIAS EBERT | 102398467 |
| 7 | SOLDADO QPM 1-0 | ALEXANDRE THEMISTOCLIS BRASIL | 80357796 |
| 8 | SOLDADO QPM 1-0 | ALEXANDRO NASCIMENTO BUENO | 93615344 |
| 9 | SOLDADO QPM 1-0 | ALLAN APARECIDO BRITES | 103588898 |
| 10 | SOLDADO QPM 1-0 | ANA CAROLINE GARCIA | 82999884 |
| 11 | SOLDADO QPM 1-0 | ANA CLAUDIA ROGERIO | 94538432 |
| 12 | SOLDADO QPM 1-0 | ANDERSON MARIO DE SOUZA | 92589510 |
| 13 | SOLDADO QPM 1-0 | ANDRE CHAVES VASCONCELOS | 105605137 |
| 14 | SOLDADO QPM 1-0 | ANGELA PALHANO DOS SANTOS JULIANI | 86220652 |
| 15 | SOLDADO QPM 1-0 | BILL ADEMIR RODRIGUES DE MOURA | 76145342 |
| 16 | SOLDADO QPM 1-0 | BRUNO BRANDAO PINETTE | 87068846 |
| 17 | SOLDADO QPM 1-0 | BRUNO JOSE PEREIRA | 98056475 |
| 18 | SOLDADO QPM 1-0 | CLAUDIOMIRO ALCIDES VEDOI | 68502560 |
| 19 | SOLDADO QPM 1-0 | CLEVERSON ALEX RUTHES | 130831095 |
| 20 | SOLDADO QPM 1-0 | DANILO DO NASCIMENTO | 123299604 |
| 21 | SOLDADO QPM 1-0 | DANUBIA REGINA GOMES | 83832908 |
| 22 | SOLDADO QPM 1-0 | DAVI JOSE MORESCHI | 62451947 |
| 23 | SOLDADO QPM 1-0 | DÉBORAH MONIK FABRIS LOPES | 102174569 |
| 24 | SOLDADO QPM 1-0 | DENIS WILLIAM NISHIYAMA | 80737220 |
| 25 | SOLDADO QPM 1-0 | DIEGO DANIEL ROCHA | 105538367 |
| 26 | SOLDADO QPM 1-0 | DOUGLAS DE SANTI NUNES | 93613350 |
| 27 | SOLDADO QPM 1-0 | DOUGLAS MOREIRA DOS SANTOS | 93980239 |
| 28 | SOLDADO QPM 1-0 | EDERSON LAVAGNOLI DE OLIVEIRA | 94863961 |
| 29 | SOLDADO QPM 1-0 | EDINEI JOSMAR LAURINIO | 84735310 |
| 30 | SOLDADO QPM 1-0 | EDUARDO DE FREITAS BRILL | 75902590 |
| 31 | SOLDADO QPM 1-0 | ELOIR ALVES DA CONCEICAO | 64263978 |
| 32 | SOLDADO QPM 1-0 | ELUIR CLEMENTINO | 76884382 |
| 33 | SOLDADO QPM 1-0 | EMERSON RODRIGUES | 95465056 |
| 34 | SOLDADO QPM 1-0 | ENRICO CARDOSO | 99312785 |
| 35 | SOLDADO QPM 1-0 | ERICO PERETO OLIVEIRA | 87909735 |
| 36 | SOLDADO QPM 1-0 | ERIVALDO DOS SANTOS | 77450360 |
| 37 | SOLDADO QPM 1-0 | EVANDRO DO ROSARIO ROCHA | 97712417 |
| 38 | SOLDADO QPM 1-0 | EVERSON JOSE PEREIRA DA SILVA | 77391185 |
| 39 | SOLDADO QPM 1-0 | FABIANO PEREIRA DA SILVA CATANIO | 80087136 |
| 40 | SOLDADO QPM 1-0 | FABIANO RAMOS | 82678794 |
| 41 | SOLDADO QPM 1-0 | FABIO DZIEKANSKI | 130655220 |
| 42 | SOLDADO QPM 1-0 | FABIO ROBERTO SEGATTO | 94763258 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 43 | SOLDADO QPM 1-0 | FABIO ZIEMBICKI | 101334643 |
| 44 | SOLDADO QPM 1-0 | FERNANDO FERREIRA DA SILVA | 68609658 |
| 45 | SOLDADO QPM 1-0 | FRANCIELE APARECIDA SILVEIRA | 82038019 |
| 46 | SOLDADO QPM 1-0 | GEISON RODRIGO SILVEIRA | 92047580 |
| 47 | SOLDADO QPM 1-0 | GEORGE HENRIQUE BANDEIRA | 71816796 |
| 48 | SOLDADO QPM 1-0 | GEVERSON XAVIER RODRIGUES | 88677021 |
| 49 | SOLDADO QPM 1-0 | GILBERTO PIETRZAK | 60866066 |
| 50 | SOLDADO QPM 1-0 | GILMAR ALMIR DOS SANTOS | 83022507 |
| 51 | SOLDADO QPM 1-0 | GILMAR ANTONIO LENGLER FILHO | 84145238 |
| 52 | SOLDADO QPM 1-0 | ISANDRO COUTINHO DA SILVA | 73380243 |
| 53 | SOLDADO QPM 1-0 | ISIS LOREAN DE LIMA MACEDO | 94459052 |
| 54 | SOLDADO QPM 1-0 | IVAN PARMEZAN JUNIOR | 103042437 |
| 55 | SOLDADO QPM 1-0 | IZAIAS PAULINO DA SILVA JUNIOR | 88662261 |
| 56 | SOLDADO QPM 1-0 | JAISON LUIS MALHEIRO | 89081602 |
| 57 | SOLDADO QPM 1-0 | JEAN CARLOS VIEIRA | 103883741 |
| 58 | SOLDADO QPM 1-0 | JEAN PATRICK NIQUETTI | 93993373 |
| 59 | SOLDADO QPM 1-0 | JEFERSON AMILTON DE OLIVEIRA PARANA | 73911427 |
| 60 | SOLDADO QPM 1-0 | JEFERSON FONTES LONGAS | 89841852 |
| 61 | SOLDADO QPM 1-0 | JEFERSON LUIZ RAMOS MARQUES | 82464638 |
| 62 | SOLDADO QPM 1-0 | JEFERSON PAULINO BASSAI | 82341838 |
| 63 | SOLDADO QPM 1-0 | JEFFERSON NETO DA SILVA | 80453345 |
| 64 | SOLDADO QPM 1-0 | JOAO PAULO CESAR FULAN | 77793941 |
| 65 | SOLDADO QPM 1-0 | JOAO PAULO LESSNAU MILDEMBERG | 87877930 |
| 66 | SOLDADO QPM 1-0 | JOELSON MARQUES DE ANDRADE | 94475716 |
| 67 | SOLDADO QPM 1-0 | JONATAS CAMILO DE GODOI JUNIOR | 85673840 |
| 68 | SOLDADO QPM 1-0 | JOSIEL GARDACHO DOS SANTOS | 79742368 |
| 69 | SOLDADO QPM 1-0 | JOSUE ELIAS GONCALVES | 71539920 |
| 70 | SOLDADO QPM 1-0 | JOVANI MENDES DEFAVERI | 101547990 |
| 71 | SOLDADO QPM 1-0 | LEONARDO ANTONY CALEGARI FIORESE | 95175171 |
| 72 | SOLDADO QPM 1-0 | LIDIANE MARIANE LIMBERGER | 97289344 |
| 73 | SOLDADO QPM 1-0 | LUCAS D'AMARAL DALLOLMO | 102918320 |
| 74 | SOLDADO QPM 1-0 | LUCIANO ALBERTO ZANOTTI | 130097359 |
| 75 | SOLDADO QPM 1-0 | LUCIANO ALVES DOMINGOS | 60054401 |
| 76 | SOLDADO QPM 1-0 | LUCIANO TIMOTEO BARROSO | 76549567 |
| 77 | SOLDADO QPM 1-0 | LUIZ GUSTAVO CORREA PEREIRA | 91920433 |
| 78 | SOLDADO QPM 1-0 | MAICKON DA ROSA | 95731015 |
| 79 | SOLDADO QPM 1-0 | MAICON CEZAR TSCHA | 92092089 |
| 80 | SOLDADO QPM 1-0 | MARCELO AUGUSTO PETERS | 71675300 |
| 81 | SOLDADO QPM 1-0 | MARCELO SENTONE | 73442397 |
| 82 | SOLDADO QPM 1-0 | MARCIO ANTONIO VIDAL | 64667661 |
| 83 | SOLDADO QPM 1-0 | MARCIO DRANSKI | 86295814 |
| 84 | SOLDADO QPM 1-0 | MARCIO ROBERTO PAIXAO DOS SANTOS WISTUBA | 95831141 |
| 85 | SOLDADO QPM 1-0 | MARCOS FELIPE DE ALMEIDA | 92693791 |
| 86 | SOLDADO QPM 1-0 | MARCOS KAPPES DA SILVA | 108119527 |
| 87 | SOLDADO QPM 1-0 | MARCOS PEDRO MACCAGNAN | 84464384 |
| 88 | SOLDADO QPM 1-0 | MARCOS VILAS BOAS CHAVES | 83545666 |
| 89 | SOLDADO QPM 1-0 | MATHEUS SILVEIRA DE MELLO | 130842828 |
| 90 | SOLDADO QPM 1-0 | MAYCON LUIZ BOGONI | 85074849 |
| 91 | SOLDADO QPM 1-0 | MITCHELL DALLAS DOS SANTOS | 84623601 |
| 92 | SOLDADO QPM 1-0 | MOISES TORRES GERALDO | 82288899 |
| 93 | SOLDADO QPM 1-0 | ODIERLE BERTOLINI | 95315186 |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

| | | | |
|---|---|---|---|
| 94 | SOLDADO QPM 1-0 | PABLO JUAN DE SOUZA | 78979372 |
| 95 | SOLDADO QPM 1-0 | RAFAEL LIMA DE ARAUJO | 91623692 |
| 96 | SOLDADO QPM 1-0 | RICARDO MACEDO NICOLI | 81265593 |
| 97 | SOLDADO QPM 1-0 | ROBSON ANTONIO CORDEIRO | 84106917 |
| 98 | SOLDADO QPM 1-0 | ROBSON BRUNINSKI CHANAN | 105492731 |
| 99 | SOLDADO QPM 1-0 | ROBSON DE PAULA MENDES | 109307700 |
| 100 | SOLDADO QPM 1-0 | ROBSON MARCELO FERNANDES | 83765879 |
| 101 | SOLDADO QPM 1-0 | RODOLFO MALINOSKI | 90128000 |
| 102 | SOLDADO QPM 1-0 | RODRIGO DANIEL FERREIRA | 81435839 |
| 103 | SOLDADO QPM 1-0 | RODRIGO HENRIQUE DE MATTOS | 94654084 |
| 104 | SOLDADO QPM 1-0 | ROSENI MARIA DA LUZ | 64645935 |
| 105 | SOLDADO QPM 1-0 | RUBEN GONZAGA DE ABREU ARAUJO | 130091466 |
| 106 | SOLDADO QPM 1-0 | RUDOLPH MARQUES MELO | 59822187 |
| 107 | SOLDADO QPM 1-0 | THIAGO ALVES CRISTALDO | 130805558 |
| 108 | SOLDADO QPM 1-0 | THIAGO FIGUEIREDO GOULART | 83115521 |
| 109 | SOLDADO QPM 1-0 | THIAGO HENRIQUE DE OLIVEIRA FERREIRA | 97849536 |
| 110 | SOLDADO QPM 1-0 | THIAGO PEREIRA DA ROCHA | 96158521 |
| 111 | SOLDADO QPM 1-0 | VICTOR LEANDRO DE SOUZA | 90705539 |
| 112 | SOLDADO QPM 1-0 | WALDIR DO NASCIMENTO JUNIOR | 73481473 |
| 113 | SOLDADO QPM 1-0 | WILLIAN PONDELEK EKERMANN | 90881531 |

Art. 2º Promover os seguintes integrantes da Polícia Militar do Paraná, pelo princípio de **Merecimento**:

**I À Graduação de Subtenente QPM 1-0:**

| Nº | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | 1º SARGENTO QPM 1-0 | ALENCAR GONCALVES DA SILVA | 61632794 |
| 2 | 1º SARGENTO QPM 1-0 | ALEXANDER OSIPIS | 62576200 |
| 3 | 1º SARGENTO QPM 1-0 | ANTONIO EDSON DOS SANTOS | 76233780 |
| 4 | 1º SARGENTO QPM 1-0 | AUDAIR PINTO | 45333493 |
| 5 | 1º SARGENTO QPM 1-0 | CRISTIANO RODRIGUES DE SOUZA | 67369610 |
| 6 | 1º SARGENTO QPM 1-0 | FERNANDO DE SIQUEIRA | 62437391 |
| 7 | 1º SARGENTO QPM 1-0 | GRACE KELLY ERKMANN | 61449000 |
| 8 | 1º SARGENTO QPM 1-0 | MONICA DANTAS TREVISAN | 100073960 |
| 9 | 1º SARGENTO QPM 1-0 | ROSALINO LUIZ LAZARIM | 51344855 |
| 10 | 1º SARGENTO QPM 1-0 | VALDINES RIETOW | 58998257 |

**II À Graduação de 1º Sargento QPM 1-0:**

| Nº | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | ADALBERTO GALDINO DE JESUS | 64333640 |
| 2 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | ADEMIR GOMES DA SILVA | 53787789 |
| 3 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | ALESSANDRO PINHEIRO DA VEIGA | 78597860 |
| 4 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | ALINE BURAKOWSKI TEODORO | 87025985 |
| 5 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | ANA BEATRIZ SILVA SOUZA | 72466276 |
| 6 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | ANDRE ALFREDO SGARABOTO | 79710563 |
| 7 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | ANTONIO CARLOS LOPES | 64430076 |
| 8 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | CAMILA ANIELE PINTO | 86363089 |
| 9 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | DAISON DIEGO BAERLE | 69295444 |
| 10 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | DANIEL JOSE ROCHA | 79931969 |
| 11 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | DEYVISON FRANCISCO CHELIS | 74044883 |
| 12 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | DIOGO ROCHA | 63328910 |
| 13 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | EDSON DIAS SIQUEIRA | 41978023 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 14 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | MAURICIO DOS SANTOS PORTELA | 72929667 |
| 15 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | REGINALDO BONIN DE OLIVEIRA | 71661245 |
| 16 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | ROBERTO VALERIANO COSTA | 58631485 |
| 17 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | ROBSON ROGERIO CAVALCANTI | 50431096 |
| 18 | 2º SARGENTO QPM 1-0 | TALITA REGINA GOMES | 67673352 |

**III À Graduação de 2º Sargento QPM 1-0:**

| Nº | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | ADAIR JOSE FRASSON FRASSAO | 57827696 |
| 2 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | ALAN DOS SANTOS OLIVEIRA | 69127495 |
| 3 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | ALDORI JOCELITO DIRCKSEN | 56448110 |
| 4 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | ALESSANDRO ANTONIO BELONCI | 53283110 |
| 5 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | ANDERSON RODRIGO DE OLIVEIRA | 71607160 |
| 6 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | EDNEY ALVARES | 70348675 |
| 7 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | EDUARDO LUIZ DEBACKER | 46876300 |
| 8 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | ELIZEU GOMES TERRA | 80966083 |
| 9 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | ERIC TADEU ALVES | 43780107 |
| 10 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | FABIANO MARTINS DA SILVA | 63756750 |
| 11 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | FERNANDO FERREIRA MEIRA | 69119050 |
| 12 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | HITLER MARIA EUFRANIO | 57562269 |
| 13 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | JULIANO CESAR RUBBO | 67284089 |
| 14 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | LUCIANO RICARDO DE SOUZA BERALDO | 59144910 |
| 15 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | MARCOS PAULO NASCIMENTO | 52323789 |
| 16 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | MARIO CESAR DOS SANTOS | 42716367 |
| 17 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | PIERO GALVAO CORTIANO | 76161399 |
| 18 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | ROBSON ANDRE DOS SANTOS | 46669096 |
| 19 | 3º SARGENTO QPM 1-0 | WANDERLEI MUNIZ DE OLIVEIRA | 66256448 |

**IV À Graduação de 3º Sargento QPM 1-0:**

| Nº | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | CABO QPM 1-0 | ADENILSON APARECIDO HUNGARO | 72901410 |
| 2 | CABO QPM 1-0 | ADRIANA SZCZEREPA | 70708183 |
| 3 | CABO QPM 1-0 | ADRIANA VILANI BRENTAN | 65254719 |
| 4 | CABO QPM 1-0 | ADRIANO CESAR LAZARETI | 88597842 |
| 5 | CABO QPM 1-0 | ALAN JARDEL DE FRANCA SANTOS | 63307181 |
| 6 | CABO QPM 1-0 | ALAN NILSSON DOS SANTOS MOKDSE | 83116021 |
| 7 | CABO QPM 1-0 | ALESSANDRO SILVA DA COSTA | 99928026 |
| 8 | CABO QPM 1-0 | ALEX DA SILVA FURTOSO | 74058892 |
| 9 | CABO QPM 1-0 | ALEX DANELICHEN | 61299475 |
| 10 | CABO QPM 1-0 | ALEX JONATHAN SCHEID | 49003366 |
| 11 | CABO QPM 1-0 | ALEXANDRE LEAL DA CRUZ | 61413243 |
| 12 | CABO QPM 1-0 | ALEXANDRE MOREIRA CORDEIRO | 71869946 |
| 13 | CABO QPM 1-0 | ALEXANDRE RENATO BARONI | 51919394 |
| 14 | CABO QPM 1-0 | ALEXANDRE SANTANA DOS SANTOS | 61664033 |
| 15 | CABO QPM 1-0 | ALEXSANDER DOS SANTOS | 66605906 |
| 16 | CABO QPM 1-0 | ALEXSANDRO ALMEIDA CUSTODIO | 69272959 |
| 17 | CABO QPM 1-0 | ALINE HELLEN PEZZOTO | 87084337 |
| 18 | CABO QPM 1-0 | AMILTON MAGATAO | 105220421 |
| 19 | CABO QPM 1-0 | ANA ALICE SCHEEREN | 73694094 |
| 20 | CABO QPM 1-0 | ANDERSON GONCALVES DA SILVA | 67442040 |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

| | | | |
|---|---|---|---|
| 21 | CABO QPM 1-0 | ANDRE FERRONATO | 99811242 |
| 22 | CABO QPM 1-0 | ANDRE VOLNEI KUHLER | 73713145 |
| 23 | CABO QPM 1-0 | ANDREA GOMES DE ARAUJO | 65537184 |
| 24 | CABO QPM 1-0 | ANTONIO MAURICIO RABELLO DE SOUZA | 89477093 |
| 25 | CABO QPM 1-0 | ARACILIO CORDOVA GUEDES FERREIRA | 66561933 |
| 26 | CABO QPM 1-0 | ARILSON PIOVEZAN | 60180946 |
| 27 | CABO QPM 1-0 | ARLINDO ALISSON DA SILVA MOURAO | 81506493 |
| 28 | CABO QPM 1-0 | AURELIO MENALCA SALGADO | 59822667 |
| 29 | CABO QPM 1-0 | BARBARA FERNANDA BARAO MILLEO | 91825430 |
| 30 | CABO QPM 1-0 | CARLA MALAVAZI DARIVA | 84025143 |
| 31 | CABO QPM 1-0 | CARLOS ALBERTO BRASILEIRO | 61127119 |
| 32 | CABO QPM 1-0 | CARLOS EDUARDO RAMINA | 81550212 |
| 33 | CABO QPM 1-0 | CEDIMARA DOS SANTOS | 75088051 |
| 34 | CABO QPM 1-0 | CELSO BRAZ DE OLIVEIRA | 75394152 |
| 35 | CABO QPM 1-0 | CELSO DOS SANTOS | 69274137 |
| 36 | CABO QPM 1-0 | CELSO FERRAZ DOS SANTOS | 51975260 |
| 37 | CABO QPM 1-0 | CESAR PASSOS JUNIOR | 56131833 |
| 38 | CABO QPM 1-0 | CHARLES DOUGLAS BENASSI | 66872319 |
| 39 | CABO QPM 1-0 | CIBELE MATTOS | 72194543 |
| 40 | CABO QPM 1-0 | CLAREDI ELIZANDRO COGO | 73153379 |
| 41 | CABO QPM 1-0 | CLEBERSON LUIS BANISKI | 71369366 |
| 42 | CABO QPM 1-0 | CLEITON ROGERIO GAZOLA | 64143921 |
| 43 | CABO QPM 1-0 | CLEOMAR ZANLORENSI | 73022495 |
| 44 | CABO QPM 1-0 | CLEUTON BAKUM | 98309748 |
| 45 | CABO QPM 1-0 | CRISTHIAN DENISON SILVEIRA VAZ | 85436384 |
| 46 | CABO QPM 1-0 | CRISTIANE DE FATIMA POLY | 62743247 |
| 47 | CABO QPM 1-0 | DANIEL GUSTAVO PODGURSKI | 64758322 |
| 48 | CABO QPM 1-0 | DARKLE JUVEL PORTELA FILHO | 55736014 |
| 49 | CABO QPM 1-0 | DAVID CARLOS STADLER JUNIOR | 93127668 |
| 50 | CABO QPM 1-0 | DAVYS PARIZE LOPES | 67802977 |
| 51 | CABO QPM 1-0 | DELCIO CORDEIRO DO NASCIMENTO | 74007422 |
| 52 | CABO QPM 1-0 | DENILSON JOSE DOS SANTOS | 68969476 |
| 53 | CABO QPM 1-0 | DENIS APARECIDO DOS SANTOS | 80189800 |
| 54 | CABO QPM 1-0 | DENIS EDUARDO NAVES DE SOUSA | 84699578 |
| 55 | CABO QPM 1-0 | DIEGO RENE CORDEIRO DE ASSUMPCAO | 69750761 |
| 56 | CABO QPM 1-0 | DIRCEU EICHSTAEDT | 46676785 |
| 57 | CABO QPM 1-0 | DOUGLAS RODRIGUES DOS SANTOS | 65580934 |
| 58 | CABO QPM 1-0 | EDER RODRIGUES | 87023605 |
| 59 | CABO QPM 1-0 | EDERSON DE PAIVA REZENDE | 61954805 |
| 60 | CABO QPM 1-0 | EDMILSON CATTONI | 68100224 |
| 61 | CABO QPM 1-0 | EDSON ROGERIO MANZATO | 62304669 |
| 62 | CABO QPM 1-0 | EDUARDO HENRIQUES GUIA | 64732595 |
| 63 | CABO QPM 1-0 | ELCIO CAVALHEIRO | 70842807 |
| 64 | CABO QPM 1-0 | ELDENICIO BOEING DE OLIVEIRA | 51643925 |
| 65 | CABO QPM 1-0 | ELEMAR SILVEIRA | 102134966 |
| 66 | CABO QPM 1-0 | ELIO STEINHAUS | 111145580 |
| 67 | CABO QPM 1-0 | ELISA SCHWARTZ | 71130452 |
| 68 | CABO QPM 1-0 | ELIZEU BOZA DA SILVA | 71295141 |
| 69 | CABO QPM 1-0 | ELIZEU RODRIGUES DE OLIVEIRA | 75365756 |
| 70 | CABO QPM 1-0 | EMERSON LUIS LEIRIA | 80882580 |
| 71 | CABO QPM 1-0 | EMERSON RANGEL | 50548350 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 72 | CABO QPM 1-0 | EMERSON RATIER CANDATTEN | 70984814 |
| 73 | CABO QPM 1-0 | EVERSON TOSHICAZU SASAKI | 70455897 |
| 74 | CABO QPM 1-0 | EZEQUIEL TEIXEIRA | 76899835 |
| 75 | CABO QPM 1-0 | FABIANO MARCELO XAVIER | 79696781 |
| 76 | CABO QPM 1-0 | FABIO DA SILVA | 68631327 |
| 77 | CABO QPM 1-0 | FELIPE ALVES ROSA | 78052090 |
| 78 | CABO QPM 1-0 | FERNANDO AUGUSTO DA SILVA | 79177709 |
| 79 | CABO QPM 1-0 | FERNANDO DEONELO ROBETTI | 69856381 |
| 80 | CABO QPM 1-0 | FERNANDO JANUARIO FREZATO | 83914610 |
| 81 | CABO QPM 1-0 | FERNANDO LUIS NICOLUZZI | 63684031 |
| 82 | CABO QPM 1-0 | FERNANDO ZAMPIERI | 70159813 |
| 83 | CABO QPM 1-0 | FRANCIELE BESTEL PEREIRA | 88316126 |
| 84 | CABO QPM 1-0 | FRANKLIN LEMOS DE LIMA | 81330000 |
| 85 | CABO QPM 1-0 | GELDSON APARECIDO PEDRO | 86332590 |
| 86 | CABO QPM 1-0 | GENESIO ELEUTERIO DE OLIVEIRA | 69811779 |
| 87 | CABO QPM 1-0 | GEOVANE HILGENBERG | 70519313 |
| 88 | CABO QPM 1-0 | GERSON RICARDO RUTH | 80659512 |
| 89 | CABO QPM 1-0 | GHISLEINE ELIZA DE FREITAS | 92069141 |
| 90 | CABO QPM 1-0 | GILBERTO CASSIO CESARIO DA SILVA | 53858341 |
| 91 | CABO QPM 1-0 | GILMAR DECHINI VAGETTI | 107617582 |
| 92 | CABO QPM 1-0 | GILMAR JOSE KOZIEL | 62307897 |
| 93 | CABO QPM 1-0 | GILVANA WOINARSKI IANCOSCKY | 75438826 |
| 94 | CABO QPM 1-0 | GINO CEZAR BOGUTE | 73649340 |
| 95 | CABO QPM 1-0 | GISELE BARBOSA DMENJON BORGES FERREIRA | 96860633 |
| 96 | CABO QPM 1-0 | HUMBERTO LOURIVAL DE OLIVEIRA | 43718355 |
| 97 | CABO QPM 1-0 | IRINEU DAL PIZZOL | 73384800 |
| 98 | CABO QPM 1-0 | IVAM FERREIRA DA SILVA | 60531595 |
| 99 | CABO QPM 1-0 | IVANDRO ALEX RODRIGUES | 69213545 |
| 100 | CABO QPM 1-0 | IWERSEN TRZECIAK KINTOPP | 55290016 |
| 101 | CABO QPM 1-0 | JACEMIR FREITAS SIQUEIRA | 81871329 |
| 102 | CABO QPM 1-0 | JAIME DANIEL DA SILVA | 109071790 |
| 103 | CABO QPM 1-0 | JAKSON ZICO DE OLIVEIRA | 85009133 |
| 104 | CABO QPM 1-0 | JEAN NORBERTO RIBEIRO DOS SANTOS | 84896802 |
| 105 | CABO QPM 1-0 | JEFERSON DE JESUS MELO | 86696177 |
| 106 | CABO QPM 1-0 | JEFERSON SCHLOSSER | 46790332 |
| 107 | CABO QPM 1-0 | JEFFERSON ROBERTO TEIXEIRA DE LARA | 57492848 |
| 108 | CABO QPM 1-0 | JEFFERSON TORRES SOARES | 58726320 |
| 109 | CABO QPM 1-0 | JESSICA CAROLINE DIAS DO NASCIMENTO RIVERO | 79654264 |
| 110 | CABO QPM 1-0 | JOAO GUALBERTO CAETANO FILHO | 72966236 |
| 111 | CABO QPM 1-0 | JOAO LUIZ KULEK | 55829446 |
| 112 | CABO QPM 1-0 | JOEL ANTONIO DA SILVA | 82511857 |
| 113 | CABO QPM 1-0 | JOSE GIVANILDO GARCIA | 66568440 |
| 114 | CABO QPM 1-0 | JOSE HERON GOULART JUNIOR | 80163134 |
| 115 | CABO QPM 1-0 | JOSE MAURICIO CAVALCANTI DA SILVA JUNIOR | 59073168 |
| 116 | CABO QPM 1-0 | JOSE ROBERTO BUENO | 61825568 |
| 117 | CABO QPM 1-0 | JOSE WILSON VIEIRA DA SILVA | 99989327 |
| 118 | CABO QPM 1-0 | JOYCE NICOLLE JEHRING | 60966010 |
| 119 | CABO QPM 1-0 | JUCELENE CELI KRZESINSKI DE OLIVEIRA | 84430153 |
| 120 | CABO QPM 1-0 | JULIANA RODRIGUES DIAS | 95938523 |
| 121 | CABO QPM 1-0 | JULIO CESAR LEITE DA SILVA | 67192176 |
| 122 | CABO QPM 1-0 | JULIO CESAR WALTER | 74041710 |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

| | | | |
|---|---|---|---|
| 123 | CABO QPM 1-0 | JUMAR SEBASTIAO RAMOS | 54576056 |
| 124 | CABO QPM 1-0 | JUNIOR ANTONIO DO PRADO | 77371079 |
| 125 | CABO QPM 1-0 | JUNIOR SOPZAK CAMPOS | 51409752 |
| 126 | CABO QPM 1-0 | KARIME APARECIDA SALES BOZEKI | 85746324 |
| 127 | CABO QPM 1-0 | LEANDRO APARECIDO SCARABEL | 90192205 |
| 128 | CABO QPM 1-0 | LEANDRO CEZAR GOMES | 88182375 |
| 129 | CABO QPM 1-0 | LEANDRO ELISIARIO DOS SANTOS | 69405134 |
| 130 | CABO QPM 1-0 | LEANDRO PATRICK DAVET | 73529840 |
| 131 | CABO QPM 1-0 | LEANDRO TEODORO DE CAMARGO | 85299298 |
| 132 | CABO QPM 1-0 | LEONARDO FILIPE GROCHEVESKI | 76784442 |
| 133 | CABO QPM 1-0 | LEONARDO MARTINS ROMANINI | 89659582 |
| 134 | CABO QPM 1-0 | LINDOMAR ROSA CLARO | 53660185 |
| 135 | CABO QPM 1-0 | LOURDES CHACHAROWSKI | 82624554 |
| 136 | CABO QPM 1-0 | LUAN SIQUEIRA | 98519530 |
| 137 | CABO QPM 1-0 | LUANA APARECIDA GOMES KRICHESKI | 89748950 |
| 138 | CABO QPM 1-0 | LUCIANA DE MATOS PETENUSSO | 87081397 |
| 139 | CABO QPM 1-0 | LUCIANA VANALLI | 77021256 |
| 140 | CABO QPM 1-0 | LUCIANO JOSE SANTOS | 53370381 |
| 141 | CABO QPM 1-0 | LUCILENE VITA TEOFILO RIBEIRO | 60363439 |
| 142 | CABO QPM 1-0 | LUCIMARA ROSA DE OLIVEIRA MALANOWSKI | 64804146 |
| 143 | CABO QPM 1-0 | LUCIMARA SIMOES VIEIRA | 90210750 |
| 144 | CABO QPM 1-0 | LUIZ CARLOS CACHOROSKI | 60923280 |
| 145 | CABO QPM 1-0 | MAICON JOSE PEREIRA MARIANO | 68849543 |
| 146 | CABO QPM 1-0 | MANOEL PEREIRA DOS SANTOS | 55881596 |
| 147 | CABO QPM 1-0 | MARCELO LUCAS TRAUCHINSKI | 80871228 |
| 148 | CABO QPM 1-0 | MARCIO AMORIM | 57206845 |
| 149 | CABO QPM 1-0 | MARCIO DE MORAES | 68621429 |
| 150 | CABO QPM 1-0 | MARCIO DRECKSLER | 108265663 |
| 151 | CABO QPM 1-0 | MARCIO PANCHESKI GOMES | 95467733 |
| 152 | CABO QPM 1-0 | MARCO AURELIO DOS SANTOS DE LIMA | 69666310 |
| 153 | CABO QPM 1-0 | MARCOS ANTONIO DA CRUZ | 90419773 |
| 154 | CABO QPM 1-0 | MARIA EDINALVA DE LIMA | 89568510 |
| 155 | CABO QPM 1-0 | MARIANA ADELITA RODRIGUES | 85964682 |
| 156 | CABO QPM 1-0 | MARIO LUIZ BITTELBRUNN | 76820961 |
| 157 | CABO QPM 1-0 | MARLON ALMEIDA DE SIQUEIRA | 92063828 |
| 158 | CABO QPM 1-0 | MATHEUS MIGUEL DA SILVA | 95796869 |
| 159 | CABO QPM 1-0 | MAURICIO CARDOSO DA COSTA | 60289786 |
| 160 | CABO QPM 1-0 | MAURICIO MARTINS DE CAMARGO | 76137358 |
| 161 | CABO QPM 1-0 | MAYCON TIBES LANG | 75461186 |
| 162 | CABO QPM 1-0 | MICHEL LINO IBARRA FARINHAK | 61448985 |
| 163 | CABO QPM 1-0 | MICHELE HASSELMANN | 76527296 |
| 164 | CABO QPM 1-0 | MOISES LIMA DE ALMEIDA | 84928011 |
| 165 | CABO QPM 1-0 | NELSON RAIMUNDO FILHO | 83500115 |
| 166 | CABO QPM 1-0 | NEWTON FONTOURA DA SILVA | 107254137 |
| 167 | CABO QPM 1-0 | NILMA CRISTIANE ANDALICIO DE REZENDE | 71383474 |
| 168 | CABO QPM 1-0 | ODINILSON DIAS | 60006083 |
| 169 | CABO QPM 1-0 | ORASIL GOMES DE MORAIS FILHO | 81010943 |
| 170 | CABO QPM 1-0 | OSIEL DE FREITAS MATILDE | 79773751 |
| 171 | CABO QPM 1-0 | OZEIAS LEMOS DE LIMA JUNIOR | 100007134 |
| 172 | CABO QPM 1-0 | PABLO MOREIRA DE OLIVEIRA | 76024081 |
| 173 | CABO QPM 1-0 | PATRICIA ANGELITA MAZUR | 88698886 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 174 | CABO QPM 1-0 | PAULO MARCELO SUPREN | 77055347 |
| 175 | CABO QPM 1-0 | PAULO SERGIO MEDRADES TOLENTINO | 72243226 |
| 176 | CABO QPM 1-0 | PRISCILA BEATRIZ WOINAROVICZ BYLNOSKI | 89396395 |
| 177 | CABO QPM 1-0 | PRISCILLA VENDRAMIN CORREIA | 83706783 |
| 178 | CABO QPM 1-0 | RAFAEL BARBOSA DA FONSECA | 85277820 |
| 179 | CABO QPM 1-0 | RAFAEL CRESTAN DE OLIVEIRA | 63525120 |
| 180 | CABO QPM 1-0 | RAFAEL GREGORIO DA SILVA | 83665378 |
| 181 | CABO QPM 1-0 | RAFAEL RICARDO LUZA | 82392211 |
| 182 | CABO QPM 1-0 | RAPHAEL ROGENSKI DE MELLO | 79908711 |
| 183 | CABO QPM 1-0 | REGINALDO PEREIRA DE PAIVA | 71520374 |
| 184 | CABO QPM 1-0 | RENATO ANTONIO DA COSTA | 88552628 |
| 185 | CABO QPM 1-0 | RICARDO ANDREY BARBOSA | 68631084 |
| 186 | CABO QPM 1-0 | RICARDO HEIDEMANN | 69198945 |
| 187 | CABO QPM 1-0 | RICARDO INACIO FERREIRA | 82772421 |
| 188 | CABO QPM 1-0 | RICARDO PEREIRA ALVES | 71617726 |
| 189 | CABO QPM 1-0 | ROBERSON TEIXEIRA PEREIRA | 84444049 |
| 190 | CABO QPM 1-0 | ROBERTO DIAS MUNIZ | 61384553 |
| 191 | CABO QPM 1-0 | ROBERTO LUIZ DE LARA | 52656800 |
| 192 | CABO QPM 1-0 | ROBERVAL PIRES DA SILVA | 59504371 |
| 193 | CABO QPM 1-0 | ROBSON BOEIRA | 32300600 |
| 194 | CABO QPM 1-0 | ROBSON LUIZ AFFONSO | 67751477 |
| 195 | CABO QPM 1-0 | ROBSON PEREIRA DE MORAIS | 81727279 |
| 196 | CABO QPM 1-0 | RODOLFO ANTONIO BERTOLI | 79991589 |
| 197 | CABO QPM 1-0 | RODRIGO BENTO DA SILVA | 79547786 |
| 198 | CABO QPM 1-0 | RODRIGO LIMA ANDRADE | 109048399 |
| 199 | CABO QPM 1-0 | RODRIGO MIZERSKI | 90107674 |
| 200 | CABO QPM 1-0 | RODRIGO RODRIGUES DA SILVA | 88045742 |
| 201 | CABO QPM 1-0 | RODRIGO SCHUH | 72189884 |
| 202 | CABO QPM 1-0 | ROGERIO DE OLIVEIRA SILVA | 63176508 |
| 203 | CABO QPM 1-0 | RONALDO ADRIANO DE SOUZA | 75386508 |
| 204 | CABO QPM 1-0 | RONALDO HEIDEMANN | 69198988 |
| 205 | CABO QPM 1-0 | RONALDO JOSE DOS SANTOS | 59318136 |
| 206 | CABO QPM 1-0 | ROSALDO CORREA | 59490958 |
| 207 | CABO QPM 1-0 | SANDRA MARA ALVES DOS SANTOS | 68668263 |
| 208 | CABO QPM 1-0 | SANDRO DA SILVA | 76876738 |
| 209 | CABO QPM 1-0 | SCHEILA FATIMA DE MELO PILARSKI | 73987520 |
| 210 | CABO QPM 1-0 | SERGIO LUIS DE MACEDO | 65947242 |
| 211 | CABO QPM 1-0 | SEVERIAN KONIUCHOWICZ | 70651408 |
| 212 | CABO QPM 1-0 | SIDCLEI VAGNO OLIVEIRA | 71213714 |
| 213 | CABO QPM 1-0 | SIDNEI DIAS DE MORAES JUNIOR | 100270021 |
| 214 | CABO QPM 1-0 | SIDNEI MARCOS DE CARVALHO | 63624640 |
| 215 | CABO QPM 1-0 | SIDNEY ARANTES DIAS | 82900535 |
| 216 | CABO QPM 1-0 | SILVIA SALETE STRINGHINI ARAUJO | 75020465 |
| 217 | CABO QPM 1-0 | SILVIO CAETANO | 79323144 |
| 218 | CABO QPM 1-0 | SILVIO RODRIGO RIBAS DE ARAUJO CORREIA | 87678199 |
| 219 | CABO QPM 1-0 | SUELEN RAMOS CHAGAS | 76009333 |
| 220 | CABO QPM 1-0 | THIAGO LUIZ DE CARVALHO | 90175661 |
| 221 | CABO QPM 1-0 | TIAGO LUIZ RAGAZZAN DE OLIVEIRA | 83577568 |
| 222 | CABO QPM 1-0 | VAGNER LUCIANO TALARICO | 52030668 |
| 223 | CABO QPM 1-0 | VANIA BERBERT | 83706384 |
| 224 | CABO QPM 1-0 | VANIA CRISTINA SOLDI | 67802357 |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

| | | | |
|---|---|---|---|
| 225 | CABO QPM 1-0 | VILMA ALVES | 84067830 |
| 226 | CABO QPM 1-0 | VILSON DE SOUZA | 51641116 |
| 227 | CABO QPM 1-0 | VITOR HUGO HONORATO CADINA | 98336478 |
| 228 | CABO QPM 1-0 | VYVIAN TANIA BARIAO RODRIGUES RIBEIRO | 54300204 |
| 229 | CABO QPM 1-0 | WAGNER DE SOUZA SILVA | 62944730 |
| 230 | CABO QPM 1-0 | WAGNER VINICIUS MENDES | 70659921 |
| 231 | CABO QPM 1-0 | WALISSON CESAR ALVES DOMINGUES | 84283290 |
| 232 | CABO QPM 1-0 | WALTER RESENDE DE OLIVEIRA | 73027047 |
| 233 | CABO QPM 1-0 | WILLIAN SAAD CAVALCANTE | 60030006 |

**V À Graduação de Cabo QPM 1-0:**

| Nº | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | SOLDADO QPM 1-0 | ADAILTON FERNANDES | 80832567 |
| 2 | SOLDADO QPM 1-0 | ADALBERTO ASSUNCAO FERRAZ DE ANDRADE | 109141798 |
| 3 | SOLDADO QPM 1-0 | ADENILSON BATISTA | 80840519 |
| 4 | SOLDADO QPM 1-0 | ADRIANO MESSIAS DOS SANTOS | 103481066 |
| 5 | SOLDADO QPM 1-0 | ALEXANDRE COLETE DA SILVA | 83116528 |
| 6 | SOLDADO QPM 1-0 | ALISON RODRIGO DE DEUS | 103253519 |
| 7 | SOLDADO QPM 1-0 | ALISSON DIEGO RIBEIRO QUEIROZ | 98534946 |
| 8 | SOLDADO QPM 1-0 | ANDRE MONACO NADIM | 87835740 |
| 9 | SOLDADO QPM 1-0 | ANDRESSA DE LIMA | 96781482 |
| 10 | SOLDADO QPM 1-0 | ANGELA TEREZINHA DE LIMA DECKI | 85963732 |
| 11 | SOLDADO QPM 1-0 | ANTONIO CARVALHO NETO | 85993488 |
| 12 | SOLDADO QPM 1-0 | BRUNO ARAUJO COSTA DE GOUVEA | 91691264 |
| 13 | SOLDADO QPM 1-0 | BRUNO HENRIQUE PUERTA DE BRITO | 124010543 |
| 14 | SOLDADO QPM 1-0 | BRUNO MANTUAN DE ALMEIDA | 108146966 |
| 15 | SOLDADO QPM 1-0 | BRUNO ROBERTO BUSS | 98864776 |
| 16 | SOLDADO QPM 1-0 | CASSIANO RODRIGO TEIXEIRA | 83031514 |
| 17 | SOLDADO QPM 1-0 | CEZAR AUGUSTO GONCALVES | 82019332 |
| 18 | SOLDADO QPM 1-0 | CLAUDINEI SANTOS SILVA | 86433257 |
| 19 | SOLDADO QPM 1-0 | CLAUDINEY ANTONIO PAES JUNIOR | 96263554 |
| 20 | SOLDADO QPM 1-0 | CLAYTON PAULO PORTES DE FRANCA | 97848050 |
| 21 | SOLDADO QPM 1-0 | CLEBERSON VENTURA DOS SANTOS | 135579980 |
| 22 | SOLDADO QPM 1-0 | CLEYTON ALVES DA SILVA | 79825867 |
| 23 | SOLDADO QPM 1-0 | CRISTINA SULEVIS | 77492844 |
| 24 | SOLDADO QPM 1-0 | DECIO BRESSAN JUNIOR | 105843046 |
| 25 | SOLDADO QPM 1-0 | DENIS MALIKOSKI VIEIRA | 75547889 |
| 26 | SOLDADO QPM 1-0 | DIEGO RODRIGUES DE CRISTO | 103341140 |
| 27 | SOLDADO QPM 1-0 | DYASMAN CLEYTON RAMALHO DE SOUZA | 97681430 |
| 28 | SOLDADO QPM 1-0 | EDERSON FERNANDO ALBERTI | 134844027 |
| 29 | SOLDADO QPM 1-0 | EDIANE CARMO SOUZA | 134066601 |
| 30 | SOLDADO QPM 1-0 | EDSON RODRIGO DE OLIVEIRA | 78031786 |
| 31 | SOLDADO QPM 1-0 | EDUARDO NASCIMENTO CORTES | 139509072 |
| 32 | SOLDADO QPM 1-0 | EDVALDO HERMES DE OLIVEIRA | 75623941 |
| 33 | SOLDADO QPM 1-0 | ELIEZER RAFAEL DE PAULA | 78704004 |
| 34 | SOLDADO QPM 1-0 | ELIS REGINA DE GODOI AUGUSTO | 97029130 |
| 35 | SOLDADO QPM 1-0 | ELISANGELA LUCASZINSKI DE CAMPOS | 85693840 |
| 36 | SOLDADO QPM 1-0 | ELTON DALLAS BIANCHESSI | 71156630 |
| 37 | SOLDADO QPM 1-0 | EMERSON JULIANO SZNICER CHAVES | 90091204 |
| 38 | SOLDADO QPM 1-0 | EVERTON EVARISTO SAMPAIO | 86288150 |
| 39 | SOLDADO QPM 1-0 | EVERTON GROCHOSKI | 99848863 |
| 40 | SOLDADO QPM 1-0 | EVERTON MOREIRA DE OLIVEIRA | 103871905 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 41 | SOLDADO QPM 1-0 | FABIANO BODZINSKI | 70965879 |
| 42 | SOLDADO QPM 1-0 | FABIO LUCENA DE MORAES | 97871981 |
| 43 | SOLDADO QPM 1-0 | FELIPE BEBICI | 65347121 |
| 44 | SOLDADO QPM 1-0 | FELIPE GUILHERME DIAS BEZERRA | 101186628 |
| 45 | SOLDADO QPM 1-0 | FELLIPE DE OLIVEIRA SANCHES | 109094501 |
| 46 | SOLDADO QPM 1-0 | FERNANDO DE ARAUJO SALERNO | 88797701 |
| 47 | SOLDADO QPM 1-0 | FERNANDO RESENDE CAVALCANTE JUNIOR | 126841582 |
| 48 | SOLDADO QPM 1-0 | FERNANDO RICARDO DANELLI | 80139993 |
| 49 | SOLDADO QPM 1-0 | FRANCINE SHEENY BRANDT VIEIRA DA SILVA | 89091560 |
| 50 | SOLDADO QPM 1-0 | FREDERICO LUIZ BURIGO | 66806413 |
| 51 | SOLDADO QPM 1-0 | GABRIELA AMANDA NOGUEIRA ZONTA | 89603412 |
| 52 | SOLDADO QPM 1-0 | GEDIEL ADRIANO VIANA | 95264395 |
| 53 | SOLDADO QPM 1-0 | GLEBERSON GRAFF | 85734660 |
| 54 | SOLDADO QPM 1-0 | JADERSON AURELIO DA SILVA NASCIMENTO | 104954200 |
| 55 | SOLDADO QPM 1-0 | JEAN JOSE ESCURO | 102577671 |
| 56 | SOLDADO QPM 1-0 | JEFFERSON JUNJI UYENO | 72487079 |
| 57 | SOLDADO QPM 1-0 | JOCASTA RAMOS FUCK | 97532036 |
| 58 | SOLDADO QPM 1-0 | JOSE AUGUSTO STOSKI | 109796557 |
| 59 | SOLDADO QPM 1-0 | JOSE LEONARDO SULINO | 138186741 |
| 60 | SOLDADO QPM 1-0 | JOSE MIGUEL DZIERVA | 93642180 |
| 61 | SOLDADO QPM 1-0 | JULIANE ARETUZE DE SOUZA | 96567308 |
| 62 | SOLDADO QPM 1-0 | LEANDRO DIOGO DE DEUS | 73417120 |
| 63 | SOLDADO QPM 1-0 | LEANDRO JORGE SANTOS VALENTE DE SOUZA | 73963290 |
| 64 | SOLDADO QPM 1-0 | LEANDRO NOGUEIRA EXPOSTO | 135473596 |
| 65 | SOLDADO QPM 1-0 | LEONARDO NATALINO AGUILIERI | 79994812 |
| 66 | SOLDADO QPM 1-0 | LEONARDO VIEIRA DOS SANTOS | 103455928 |
| 67 | SOLDADO QPM 1-0 | LEUNAN JANDREY KAISER | 99216450 |
| 68 | SOLDADO QPM 1-0 | LUCIANO JORGE LEWANDOWSKI | 79598658 |
| 69 | SOLDADO QPM 1-0 | LUIS OTAVIO CARNEIRO DE OLIVEIRA | 123705386 |
| 70 | SOLDADO QPM 1-0 | LUIZ FERNANDO HABLE | 139673778 |
| 71 | SOLDADO QPM 1-0 | LURDES MENDES MACIEL | 78549173 |
| 72 | SOLDADO QPM 1-0 | MAGNO DA SILVA | 97864250 |
| 73 | SOLDADO QPM 1-0 | MARCIO ALEXANDRE WIETHOLTER | 86866595 |
| 74 | SOLDADO QPM 1-0 | MARCIO FURTOSO | 91998955 |
| 75 | SOLDADO QPM 1-0 | MARCOS ANDRE ZAURA | 134445696 |
| 76 | SOLDADO QPM 1-0 | MARCOS ANDRINO VIEIRA | 98789588 |
| 77 | SOLDADO QPM 1-0 | MARCOS BARBOSA DOS SANTOS | 90500864 |
| 78 | SOLDADO QPM 1-0 | MARJORI BEATRIZ SOARES DE OLIVEIRA | 100673797 |
| 79 | SOLDADO QPM 1-0 | MATHEUS SILVA DE ARAUJO | 93699351 |
| 80 | SOLDADO QPM 1-0 | MAYCON ANTONIO DE CASTRO DA SILVA | 107180834 |
| 81 | SOLDADO QPM 1-0 | MICHAEL FUGI BARRIS | 99934492 |
| 82 | SOLDADO QPM 1-0 | MICHEL ROHR | 92763242 |
| 83 | SOLDADO QPM 1-0 | MICHELI PAULINO ALGOZO | 89407702 |
| 84 | SOLDADO QPM 1-0 | NEFI DA SILVA MARTINS | 129557699 |
| 85 | SOLDADO QPM 1-0 | OTAVIO JUNIOR GOMES ARRUDA | 94391180 |
| 86 | SOLDADO QPM 1-0 | OTNIEL DE LIMA OLIVEIRA | 82653503 |
| 87 | SOLDADO QPM 1-0 | PATRICIA FERREIRA DE OLIVEIRA | 89969522 |
| 88 | SOLDADO QPM 1-0 | PAULO ALVES DA CRUZ JUNIOR | 89737362 |
| 89 | SOLDADO QPM 1-0 | PAULO SERGIO CORREIA MONTEIRO | 91322269 |
| 90 | SOLDADO QPM 1-0 | PEDRO LUIZ CONSTANTE | 82720898 |
| 91 | SOLDADO QPM 1-0 | REGINALDO TRAVAIN PEREIRA | 86443961 |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

| | | | |
|---|---|---|---|
| **92** | **SOLDADO QPM 1-0** | **REGINALDO WACHI MODESTO JUNIOR** | **75949685** |
| **93** | **SOLDADO QPM 1-0** | **RENAN ANDREO GUIDETTI** | **98140620** |
| **94** | **SOLDADO QPM 1-0** | **RENAN DO AMARAL MATTIAZZI** | **139553454** |
| **95** | **SOLDADO QPM 1-0** | **RENAN VITOR OLIVARES DA SILVA** | **128782540** |
| **96** | **SOLDADO QPM 1-0** | **RENATO ROCHA CONSTANTINO** | **83554703** |
| **97** | **SOLDADO QPM 1-0** | **ROBSON CANDIDO DE OLIVEIRA** | **132656061** |
| **98** | **SOLDADO QPM 1-0** | **ROBSON ROQUE DE ANDRADE** | **81914370** |
| **99** | **SOLDADO QPM 1-0** | **RODRIGO PACHELI BILIATO** | **82974083** |
| **100** | **SOLDADO QPM 1-0** | **RODRIGO PEREIRA PARDINHO** | **89891264** |
| **101** | **SOLDADO QPM 1-0** | **RODRIGO VANTROBA** | **102025881** |
| **102** | **SOLDADO QPM 1-0** | **ROMULO RODEGUER BAGGIO** | **81626731** |
| **103** | **SOLDADO QPM 1-0** | **RONALDO MACHADO** | **91042142** |
| **104** | **SOLDADO QPM 1-0** | **RONALDO SILVA** | **72216776** |
| **105** | **SOLDADO QPM 1-0** | **SERGIO LUIZ ANDREOLLA** | **95118216** |
| **106** | **SOLDADO QPM 1-0** | **TIAGO AUWARTER SALVADOR** | **105445628** |
| **107** | **SOLDADO QPM 1-0** | **VANESSA DE OLIVEIRA SOUZA** | **91619610** |
| **108** | **SOLDADO QPM 1-0** | **WAGNER BORDIN BERGAMIN** | **85892150** |
| **109** | **SOLDADO QPM 1-0** | **WENDEL FLORENCIO** | **93900642** |
| **110** | **SOLDADO QPM 1-0** | **WILHANS PAIVA DIAS** | **103450764** |
| **111** | **SOLDADO QPM 1-0** | **WILLIAM DOUGLAS SCHERWINSKI** | **138509150** |
| **112** | **SOLDADO QPM 1-0** | **WINICIUS HENRIQUE RIBEIRO DOS REIS** | **124767016** |

Aart.2º Esta Portaria entra em vigor após a sua publicação em Diário Oficial.

*Assinado eletronicamente*
**Coronel QOPM Jefferson Silva,**
**Comandante-Geral da PMPR.**

**40255/2024**

**ESTADO DO PARANÁ**
**POLÍCIA MILITAR**
**COMANDO-GERAL**

**PORTARIA DO COMANDO-GERAL Nº 035, DE 22 DE ABRIL DE 2024**

Promove Praças da PMPR por ressarcimento de preterição.

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º da Lei Estadual nº 16.575, de 28 de setembro de 2010, em conformidade com a alínea "c" do parágrafo único do Art. 40 e com o Art. 53 da Lei Estadual nº 5.940, de 8 de maio de 1969, observado o §3º do Art. 7º da Lei Estadual nº 17.169, de 24 de maio de 2012, com base no **Despacho Governamental** contido no **protocolado nº 21.796.803-8**, que autorizou o ato de promoção dos militares estaduais, nos termos do art. 1º, inc. I, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, considerando o disposto no Art. 13-A da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, **RESOLVE**:

Art. 1º **Promover** em **Ressarcimento de Preterição**, à graduação de **Subtenente PM Ref.,** a partir de **19 de dezembro de 2018**, o policial militar **1º Sargento PM Ref. Adilson de Oliveira Carneiro, RG 3.901.070-4.** (Ref. Deliberação nº 227/2024, Ata nº 768/24-CPP e E. P. Dig. nº 21.515.704-0).

Art. 2º **Promover** em **Ressarcimento de Preterição**, à graduação de **2º Sargento QPM 1-0**, pelo critério de **merecimento,** a partir de **19 de dezembro de 2023**, o policial militar **3º Sargento QPM 1-0 Jocemario Vernick, RG 3.978.437-8.** (Ref. Deliberação nº 024/2024, Ata nº 765/24-CPP e E. P. Dig. nº 21.497.674-9).

Art. 3º **Promover** em **Ressarcimento de Preterição**, à graduação de **2º Sargento QPM 1-0**, pelo critério de **antiguidade,** a partir de **19 de dezembro de 2023**, o policial militar **3º Sargento QPM 1-0 Adão Sérgio Pereira, RG 5.141.538-8.** (Ref. Deliberação nº 080/2024, Ata nº 766/24-CPP e E. P. Dig. nº 21.621.628-8).

Art. 4º **Promover** em **Ressarcimento de Preterição**, à graduação de **2º Sargento QPM 1-0**, pelo critério de **antiguidade,** a partir de **19 de dezembro de 2023**, o policial militar **3º Sargento QPM 1-0 Iran Marcelo de Andrade, RG 4.957.463-0.** (Ref. Deliberação nº 081/2024, Ata nº 766/24-CPP e E. P. Dig. nº 21.640.110-7).

Art. 5º **Promover** em **Ressarcimento de Preterição**, à graduação de **2º Sargento QPM 1-0**, pelo critério de **antiguidade,** a partir de **19 de dezembro de 2023**, o policial militar **3º Sargento QPM 1-0 Diego Bozgazi do Amaral, RG 9.687.898-2.** (Ref. Deliberação nº 21/2024, Ata nº 767/24-CPP e E. P. Dig. nº 21.792.950-4).

Art. 6º **Promover** em **Ressarcimento de Preterição**, à graduação de **2º Sargento QPM 1-0**, pelo critério de **merecimento,** a partir de **21 de abril de 2020**, o policial militar **3º Sargento QPM 1-0 Ricardo de Paula Timóteo, RG 9.757.943-1.** (Ref. Deliberação nº 217/2024, Ata nº 768/24-CPP e E. P. Dig. nº 21.797.066-0).

Art. 7º **Promover** em **Ressarcimento de Preterição**, à graduação de **3º Sargento QPM 1-0**, pelo critério de **merecimento,** a partir de **19 de dezembro de 2023**, o policial militar **Cabo QPM 1-0 Cláudio Adão Gomes de Faria, RG 5.081.770-9.** (Ref. Deliberação nº 023/2024, Ata nº 765/24-CPP e E. P. Dig. nº 21.575.271-2).

Art. 8º **Promover** em **Ressarcimento de Preterição**, à graduação de **3º Sargento QPM 1-0**, pelo critério de **merecimento,** a partir de **28 de abril de 2023**, o policial militar **Cabo QPM 1-0 Márcio Antonio Albuini, RG 6.283.160-0.** (Ref. Deliberação nº 210/2024, Ata nº 768/24-CPP e E. P. Dig. nº 20.641.247-0).

Art. 9º **Promover** em **Ressarcimento de Preterição**, à graduação de **3º Sargento QPM 1-0**, pelo critério de **merecimento,** a partir de **10 de agosto de 2019**, o policial militar **Cabo QPM 1-0 Taciano Cestari Barrios Santos, RG 8.763.803-0.** (Ref. Deliberação nº 212/2024, Ata nº 768/24-CPP e E. P. Dig. nº 21.818.717-0).

Art. 10 **Promover** em **Ressarcimento de Preterição**, à graduação de **3º Sargento QPM 1-0**, pelo critério de **merecimento,** a partir de **19 de dezembro de 2023**, o policial militar **Cabo QPM 1-0 Pedro Oliveira, RG 5.683.130-4.** (Ref. Deliberação nº 214/2024, Ata nº 768/24-CPP e E. P. Dig. nº 21.524.020-7).

Art. 11 **Promover** em **Ressarcimento de Preterição**, à graduação de **Cabo QPM 1-0**, pelo critério de **merecimento,** a partir de **19 de dezembro de 2023**, o policial militar **Soldado QPM 1-0 Rafael dos Santos, RG 10.277.395-0.** (Ref. Deliberação nº 211/2024, Ata nº 768/24-CPP e E. P. Dig. nº 21.605.526-8).

Art. 12 **Promover** em **Ressarcimento de Preterição**, à graduação de **Cabo QPM 1-0**, pelo critério de **merecimento,** a partir de **19 de dezembro de 2023**, o policial militar **Soldado QPM 1-0 Julio Cesar da Silva, RG 13.512.916-0.** (Ref. Deliberação nº 218/2024, Ata nº 768/24-CPP e E. P. Dig. nº 21.556.236-0).

Art. 13 **Promover** em **Ressarcimento de Preterição**, à graduação de **Cabo QPM 1-0**, pelo critério de **antiguidade,** a partir de **19 de dezembro de 2023**, o policial militar **Soldado QPM 1-0 Rogério Fernandes, RG 7.395.464-9.** (Ref. Deliberação nº 220/2024, Ata nº 768/24-CPP e E. P. Dig. nº 21.703.610-0).

Art. 14 **Promover** em **Ressarcimento de Preterição**, à graduação de **Cabo QPM 1-0**, pelo critério de **antiguidade,** a partir de **19 de dezembro de 2023**, o policial militar **Soldado QPM 1-0 Christopher Correa Larson, RG 9.347.545-3.** (Ref. Deliberação nº 226/2024, Ata nº 768/24-CPP e E. P. Dig. nº 21.513.699-0).

Aart.15º Esta Portaria entra em vigor após a sua publicação em Diário Oficial.

*Assinado eletronicamente*
**Coronel QOPM Jefferson Silva,**
**Comandante-Geral da PMPR.**

**40263/2024**

**ESTADO DO PARANÁ**
**POLÍCIA MILITAR**
**COMANDO-GERAL**

**PORTARIA DO COMANDO–GERAL Nº 036, DE 22 DE ABRIL DE 2024**

**Promove Praças da PMPR por permanência no serviço ativo.**

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º da Lei Estadual nº 16.575, de 28 de setembro de 2010, em conformidade com o Art. 44-A da Lei Estadual nº 5.940, de 8 de maio de 1969, com base no **Despacho Governamental** contido no **protocolado nº 21.796.803-8**, que autorizou o ato de promoção dos militares estaduais, nos termos do art. 1º, inc. I, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, considerando o disposto no Art. 13-A da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, **RESOLVE**:

Art. 1º **Promover** à graduação de **1º Sargento QPM 1-0**, com fulcro no Art. 44-A da Lei Estadual nº 5.940, de 8 de maio de 1969, os seguintes policiais militares:

| Nº | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | 2º Sgt. QPM 1-0 | Jorge Luiz Dantas Silva | 5.026.399-1 |
| 2 | 2º Sgt. QPM 1-0 | Iara Aparecida Silveira | 4.566.242-0 |
| 3 | 2º Sgt. QPM 1-0 | Antonio Agostinho Filho | 4.556.954-3 |
| 4 | 2º Sgt. QPM 1-0 | Hugo Cesar Centurion | 4.577.055-9 |
| 5 | 2º Sgt. QPM 1-0 | Antonio Cesar de Assis | 4.258.975-6 |
| 6 | 2º Sgt. QPM 1-0 | Adelar Gavasso | 4.358.365-4 |
| 7 | 2º Sgt. QPM 1-0 | Jose Aparecido Donizete Marciano | 4.753.169-1 |
| 8 | 2º Sgt. QPM 1-0 | Valdir Antonio Rhoden Sturm | 4.901.132-6 |
| 9 | 2º Sgt. QPM 1-0 | Jean Sampaio Teles | 7.874.082-5 |

Art. 2º **Promover** à graduação de **2º Sargento QPM 1-0**, com fulcro no Art. 44-A, da Lei Estadual nº 5.940, de 8 de maio de 1969, os seguintes policiais militares:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

| Nº | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | 3º Sgt. QPM 1-0 | Gilberto Cezar Mazepa | 4.613.078-2 |
| 2 | 3º Sgt. QPM 1-0 | Rubervaldo Felisberto Angelo | 4.289.023-5 |
| 3 | 3º Sgt. QPM 1-0 | Wilson Arcoverde Silva | 4.556.500-9 |
| 4 | 3º Sgt. QPM 1-0 | Tito Azevedo Valim | 5.022.350-7 |
| 5 | 3º Sgt. QPM 1-0 | Sormani Leopoldo | 5.110.809-4 |
| 6 | 3º Sgt. QPM 1-0 | Orimar Denardo | 4.456.722-9 |
| 7 | 3º Sgt. QPM 1-0 | Clodoaldo Cesar Cardoso de Oliveira | 4.184.567-8 |
| 8 | 3º Sgt. QPM 1-0 | Antonio Beraldo Filho | 4.681.409-6 |
| 9 | 3º Sgt. QPM 1-0 | Claudenir Teixeira Carlos | 3.983.436-7 |
| 10 | 3º Sgt. QPM 1-0 | Paulo Cesar Moeckel | 4.280.962-4 |
| 11 | 3º Sgt. QPM 1-0 | Daniel Pedrozo de Lima | 5.201.134-5 |

Art. 3º **Promover** à graduação de **3º Sargento QPM 1-0**, com fulcro no Art. 44-A, da Lei Estadual nº 5.940, de 8 de maio de 1969, os seguintes policiais militares:

| Nº | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | Cb. QPMG 1-0 | Antonio Marcos Mendes Luiz | 5.680.484-6 |
| 2 | Cb. QPMG 1-0 | Celso Luis Calisario | 4.611.686-0 |
| 3 | Cb. QPMG 1-0 | Eloir Ednir da Cruz | 5.670.546-5 |
| 4 | Cb. QPMG 1-0 | Laercio Carlos Domingues | 5.291.512-0 |
| 5 | Cb. QPMG 1-0 | Marcos Antonio Beckauser | 4.737.812-5 |
| 6 | Cb. QPMG 1-0 | Waldomiro da Silva | 6.217.874-4 |
| 7 | Cb. QPMG 1-0 | Uilson Jose Pauluk Marochi | 4.595.998-8 |

Aart.4º Esta Portaria entra em vigor após a sua publicação em Diário Oficial.

*Assinado eletronicamente*
**Coronel QOPM Jefferson Silva,**
**Comandante-Geral da PMPR.**

**40272/2024**

**ESTADO DO PARANÁ**
**POLÍCIA MILITAR**
**COMANDO-GERAL**

**PORTARIA DO COMANDO-GERAL Nº 037, DE 22 DE ABRIL DE 2024**

**Promove Praças da PMPR por Ato de Bravura.**

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º da Lei Estadual nº 16.575, de 28 de setembro de 2010, com fulcro na alínea "a" do parágrafo único do art. 40 e nos arts. 48, 49 e 50 da Lei Estadual nº 5.940, de 8 de maio de 1969 , de acordo com o **Despacho Governamental** contido no **protocolado nº 21.796.803-8**, que autorizou o ato de promoção dos militares estaduais, nos termos do art. 1º, inc. I, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, considerando o disposto no Art. 13-A da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, **RESOLVE**:

Art. 1º **Promover** por **Ato de Bravura**, à graduação de **Subtenente QPM 1-0**, o policial militar **1º Sargento QPM 1-0 Fábio Dombroscki, RG 7.129.841-8.** (Ref. Deliberação nº 022/2024, Ata nº 765/2024 e E. P. Dig. nº 20.474.199-9).

Art. 2º **Promover** por **Ato de Bravura**, à graduação de **1º Sargento QPM 1-0,** o policial militar **2º Sargento QPM 1-0 Diego Bozgazi do Amaral, RG 9.687.898-2.** (Ref. Deliberação nº 215/2024, Ata nº 768/2024 e E. P. Dig. nº 16.463.724-7).

Art. 3º **Promover** por **Ato de Bravura**, à graduação de **3º Sargento QPM 1-0**, o policial militar **Cabo QPM 1-0 Alexandro Antonio Cabral, RG 7.864.891-0.** (Ref. Deliberação nº 002/2024, Ata nº 764/2024 e E. P. Dig. nº 20.646.449-6).

Art. 4º **Promover** por **Ato de Bravura**, à graduação de **3º Sargento QPM 1-0**, o policial militar **Cabo QPM 1-0 Marcos Leandro Sobutcka, RG 7.978.139-8.** (Ref. Deliberação nº 002/2024, Ata nº 764/2024 e E. P. Dig. nº 20.646.449-6).

Art. 5º **Promover** por **Ato de Bravura**, à graduação de **Cabo QPM 1-0**, o policial militar **Soldado QPM 1-0 Diego Paiter Alves, RG 8.271.744-7.** (Ref. Deliberação nº 001/2024, Ata nº 764/2024 e E. P. Dig. Nº 20.094.597-2).

Art. 6º **Promover** por **Ato de Bravura**, à graduação de **Cabo QPM 1-0**, o policial militar **Soldado QPM 1-0 Rafael Rodrigues, RG 7.278.450-2.** (Ref. Deliberação nº 128/2024, Ata nº 767/2024 e E. P. Dig. nº 21.392.579-2).

Art.7º Esta Portaria entra em vigor após a sua publicação em Diário Oficial.

*Assinado eletronicamente*
**Coronel QOPM Jefferson Silva,**
**Comandante-Geral da PMPR.**

**40275/2024**

**ESTADO DO PARANÁ**
**POLÍCIA MILITAR**
**COMANDO-GERAL**

**PORTARIA DO COMANDO-GERAL Nº 038, DE 22 DE ABRIL DE 2024**

**Promoção *Post-Mortem.***

**O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º da Lei Estadual nº 16.575, de 28 de setembro de 2010, em conformidade com a alínea "b" do parágrafo único do Art. 40 e Art. 52 da Lei Estadual n.° 5.940, de 8 de maio de 1969,** observado o §3º do Art. 7º da Lei Estadual nº 17.169, de 24 de maio de 2012, com base no **Despacho Governamental** contido no **protocolado nº 21.796.803-8**, que autorizou o ato de promoção dos militares estaduais, nos termos do art. 1º, inc. I, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, considerando o disposto no Art. 13-A da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, **RESOLVE**:

Art. 1º **Promover** "***post-mortem***" à graduação de **3º Sargento PM**, o **Cabo PM Carlos Rodrigo de Souza, RG 5.952.816-5.** (Ref. Deliberação nº 3/2024, Ata nº 764/2024 e E. P. Dig. Nº 21.306.277-8).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor após a sua publicação em Diário Oficial.

*Assinado eletronicamente*
**Coronel QOPM Jefferson Silva,**
**Comandante-Geral da PMPR.**

**40277/2024**

**ESTADO DO PARANÁ**
**POLÍCIA MILITAR**
**COMANDO-GERAL**

**PORTARIA DO COMANDO–GERAL Nº 039, DE 22 DE ABRIL DE 2024**

**Promove Praça da PMPR por Invalidez.**

**O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º da Lei Estadual nº 16.575, de 28 de setembro de 2010, em conformidade com o Art. 64 da Lei Estadual n.° 5.940, de 8 de maio de 1969,** com base no **Despacho Governamental** contido no **protocolado nº 21.796.803-8**, que autorizou o ato de promoção dos militares estaduais, nos termos do art. 1º, inc. I, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, considerando o disposto no Art. 13-A da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, **RESOLVE**:

**Art. 1º Promover por invalidez à graduação de Cabo PM Ref. o Soldado PM Ref. Adriano Massaneiro, RG 5.471.159-0. (Ref. Deliberação nº 20/2024, Ata nº 765/2024 e** E. P. Dig. nº 21.094.358-7**).**

Art.2º Esta Portaria entra em vigor após a sua publicação em Diário Oficial.

*Assinado eletronicamente*
**Coronel QOPM Jefferson Silva,**
**Comandante-Geral da PMPR.**

**40280/2024**

**ESTADO DO PARANÁ**
**POLÍCIA MILITAR**
**COMANDO-GERAL**

**PORTARIA DO COMANDO–GERAL Nº 040, DE 22 DE ABRIL DE 2024**

**Promove Praças da PMPR em caráter condicional.**

**O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º da Lei Estadual nº 16.575, de 28 de setembro de 2010,** em conformidade com o **Despacho Governamental** contido no **protocolado nº 21.796.803-8**, que autorizou o ato de promoção dos militares estaduais, nos termos do art. 1º, inc. I, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e considerando o disposto no Art. 13-A da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, **RESOLVE**:

Art. 1º **Promover condicionalmente** à graduação de **3º Sargento QPM 1-0,** o policial militar **Cabo QPM 1-0 Anderson de Gouveia, RG 6.319.171-0.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Curso de Pós-Graduação – Autos nº 0009256-45.2024.8.16.0182 – E. P. Dig. nº 21.984.363-1).

Art. 2º **Promover condicionalmente** à graduação de **3º Sargento QPM 1-0,** a policial militar **Cabo QPM 1-0 Edivane Paveukievicz Bernardi, RG 9.627.757-1.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Cursos de Pós-Graduação – Autos nº 0006392-34.2024.8.16.0182 – E. P. Dig. nº 21.801.610-3).

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 3º **Promover condicionalmente** à graduação de **3º Sargento QPM 1-0,** o policial militar **Cabo QPM 1-0 Edson Junior Missawa, RG 5.795.598-8.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Curso de Pós-Graduação – Autos nº 0002103-58.2024.8.16.0182 – E. P. Dig. nº 21.663.245-1).

Art. 4º **Promover condicionalmente** à graduação de **3º Sargento QPM 1-0,** o policial militar **Cabo QPM 1-0 Maicon Estefano Piekny, RG 9.112.495-5.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Curso de Pós-Graduação – Autos nº 000081138.2024.8.16.0182 – E. P. Dig. nº 21.747.385-3).

Art. 5º **Promover condicionalmente** à graduação de **3º Sargento QPM 1-0,** o policial militar **Cabo QPM 1-0 Marcos Vinicius dos Santos Domingues, RG 7.543.079-5.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Curso de Pós-Graduação – Autos nº 0004186-47.2024.8.16.0182 – E. P. Dig. nº 21.886.659-0).

Art. 6º **Promover condicionalmente** à graduação de **3º Sargento QPM 1-0,** a policial militar **Cabo QPM 1-0 Marilys Boçon, RG 8.091.730-9.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Curso de Pós-Graduação – Autos nº 0045266-25.2023.8.16.0182 – E. P. Dig. nº 21.450.918-0).

Art. 7º **Promover condicionalmente** à graduação de **3º Sargento QPM 1-0,** a policial militar **Cabo QPM 1-0 Priscilla Tattiana Pinheiro Martins, RG 8.800.980-0.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Curso de Pós-Graduação – Autos nº 0004835-07.2023.8.16.0098 – E. P. Dig. nº 21.166.254-9).

Art. 8º **Promover condicionalmente** à graduação de **3º Sargento QPM 1-0,** o policial militar **Cabo QPM 1-0 Ronaldo Luiz de Carvalho, RG 5.391.825-5.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Curso de Pós-Graduação – Autos nº 0010310-46.2024.8.16.0182 – E. P. Dig. nº 21.932.227-5).

Art. 9º **Promover condicionalmente** à graduação de **3º Sargento QPM 1-0,** a policial militar **Cabo QPM 1-0 Roselaine Gomes de Oliveira, RG 4.917.956-1.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Cursos de Pós-Graduação – Autos nº 0000457-71.2024.8.16.0098 – E. P. Dig. nº 21.793.675-6).

Art. 10 **Promover condicionalmente** à graduação de **3º Sargento QPM 1-0,** o policial militar **Cabo QPM 1-0 Wilian Borges da Silva, RG 10.820.558-0.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Cursos de Pós-Graduação – Autos nº 0000812-23.2024.8.16.0182 – E. P. Dig. nº 21.627.297-8).

Art. 11 **Promover condicionalmente** à graduação de **3º Sargento QPM 1-0,** o policial militar **Cabo QPM 1-0 José Medeiros, RG 8.308.237-2.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Cursos de Pós-Graduação – Autos nº 0004468-85.2024.8.16.0182 – E. P. Dig. nº 21.743.656-7).

Art. 12 **Promover condicionalmente** à graduação de **Cabo QPM 1-0,** a policial militar **Soldado QPM 1-0 Isabelly Alexandrita Semak Cabral, RG 9.756.605-4.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Cursos de Pós-Graduação – Autos nº 0010305-24.2024.8.16.0182 – E. P. Dig. nº 22.010.592-0).

Art. 13 **Promover condicionalmente** à graduação de **Cabo QPM 1-0,** o policial militar **Soldado QPM 1-0 Jefferson Pereira de Moraes Da Silva, RG 7.503.053-3.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Cursos de Pós-Graduação – Autos nº 0007187-50.2023.8.16.0190 – E. P. Dig. nº 21.485.088-5).

Art. 14 **Promover condicionalmente** à graduação de **Cabo QPM 1-0,** o policial militar **Soldado QPM 1-0 Marco Antonio Rodrigues Batista, RG 14.380.054-7.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Cursos de Pós-Graduação – Autos nº 008337-56.2024.8.16.0182 – E. P. Dig. nº 21.916.280-4).

Art. 15 **Promover condicionalmente** à graduação de **Cabo QPM 1-0,** a policial militar **Soldado QPM 1-0 Michele Briskievicz, RG 8.598.219-2.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Cursos de Pós-Graduação – Autos nº 0007920-06.2024.8.16.0182 – E. P. Dig. nº 21.874.349-8).

Art. 16 **Promover condicionalmente** à graduação de **Cabo QPM 1-0,** a policial militar **Soldado QPM 1-0 Patricia Rita Bressan, RG 10.583.797-6.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Cursos de Pós-Graduação – Autos nº 0003856-50.2024.8.16.0182 – E. P. Dig. Nº 21.879.842-0).

Art. 17 **Promover condicionalmente** à graduação de **Cabo QPM 1-0,** o policial militar **Soldado QPM 1-0 Wininton Pereira Temp, RG 14.213.790-9.** (Ref. Decorrente de pontuação condicional relativa a Cursos de Pós-Graduação – Autos nº 0023194-97.2023.8.16.003 – E. P. Dig. Nº 1.567.416-9).

Art.18 Esta Portaria entra em vigor após a sua publicação em Diário Oficial.

*Assinado eletronicamente*
**Coronel QOPM Jefferson Silva,**
**Comandante-Geral da PMPR.**

**40282/2024**

**ESTADO DO PARANÁ**
**POLÍCIA MILITAR**
**COMANDO-GERAL**

**PORTARIA DO COMANDO-GERAL Nº 041, DE 22 DE ABRIL DE 2024**

**Retroação de data de promoção de Praças da PMPR.**

O Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º da Lei Estadual nº 16.575, de 28 de setembro de 2010, em conformidade com a alínea "c" do parágrafo único do Art. 40 e com o Art. 53 da Lei Estadual nº 5.940, de 8 de maio de 1969, e considerando o disposto no Art. 13-A da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, **RESOLVE**:

Art. 1º **Retroagir** a data de promoção do policial militar **2º Sargento QPM 1-0 Rodrigo Antonio Miranda Ramos, RG 8.061.478-0,** em **Ressarcimento de Preterição,** para **21 de abril de 2023.** (Ref. Deliberação nº 216/2024, Ata nº 768/24-CPP e E. P. Dig. nº 21.868.281-2).

Art. 2º **Retroagir** a data de promoção do policial militar 3º **Sargento QPM 1-0 Josimar Pedro da Silva, RG 8.959.770-6,** em **Ressarcimento de Preterição,** para **19 de julho de 2017.** (Ref. Deliberação nº 219/2024, Ata nº 768/24-CPP e E. P. Dig. nº 20.694.813-2).

Art. 3º **Retroagir** a data de promoção do policial militar **2º Sargento QPM 1-0 Josimar Pedro da Silva, RG 8.959.770-6,** em **Ressarcimento de Preterição,** para **07 de maio de 2020.** (Ref. Deliberação nº 219/2024, Ata nº 768/24-CPP e E. P. Dig. nº 20.694.813-2).

Art. 4º **Retroagir** a data de promoção do policial militar **Cabo QPM 1-0 Silvio Ronis Rodrigues, RG 9.589.382-1,** em **Ressarcimento de Preterição,** para **10 de agosto de 2023.** (Ref. Deliberação nº 4/2024, Ata nº 764/24-CPP e E. P. Dig. nº 20.907.773-6).

Art. 5º **Retroagir** a data de promoção do policial militar **Cabo QPM 1-0 Tiago Fernandes Costa, RG 9.556.880-7,** em **Ressarcimento de Preterição,** para **10 de agosto de 2023.** (Ref. Deliberação nº 82/2024, Ata nº 766/24-CPP e E. P. Dig. nº 20.895.339-7).

Art. 6º **Retroagir** a data de promoção do policial militar **Cabo QPM 1-0 Márcio Antonio Albuini, RG 6.283.160-0,** em **Ressarcimento de Preterição,** para **10 de agosto de 2019.** (Ref. Deliberação nº 210/2024, Ata nº 768/24-CPP e E. P. Dig. nº 20.641.247-0).

Art. 7º **Retroagir** a data de promoção do policial militar **Cabo QPM 1-0 Daniel Techio, RG 8.374.288-7,** em **Ressarcimento de Preterição,** para **10 de agosto de 2023.** (Ref. Deliberação nº 213/2024, Ata nº 768/24-CPP e E. P. Dig. nº 21.556.680-3).

Art. 8º **Retroagir** a data de promoção do policial militar **Cabo QPM 1-0 Danilo Franzo, RG 6.278.297-8,** em **Ressarcimento de Preterição,** para **19 de dezembro de 2022.** (Ref. Deliberação nº 221/2024, Ata nº 768/24-CPP e E. P. Dig. nº 20.180.043-9).

Art. 9º **Retroagir** a data de promoção do policial militar **Cabo QPM 1-0 Henry Thomaz Hoffmann do Prado, RG 9.270.402-5,** em **Ressarcimento de Preterição,** para **19 de dezembro de 2022.** (Ref. Deliberação nº 228/2024, Ata nº 768/24-CPP e E. P. Dig. nº 21.647.387-6).

Art.10 Esta Portaria entra em vigor após a sua publicação em Diário Oficial.

*Assinado eletronicamente*
**Coronel QOPM Jefferson Silva,**
**Comandante-Geral da PMPR.**

**40333/2024**

**ESTADO DO PARANÁ**
**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ**
**COMANDO-GERAL**

**ATO DO COMANDANTE-GERAL**

**PORTARIA DO COMANDO-GERAL Nº 195, DE 21 DE ABRIL DE 2024.**

**Promove as praças à graduação imediatamente superior**

O Comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, com fulcro na Emenda Constitucional nº 053, de 14 de dezembro de 2022 e no uso das atribuições que lhe confere os arts. 4º, 6º e 12 do Decreto Estadual nº 12.904, de 30 de dezembro de 2022, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Estadual n.° 5.940, de 08 de maio de 1969 combinado com o art. 13-A, da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, **RESOLVE**:

Art. 1º Promover à graduação de **1º Sargento BM**, com fulcro no Art. 44-A, da Lei Estadual nº 5.940, de 08 de maio de 1969, alterada pela Lei Estadual nº 15.946, de 09 de setembro de 2008, os seguintes militares estaduais:

| Nº | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | 2º SGT QPBM | Marcio Grey De Oliveira | 5.275.648-0 |
| 2 | 2º SGT QPBM | Emerson José Da Silva | 5.175.941-9 |

Art. 2º Promover à graduação de **2º Sargento BM**, com fulcro no Art. 44-A, da Lei Estadual nº 5.940, de 08 de maio de 1969, alterada pela Lei Estadual nº 15.946, de 09 de setembro de 2008, os seguintes militares estaduais:

| Nº | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | 3º SGT QPBM | Marcos Henrique Scalco Varela | 4.310.722-4 |
| 2 | 3º SGT QPBM | Willams Freire Santos | 8.128.608-6 |
| 3 | 3º SGT QPBM | Geraldo Cordeiro da Silva | 4.984.914-1 |
| 4 | 3º SGT QPBM | Joel Carlos Ferreira | 3.517.022-7 |
| 5 | 3º SGT QPBM | Mauro Luiz Rauber | 7.660.770- 2 |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 3º Os militares estaduais promovidos através desta Portaria, ocuparão a mesma referência de subsídio da nova graduação, na forma que estabelece o § 2º, do Art. 7º, da Lei Estadual nº 17.169, de 24 de maio de 2012.

**Art. 4º Esta Portaria entra em vigor após a sua publicação em Diário Oficial.**

*(Assinado digitalmente)*
**Cel. BM Manoel Vasco de Figueiredo Junior,**
**Comandante-Geral do CBMPR.**

**40122/2024**

**ESTADO DO PARANÁ**
**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ**
**COMANDO-GERAL**

**ATO DO COMANDANTE-GERAL**

**PORTARIA DO COMANDO–GERAL Nº 196, DE 21 DE ABRIL DE 2024.**

**Promove praças do CBMPR à graduação imediatamente superior**

O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, com fulcro na Emenda Constitucional nº 053, de 14 de dezembro de 2022 e no uso das atribuições que lhe confere os arts. 4º, 6º e 12 do Decreto Estadual nº 12.904, de 30 de dezembro de 2022, em conformidade com os arts. 40, inciso I, combinado com os arts. 42, 45 e 47 da Lei Estadual n.° 5.940, de 08 de maio de 1969, e ainda, com o contido no art. 13-A da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, RESOLVE:

Art. 1º Promover os seguintes integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná pelo princípio de **Antiguidade** com fulcro no inciso I, do art. 40 e art. 45, ambos da Lei Estadual nº 5.940, de 08 de maio de 1969, alterado pela Lei Estadual nº 19.583 de 5 de julho de 2018, os militares estaduais:

**I À Graduação de 1º Sargento QPBM:**

| N° | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | 2º Sargento QPBM | DANILO VICENTE ZARIMNIAK | 76540063 |
| 2 | 2º Sargento QPBM | MARCIO MARAFON | 83447680 |
| 3 | 2º Sargento QPBM | ANDRE LUIZ ZANLORENZZI | 91706628 |
| 4 | 2º Sargento QPBM | ELDER WILLIAM BONFANTE | 107995382 |

**II À Graduação de 2º Sargento QPBM:**

| N° | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | 3º Sargento QPBM | PAULO FERREIRA LIMA | 67329287 |
| 2 | 3º Sargento QPBM | MIDBAR TEIXEIRA GONCALVES | 43064215 |
| 3 | 3º Sargento QPBM | LUIZ FERNANDO DE SOUZA | 49642890 |
| 4 | 3º Sargento QPBM | SERGIO RICARDO ROSA DA SILVA | 65572923 |
| 5 | 3º Sargento QPBM | ADRIANO LUIZ SEMICEK | 69393829 |
| 6 | 3º Sargento QPBM | GILBERTO SKLAR | 69112803 |

**III À Graduação de 3º Sargento QPBM:**

| N° | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | Cabo QPBM | EDMILSON DA SILVA JUNIOR | 83171979 |
| 2 | Cabo QPBM | EDUARDO TEIXEIRA BISCAIA | 79724629 |
| 3 | Cabo QPBM | DANIEL FILIPE BANASESKI | 82310592 |
| 4 | Cabo QPBM | DIEGO JULIO PEREIRA | 86725959 |
| 5 | Cabo QPBM | PAULO MARTINHO MENDES JUNIOR | 58757136 |
| 6 | Cabo QPBM | JOAO RICARDO NUNES PEREIRA | 64132210 |
| 7 | Cabo QPBM | LAERCIO SILVA E SOUZA | 90258680 |
| 8 | Cabo QPBM | CLAUDINEI GONCALVES DE OLIVEIRA | 79680508 |
| 9 | Cabo QPBM | ANDRE LUIS SCHLUGA | 88128435 |
| 10 | Cabo QPBM | LEONARDO ANTONIO DINIZ | 86568020 |
| 11 | Cabo QPBM | JEAN KEPPLER COTA | 102759036 |
| 12 | Cabo QPBM | ALECIR GOMES DE FARIAS JUNIOR | 67789687 |

**IV À Graduação de Cabo QPBM:**

| N° | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | SOLDADO QPBM | RAFAEL SIQUEIRA DE SANTANA | 79452076 |
| 2 | SOLDADO QPBM | FABIO FERRACIN MOREIRA | 77738720 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 3 | SOLDADO QPBM | ANDERSON PABLO FRESK | 100177510 |
| 4 | SOLDADO QPBM | MIQUEIAS RODRIGUES DA SILVA | 82393854 |
| 5 | SOLDADO QPBM | GABRIEL DA ROCHA ARENTS | 101962938 |
| 6 | SOLDADO QPBM | WILLIAN FRANCO DE LIMA OLIVEIRA | 86883864 |
| 7 | SOLDADO QPBM | ELISA DE OLIVEIRA | 93423178 |
| 8 | SOLDADO QPBM | RICARDO TEIXEIRA SANTOS | 94560918 |

Art. 2º Promover os seguintes integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná pelo princípio de **Merecimento** com fulcro no inciso III, do art. 40 e art. 47, ambos da Lei Estadual nº 5.940, de 08 de maio de 1969, alterado pela Lei Estadual nº 19.583 de 05 de julho de 2018, os militares estaduais:

**I À Graduação de Subtenente QPBM:**

| N° | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | 1º Sargento | LENON MARCOS MESSIAS | 61467661 |

**II À Graduação de 1º Sargento QPBM:**

| N° | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | 2º Sargento QPBM | CICERO FURQUIM DE CAMARGO | 57753579 |
| 2 | 2º Sargento QPBM | LUIS ANTONIO ZAMILIAN CORREIA | 63148440 |
| 3 | 2º Sargento QPBM | RONEY ROBERTO FERREIRA | 63374393 |
| 4 | 2º Sargento QPBM | VALDECIR BATISTA GOMES | 67459954 |
| 5 | 2º Sargento QPBM | JUNIOR MACIEL | 50919919 |

**III À Graduação de 2º Sargento QPBM:**

| N° | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | 3º Sargento QPBM | MAYCON VIEIRA DA SILVA | 66875636 |
| 2 | 3º Sargento QPBM | SIMONE APARECIDA DOS SANTOS SIDRE | 80387113 |
| 3 | 3º Sargento QPBM | ANTONIO ROBERTO MORCH | 67464184 |
| 4 | 3º Sargento QPBM | OELINTON PAULO BEGALE JUNIOR | 53246656 |
| 5 | 3º Sargento QPBM | RAFAEL NASCIMENTO FONTANA | 85688685 |
| 6 | 3º Sargento QPBM | JOAQUIM ADAYR DE HOLLEBEN NETO | 60676321 |
| 7 | 3º Sargento QPBM | VANIO JOAQUINA | 51135687 |
| 8 | 3º Sargento QPBM | ALEX SANDRO DA SILVA | 65836378 |
| 9 | 3º Sargento QPBM | FABIO FIORIN CARDOSO | 53459331 |
| 10 | 3º Sargento QPBM | EDSON ANTONIO PEREIRA | 59272721 |
| 11 | 3º Sargento QPBM | LUCAS ZEMUNER BERZOTTI | 68193575 |

**IV À Graduação de 3º Sargento QPBM:**

| N° | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | Cabo QPBM | FELIPE BENDLIN | 139671007 |
| 2 | Cabo QPBM | JOSIANE APARECIDA LUQUETTA | 50679748 |
| 3 | Cabo QPBM | DIEGO GIORDANI | 90561952 |
| 4 | Cabo QPBM | THIERRY GOMES DE OLIVEIRA | 73947235 |
| 5 | Cabo QPBM | JADER DA ROSA DOMINIAKI | 78818670 |
| 6 | Cabo QPBM | RAFAEL FREITAS DE ANDRADE | 75318251 |
| 7 | Cabo QPBM | FABIANNE FAGUNDES | 87823350 |
| 8 | Cabo QPBM | FRANCISCO HENRIQUE FERREIRA RODRIGUES | 84427543 |
| 9 | Cabo QPBM | ABRAAO JUNIOR LIMA | 83404477 |
| 10 | Cabo QPBM | LEONARDO ZANLORENSI VAZ | 82253467 |
| 11 | Cabo QPBM | HEROS LUIS MARTINS MOREIRA | 80933959 |
| 12 | Cabo QPBM | FABIO BATISTA LARA | 96267088 |
| 13 | Cabo QPBM | LUCAS CZEKALSKI | 105545037 |
| 14 | Cabo QPBM | LUIS HENRIQUE PLOCHARSKI | 87896587 |
| 15 | Cabo QPBM | ATILA ROCHA LEITE DA SILVA | 135300730 |
| 16 | Cabo QPBM | REGINALDO NAZARKO | 79807338 |
| 17 | Cabo QPBM | RAFAEL RODRIGUES ALVES DE CRISTO LEITE | 129165162 |
| 18 | Cabo QPBM | PAULO FAVIN | 93104889 |
| 19 | Cabo QPBM | VITOR FERREIRA DE ARAUJO JUNIOR | 94138973 |
| 20 | Cabo QPBM | ROBERTO ALFREDO DA SILVA | 97586209 |
| 21 | Cabo QPBM | GEORGE VINICIUS FONSECA MEDEIROS | 98425276 |

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

| | | | |
|---|---|---|---|
| 22 | Cabo QPBM | PAULO ALEXANDRE NOS | 76555826 |
| 23 | Cabo QPBM | JORVACIO NOGUEIRA DE MEIRA | 94554519 |

**V À Graduação de Cabo QPBM:**

| Nº | Graduação | Nome | RG |
|---|---|---|---|
| 1 | SOLDADO QPBM | WISLAN PICOLOTTO DA CRUZ | 103107466 |
| 2 | SOLDADO QPBM | SHELDEN MACIEL DE PAULA | 102016300 |
| 3 | SOLDADO QPBM | ROSMAR ISIDIO BRANCO | 83047100 |
| 4 | SOLDADO QPBM | DAVID KIS SOUZA DE PAULA | 95318959 |
| 5 | SOLDADO QPBM | HIAGO FELIPE ZANCHET | 139628250 |
| 6 | SOLDADO QPBM | KRISTOFF OLIVEIRA DA SILVA | 104568378 |
| 7 | SOLDADO QPBM | LAIS ADRIANA NASCIMENTO | 90456377 |
| 8 | SOLDADO QPBM | MILTON GALDINO JUNIOR | 95836470 |

**Art. 3º Esta Portaria entra em vigor após a sua publicação em Diário Oficial.**

*(Assinado digitalmente)*
Cel. BM Manoel Vasco de Figueiredo Junior,
**Comandante-Geral do CBMPR.**

**40183/2024**

**ESTADO DO PARANÁ**
**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ**
**COMANDO-GERAL**

**ATO DO COMANDANTE-GERAL**

**PORTARIA DO COMANDANTE–GERAL Nº 197, DE 21 DE ABRIL DE 2024.**

**Súmula: ordem judicial**

O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, com fulcro na Emenda Constitucional nº 053, de 14 de dezembro de 2022 e no uso das atribuições que lhe confere os arts. 4º, 6º e 12 do Decreto Estadual nº 12.904, de 30 de dezembro de 2022, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Estadual n.° 5.940, de 08 de maio de 1969 combinado com o art. 13-A, da Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020, e no Cumprimento de Decisão Judicial em caráter **PROVISÓRIO**, referentes aos Autos Judiciais especificados abaixo, **RESOLVE:**

Art. 1º Promover condicionalmente à graduação de **Subtenente QPBM**, pelo critério de **merecimento**, conforme decisão judicial, os militares estaduais abaixo relacionados:

| Nº | Graduação | Nome | RG | Autos |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 1º Sargento | VILMAR ZELLNER SCHAFHAUSER | 79410071 | 001229-84.2024.8.16.0146 |
| 3 | 1º Sargento | CLEVERSON TEODORO | 56987169 | 0038890-23.2023.8.16.0182 |
| 4 | 1º Sargento | JOAO WAGNER KERUK | 62413174 | 0025765-85.2023.8.16.0182 |

Art. 2º Promover condicionalmente à graduação de 1º **Sargento QPBM**, pelo critério de **merecimento**, conforme decisão judicial, os militares estaduais abaixo relacionados:

| Nº | Graduação | Nome | RG | Autos |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2º Sargento | JOSNEI WOLF | 47122821 | 0039099-89.2023.8.16.0182 |

Art. 3º Promover condicionalmente à graduação de **3º Sargento QPBM,** pelo critério de **merecimento**, conforme decisão judicial, os militares estaduais abaixo relacionados:

| Nº | Graduação | Nome | RG | Autos |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Cabo | MARCOS ANTONIO GANTZEL FILHO | 91228300 | 0009678-20.2024.8.16.0182 |

**Art. 4º Esta Portaria entra em vigor após a sua publicação em Diário Oficial.**

*(Assinado eletronicamente)*
Cel. BM Manoel **Vasco** de Figueiredo Junior,
**Comandante-Geral do CBMPR.**

**40127/2024**

# Secretaria da Saúde

**RESOLUÇÃO SESA Nº 490/2024**

Habilita os municípios a pleitearem adesão aos recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2024.

***O Secretário de Estado da Saúde,*** *gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná,*

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- considerando a Resolução SESA n° 389/2019, que dispõe sobre transferências de recursos financeiros para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo;

- considerando a Resolução SESA nº 788/2023, que Altera a Resolução SESA nº 389, de 04 de abril de 2023.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão aos recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo.

**Art. 2º** Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 5º da Resolução SESA nº 389/2023, via e-Protocolo Digital.

**Art. 3º** Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará Resolução de autorização do repasse do referido recurso financeiro para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

**Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto**
**(Beto Preto)**
Secretário de Estado da Saúde

**ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 490/2024**

**MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO RECURSO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE NO ÂMBITO DO SUS NO PARANÁ.**

| MUNICÍPIO | VALOR TOTAL |
|---|---|
| CANTAGALO | R$ 1.000.000,00 |
| BOM SUCESSO | R$ 300.000,00 |

**40349/2024**

**RESOLUÇÃO SESA Nº 491/2024**

Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação de Atenção Primária à Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2024.

***O Secretário de Estado da Saúde,*** *gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná,*

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- considerando a Resolução SESA n° 769/2019, que dispõe sobre o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário nos Municípios do Estado do Paraná, no Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo;

- considerando a Resolução SESA nº 387/2023, que Altera a Resolução SESA nº 769, de 06 de dezembro de 2019.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo.

**Art. 2º** Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 6º da Resolução SESA nº 769/2019, via e-Protocolo Digital.

**Art. 3º** Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará Resolução de autorização do repasse do referido incentivo financeiro de investimento para o Transporte Sanitário, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, conforme prévia

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

disponibilidade orçamentária e financeira.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

**Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto**
**(Beto Preto)**
Secretário de Estado da Saúde

**ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 491/2024**

**MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO.**

| MUNICÍPIO | OBJETO | VALOR UNITÁRIO | QUANT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| LUNARDELLI | AMBULÂNCIA BÁSICA | R$ 250.000,00 | 1 | R$ 250.000,00 |
| VERA CRUZ DO OESTE | AMBULÂNCIA BÁSICA | R$ 250.000,00 | 1 | R$ 250.000,00 |
| IVAÍ | AMBULÂNCIA BÁSICA | R$ 250.000,00 | 1 | R$ 250.000,00 |
| NOVA CANTU | MICRO-ÔNIBUS | R$ 450.000,00 | 1 | R$ 450.000,00 |
| DIAMANTE DO SUL | AMBULÂNCIA BÁSICA | R$ 250.000,00 | 1 | R$ 250.000,00 |

**40352/2024**

**RESOLUÇÃO SESA Nº 492/2024**

Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação de Atenção Primária à Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2024.

***O Secretário de Estado da Saúde,*** *gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1* ***de janeiro de 2023****, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná,*

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- considerando a Resolução SESA n° 769/2019, que dispõe sobre o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário nos Municípios do Estado do Paraná, no Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo;

- considerando a Resolução SESA nº 387/2023, que Altera a Resolução SESA nº 769, de 06 de dezembro de 2019.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo.

**Art. 2º** Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 6º da Resolução SESA nº 769/2019, via e-Protocolo Digital.

**Art. 3º** Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará Resolução de autorização do repasse do referido incentivo financeiro de investimento para o Transporte Sanitário, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

**Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto**
**(Beto Preto)**
Secretário de Estado da Saúde

**ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 492/2024**

**MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO.**

| MUNICÍPIO | OBJETO | VALOR UNITÁRIO | QUANT | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| CORONEL VIVIDA | AMBULÂNCIA BÁSICA | R$ 250.000,00 | 2 | R$ 500.000,00 |

**40412/2024**

